

Operação da PM contra tráfico no centro do Rio deixa 8 mortos

Oito pessoas morreram durante operação da Polícia Militar em favelas da região central do Rio. Uma das vítimas era morador do morro dos Prazeres, e os demais eram suspeitos, incluindo o chefe do tráfico local, segundo a PM. Em retaliação, criminosos incendiaram um ônibus em via que dá acesso ao túnel Rebouças. Outros seis veículos foram usados como barricadas. **Cotidiano A40**

Tenente-coronel é preso sob suspeita de matar esposa PM

O tenente-coronel da PM Geraldo Leite Rosa Neto foi preso ontem sob suspeita de ter assassinado há um mês sua esposa, a soldado Gisele Alves Santana. **Cotidiano A39**

Terreno de R\$ 22 mi abrigará megatemplo de frei Gilson

Um dos nomes mais fortes do catolicismo atual, religioso fará complexo em área similar à do Allianz Parque, com capela para 500 pessoas, na zona sul de São Paulo. **Cotidiano A43**

Irã confirma morte de ministro em ataque de Israel

Um dia após matar o homem-forte do regime iraniano, Israel anunciou ter assassinado Esmail Khatib, ministro da Inteligência e próximo do líder supremo —Teerã confirmou. Tel Aviv deu aval para Forças Armadas matarem sem pedir permissão prévia. **Mundo A34**

Delcy demite chefe das Forças Armadas próximo a Maduro

A líder interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, destituiu o ministro da Defesa, Vladimir Padrino, que chefiava as Forças Armadas desde 2014. Acusado de narcotráfico nos EUA, ele era próximo ao ditador Nicolás Maduro. **Mundo A37**

EDITORIAIS A2

Plano Clima se equilibra entre ambiente e agronegócio Sobre metas brasileiras.

Atenção à saúde mental dos mais jovens Acerca de alta de internações em São Paulo.



Reprodução

Deputada pratica blackface em plenário para protestar contra Erika Hilton

Fabiana Bolsonaro (PL) usa base para peles negras na Alesp e diz: 'Decido me travestir como pessoa negra. (...) Virei negra?'; em referência a Erika, mulher trans, presidir comissão da mulher na Câmara; deputada do PSOL acusou Fabiana de transfobia e racismo **Ilustrada B2**

BC reduz Selic a 14,75% ao ano, em 1º corte de juros sob Galípolo

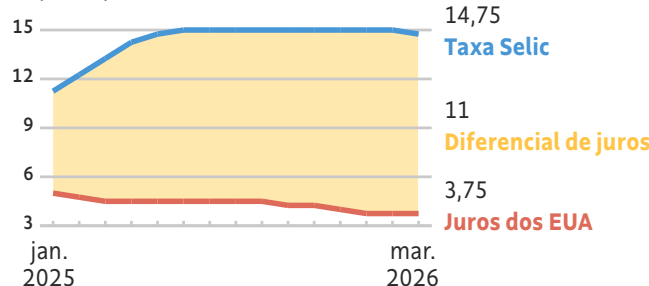
Copom cita incerteza em queda de 0,25 ponto percentual e deixa próxima decisão em aberto

O Copom (Comitê de Política Monetária) iniciou o ciclo de corte de juros e reduziu a taxa básica em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. Os dias que antecederam a decisão foram marcados por forte estresse nos juros futuros. Em meio à turbulência da guerra no Irã, o colegiado do Banco Central confirmou a sinalização anterior de queda da Selic em março, a primeira sob a gestão de Gabriel Galípolo.

Antes da escalada do conflito, o consenso no mercado era de corte de 0,5 ponto, mas às vésperas da reunião a expectativa foi reajustada, e o Copom seguiu pela opção mais conservadora. O comitê não antecipou quais serão seus próximos passos e deixou a próxima decisão em aberto. Em seu comunicado, citou “forte aumento da incerteza” e “cautela na condução da política monetária”. **Economia A15**

Diferença entre os juros de Brasil e EUA

Em pontos percentuais



Fonte: Banco Central do Brasil e Federal Reserve

Guerra e alta no petróleo fazem EUA manter juros entre 3,5% e 3,75% A18

Vinicius Torres Freire

Corte do BC se torna ninharia diante do arrocho da guerra de Trump A17

Solange Srouf

Bancos centrais sabem que controle da inflação ficou mais desafiador A18

Governo contrata mais de uma Itaipu em maior leilão de energia do ano

O governo federal contratou ontem 19 GW (gigawatts) de energia térmica e hidráulica para abastecer o sistema elétrico em momentos de falta de energia. O montante contratado equivale a 1,4 vez a capacidade instalada da usina de Itaipu. **Economia A20**

Fazenda oferece R\$ 3 bi por ICMS zero no diesel importado

Pasta propõe aos estados isenção até 31 de maio sobre compra do produto, com compensação federal que cobriria 50% do impacto. Objetivo é garantir abastecimento. **Economia A19**

Novo plano de aviação inclui uso comercial de aeroporto privado e redução tributária A22



ilustrada

JOHN MALKOVICH ENCENA PEÇA EM SP E NO RIO

Ator traz no fim do mês 'The Infamous Ramirez Hoffman', inspirada em Roberto Bolaño e que satiriza extremismo político B1

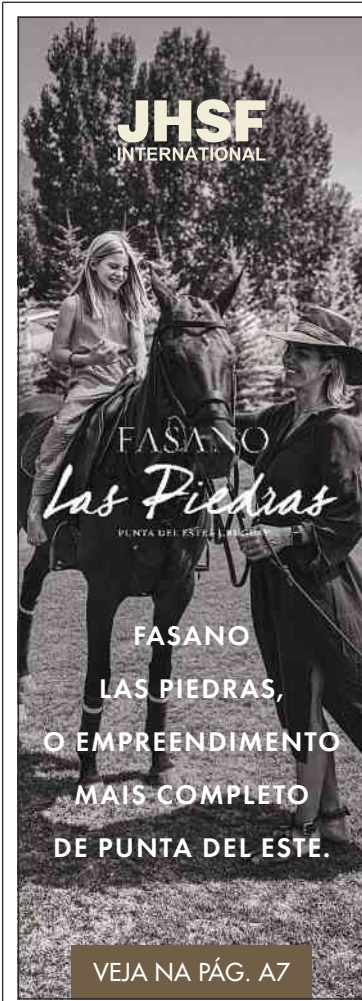
turismo

Conheça destinos próximos a SP para ir em um fim de semana B11

Carol Tilkian

Sexo só por amor é libertário

Liberdade sexual também é garantir que cada um possa viver suas escolhas A48



EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Plano Clima se equilibra entre ambiente e agronegócio

Planalto enfim publica conjunto de compromissos para reduzir emissões de carbono, que é positivo mas poderia ser mais ambicioso; objetivos firmados no Acordo de Paris serão de difícil cumprimento até 2035

Vêm de longe no governo federal contendas entre as pastas da Agricultura e do Ambiente sobre políticas para enfrentar a emergência climática. Embora figure entre as maiores vítimas potenciais de eventos meteorológicos extremos, parte do agronegócio move poderoso lobby contra assumir seu quinhão de responsabilidade no esforço de mitigação, como se patenteia agora no Plano Clima.

O Planalto enfim publicou a versão final do conjunto de metas com que planeja cumprir compromissos do Acordo de Paris (2015), após três meses de idas e vindas —em fevereiro havia anunciado somente um sumário executivo. O país pretende reduzir entre 59% e 67% as emissões nacionais de carbono até 2035,

considerado o ano-base de 2005, num esforço considerável.

Tomando por base estimativas mais recentes de emissões, em relação a 2022, o Brasil teria de diminuir de 49% a 58% a poluição climática que contribui para o aquecimento global.

Objetivo difícil, pois ao menos 70% dos gases de efeito estufa aqui lançados provêm do setor agropecuário, sobretudo do desmatamento em áreas que serão usadas para pastagem de gado bovino ou culturas agrícolas.

Houve progressos nos últimos anos, com as quedas nos cortes rasos de florestas logrados pela gestão de Marina Silva, o que permitiu recuos nas emissões. Mas a meta brasileira é zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas até 2030, tarefa árdua em

meros cinco anos, ainda que não impossível —desde que as áreas de governo trabalhem em parceria, não umas contra as outras.

O setor agropecuário conseguiu incluir no Plano Clima uma dissociação entre desmate em áreas privadas e desmate em áreas públicas, de um lado, além de reduções diretas da agropecuária (fertilizantes e fermentação entérica do gado, por exemplo).

Fatiou-se com isso a responsabilidade por implementar medidas mitigadoras entre as pastas do Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

O ônus mais pesado recairá sobre a primeira, à qual caberá conter emissões em mais de 150% até 2035, o que implica não só reduzi-las a zero como ainda contar com emissões negativas, por

Brasil teria de diminuir de 49% a 58% a poluição climática que contribui para o aquecimento global, mas ao menos 70% dos gases do efeito estufa aqui lançados provêm do setor agropecuário, que resiste a cumprir metas mais duras de redução

meio de sequestro de carbono pelo crescimento da vegetação.

Vale dizer, terá de conter as derubadas em terras da União e ainda ampliar por toda parte a regeneração de áreas desmatadas.

Nas glebas privadas, a redução será mais modesta, de 110%. Na produção agropecuária propriamente dita, o setor foi contemplado com compromisso em formato de banda: entre queda de 7% e aumento de 2%.

Causa espécie, ademais, que no setor de energia se preveja incremento de 1% a 44% de emissões. Esse é um sinal de que outros lobbies estão em ação, como o da exploração de carvão mineral e da queima em termelétricas desse que é o combustível fóssil mais problemático. Melhor dizendo, um sinal de falta de ambição.

Atenção à saúde mental dos mais jovens

Internações e atendimentos aumentam entre crianças e adolescentes em SP, refletindo fenômeno global; educação midiática é crucial para conter efeitos nocivos do uso excessivo de telas, jogos e redes sociais

Dados da Secretaria da Saúde de São Paulo mostram escalada de atendimentos devido a transtornos mentais e comportamentais em crianças e adolescentes, uma tendência verificada nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

Entre 2020 e 2025, internações por esses motivos nos estratos de 5 a 9 anos de idade e de 10 a 14 anos aumentaram, respectivamente, 98,3% e 78,3%. Foram as maiores altas no período entre todas as faixas etárias.

No caso de procedimentos clínicos ambulatoriais (consultas, exames e tratamentos) por transtornos mentais e comportamentais, crianças de 5 a 9 anos tam-

bém lideram, com crescimento de 186,1% no período, chegando a 1.192.391 casos em 2025. Depois vêm as faixas até 4 anos (136,4%) e de 10 a 14 (105,4%).

Segundo especialistas, a alta no estrato de 5 a 9 anos pode estar relacionada ao diagnóstico precoce de transtornos do neurodesenvolvimento, como autismo e deficiência intelectual, já que nessa faixa etária crianças começam a vida escolar. No estrato de 10 a 14 anos, além do diagnóstico tardio para os mesmos problemas, surgem depressão e ansiedade.

É possível, ainda, que mudanças na rotina e o isolamento social durante a pandemia tenham afetado de modo mais intenso

crianças e adolescentes, que estão em fase de desenvolvimento de estruturas mentais.

O hiperdiagnóstico —quando se atribuem transtornos a pacientes sem que de fato se preencham critérios clínicos sólidos— é fator a ser considerado, mas não tanto nos casos de internação, que são mais graves.

Transformações tecnológicas também são capazes de impactar a saúde mental da população em geral, sobretudo dos mais jovens.

Aumento do uso de redes sociais e jogos online pode minar a concentração e suscitar ansiedade e casos de bullying, além de reduzir contatos presenciais e atividades ao ar livre.

Entre 2020 a 2025, internações devido a transtornos mentais e de comportamento aumentaram 98,3% no estrato de 5 a 9 anos de idade e 78,3% no de 10 a 14 anos

A alta nos atendimentos ao menos parece indicar que o tabu em torno da saúde mental pode estar se enfraquecendo.

Ações interdisciplinares são necessárias, principalmente em relação aos ambientes digitais. A educação midiática, preconizada por organismos internacionais, é crucial. Crianças e adolescentes devem ser capacitados a explorar dispositivos com senso crítico e segurança, para conter uso excessivo e identificar abusos.

A proteção da saúde mental dos mais jovens exige adaptação da família, da sociedade e do poder público a transformações culturais impulsionadas pela aceleração da inovação tecnológica.

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
DIRETORES-GERAIS Judith Brito e Carlos Ponce de Leon
EDITOR-EXECUTIVO Vinicius Mota
CONSELHO EDITORIAL Candido Bracher, Demétrio Magnoli, Dora Kramer, Mônica Bergamo, Maria Alice Setubal (Neca), Oscar Vilhena, Paulo Junqueira Moll, Vera Iaconelli, Vinicius Mota, Wilson Gomes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia), Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Luciana Pandolfi (recursos humanos) e Alexandre Cres (comercial)
CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)
875.579 - Fechamento 2º Semestre de 2025
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Pedro Vinicio



COLONISTAS

SÃO PAULO

Erika Hilton é uma mulher

Thiago Amparo

O discurso transfóbico radfem se tornou lugar-comum na mídia. Chega a ser digno de nota (ou riso) que quem tenha feito carreira criticando o identitarismo importado dos EUA acabe justamente importando num copia-e-cola capenga o identitarismo feminista radical americano ao empregar, como fiéis escudeiros, termos como “sexo biológico”, “realidade material”, “fatos verificados pela ciência” para excluir pessoas trans no país que mais as mata.

Para Demétrio Magnoli, a deputada Erika Hilton, eleita presidente da Comissão das Mulheres da Câmara, seria “biologicamente um homem”. O silogismo, Magnoli, não funciona: se o sexo atribuído ao nascer foi masculino, daí não segue que, um, este

seja o gênero por toda a vida e, dois, que ela não deva ser tratada como mulher pela lei e por você. Se assim não fosse, deveríamos perguntar o nível de testosterona de um homem ou a fertilidade de uma mulher antes de qualificá-los como tais.

Para Lygia Maria, Erika Hilton seria uma pessoa autoritária por processar na Justiça quem pratica transfobia. Há diferença entre debate público —o que fazemos aqui— e ofensas. Qualificar como homem quem o direito brasileiro permite que se identifique como mulher com a intenção de tirá-lhe a dignidade é punível por lei.

Não tenho nenhum problema com o debate público sobre o tema, Lygia; isso nos permite mostrar o quão frágeis são os argu-

mentos que se empregam.

Lygia lê a decisão da Suprema Corte britânica de forma reducionista (a própria lei inglesa não exclui a proteção a pessoas trans) e cita a relatora da ONU Reem Al-salem sem contextualizar que ela mesma endossa a cartilha radfem.

Não, Magnoli e Lygia. Definir mulher como quem tem útero ignora décadas de literatura científica interdisciplinar, fingindo um consenso que não há.

Quiçá o identitarismo radfem seja uma cortina de fumaça tentando esconder que, na substância, são as mulheres trans e pretas de esquerda que têm mais PLs a favor de todas as mulheres. Pode ser, mas não deixa de ser uma cortina de fumaça transfóbica mascarada de soberba pseudocientífica.

BRASÍLIA

Mesmo preso, Vercaro ainda desvia dinheiro?

Adriana Fernandes

As tentativas em curso de desvios bilionários do patrimônio do Master para fundos e bens de luxo de Daniel Vercaro não têm recebido a atenção e a velocidade necessárias para impedir que o dinheiro roubado no esquema piramidal de fraudes do banco desapareça ou vire pó.

Enquanto as investigações avançam para mostrar o envolvimento de políticos e autoridades na teia de Vercaro, não se vê a mesma agilidade para a recuperação dos bens dos envolvidos que estavam em nomes de laranjas e já teriam sido identificados nos cruzamentos de informações dos fundos usados no esquema.

Há um jogo de empurra sobre as responsabilidades. Mas é evidente que o processo comanda-

do pelo liquidante do conglomerado Master precisa ganhar maior robustez, agilidade e também transparência. A forma para isso acontecer cabe aos envolvidos, assim como entregar as soluções.

Um avanço importante foi a decisão 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, que concedeu nesta semana liminar de urgência para evitar a alienação de bens relacionados ao Master e a Vercaro.

O juiz Adler Batista Oliveira Nobre reconheceu a existência de indícios de desvios. Bingo! A decisão foi uma resposta aos pedidos da EFB Regimes Especiais, liquidante do Master, que identificou a existência de uma série de esquemas de desvio de recursos por meio de fundos de investimento

e laranjas. É pouco. Outras medidas desse tipo são urgentes. Vercaro tinha uma miríade de investimentos camuflados nas profundezas das inúmeras camadas dos fundos, que passaram ao largo da fiscalização da CVM.

Mesmo com o banqueiro na cadeia, há suspeitas de que obras de arte e imóveis relacionados a ele estejam movimentando o mercado. Vercaro e comparsas patrocinaram a maior fraude bancária da história do país. Quiçá do mundo.

É preciso correr para recuperar os bens no Brasil e no exterior para ajudar na resposta da principal pergunta que está sendo esquecida com tanta informação sobre o caso: onde foram parar os mais de R\$ 60 bilhões desviados do Master?

Pirandello em Brasília

Difícil sustentar que governo e oposição estejam igualmente envolvidos na gigantesca falcatrua

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebap. Escreve às quintas

“Assim é, se lhe parece”, peça de Luigi Pirandello (1867-1936), foi encenada pela primeira vez em 1917. Nela, a misteriosa senhora Ponza, forçada pela população de uma pequena cidade a enfim revelar sua controversa identidade, declara ser “aquela que se crê que eu seja”. Dessa forma, o dramaturgo italiano sustentava que não há uma verdade única e acessível, mas perspectivas diferentes e irreconciliáveis e que a tentativa de chegar a uma verdade absoluta sobre a realidade é sempre infrutífera.

A peça, que vi no Teatro Brasileiro de Comédia, quando mal entrava na adolescência, me veio à cabeça, trazida pela discussão das consequências políticas do escândalo do Banco Master. Trata-se de um problema que afeta dois juízes de nossa corte suprema e, tudo leva a crer, um número razoável de políticos de direita. Ou seja, envolve a oposição, mas passa longe do governo Lula.

Dos 18 governadores sobre os quais pesam acusações de negócios com o banco de Daniel Vercaro, 17 pertencem a partidos de direita; os mais implicados —Cláudio de Castro (PL-RJ) e Ibaneis Rocha (MDB-DF)— se elegeram com o apoio do bolsonarismo. A exceção fica por conta da Bahia, governada há muitos mandatos pelo PT. Todos os parlamentares que tiveram seus nomes citados nas investigações também pertencem a partidos de direita, a começar pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), que tentou levar adiante um projeto

de emenda constitucional que viria em socorro do banco falido.

E não se conhecem políticos de esquerda que tenham participado das orgias organizadas pelo ex-cantor da Rede Super, emissora vinculada à Igreja da Lagoinha, transformado em banqueiro bem-relacionado em Brasília e adjacências. Nos bons tempos, o então dono do Master fez gordas doações às campanhas eleitorais de Bolsonaro e de deputados do seu grupo. O banco disparou feito foguete quando o ex-capitão estava no Palácio de Planalto e Roberto Campos Neto no Banco Central.

A corrupção é a segunda preocupação dos brasileiros. Para parcela significativa da população, a crise é sistêmica e a desconfiança nas instituições políticas é generalizada

do o ex-capitão estava no Palácio de Planalto e Roberto Campos Neto no Banco Central.

É fato que Guido Mantega, ministro de Dilma Rousseff, atuou como lobista para aproximar Vercaro do presidente Lula, assim como que Ricardo Lewandowski foi consultor do banco no curto período entre sua aposentadoria do STF e a nomeação para o posto de ministro da Justiça. Mas é difícil sustentar que governo e oposição estejam envolvidos na mesma medida na gigantesca falcatrua. Também são dois os ministros do Supremo sobre os quais pairam suspeitas, não toda a corte.

Não é assim, porém, que a população parece ver as coisas. Segundo a pesquisa Meio/Ideia feita há pouco, ampla maioria de brasileiros tem algum conhecimento do caso Master, mas se divide quanto à atribuição de responsabilidades. Um quarto associa o episódio a todos os Poderes da República, —a mesma porcentagem dos que o ligam apenas ao STF. Oito em cada dez entrevistados acreditam que o escândalo abalou a credibilidade da corte.

Já a mais recente enquete da Genial/Quaest constata que a corrupção é hoje a segunda preocupação dos brasileiros, logo após violência e pouco acima dos problemas sociais. Para parcela significativa da população, a crise é sistêmica e a desconfiança nas instituições políticas, generalizada.

Assim é, se lhes parece.

RIO DE JANEIRO

Um Nelson que volta da morte

Ruy Castro

Quando me falam da falta que Nelson Rodrigues, morto em 1980, está fazendo ao Brasil, sou levado a responder: “Nelson não morreu! Ainda mora ali no Leme e pode ser visto todo dia, tomando café no balcão do botequim!”. E por que não? Suas expressões, como o “complexo de vira-lata”, calcificaram-se na cultura de tal forma que já nem lhe pertencem mais. E rara a semana sem uma peça sua em cartaz. Mas, claro, é uma ilusão. Nelson morreu, sim, no dia 21 de dezembro de 1980, aos 68 anos.

A morte foi o centro de sua vida desde o assassinato do irmão Roberto, na Redação de Crítica, jornal de seu pai, em 1929. Suas peças são conduzidas por personagens mortos ou com fixação pela

morte, como “Vestido de Noiva” (1943), “Anjo Negro” (1947), “Senhora dos Afogados” (1947), “A Falecida” (1953), “Perdoa-me por me Traíres” (1957), “Beijo no Asfalto” (1960). Seu romance “Asfalto Selvagem” (1959) começa num cemitério. E inúmeros contos de “A Vida Como Ela É...” se passam em velórios, com o alarido quase imoral dos pires e xícaras e os cafajestes que acendem o cigarro na chama do círio.

A intimidade com a morte não era privilégio de Nelson. Espalhou-se por sua família, como narro no meu livro “O Anjo Pornográfico”, sua biografia. E não cessou com sua morte. Há dias (25/2), morreu seu filho Nelsoninho, Nelson Rodrigues Filho, depois de dez anos aprisionado

num AVC. A filha de Nelsinho, Crica, e o sobrinho Sacha, netos de Nelson, encarregaram-se dos papéis, velório e sepultamento no jazigo da família no São João Batista. A Sacha coube acompanhar a transferência das ossadas de Nelson, de Cris, mulher de Nelsinho, e de sua avó Elza, para acomodar Nelsinho.

Não era uma tarefa agradável. Mas Sacha é um Rodrigues. Ao ver as caixas com as ossadas, perguntou ao coveiro qual era de quem. Este teve de abri-las para ler a inscrição no verso das tampas.

E, com isso, Sacha (que tinha nove anos quando seu avô morreu) viu, a um palmo, o que ninguém, nem ele, um dia sonhara ver: o crânio de Nelson Rodrigues.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

O exemplo de Jesse Jackson para os negros brasileiros

A humildade e força de seu compromisso devem inspirar nossa comunidade a construir um salto para o futuro; a sorte está lançada e o desafio, delimitado

José Vicente

Advogado e doutor em educação com pós-doutorado pela USP, é reitor da Universidade Zumbi dos Palmares

No velório do reverendo Jesse Jackson, 84, histórico líder negro dos direitos civis dos Estados Unidos, ocorrido no último dia 7 de março, foi possível encontrar elementos valiosos para uma profunda reflexão sobre os desafios e dificuldades do empoderamento e amadurecimento político e social do negro brasileiro.

Na cerimônia, o ex-presidente Barack Obama, a ex-vice-presidente Kamala Harris e dezenas de outras personalidades negras juntaram-se para celebrar sua trajetória e render a Jesse Jackson e seus familiares suas últimas homenagens.

No avião presidencial que pouso na manhã do dia 3 de fevereiro de 2023, em Santos (SP), dele desceram tão somente o presidente Lula e sua esposa, Janja, para levar as últimas homenagens no velório público de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé —o homem negro brasileiro celebrado internacionalmen-

te como o maior atleta do século e objeto de reverência em todos os cantos do planeta.

Nenhum dos cinco ministros negros acompanhava o presidente, e pouquíssimas personalidades negras participaram da cerimônia. Confirma-se assim, em grande medida, os apontamentos de que o processo de ascensão e fortalecimento político e social do negro brasileiro ainda se encontra fragilizado, principalmente pela dificuldade de suas grandes lideranças prestigiarem e valorizarem a contribuição dos que, no passado e no presente, pavimentaram o caminho das grandes mudanças em curso.

Jesse Jackson liderou com maestria a organização do voto negro; denunciou, combateu e organizou sua comunidade contra o racismo e a exclusão racial no mercado de trabalho; exigiu e fortaleceu no Partido Democrata o debate racial, a inclusão das candidaturas e a ampliação de recursos e oportunidades para

os candidatos negros; e pregou insistentemente o valor da diversidade. Ambicioso, encorajado e destemido, por duas vezes reivindicou, conquistou e participou das primárias para presidente dos Estados Unidos e pregou os discursos dos direitos civis por todo o planeta.

Em Salvador e na Bahia, que reúnem cerca de 82% de negros, nunca houve um negro eleito pelo voto como prefeito e governador, e no estado e na cidade de São Paulo, a maior concentração proporcional de negros da América do Sul, houve apenas um prefeito negro eleito, sendo raros os empresários, vereadores, deputados estaduais, juízes, desembargadores e promotores.

Dos quase 3 bilhões de emendas dos mais de 120 deputados federais autodeclarados negros, poucas ou quase nada seguiram para ajudar a fortalecer a agenda da inclusão ou o fortalecimento das instituições negras. Não existem negros nos tribunais, presidindo

Está evidente a necessidade de muito mais potência, determinação e entusiasmo das lideranças negras brasileiras para conduzir e construir uma ação de coesão capaz de consolidar uma agenda de fortalecimento político, econômico e social

grandes empresas públicas e privadas, escolas, universidades e veículos de comunicação ou de propaganda. Os negros são a maioria dos pobres e dos encarcerados.

Está evidente, assim, a necessidade de muito mais potência, determinação e entusiasmo das lideranças negras brasileiras para conduzir e construir uma ação de coesão capaz de consolidar uma agenda de fortalecimento e engrandecimento político, econômico e social da comunidade negra e das suas instituições —dever e compromisso inapelável de toda grande e verdadeira liderança ciente e ciosa de suas obrigações e responsabilidades comunitárias.

Nosso pai foi um líder servidor, afirmou nota assinada pela família Jackson quando da sua morte. Seguramente a mais pura verdade. Seu passamento, sua humildade e a força do seu compromisso podem e devem servir de inspiração para que nós, negros brasileiros, lancemo-nos num salto para o futuro para construir com eficiência e assertividade os caminhos de soerguimento, fortalecimento político, econômico e social da nossa comunidade —afinal, a democracia é igualdade de oportunidades para todos os brasileiros. O primeiro passo é a união, reconhecimento e celebração das trajetórias, realizações e vitórias de cada um de nós e de nossas instituições; o segundo, arregaçar as mangas, liderar, servir e trabalharmos juntos para construir a grandiosidade da nossa comunidade. A sorte está lançada e o desafio, delimitado.

A verdadeira prova de antissemitismo

Não se trata mais de combater o ódio contra os judeus, tarefa legítima e inegociável, mas de silenciar vozes contrárias ao regime sionista de Israel

Breno Altman

Jornalista, fundador do site Opera Mundi e autor do livro ‘Contra o Sionismo: Retrato de uma Doutrina Colonial e Racista’ (Alameda Editorial)

Atualmente devo ser o judeu mais perseguido do país. E quem me persegue não são neonazistas, grupos de extrema direita ou negacionistas do Holocausto. Quem me persegue é a Confederação Israelita do Brasil (Conib), supostamente a principal entidade de representação da comunidade judaica —camuflagem sob a qual oculta sua condição de agência do Estado genocida de Israel. Através de múltiplos processos judiciais, essa organização busca me calar e a todos que combatem o regime sionista.

Mas há um fato que precisa ser saudado: o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) trançou ação movida contra mim por suposta incitação e apologia ao crime em publicações feitas nas redes sociais. O desembargador

Ali Mazloum avaliou que nem sequer havia delito que justificasse a tramitação da acusação, concluindo que minhas mensagens estão protegidas pela liberdade de expressão. Vale lembrar que já havia sido derrotada, em primeira instância, a tentativa do Ministério Público Federal em denunciar-me por discurso de ódio e racismo.

Recebi, ao longo desse processo, uma onda generosa de solidariedade. De colegas jornalistas, intelectuais, militantes, leitores e cidadãos comuns que compreenderam o que estava em jogo. A todos, meu profundo agradecimento. Registro também o trabalho magnífico de meus advogados, Pedro Serrano e Fernando Hideo Lacerda, cuja competência e rigor jurídico foram decisivos para desmontar uma acusa-

ção injusta e manipulada.

A acusação de antissemitismo tornou-se arma política. Não se trata mais de combater o ódio contra judeus —tarefa legítima, necessária e inegociável—, mas de silenciar vozes contrárias ao regime sionista. Ao confundir deliberadamente esses dois campos, antissionismo e antissemitismo, agentes de Israel buscam interditar o debate público.

Sou judeu, filho de judeus, formado numa tradição de pensamento crítico, justiça social e solidariedade internacional. Minha posição antissionista nasce de uma leitura histórica: o sionismo produziu um sistema racista, colonial e expansionista, cuja grande vítima é o povo palestino. Criticar esse projeto é, portanto, obrigação ética para quem se orienta por valores humanistas.

Ao me acusar de antissemitismo, a Conib não apenas deslegitima um judeu por suas opiniões como tenta reduzir a identidade judaica à lealdade perante um Estado étnico

O paradoxo é evidente: ao me acusar de antissemitismo, a Conib não apenas deslegitima um judeu por suas opiniões como também define arbitrariamente um mecanismo de controle ideológico, na tentativa de reduzir a identidade judaica à lealdade perante um Estado étnico.

No mais, se um judeu pode ser publicamente perseguido por expressar críticas ao sionismo, cidadãos de outras origens devem temer um tratamento ainda mais autoritário e feroz, até que o medo eventualmente os silencie: essa é a lógica de meus perseguidores.

A distinção entre antissemitismo e antissionismo representa linha divisória fundamental. Se o ódio antijudaico é intolerável, também o é a existência de um regime que, em nome do judaísmo, comete os mais bárbaros crimes contra a humanidade desde o esmagamento das tropas de Hitler pelo Exército Vermelho e pelos países aliados.

A decisão do TRF-3, por isso mesmo, é seminal para a democracia brasileira. Caso venha a ser transformada em jurisprudência, estará enterrada a tentativa do fascismo sionista de calar quem ergue sua voz contra o mais imoral dos Estados.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Investigações

“Lulinha abre ‘empresa de gavelta’ na Espanha em meio a investigações do INSS” (Política, 17/3). Adeus, Lula e Lulinha.
Leonardo Oliveira (Manaus, AM)

*

Quem não deve não teme. Deveria ficar no Brasil e encarar de frente.
Jefferson Barros Figueiredo (Campinas, SP)

*

(“Defesa de Lulinha diz que empresa aberta em Madri visa projetos futuros”, Política, 18/3). Todos os holofotes em Lulinha enquanto varrem para baixo do tapete a participação de políticos de centro e direita no escândalo do Master.
Rodrigo Costa do Nascimento (Niterói, RJ)

*

A boiada está passando.
Regina C. Baldin (Ribeirão Preto, SP)

*

Fica a sensação de que a tinta anda sendo carregada antes do desenho aparecer (“Presidente da CPI do INSS cobra investigação sobre empresa de Lulinha na Espanha”, Política, 18/3). Aí vira uma mistura de pressa, narrativa e torcida — tudo muito animado, mas ainda carente do elemento mais básico de qualquer acusação séria: prova.
Raul Carneiro Filho (Ubá, MG)

*

Há pelo menos 30 anos, quando Lula se elegeu, seu filho é alvo. Já lhe imputaram tudo e nunca acharam. A falta de originalidade da oposição e da mídia dá preguiça.
Marcelo Masiero (São Paulo, SP)

*

A Folha dando manchete a quem repassou milhões à Lagoinha e escondeu a apuração. Que vergonha!
Eduardo Bortolotto (Jacutinga, MG)

Violência

“Ônibus é incendiado em acesso ao túnel Rebouças, no RJ, após operação policial com mortos” (Cotidiano, 18/3). Se o Estado direcionasse parte do valor destinado a armamentos e segurança a uma campanha de conscientização bem feita para os jovens, talvez reduzisse o tráfico e esses conflitos de forma drástica.
Gino Passos (Rio de Janeiro, RJ)

*

Fizeram reféns, incendiaram ônibus, bloquearam vias e causaram terror. Ainda assim não querem classificá-los como terroristas?
Manoel Bolonha (São Paulo, SP)



Fachada do Edifício Aqua, no distrito de Chamartín, em Madri, onde a empresa de Lulinha está registrada

Júlia Barbon - 16.mar.2026/Folhapress

Na Alesp

“Deputada Fabiana Bolsonaro se pinta de marrom em plenário para protestar contra Erika Hilton” (Mônica Bergamo, 18/3). A escolha editorial importa muito, **Folha**. A deputada não se pintou de marrom, ela fez blackface. Escolher o título aqui é escolher um lado, é se posicionar.

Joabe Souza (São Paulo, SP)

*

A questão é se uma mulher trans pode ou não defender interesses das mulheres trans e cisgênero. Apesar disso, acho que defender que uma mulher cis ou trans ocupe o cargo é um direito de opinião.
Luciano Guimarães (São Paulo, SP)

Feminicídio

“Tenente-coronel é preso sob suspeita de matar esposa PM em SP” (Cotidiano, 18/3). Mais um feminicídio para a lista macabra do Brasil. Até quando essa mentalidade e a impunidade no país do futuro?
Monica Ribeiro (São Paulo, SP)

*

A diferença de força, o machismo, o ciúmes e a baixa autoestima criam assassinos de mulheres. Infelizmente, aqui na republiqueta logo estará solto.
Oswaldo Casolli Junior (Campinas, SP)

*

A corregedoria foi mais célere que a Justiça, lenta em decisões que envolvem figurões. Se a PM antecipou, sabe que algo grave ocorreu.
Luiz Carlos Silva da Cunha (Pouso Alegre, MG)

*

Casos de feminicídio deveriam ser punidos com prisão perpétua.
Antonio E. A. Barros (São Luís, MA)

Religião

“Megatemplo católico de frei Gilson será construído em terreno de R\$ 22 milhões na zona sul de SP” (Cotidiano, 18/3). Há muitos católicos, mas dá para contar os convertidos. A fé do frei é arrebatadora.
Rauland Borba Batista (Vitória de Santo Antão, PE)

*

O mercado da fé não tem limites.
Maria Bilck (Florianópolis, SC)

Acesso pelo dinheiro

“Peter Thiel leva palestra sobre anticristo e IA a Roma e causa mal-estar na Igreja” (Mundo, 18/3). Nunca deu certo uma religião ter tanto poder. Vemos avanços tecnológicos, mas atrasos sociais e humanos.
Carlos Alberto Ceretta (Balneário Camboriú, SC)

*

Gosto da ideia de que a formação científica se beneficia da diversidade de pensamentos, mas dinheiro não deveria ser passe livre.
Angela Percz Pocol (São Paulo, SP)

Reflexão filosófica

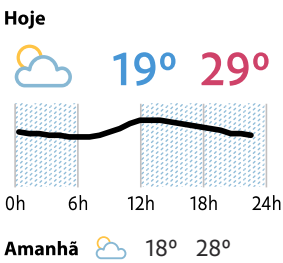
“Filosofia torna as pessoas mais éticas?” (Hélio Schwartzman, 17/3). Nem o apreço ou o despreço à filosofia tornam ninguém um bastião da ética.
Rodrigo Veloso (São Paulo, SP)

*

Leciono filosofia na escola pública. Me entristece a opinião do autor. O quadro mostra a asfixia das humanas pela direita. E sem campo de trabalho se enfraquecem os estudos e saberes na área. A filosofia pode não salvar a todos, mas talvez salve a muitos. Kant e suas ideias sobre direitos humanos certamente influenciaram o mundo.
Cintia Wartusch (São Paulo, SP)

ATMOSFERA

São Paulo



Hoje

Rio 20° 32°
Brasília 18° 28°
Ribeirão 21° 27°

Amanhã

Rio 21° 30°
Brasília 18° 28°
Ribeirão 21° 28°

Fonte: www.climatempo.com.br

EMPREENDEDORISMO

O QUE O programa Semeando Negócios, da ADE Sampa (Agência São Paulo de Desenvolvimento), está com inscrições abertas até 25 de março.

SOBRE O PROGRAMA A iniciativa visa fortalecer empreendimentos rurais no polo de ecoturismo na capital paulista —localizado nos distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú/Ilha do Bororé.

COMO FUNCIONA O programa vai selecionar 30 projetos de negócios rurais para participarem de um processo de aceleração que vai durar seis meses. Os escolhidos receberão aporte de até R\$ 30 mil, na forma de equipamentos e serviços, capacitações e orientações técnicas.

PÚBLICO-ALVO Podem participar do programa, de acordo com a ADE Sampa:

- Unidades produtivas familiares rurais;
- Organizações coletivas (associações, cooperativas, agroindústrias e coletivos formalizados ou não);
- Iniciativas de visitação em aldeias (Tekoás) da terra indígena tenondé porã;
- Equipamentos de uso público voltados ao turismo rural e ao beneficiamento;
- Todos os projetos precisam estar localizados nos distritos de Parelheiros, Marsilac ou Grajaú/Ilha do Bororé, no município de São Paulo.

INFORMAÇÕES Interessados devem acessar o portal semeandonegocios.com/. Em caso de dúvidas, use o email semeandonegocios@adesampa.com.br ou o WhatsApp (11) 93484-5363 para enviar mensagem.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 19.MAR.1926



Na Liga das Nações, Brasil nega agir por orgulho ou conspiração

SÃO PAULO Em seu discurso na Liga das Nações, na Suíça, nesta quinta-feira (18), o embaixador brasileiro naquela organização, Afrânio de Melo Franco, afirmou que a mudança da composição do conselho permanente da entidade é uma questão que não pode ser decidida apenas por certos países europeus. Com o Brasil mantendo a sua reivindicação em ocupar uma cadeira fixa no conselho, os debates sobre o tema foram adiados para uma outra assembleia. Um jornal suíço culpou o Brasil pelo impasse nas negociações sobre o assunto.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R\$ 34,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R\$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA	ASSINATURA MENSAL*	
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
SP	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 219,90
MG, PR e RJ	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 224,90
DF e SC	R\$ 8,90	R\$ 11	R\$ 285,90
ES, GO, MT, MS e RS	R\$ 9,90	R\$ 12	R\$ 358,90
AL, BA, PE, SE e TO	R\$ 14,90	R\$ 15,50	R\$ 387,90
Outros estados	R\$ 15,90	R\$ 16,50	R\$ 480,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN

ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Nunespalooza

A gestão Ricardo Nunes (MDB) abriu mão de receber recursos pela cessão do autódromo de Interlagos para o Lollapalooza, que será realizado de 20 a 22 de março, com público estimado de 100 mil pessoas por dia. Em anos anteriores, a cobrança era feita —em 2025, foram R\$ 2,7 milhões repassados pela organização aos cofres públicos. Desta vez, a prefeitura terá como contrapartida ser “apoiodora institucional” do festival, podendo expor seu logotipo em todos os espaços e postar conteúdo em redes sociais.

RETORNO A prefeitura diz que a cessão do autódromo de graça se justifica pelo impacto de R\$ 500 milhões que o evento injeta na economia da cidade e pela geração de mais de 15 mil empregos. “A cessão do autódromo promove forte estímulo à economia criativa, turismo, hotelaria, alimentação e serviços e dá projeção internacional a SP”, afirma.

NADA SE CRIA... O Governo do DF (GDF) divulgou peça publicitária que é cópia de uma campanha do ex-prefeito Paulo Maluf dos anos 1990. Nela, obras da gestão Ibaneis Rocha (MDB) são mostradas, enquanto um jingle repete “GDF que fez, GDF que faz”. Na eleição de 1998 ao governo do SP, a música era “foi Maluf que fez, é Maluf que faz”.

...TUDO SE COPIA Secretário de Comunicação do GDF, Welington Moraes admite a cópia e diz que ela foi autorizada por Zilmar Fernandes, que foi sócia de Duda Mendonça, morto em 2021, responsável pela campanha de Maluf. Abalado pelo caso Master, Ibaneis aposta na imagem de realizador para se eleger senador.

VAI COM CALMA Presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ricardo Alban diz que o debate sobre a redução da jornada de trabalho tem de ficar “distante de interesses eleitorais”. Ele afirma que conversou recentemente com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e repassou a eles dados técnicos sobre o tema. O setor produtivo teme o impacto da redução e do fim da escala 6x1 para as empresas.

COMPLÔ A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) diz ser vítima de uma conspiração de aliados no estado, que estariam tentando barrar sua candidatura à reeleição. Aliados da parlamentar atribuem a operação ao entorno do prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD), que deve ser candidato ao governo. Para ampliar suas chances, Braide estaria oferecendo a vaga de Eliziane para outros partidos. A senadora diz que tem garantia de Gilberto Kassab para sua candidatura.

Com Carlos Petrocilo e Gabriela Echenique

Cláudio



Governo muda orientação e instrui aliados a partir para o ataque contra Flávio Bolsonaro

Petistas evitavam o embate por receio de ressuscitar candidatura de Tarcísio, mas avaliação é que nome do senador se consolidou

Catia Seabra e Caio Spechoto

BRÁSILIA A cúpula do governo federal passou a instruir seus aliados a tomar uma posição ofensiva contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), provável principal adversário do presidente Lula (PT) nas eleições de 2026.

A ordem deve marcar uma mudança na forma como o governo lida com o crescimento do filho de Jair Bolsonaro (PL) nas últimas pesquisas eleitorais.

Não houve, nos últimos meses, um movimento coordenado dos aliados de Lula para tentar desconstruir a imagem de Flávio porque havia o receio de ele ficar inviabilizado. Lulistas preferem disputar a eleição contra o senador do que competir contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Tarcísio era cotado para ser candidato ao Planalto até dezembro passado, quando o ex-presidente indicou Flávio, seu filho mais velho, para o posto de representante de seu grupo político na eleição nacional. O governador de São Paulo poderia aparecer como um plano B caso o senador afundasse nas pesquisas.

O que aconteceu foi o contrário. Flávio Bolsonaro empatou com Lula nas intenções de voto para segundo turno, como indicou pesquisa Datafolha neste mês. A avaliação na cúpula do governo, agora, é que a candidatura do filho de Jair Bolsonaro se tornou fato consumado.

A orientação foi transmitida na terça-feira (17) pelo ministro da Secretaria Geral, Guilherme Boulos (PSOL), a deputados petistas em um almoço na Câmara. O ministro afirmou que se tratava de uma avaliação pessoal dele, mas deputados entenderam como um recado do próprio Lula.

Movimentos sociais também foram orientados por lulistas a “virar a chave”, conforme aliados relataram à *Folha*, para entrar em ritmo de campanha eleitoral.

Apoiadores de Lula apostam que as comparações entre o atual governo com o de Bolsonaro e menções a episódios como as investigações sobre “rachadinhas” no gabinete de Flávio quando ele era deputado estadual no Rio de Janeiro podem desgastar o adversário. As investigações foram encerradas em 2021 depois de o Judiciário anular as provas coletadas.

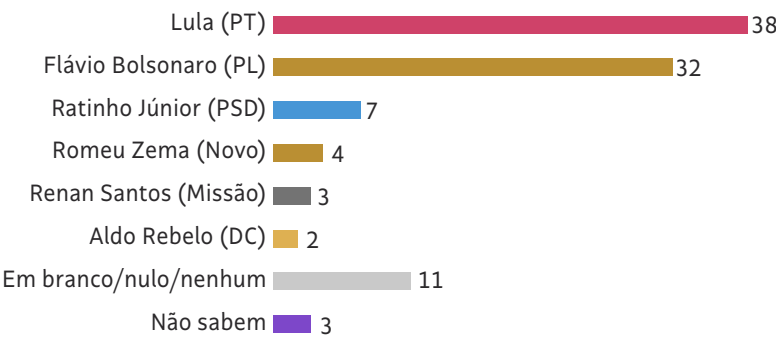
Além disso, lulistas miram a imagem de moderado que Flávio busca projetar.

Também na terça, o PT divulgou uma resolução política com ataques diretos ao filho de Bolsonaro. “Trata-se de um parlamentar marcado por denúncias e investigações envolvendo esquemas

Intenção de voto para presidente em 2026

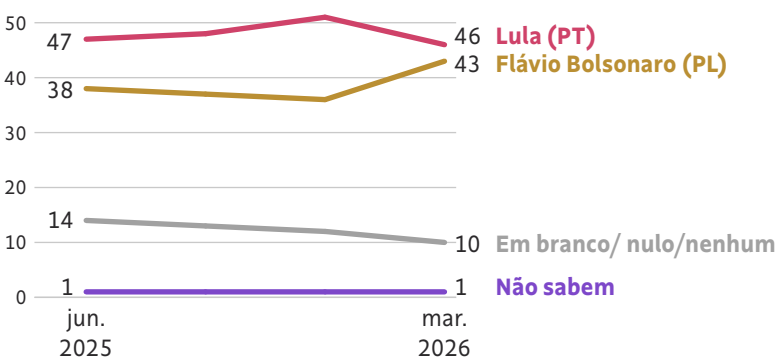
Cenário de 1º turno

Resposta estimulada e única, em %



Cenário de 2º turno

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente com 2004 pessoas de 16 anos ou mais em 137 municípios pelo Brasil entre os dias 3 e 5 de março; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

de rachadinha, movimentações financeiras suspeitas e um histórico de enriquecimento incompatível com a vida pública”, afirma o documento, que serve para guiar a militância petista.

A última pesquisa Datafolha apontou Lula com 46% das intenções de voto para o segundo turno, contra 43% de Flávio. Os dois estão tecnicamente empatados considerando a margem de erro de dois pontos percentuais.

Governistas ouvidos pela reportagem avaliam que o senador conseguiu chegar rapidamente a esse patamar porque estava se movi-

mentando sem oposição.

Também mencionam que os números de Flávio nas pesquisas são condizentes com o resultado obtido por seu pai na eleição de 2022. Naquele ano, Lula foi eleito com 50,9% dos votos válidos, contra 49,1% de Bolsonaro.

Por esse raciocínio, o senador até o momento teria mantido o patrimônio eleitoral do ex-presidente. Um novo crescimento de Flávio seria um indício mais alarmante para petistas: mostraria movimento de migração de eleitores de Lula para o adversário.

A ofensiva de petistas contra Flávio não deve, a princípio, ter participação direta de Lula —salvo intervenções pontuais.

O plano é que o chefe do governo mantenha seu discurso focado em entregas de obras e outras medidas do Executivo. Os ataques mais diretos ao grupo político adversário ficarão a cargo da bancada no Congresso e de aliados como Boulos e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT).

Governistas também buscam evitar que novos desgastes atinjam a gestão. O governo vem tomando medidas, por exemplo, para conter os preços do diesel e tentar evitar uma greve de caminhoneiros. Uma paralisação da categoria poderia ter grande impacto econômico e reduzir a popularidade do presidente.

“**Trata-se de um parlamentar marcado por denúncias e investigações envolvendo esquemas de rachadinha, movimentações financeiras suspeitas e um histórico de enriquecimento incompatível com a vida pública**

PT
em resolução sobre Flávio Bolsonaro



FASANO LAS PIEDRAS,
O EMPREENDIMENTO
MAIS COMPLETO DE
PUNTA DEL ESTE.

JHSF
INTERNATIONAL

FASANO
Las Piedras
PUNTA DEL ESTE - URUGUAY



SAIBA MAIS



HOTEL FASANO, SPA, CAMPO DE GOLFE DE 18 BURACOS
POR ARNOLD PALMER, CAMPO DE POLO
POR NACHO FIGUERAS, CENTRO EQUESTRE,
AEROPORTO PRIVADO E BEACH CLUB.



CAMPO DE GOLFE DE 18 BURACOS POR ARNOLD PALMER

política

Pesquisas fazem Flávio Bolsonaro adiar divulgação de plano de governo

Estratégia foi revista para evitar ataques após ideia de nova reforma da Previdência

Raphael Di Cunto, Thaísa Oliveira e Carolina Linhares

BRASÍLIA O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) adiou a divulgação de seu plano de governo para a Presidência. A campanha planejava anunciar linhas gerais do programa no próximo dia 30, em evento em São Paulo, mas reavaliou ante seu crescimento nas pesquisas e para evitar que sejam usadas para atacá-lo.

O documento terá diretrizes para economia, educação, segurança hídrica e terras indígenas. Aliados defendem que a divulgação seja no período de escolha e registro das candidaturas, de 20 de julho a 5 de agosto, mas o prazo ainda pode ser revisto se surgirem novos fatos.

Para integrantes da campanha, Flávio vive um bom momento, com alta nas pesquisas e lança-

mento de candidatos aliados nos estados, e não veem necessidade de um fato novo, como a divulgação das diretrizes do programa — que poderia atrair apoio do mercado, mas também causar ruídos.

A mais recente pesquisa do Datafolha, divulgada em 7 de março, mostrou Flávio empatado tecnicamente com Lula (PT) em simulação de segundo turno: o presidente tem 46% ante 43% do rival.

Inicialmente, a oposição planejava usar o plano de governo para mostrar que Flávio é um candidato consistente e que chegaria ao poder mais preparado do que o pai, com um programa claro do que seria feito nos primeiros dias. O exemplo é a gestão de Javier Milei na Presidência da Argentina, mas menos radical.

O plano serviria para dar tração à pré-candidatura de Flávio, escolhido pelo pai, Jair Bolsonaro, su-

cessor, apesar da resistência do centrão, do agronegócio e do mercado financeiro, que preferiam o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O plano vem sendo desenhado há cinco meses, com especialistas e formatação da consultoria GO Associados. O grupo é liderado pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), com coordenação do ex-deputado tucano e engenheiro Eduardo Cury, pré-candidato a deputado federal pelo PL. O cardápio tem medidas de apelo popular e problemas a enfrentar.

A ideia original, além de promessas de cunho eleitoral, é tratar de temas difíceis, como o déficit da Previdência, deficiências na reforma tributária e a legislação trabalhista, para que a campanha receba um aval da população para propor reformas nessas áreas caso Flávio seja eleito.

46%

foi o percentual de intenção de voto para Lula na mais recente pesquisa do Datafolha

43%

foi o percentual de intenção de voto para Flávio Bolsonaro no mesmo levantamento, representando empate técnico na simulação do segundo turno

Mas a avaliação é de que Flávio já cresceu nas pesquisas a ponto de tornar sua candidatura um fato consumado, demovendo apoiadores de Tarcísio da ideia de que ele ainda pudesse se candidatar à Presidência. Apresentar o plano de governo neste cenário, dizem interlocutores da campanha, só servirá para que seja atacado pelo PT. Um exemplo foi a exploração pela esquerda de declarações de Marinho sobre a necessidade de revisitar as reformas da Previdência e trabalhista.

“O modelo está estourando. Só posso dizer que a gente vai ter que revisitar a Previdência. A trabalhista tem que ser revisitada, porque a reforma de 2017 foi mitigada por várias decisões judiciais. Ao mesmo tempo, ela precisa ser atualizada pelas inovações tecnológicas, pelas novas formas de trabalho que estão crescendo”, afirmou há duas semanas.

As falas foram usadas por nomes de esquerda para se contrapor à pré-candidatura da oposição. “O plano de governo de Flávio Bolsonaro é atacar trabalhador e aposentado”, diz um dos vice-líderes do governo Lula na Câmara, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), em vídeo divulgado nas redes sociais.



Os médicos Brasil Caiado, Mateus Saldanha e Claudio Birolini falam com jornalistas no hospital DF Star, em Brasília

Evaristo Sá - 29.dez.25/AFP

Junta médica responsável pelo tratamento de Jair Bolsonaro tem antipetista e primo de Caiado

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO A equipe médica de Jair Bolsonaro (PL), cujos relatórios têm sido usados pela defesa para pedir sua prisão domiciliar, é formada por um antipetista e um primo do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), que já prometeu anistiar o ex-presidente.

Outro primo do governador, psicólogo, é citado na lista de profissionais que foram recentemente à Papudinha atender o ex-presidente.

Nas redes sociais, Claudio Birolini, o cirurgião-geral da equipe médica que assina os boletins, repostou publicação de tom crítico ao presidente Lula (PT) e ao STF (Supremo Tribunal Federal). Também republicou críticas ao

ator Wagner Moura, alvo da di-reita durante a corrida pelo Oscar com o filme “O Agente Secreto”.

“Wagner Moura é internado às pressas no Hospital Cedars-Sinai Medical Center em Los Angeles, Califórnia. Blogueiro passou mal após ficar 10 horas sem repetir as palavras ‘ditadura’ e ‘Bolsonaro’”, dizia a publicação replicada.

Ele tem criticado nas redes o projeto de lei do senador Raul Góes (PT-AP) que institui a política nacional de combate ao discurso de ódio contra a mulher na internet, sinalizando que a iniciativa seria “vigilância total disfarçada”.

Em outra postagem, o pai do médico, Dario Birolini, posa com o ex-presidente com a medalha “3I: imorrível, imbrochável e in-

comível”, usada pelo ex-mandatário para agradecer aliados.

A **Folha** questionou Claudio Birolini sobre a saúde do ex-presidente e se uma prisão domiciliar poderia abrandar o quadro. Também perguntou como ele se classifica ideologicamente.

Birolini disse que não se manifestaria sobre a saúde do ex-mandatário fora de boletins e relatórios oficiais. Não comentou seu posicionamento ideológico, mas encaminhou suas informações profissionais disponíveis no Google Acadêmico e no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

No site, consta que tem doutorado em clínica cirúrgica pela USP, orientado pelo pai, é diretor no hospital da mesma universi-



Ex-presidente pode deixar UTI nesta semana

Internado com broncopneumonia, Jair Bolsonaro teve melhora nos dois pulmões e segue sem previsão de alta hospitalar. Mas a equipe médica já trabalha com a possibilidade de ele deixar a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) até o final da semana, segundo o cardiologista Brasil Caiado.

Segundo o médico, Bolsonaro teve uma evolução positiva após um terceiro antibiótico ter sido introduzido em seu tratamento na madrugada de domingo (15).

dade e chefe do grupo de hérnias e parede abdominal.

O cardiologista Brasil Caiado é primo do governador de Goiás. Nas redes, diz ter recebido do político a comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, principal honraria do governo estadual.

O governador defende anistia a Bolsonaro, embora se apresente como opção do PSD na disputa presidencial contra a polarização entre o ex-presidente e Lula.

A **Folha** também contatou Brasil Caiado, mas não teve resposta.

A junta médica que assina os boletins do ex-presidente é composta também pelo cardiologista Leandro Echenique, Antônio Aurélio de Paiva Fagundes Jr., coordenador da UTI Geral, e o diretor-geral Allisson B. Barcelos Borges.

Outro primo do governador de Goiás que já atendeu Bolsonaro é Ricardo Caiado, psicólogo e neurocientista, citado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes como profissional autorizado a ingressar nas dependências da carceragem do ex-presidente.

Ele diz ter atendido Bolsonaro quando internado, no primeiro semestre de 2025, no hospital DF Star, e na Papudinha, neste mês de março. E que sua carreira nunca teve influência do sobrenome.

“A coincidência se dá porque em nossa família costumamos ser profissionais naquilo que nos dedicamos. O governador de Goiás, que também é médico ortopedista especialista em coluna, não tem qualquer influência sobre nós”, disse.

A **Folha** o governador também afirmou não ter feito a indicação dos primos ao ex-presidente.

A defesa de Bolsonaro tem pedido repetidamente sua prisão domiciliar baseada em relatórios médicos que apontam o agravamento de sua saúde.

O pedido dos advogados, entretanto, tem sido negado pelo STF.

CASAFOLHA
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

PENSAR
MELHOR
PARA VIVER
MELHOR:

UMA DAS GRANDES VOZES
DA FILOSOFIA ENTRA
PARA O TIME DE MENTORES
DA CASAFOLHA



CLÓVIS DE BARROS FILHO

COMANDA O CURSO:

FILOSOFIA PARA UMA VIDA QUE VALE A PENA

Conheça
as 8 aulas
deste curso:

- AULA 1 - Quando a filosofia atravessa a vida

AULA 2 - O que é dar valor às coisas

AULA 3 - Sócrates, Platão e Aristóteles

AULA 4 - Epicurismo e estoicismo
- AULA 5 - A virada humanista moderna

AULA 6 - Princípios da ética

AULA 7 - Reflexões sobre identidade e mudança

AULA 8 - Escolhas que fazem a vida valer a pena

Assine agora

e aproveite
a oferta
exclusiva.

DE R\$ 59,90 POR APENAS
12x de R\$ 19,90/MÊS.
*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL.



Já é assinante Folha? Acesse: casafolhasp.com.br/upgrade
e faça o upgrade de sua assinatura.

FOLHA DE S.PAULO

Foto: Divulgação

política

Moro decide se filiar ao PL para concorrer ao Governo do PR com o apoio de Flávio

Apoio a ex-juiz rompe aliança com Ratinho Jr.; senador deixa União Brasil após reunião com dirigentes de federação com PP

Carolina Linhares e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA Depois de acertar o apoio do PL à sua candidatura ao Governo do Paraná, o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) decidiu, nesta quarta-feira (18), deixar seu partido e se filiar à legenda de Flávio Bolsonaro para disputar a eleição. Moro tem aparecido à frente em pesquisas de intenção de voto no estado.

O senador se reuniu, durante a tarde, com a cúpula da federação União Brasil-PP para decidir por qual partido iria concorrer —o PL também havia lhe oferecido a legenda. A tendência do União Brasil era apoiar a candidatura de Moro, mas o senador enfrenta resistências no PP do Paraná.

A ideia, segundo a reportagem apurou, é de que a vaga de vice-governador na chapa do senador seja oferecida à federação. O PL pretende também lançar o deputado Filipe Barros (PL-PR) ao Senado, e a segunda vaga de candidato a senador seria de Deltan Dallagnol (Novo-PR).

Mais cedo nesta quarta, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, se reuniu com Moro e declarou o apoio do PL à candidatura do senador, o que representou um rompimento com o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD).

Como afirmou Valdemar, a preocupação do PL era a de garantir um palanque para Flávio no estado, já que Ratinho Jr. deve ser escolhido candidato do PSD à Presidência na próxima semana.

“Nós vamos ter que unir todo

Personagens da disputa pelo governo do PR

Sergio Moro (União Brasil)
O senador decidiu se filiar ao PL para concorrer ao governo do estado com o apoio de Flávio Bolsonaro (PL)

Ratinho Jr. (PSD)
O atual governador do Paraná pretende se candidatar à Presidência da República, mas tem plano de manter a influência no estado fazendo seu sucessor

Guto Silva (PSD)
Secretário das Cidades, é o favorito de Ratinho Jr. para concorrer ao governo do estado em outubro

Alexandre Curi (PSD)
Presidente da Assembleia Legislativa, disputa com Guto Silva o posto de candidato governista no estado

mundo lá para ele ganhar a eleição no primeiro turno. Senão nós estamos mortos por causa do Ratinho”, disse Valdemar, pouco antes de Moro decidir trocar o União Brasil pelo PL.

Questionado sobre o rompimento entre o PL e Ratinho Jr, Valdemar respondeu que o governador do Paraná mora no seu coração. “Mas acontece que ele vai sair de candidato a presidente, então vamos fazer zero votos no Paraná? E Moro está lá explodindo. Talvez, com 22 [na legenda], Moro ganhe até a eleição no primeiro turno.”

Na semana passada, Ratinho Jr. chegou a se reunir com o coordenador da campanha de Flávio, o senador Rogério Marinho (PL-RN), para tentar barrar o apoio do PL a Moro, o que atrapalharia seus planos para a sucessão no governo do estado.

A condição colocada pelo PL, no entanto, foi de que Ratinho Jr. desistisse de concorrer ao Palácio do Planalto para apoiar Flávio —o governador é cotado inclusive como possível vice do presidenciável bolsonarista. Mas o que ocorreu foi o oposto: o PSD consolidou a decisão de lançar Ratinho nos próximos dias, o que acelerou o acordo entre o PL e Moro.

Até esta quarta-feira, havia um acordo para que a sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro se aliasse ao candidato de Ratinho no estado, em troca de Filipe Barros concorrer ao Senado.

O presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Curi (PSD),



Sérgio Moro deixa seu gabinete no Senado Pedro Ladeira - 1º.abr.24/Folhapress

trabalha para ser escolhido por Ratinho como seu sucessor, mas o governador demonstra preferência pelo secretário das Cidades, Guto Silva (PSD).

O acordo entre o ex-juiz da Lava Jato e o partido de Bolsonaro marca uma nova reviravolta na relação dele com o bolsonarismo. Em 2018, o hoje senador do União Brasil largou a magistratura para ser ministro da Justiça do então presidente eleito. Deixou o governo em 2020, acusando o ex-aliado de querer intervir na Polícia Federal.

Em 2022, tentou se lançar à Presidência da República, com discurso crítico ao bolsonarismo, mas não conseguiu apoio partidário no União Brasil.

“Chega de rachadinha”, disse ele em pronunciamento em 2021, em uma referência a acusações contra o filho mais velho do então presidente.

Ainda em 2022, mudou de posição e fez campanha para Bolsonaro no segundo turno da eleição, tendo inclusive acompanhado o aliado em debate na TV Bandeirantes.

Presidente da CPI do INSS cobra investigação sobre empresa de Lulinha

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do INSS, disse nesta quarta (18) que a abertura, por Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Lula (PT), de uma empresa na Espanha é mais um ponto que precisa ser esclarecido em relação às atividades do empresário.

Lulinha abriu em Madri, no dia 13 de janeiro de 2026, a Synapta, “empresa de gaveta”. A CPI que apura descontos indevidos em benefícios pagos pelo INSS começou em agosto de 2025.

A defesa de Lulinha diz que a empresa cumpre as exigências legais e ainda não exerce atividades, tendo sido formalizada visando projetos futuros. Por já estar constituída, mas sem atividades efetivas relevantes, é consi-

“Não posso fazer uma afirmação de que o filho do presidente tenha culpa ou não, mas o fato é que há uma série de pontos que precisam ser investigados e que, infelizmente, a base do governo vetou

Carlos Viana (Podemos-MG)
senador e presidente da CPI do INSS

derada por ora como “de gaveta”.

A PF disse em relatório, divulgado pelo jornal O Estado de S. Paulo, que a saída dele do Brasil poderia ser uma “evasão do país”.

Viana disse que a comissão não tem provas contra Lulinha porque, avalia, o governo teria agido, por meio de sua bancada no Congresso, para blindá-lo.

Lulinha teve os sigilos bancário e fiscal quebrados pelo STF (Supremo Tribunal Federal), a pedido da PF, e pela CPI do INSS em fevereiro. A decisão foi suspensa pelo ministro Flávio Dino e será julgada em plenário da corte.

“Não posso fazer uma afirmação de que o filho do presidente tenha culpa ou não, mas o fato é que há uma série de pontos que precisam ser investigados e que, infelizmente, a base do governo vetou”, disse o senador.

“Vetou na CPMI, mas está aparecendo na PF, vai aparecer no in-

quérito final, e essa empresa na Espanha é mais um ponto que precisa ser esclarecido.”

As investigações sobre o INSS apuram informações, relatadas por uma testemunha, de que o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, suspeito de realizar pagamentos para manter o esquema de fraudes na Previdência, teria repassado valores a Lulinha por meio da empresária Roberta Luchsinger, amiga de sua mulher, Renata de Abreu Moreira.

“A defesa já reconheceu que ele viajou com Antonio Carlos Camilo”, disse Viana. “Vou dizer que houve dolo? Isso não posso, mas nós temos todos os pontos se conectando, um lobista, pessoas ligadas a ele, gente trabalhando no mesmo escritório. É claro que temos a obrigação de investigar e dar uma resposta ao país.”

A defesa de Lulinha admitiu

nesta semana que ele viajou a Portugal, com despesas pagas pelo lobista, para conhecer um projeto de canabidiol.

Especialistas ouvidos pela reportagem dizem que o fato de estar na Espanha não deixa Lulinha fora do alcance de autoridades brasileiras, que têm acordos de cooperação com o país europeu. O filho do presidente pode ser ouvido por autoridades espanholas, com perguntas elaboradas pelos investigadores brasileiros, por autoridades brasileiras enviadas para lá ou por videoconferência. Também é possível cumprir mandados de busca e apreensão.

Contudo, o trâmite desses pedidos passa por órgãos administrativos, como o Ministério da Justiça, no caso do Brasil, que são sujeitos a interferências políticas que podem retardar o processo.

Colaborou Bruno Ribeiro, de São Paulo

Se tem mistério,
perigo e adrenalina...

#TáNa PlutoTV

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA



Assista agora. Não pague nunca.



O ministro Flávio Dino em sessão de julgamento da Primeira Turma do STF Gabriela Biló - 17.mar.26/Folhapress

Entenda a discussão sobre uso de aposentadoria compulsória como punição para juízes

Decisão do ministro Flávio Dino, do STF de que prática é inconstitucional pode ter efeito ampliado caso seja adotada como precedente jurídico

Renata Galf

SÃO PAULO A punição máxima aplicada a juízes que cometem infrações disciplinares graves vem sendo a aposentadoria compulsória, em que eles deixam o cargo, mas seguem sendo remunerados.

Na segunda-feira (16), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino deu uma decisão afirmando que essa punição é inconstitucional. Em paralelo, o tema teve andamento no Senado, onde uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre o assunto está tramitando.

*

Juízes podem ser demitidos?

Segundo a Constituição, os juízes são vitalícios, de modo geral. Na primeira instância, passam a essa condição após dois anos de exercício. Adquirida a vitaliciedade, a demissão — quando o juiz é retirado da magistratura e deixa de receber — caberia apenas para casos em que há sentença judici-

al transitada em julgado, como é o caso de condenações criminais.

O que é uma infração disciplinar?

Como o cargo de juiz traz uma série de deveres, há a possibilidade de instauração de processo administrativo tanto no tribunal do qual ele faça parte quanto no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para eventual aplicação de penalidade disciplinar em caso de descumprimento. Esse tipo de decisão não tem caráter judicial.

Resolução do CNJ prevê a pena disciplinar de aposentadoria compulsória em algumas situações, como de manifesta negligência no cumprimento dos deveres e conduta incompatível com a dignidade, a honra e o decoro das funções. Desde 2006, foram aplicadas, apenas pelo CNJ, 126 penalidades deste tipo.

O que Dino decidiu?

Ao analisar o recurso de um juiz do Rio de Janeiro que pretendia

reverter sua punição pelo CNJ, de pena de aposentadoria compulsória, Dino decidiu que a penalidade em si é inconstitucional.

Com isso, a punição mais grave que o CNJ poderia aplicar administrativamente passaria a ser a disponibilidade, que é uma espécie de afastamento.

Dino complementou sua ordem afirmando que, caso o CNJ mantenha o entendimento anterior, de que o caso é de gravidade máxima, deve encaminhá-lo para a AGU (Advocacia-Geral da União) — a quem caberia, segundo o ministro, ingressar com ação judicial para perda do cargo, a ser apresentada ao Supremo.

Qual é o argumento de Dino?

Segundo Dino, a partir da reforma da Previdência de 2019, feita por meio de emenda à Constituição, a punição de aposentadoria compulsória passou a ser inconstitucional. Para ele, isso decorre do fato de que artigos que antes mencionavam a aposentadoria

de juízes entre as sanções administrativas deixaram de citá-la.

Apesar de ter retirado essa menção, a reforma manteve em aberto o rol de sanções possíveis ao dizer que o CNJ pode aplicar a remoção, disponibilidade ou “outras sanções administrativas”.

A decisão de Dino vale para todos os casos?

Em tese, ela se aplica apenas ao caso concreto do processo em que ele proferiu a ordem. Apesar disso, o despacho de Dino pode acabar abrindo caminho tanto para que outros órgãos sigam o precedente, deixando de aplicar esse tipo de punição, quanto para que o CNJ altere a resolução que prevê as penas administrativas cabíveis a magistrados.

O CNJ pretende fazer algo?

Edson Fachin, presidente do CNJ e do STF, já entrou em contato com o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, para definir os encaminhamentos no conselho. A aposentadoria compulsória, enquanto pena disciplinar, está prevista tanto em resolução do CNJ quanto no Estatuto da Magistratura, cuja iniciativa de proposição legislativa é reservada ao STF.

Quais são as principais críticas à decisão de Dino?

Críticos apontam que a decisão foi monocrática, sem precedente no STF, e põem em dúvida o entendimento de que competência para analisar na via judicial os casos de perda de cargo do CNJ seria necessariamente do STF.

O que dizem representantes da magistratura?

Após a decisão de Dino, o presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), Caio Marinho, destacou que, durante a carreira, juízes realizam “contribuições elevadas ao regime próprio de Previdência”. Diz ainda que, por isso, a “substituição da aposentadoria compulsória pela perda do cargo, sem o devido tratamento da questão previdenciária, poderia levar à retenção pelo Estado de valores recolhidos durante toda a vida funcional, sem a correspondente contraprestação”.

Procuradas pela Folha, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e a Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) disseram que não iriam se manifestar sobre a decisão.

Fux altera regras de eleição indireta no Rio de Janeiro e atinge pré-candidatos a mandato-tampão

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), anulou nesta quarta-feira (18) dois pontos das regras estabelecidas para eleições indiretas no Rio de Janeiro. Ele determinou que o prazo de desincompatibilização de seis meses para a candidatura seja respeitado e que a votação seja secreta.

A decisão afeta diretamente os

pré-candidatos que vêm se movimentando para disputar o mandato-tampão, até o fim de 2026, após a provável renúncia do governador Cláudio Castro (PL) para disputar o Senado.

A liminar foi proferida atendendo aos pedidos do PSD, sigla do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que é pré-candidato na eleição direta de outubro ao governo estadual. A decisão foi enviada para o plenário do STF.

Fux entendeu que as eleições indiretas devem respeitar o prazo mínimo de seis meses de desincompatibilização de cargos do Poder Executivo, como prevê a legislação eleitoral. A lei aprovada na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e sancionada por Castro havia previsto o prazo de um dia após a dupla vacância do cargo de governador.

Essa mudança impede que ocorram na eleição indireta todos



O ministro Luiz Fux, do Supremo, durante sessão do tribunal Evaristo Sá - 10.set.25/AFP

os pré-candidatos que se movimentam junto a deputados para tentar o mandato-tampão. Os secretários estaduais Douglas Ruas (Cidades) e Nicola Miccione (Casa Civil) tentam o apoio do PL, enquanto o secretário de Assuntos Parlamentares do governo Lula, André Ceciliano (PT), também procurou deputados para tentar viabilizar a candidatura.

Aliados de Castro vinham argumentando que decisões anteriores do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre eleições suplementares abriam brechas para a flexibilização do prazo de desincompatibilização.

Erika Hilton na Comissão da Mulher expõe racha na esquerda feminista

Ala contesta papel da deputada federal trans como representante das mulheres; defensores dizem que experiência social e atuação política pesam mais do que biologia

Anna Virginia Balloussier e Evelyn Aires

SÃO PAULO A reação à direita não surpreendeu ninguém quando a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) foi eleita por pares, com 11 votos a favor e 10 em branco, para presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Houve grita generalizada sustentando que Hilton, primeira deputada federal trans junto com Duda Salabert (PDT), não é mulher coisa nenhuma. Até aí esperado, dada a aversão à transgeneridade no grupo. Mas o desconforto não ficou restrito ao cercadinho ideológico. Em alas da esquerda, ela também criou rachas. São dissidentes que se dizem alinhadas a pautas progressistas sem deixar de questionar se uma mulher trans deveria liderar o colegiado. A posição majoritária no campo é reconhecer mulher trans como mulher.

Um termômetro: comentários num post do ministro Guilherme Boulos (Secretaria-Geral) classificando a rejeição à presidência de Hilton como transfobia. “Extrema direita, gente? Ao meu redor, um caminhar de mulher de esquerda achando isso um absurdo”, escreveu a psicanalista Ana Luiza Dalcanal.

Letícia Nascimento, que lidera o Sagrado Feminino Real, projeto voltado à “espiritualidade feminista que se pauta na experiência material das mulheres”, disse: mulheres “críticas de gênero” seriam “hostilizadas” e tachadas de “fascistas de direita” ao “apontar incongruências do transativismo”.

Esse argumento se ancora em opiniões como a de Reem Alsalem, relatora Especial da ONU sobre violência contra mulheres.



Erika Hilton na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Kayo Magalhães - 11.mar.26/Divulgação Câmara

11 votos favoráveis elegeram Erika Hilton para a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

10 deputados votaram em branco na mesma comissão

Para ela, pode-se adotar identidade de gênero diferente da de nascimento, mas isso não implica acesso automático a todos os direitos de “mulheres biológicas”. Alsalem veio ao Brasil às vésperas do Dia da Mulher, e sua posição gerou repúdio do Conselho Nacional de Direitos LGBTQIA+. Ligado ao governo federal, o grupo mencionou “segmentos sociais radicais que flertam com a transfobia e a demonização de corpos e subjetividades trans” ao criticá-la. Hilton, falando da onda de ataques a ela, disse não ligar para “a opinião de transfóbicos e imbecis”. Trocadilho com “cis”, que é quem se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A ideia de que nascer com aparelho reprodutivo feminino é inalienável à condição feminina é muitas vezes vinculada às rad-

fems, ou feministas radicais. Mas não são só. J.K. Rowling, criadora da série Harry Potter, é notória crítica da pauta trans. No Brasil, a Matria (Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil) defende a “importância do marcador sexo” nesse debate. “Mulheres são um grupo definido por uma realidade material, o sexo feminino, e muitas das políticas públicas existentes foram construídas justamente a partir dessa realidade”, defende Clarice Saadi, diretora da organização. E correm o risco de serem relativizadas se isso não for levado em conta, segundo ela. Ela cita o exemplo da penitenciária feminina do Distrito Federal. “Há 86 pessoas do sexo masculino alojadas no presídio feminino, e as mulheres relatam serem constrangidas e assedi-

adas pelos travestis que foram transferidos para lá com base em uma autodeclaração de gênero”, ela diz, usando sempre o pronome masculino para se referir a esse grupo. A nova presidente da Comissão da Mulher, diz, não cancelaria um projeto de lei que vete a presença de trans e travestis nesses presídios. Isso é ignorar a “realidade objetiva das mulheres”. Defensores da liderança de Hilton dizem que mulheres ditas biológicas não representam automaticamente todas as mulheres, já que experiências variam com classe, raça e contexto social. Uma mulher rica pode não vivenciar problemas de mulheres pobres, uma branca os de uma negra etc. Assim, a representação política não deve se basear só na identidade, mas na capacidade de atuar em diferentes realidades. Autora de “Quando Me Descobri Negra” e colunista da Folha, Bianca Santana vê a psolista como “duplamente qualificada” para o papel: é parlamentar eleita e mulher comprometida com os direitos femininos. Para ela, descredibilizá-la revela transfobia, já que não há impedimento legal. A psicanalista Vera Iaconelli, também colunista do jornal, vai além: ser trans não é ônus, é bônus, porque Hilton “trabalha com uma minoria dentro de uma minoria”. Além de trans, é negra. “Então a gente tem recorte de gênero e de raça. E ela vem de uma origem periférica.” Conseguiria, assim, ter um olhar mais sensível para um grupo tão marginalizado sem desconsiderar mulheres cis e brancas, diz. A ginecologista Daniela Menezes, idealizadora da Casa Cateté, voltada à saúde da mulher, diz que, “do ponto de vista médico, não existe fundamento para afirmar que uma mulher trans não pode representar mulheres”. Claro que biologia importa. Ninguém nega a importância do rastreamento do câncer de próstata em uma mulher trans, por exemplo. “Mas essas categorias não foram feitas para definir papel social, identidade ou representação política.”

Colegiado focou combate à violência contra a mulher no ano passado

Laura Scofield

BRASÍLIA A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, hoje presidida pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), priorizou a aprovação de projetos de lei sobre violência contra a mulher em 2025. O colegiado analisou e chancelou, por exemplo, o projeto que determina que agressores deverão ser monitorados por meio de tornozeleiras eletrônicas, aprovado pela Câmara na última semana. Também foram aprovados projetos sobre saúde da mulher, maternidade e primeira infância, além de propostas que buscam promover autonomia econômica. Ao todo, durante a última gestão, presidida pela deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), a comissão aprovou 121 projetos de lei e fez 102 reuniões e eventos.

O colegiado da Câmara dos De-

“ Nós conseguimos extrapolar a barreira do ódio, a barreira do preconceito, a barreira da discriminação, a barreira da invisibilidade e da negação da própria identidade

Erika Hilton (PSOL-SP) deputada federal e primeira mulher trans a presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados

putados tem como atribuições discutir e propor legislações voltadas à promoção da igualdade de gênero, além de acompanhar e fiscalizar as políticas governamentais destinadas às mulheres. A comissão aprovou, ainda, a destinação de R\$ 3,6 bilhões em emendas ao Orçamento, dos quais R\$ 1,7 bilhão foi direcionado à implementação e apoio do programa de Casas da Mulher Brasileira, que busca garantir condições de enfrentamento à violência e empoderamento da mulher. Criado em 2016, o colegiado já teve dez presidentes, todas mulheres. Além de Hilton e Xakriabá, Gorete Pereira (PR-CE), Shéridan (PSDB-RR), Ana Perugini (PT-SP), Luisa Canziani (PSD-PR), Elcione Barbalho (MDB-PA), Policial Katia Sastre (PL-SP), Lêda Borges (PSDB-GO) e Ana Pimentel (PT-MG) presidi-

ram a comissão. Hilton foi eleita presidente na semana passada, após receber 11 votos favoráveis no segundo turno de votação. Na primeira tentativa de eleição, a chapa havia sido rejeitada, pois a deputada recebeu 10 votos e 12 parlamentares votaram em branco. A votação foi virtual e secreta. “Nós conseguimos extrapolar a barreira do ódio, a barreira do preconceito, a barreira da discriminação, a barreira da invisibilidade e da negação da própria identidade”, disse Hilton. Também compõem a chapa as deputadas Laura Carneiro (PSD-RJ), Delegada Adriana Accorsi (PT-GO) e Socorro Neri (PP-AC), que ocupam a 1ª, 2ª e 3ª vice-presidência da comissão. À Folha, Hilton afirmou que a comissão “é um espaço de construção coletiva, que precisa refle-

tir a diversidade real das mulheres brasileiras”. A nova presidente afirma que priorizará o combate à violência e o “enfrentamento urgente ao feminicídio”, além do debate “sobre o direito ao descanso e o combate à exploração do trabalho feminino”. Durante a eleição, parlamentares bolsonaristas disseram que a maioria do colegiado seria contra o grupo, mas depois a chapa ganhou por um voto. A deputada Chris Tonietto (PL-RJ), por exemplo, argumentou após a primeira votação que “sequer deveria haver um segundo escrutínio”, mas negou que estivesse tentando sabotar a eleição. Apesar da resistência, não houve proposição de chapa contrária, já que as presidências de comissões foram repartidas entre os partidos por meio de acordo fechado ainda no início do ano.

política

STF, o nome do teu sócio é OAB

Não há crise da ética judicial sem crise da ética advocatícia

Conrado Hübner Mendes

Professor da USP, é doutor em direito e ciência política, e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

O advogado “aguerrido”, que faz “tudo pela defesa de seu cliente”; o advogado “combativo”, treinado nos “golpes abaixo da cintura” do vale-tudo processual, especialista em infernizar “dentro da lei” a parte contrária; e o advogado “influencer”, viciado em “selfie-lobby”, entram num bar. Lá encontram a advogada-esposa de ministro, a advogada-esposa de outro ministro e o advogado-filho de um terceiro ministro, bacharéis equipados pelo mérito do nascimento ou do casamento.

Chateados pela falta de reconhecimento à sua expertise em oligopolizar as portas de tribunais superiores, desabafam na roda. Temem que regras de conduta, sempre elas, passem a atrapalhar os negócios. Temem que o código de ética da profissão seja levado a sério. E combatem esse moralismo.

O grupo conquistou hegemonia na cúpula do Estado de Direito brasileiro. Nas causas jurídicas do grande poder corporativo, a advocacia do know-how jurídico foi escanteada pela advocacia do know-who lobístico. A economia processual de provas e argumentos cedeu lugar para a economia de laços de influência. E o projeto de “governo das leis” vai sendo desidratado na partida.

A Ordem dos Advogados do Brasil faz vista grossa para essa advocacia. Seus órgãos diretivos até se confundem, em parte, com ela. Acomodam-se no grito por prerrogativas e direitos de advogados, mas silenciam sobre deveres e responsabilidades; reduzem a profissão a negócio privado e fazem do advogado um ventríloquo de interesses do cliente vertidos, sem filtro, ao jargão jurídico.

O Estatuto da Advocacia define que “no seu ministério privado o advogado presta serviço público e exerce função social”. O Código de Ética da Advocacia concebe o advogado como “defensor do Estado democrático de Direito, da cidadania, da moralidade pública”, e seu negócio, atenção ao verbo, se “subordina à função pública que exerce”.

Principal órgão de controle da advocacia, a Comissão de Ética da OAB não ousa incomodar a advocacia que comercializa parentesco, acesso privilegiado a salas de jantar e quebra do fair play nos casos de magnitude macroeconômica. Sente-se mais à vontade vigiando advogado iniciante que divulga seu serviço em rede social.

A OAB ignora a confusão deliberada entre direito de defesa e privilégio da proximidade, entre devido processo legal e má-fé. Alguns comentaristas chamam o fenômeno de “imoral, não ilegal”, mas não respondem de onde veio esse complacente juízo de legalidade.

A OAB-SP propôs um Código de Ética ao STF. A iniciativa é valiosa, mas tem aspecto sintomático: o silêncio obsequioso à antiética advocatícia dificulta qualquer pretensão de regeneração da conduta de juízes. Para conter a antiética judicial, enfrentar um de seus principais corruptores ativos já seria um avanço.

A qualidade do Estado de Direito é proporcional à competência intelectual e moral da profissão jurídica. Há um tronco comum da ética das funções essenciais da Justiça.

Não se pode dançar tango sozinho. A antiética judicial não vive sem a antiética advocatícia. E vice-versa. A sociedade oculta entre STF e OAB foi construída em prejuízo das duas instituições, em benefício de alguns de seus operadores.

Os ingressos para Lisboa 2026 estão à venda. O que acontece em Lisboa fica em Lisboa.

Nas causas jurídicas do grande poder corporativo, a advocacia do know-how jurídico foi escanteada pela advocacia do know-who lobístico



O professor da USP Clóvis de Barros Filho grava participação na CasaFolha Gabriel Cabra/Folhapress

Clóvis de Barros Filho estreia curso inédito de filosofia na CasaFolha nesta quinta (19)

Professor de ética na USP se junta a Luiz Felipe Pondé na Jornada do Conhecimento; aulas já estão disponíveis para assinantes na plataforma

Uirá Machado

SÃO PAULO O professor Clóvis de Barros Filho estreia nesta quinta-feira (19) na CasaFolha, a plataforma de streaming lançada pela Folha. Ele comanda o curso inédito “Filosofia para uma vida que vale a pena”, que está disponível para assinantes no site casafolhasp.com.br.

Formado em jornalismo e direito, com trajetória acadêmica que inclui doutorado e livre-docência pela Escola de Comunicação e Artes da USP, Clóvis se destacou como professor de ética e se tornou um dos palestrantes mais requisitados do Brasil.

Para a CasaFolha, ele preparou aulas que, nas suas palavras, “têm por objeto a vida humana”. Ele visita o pensamento de diferentes filósofos para discutir questões como o que dá sentido à existência, como olhar para a própria identidade e lidar com a mudança.

“É muito importante ter presente na mente o que a vida pode ter de bom, porque só assim você poderá buscar, de maneira consciente, estratégica e focada, aquilo que talvez você chame de felicidade.”, afirma.

Para assistir às lições de Clóvis de Barros Filho, é preciso ser assinante da CasaFolha.

É possível se vincular à plataforma pelo endereço casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto promocional de 67%, sai por R\$ 19,90 por mês no plano anual (R\$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da Folha no site e no aplicativo para celular e tablet.

Quem já é assinante da Folha não precisa de uma nova assinatura. Basta fazer o upgrade por R\$ 10 adicionais no plano do jornal em casafolhasp.com.br/upgrade.

Com a estreia de Clóvis de Barros Filho, a CasaFolha chega a 35 cursos exclusivos comandados por grandes personalidades em diferentes áreas, como o ex-ministro Pedro Malan, que explica como analisa a economia, o cineasta José Padilha, que aborda a arte de contar histórias, a chef Helena Rizzo, que fala sobre alta gastronomia, e a Monja Coen, que ensina meditação.

Além disso, novos conteúdos são incluídos todos os meses na plataforma. Em fevereiro, por exemplo, estreou o curso de jornalismo com Sérgio Dávila, diretor de Redação da Folha.

Nas aulas a, o professor mistura conhecimento teórico com reflexões pessoais. É que, poucos anos atrás, ele descobriu que ti-

nha a doença de Behçet, uma condição rara que pode levá-lo à morte. Por causa disso, passou a valorizar ainda mais o desapego e as experiências do presente.

Em suas lições na CasaFolha, o professor explica, por exemplo, como os gregos antigos e os estoicos pensavam sobre essas questões e discute o sentido das mudanças e das permanências.

Ele também se dedica ao que chama de grandes valores da vida. “Tudo aquilo que, na vida, pode compensar as suas dores e as suas mazelas”, afirma o autor de mais de 30 livros, entre os quais “Ética na Comunicação” e “A Vida que Vale A Pena Ser Vivida”.

As aulas de Clóvis de Barros Filho integrarão a Jornada do Conhecimento na CasaFolha, que conta com o curso “Filosofia: grandes pensadores e suas ideias”, comandado por Luiz Felipe Pondé.

Escritor e colunista da Folha, Pondé reúne lições sobre os principais filósofos do Ocidente, em um sobrevoo que abrange 2.500 anos de história.

Como o próprio Pondé afirma, “nesse curso, você vai encontrar uma visão panorâmica — mas nem por isso superficial — que pode te dar uma primeira noção do que é a filosofia para além do senso comum”.

Lançada em setembro de 2024 pela Folha, a CasaFolha apresenta os conteúdos em formato de “masterclasses”, que podem ser acompanhados sob demanda.

Além disso, a plataforma promove lives com os professores, para que assinantes aprofundem discussões relacionadas aos cursos.

BC de Galípolo faz seu 1º corte de juros, de 0,25 ponto, e cita incerteza da guerra

Em decisão após dias de turbulência nos mercados devido ao conflito no Oriente Médio, Copom reduz a taxa Selic para 14,75% ao ano e evita sinalizar seus próximos passos

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) iniciou nesta quarta-feira (18) o ciclo de corte de juros e reduziu a taxa básica (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. Os dias que antecederam a decisão foram marcados por mudanças nas expectativas do mercado e forte estresse nos juros futuros.

Apesar da turbulência provocada pela guerra no Irã, o colegiado do Banco Central confirmou o plano traçado no encontro anterior, em janeiro, quando sinalizou a intenção de iniciar a redução de juros em março. Foi a primeira queda sob a gestão de Gabriel Galípolo.

Mas o comitê não antecipou quais serão os seus passos futuros e deixou a próxima decisão em aberto, citando “forte aumento da incerteza”. Evitou até mesmo palavras como “redução” ou “cortes” e optou por mencionar ciclo de “calibração” da política de juros. A ideia do Copom é ter mais clareza da profundidade e da extensão do conflito no Oriente Médio antes de definir os movimentos seguintes.

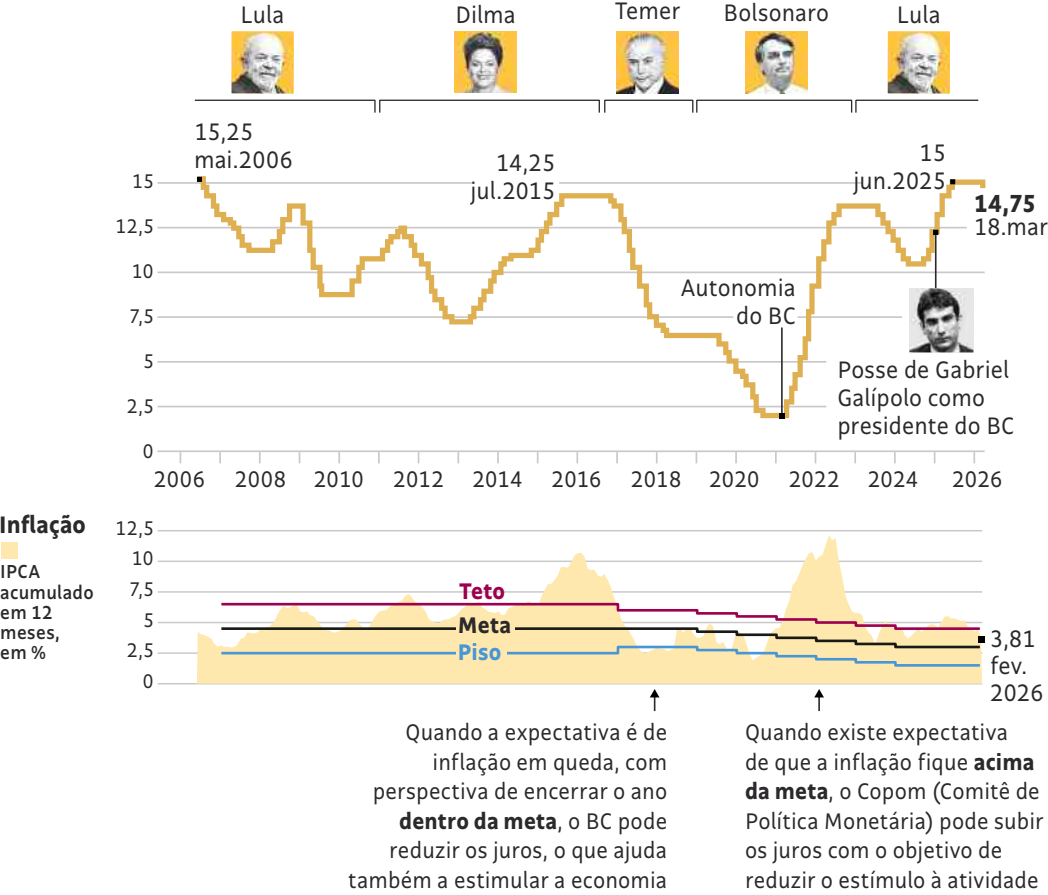
Votaram 7 dos 9 membros, em decisão unânime. Ainda não foram indicados os substitutos dos diretores Diogo Guillen (Política Econômica) e Renato Gomes (Organização do Sistema Financeiro e de Resolução), cujos mandatos terminaram em 31 de dezembro de 2025.

Cautela (usado três vezes) e incerteza (quatro vezes) foram termos que nortearam a decisão do comitê e deram o tom do comunicado divulgado ao término da reunião.

“No cenário atual, caracteriza-se por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas infor-

Evolução da taxa básica de juros

Em % ao ano



Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

Brasil é o segundo país com maior juro real

Top 15, em % ao ano

Turquia	10,38
Brasil	9,51
Rússia	9,41
Argentina	9,41
México	5,39
África do Sul	5,22
Indonésia	3,31
Hungria	3,02
Colômbia	2,99
Filipinas	2,81
Hong Kong	2,71
Polônia	2,61
Israel	2,39
Chile	2,23
Rep. Tcheca	2,20

Fonte: Portal MoneyYou e Lev Intelligence

mações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo”, disse.

Às vésperas do encontro, cresceu no mercado financeiro a aposta de uma redução menor de juros no primeiro movimento, de 0,25 ponto percentual, diante da disparada dos preços do petróleo. Antes da escalada do conflito no Oriente Médio, o consenso era de corte de 0,5 ponto percentual.

Levantamento feito pela Bloomberg mostrava que, entre 30 instituições consultadas, 19 previam queda da Selic para 14,75%, 10 projetavam redução para 14,5% e uma acreditava na manutenção

da taxa básica em 15% ao ano pela sexta vez seguida.

A mudança na expectativa provocou volatilidade no mercado, com alta na curva de juros futuros. O Tesouro teve de realizar recompras de títulos para conter a escalada, na maior intervenção em mais de uma década.

Diante da incerteza no ambiente global, o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) decidiu manter os juros entre 3,5% e 3,75%, pela segunda reunião consecutiva. Agora, a diferença entre os juros dos EUA e do Brasil está em 11 pontos percentuais.

O Copom disse olhar para os impactos futuros do conflito no Oriente Médio, sobretudo os efeitos provocados sobre a cadeia de

suprimentos global e os preços de commodities, que afetam a inflação no Brasil de forma direta e indireta.

De acordo com o colegiado do BC, houve distanciamento adicional das projeções de inflação em relação à meta de 3%. Em seu cenário de referência, a estimativa para este ano saltou de 3,4% para 3,9%. Para o terceiro trimestre de 2027, a estimativa subiu de 3,2% para 3,3% —acima do alvo. Esse é o prazo na mira do Copom devido aos efeitos defasados da política de juros sobre a economia.

O comitê, contudo, reconheceu que a incerteza em relação a suas próprias projeções aumentou consideravelmente, diante da falta de clareza sobre a duração da guerra e de seus impactos.

A tensão global pesou na escolha do BC por um primeiro passo conservador, apesar da pressão crescente do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e dos setores produtivos pela queda dos juros.

“O ambiente externo tornou-se mais incerto, em função do acirramento de conflitos geopolíticos no Oriente Médio, com reflexos nas condições financeiras globais”, ressaltou. Além disso, afirmou que o cenário exige cautela por parte de países emergentes, com é o caso do Brasil, pela maior volatilidade dos preços de commodities.

Ao justificar a decisão desta quarta-feira, o Copom disse ver evidências dos efeitos dos juros altos por longo período sobre a desaceleração da atividade econômica e que, por isso, julgou que seria apropriado dar início ao ciclo de queda da Selic.

Segundo o colegiado, foram criadas condições para que “ajustes no ritmo dessa calibração, à luz de novas informações, sejam possíveis de forma a assegurar o nível compatível com a convergência da inflação à meta.”

Esse foi o primeiro corte da Selic em quase dois anos. A queda anterior fora em maio de 2024, quando Roberto Campos Neto ainda era o presidente do Banco Central.

O alívio naquela época durou pouco e, na sequência, foi executado um ciclo de alta que alçou, em junho de 2025, a taxa básica de juros ao nível de 15% ao ano. Desde então, a Selic tinha ficado estacionada no mesmo patamar.

Continua na pág. A16

Fornecedor global de soluções intralogísticas

Automação e robótica
Sistema de gerenciamento de armazém
Sistemas de armazenagem

0800 771 3036
mecalux.com.br

economia

PAINEL S.A.

Alex Sabino (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Pagamento no iPhone

Apple é alvo de inquérito no Cade. A autarquia investiga suposto abuso de posição dominante no mercado de pagamentos por aproximação em dispositivos iOS. O Conselho pediu à empresa informações sobre tarifas, requisitos técnicos e contratos firmados com desenvolvedores no Brasil. O motivo é a tecnologia NFC, que permite pagamentos por aproximação nos iPhones. No sistema Android, o acesso é aberto. Nos dispositivos da Apple, a comunicação com o NFC e com o hardware que armazena o pagamento está sujeita a contrato comercial e cobrança por transação.

VIABILIDADE ECONÔMICA A questão atinge o Pix por aproximação. Como é gratuito, sem receita para os bancos, os custos de integração à plataforma tornam a oferta da funcionalidade nos iPhones inviável do ponto de vista econômico para os emissores. A modalidade não existe no sistema da Apple.

TROCA DE ARGUMENTOS Bancos e fintechs dizem que as condições impostas criam barreiras à entrada e ao desenvolvimento de soluções concorrentes. A Apple se manifestou ao Cade dizendo que os desenvolvedores brasileiros têm acesso ao seu sistema, em um modelo que seria mais seguro que o do Android.

BLOQUEADO O TCU suspendeu o repasse de R\$ 2,6 bilhões em recursos federais para a construção do túnel imerso entre Santos e Guarujá. O acórdão proíbe a Autoridade Portuária de disponibilizar qualquer dinheiro para o projeto até nova deliberação da corte. A decisão acontece após a APS reclamar que o governo de São Paulo não a incluiu como anuente e interveniente no contrato com a Mota-Engil, concessionária da obra.

CONHECIDO A Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo afirma que o projeto do túnel mantém o modelo aprovado no processo de concessão e que a minuta do contrato foi amplamente divulgada no lançamento do edital. O leilão aconteceu em setembro do ano passado.

CASAS DO JUSTUS A Steelcorp, grupo de construção industrializada que tem Roberto Justus como CEO, e a empresa InstaCasa anunciaram plano de expansão com foco direto em loteadores. O grupo do empresário e ex-apresentador do reality show “O Aprendiz” é especializado na construção “off-site”. O termo significa casas industrializadas que chegam prontas ao campo de obras. A InstaCasa, por sua vez, se descreve como uma “construtech”, facilitando e mapeando loteamentos.

COMPETIÇÃO O objetivo da parceria é criar um produto que combine lote e casa pré-fabricada em uma operação padronizada e escalável, encurtando o ciclo de retorno dos projetos. A iniciativa pretende pressionar a competição nas faixas econômicas do programa Minha Casa, Minha Vida, já aquecidas por projetos de incorporadoras e loteadoras.

ATHLEISURE A espanhola Bershka abriu sua primeira loja no Brasil, no Morumbi Shopping, em São Paulo. Entre as coleções iniciais, a marca traz sua linha “athleisure”, tendência que une roupas esportivas e de lazer. A empresa projeta abrir uma segunda unidade brasileira no Rio de Janeiro ainda neste ano. A Bershka é a aposta do grupo Inditex, da Zara, para adolescentes e jovens adultos. A marca é focada em tendências das redes sociais e tenta atender o público conectado dos 13 aos 25 anos.

BC de Galípolo faz seu 1º corte de juros, de 0,25 ponto, e cita incerteza da guerra

Continuação da pág. A15

O Copom ressaltou a trajetória de queda da inflação, destacando “algum arrefecimento”. Mas disse também que o indicador se manteve acima da meta. No acumulado de 12 meses até fevereiro, o IPCA chegou a 3,81%. O alvo central do BC é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. No modelo de meta contínua, o objetivo é considerado descumprido quando a inflação acumulada permanece durante seis meses seguidos fora do intervalo, que vai de 1,5% (piso) a 4,5% (teto).

Nas últimas semanas, cresceram os riscos sobre os preços no curto prazo. O barril do petróleo chegou a ultrapassar os US\$ 110 nesta quarta-feira. Para conter a alta de preços de combustíveis, o governo Lula zerou as alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel até o fim do ano, ao custo de R\$ 20 bilhões. Também autorizou um subsídio de até R\$ 10 bilhões para bancar parte do preço do diesel. Em relação à política fiscal, o Copom manteve o tom usado em comunicados anteriores. Ele afirmou seguir acompanhando seus desdobramentos

sobre a política de juros e sobre os ativos financeiros. Desde a reunião anterior, o câmbio apresentou melhora. A cotação do dólar usada pelo comitê em seus cálculos foi de R\$ 5,20 — ante R\$ 5,35 no encontro de janeiro. Para o colegiado do BC, o cenário doméstico continua marcado por expectativas de inflação distantes da meta, projeções elevadas e pressões no mercado de trabalho, que ainda mostra sinais de resiliência. O colegiado voltará a se reunir em 28 e 29 de abril. Leia mais nas págs. A17 e A18

BC tende a manter ritmo de corte de 0,25 ponto na Selic, afirmam economistas

Analistas apontam cautela em comunicado do Copom e chamam a atenção para elevação da expectativa de inflação

Felipe Gutierrez

SÃO PAULO O corte de juros de 0,25 ponto percentual na Selic, a taxa básica de juros da economia, foi mais comedido do que seria sem o conflito no Oriente Médio, e esse deverá ser o ritmo do ciclo de queda, afirmam analistas do mercado financeiro. O Copom (Comitê de Política Monetária) diminuiu nesta quarta-feira (18) a taxa de 15% para 14,75% ao ano. Antes dos ataques dos Estados Unidos ao Irã, havia apostas de que o Banco Central faria cortes de 0,5 ponto percentual a cada reunião. A taxa de juros real, levando em conta a curva de juros futuros, é de cerca de 9,51% ao ano, a segunda maior do mundo.

Alex Agostini, economista chefe da Austin Rating, chama a atenção para o texto do comunicado do Copom, que começa citando o conflito no Oriente Médio. “Quanto mais transparente for o Banco Central, melhor ele vai conseguir conduzir as expectativas.” Ele afirma que a decisão foi moderada, já que uma parte significativa do mercado financeiro considerava que haveria redução de 0,5 ponto percentual. O comitê afirmou em janeiro que começaria a cortar a taxa de juros a partir da reunião deste mês. Caio Megale, economista-chefe da XP, diz que o ritmo de cortes deverá ser de 0,25 ponto percentual ou mais de agora em diante. Sobre o comunicado, ele diz que o Copom manteve a projeção para inflação em patamar

Veja a rentabilidade da renda fixa após 1 ano

Valor investido: R\$ 1.000

Investimento	Valor bruto	Rentabilidade líquida real, em%
Poupança	R\$ 1.082,20	4,06
CDI	R\$ 1.142,00	7,42
Tesouro Selic 2028 (a Selic + 0,05%)	R\$ 1.143,50	7,33
CDB com liquidez diária (a 101,5% do CDI)	R\$ 1.144,13	7,59
CDB/RDB/LC (a 104% do CDI)	R\$ 1.147,68	7,87
LCI/LCA (a 90,63% do CDI)	R\$ 1.128,69	8,53
CDB/RDB/LC (a IPCA + 8,8% ao ano)	R\$ 1.129,44	6,42
CDB/RDB/LC (prefixados, a 14,15% ao ano)	R\$ 1.144,50	7,62

Fonte: C6 Bank

semelhante. Ele também notou que houve referência aos eventos recentes (incluindo o conflito no Oriente Médio) e à possibilidade de que a evolução do cenário pode criar condições para mudança do ritmo nos cortes. Marcelo Fonseca, economista-chefe do grupo CVPAR, chama a atenção para a mudança na expectativa de inflação de 3,4% para 3,9% no terceiro trimestre de 2027. Tanto ele quanto Agostini dizem que na próxima reunião deve haver uma nova redução de 0,25 ponto percentual. Danilo Passos, economista da WHG, também afirma que o ci-

clo de cortes deve continuar, mas que, pelo texto do comunicado, fica claro que dificilmente o ritmo de redução da taxa básica de juros será maior do que o atual. Rafael Cardoso, economista-chefe do Daycoval, diz que, com o conflito no Oriente Médio, o preço de petróleo deve se manter alto, e por isso o Banco Central seguir com o ritmo de 0,25 ponto percentual de corte. “Se tiver melhora do cenário, se o preço de petróleo voltar para patamares anteriores ao conflito, eventualmente o Banco Central pode vir com corte de 0,50 ponto”, afirma.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi
SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon
QUA. Bernardo Guimarães / Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire **QUI.** Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva
SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Laura Müller Machado

Trump atropela o Banco Central

Copom diminui Selic de 15% para 14,75%, mas problema agora está em outra parte

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O Banco Central baixou a Selic de 15% ao ano para 14,75%, como esperado. No texto em que comunicou a decisão, o BC não escreveu novidade notável. Todo o mundo sabe da incerteza da guerra. O resto do diagnóstico é o lido em comunicados anteriores: expectativa de inflação alta, desaceleração lenta, mercado de trabalho quente, risco fiscal etc. Corte de 0,25 já é nada. No meio do tumulto de guerra, menos do que nada. O problema está noutra parte, ora em Hormuz, amanhã na política. O arrocho financeiro aumenta, não importa o que faça o BC.

As pessoas que se ocupam dessas coisas, política monetária, ainda quererão saber o que o BC dirá na exposição de motivos da decisão de cortar 0,25, que vai publicar na semana que vem (“ata do Copom”). A não ser que o pessoal venha a afirmar enormidades, o que não é atitude de BC, meio tanto faz o que vai dizer a ata.

Um disparate qualquer de Donald Trump, cada vez mais um perverso incongruente e loucamente balbuciante, um míssil de Israel ou um drone do Irã que acerte uma refinaria do golfo Pérsico vão ter mais importância do que o fraseado monetário.

Apesar do tamanho da encrenca, o BC cortou. Se cortou agora, em qual contexto deixaria de cortar de novo em 29 de abril? Vai ter como aumentar o ritmo de cortes nas demais reuniões? Em 17 de junho e 5 de agosto? Na reunião seguinte, 16 de setembro, a duas semanas do primeiro turno da eleição, faria pausa por cautela maior com a incerteza política?

Para resumir, a “janela de cortes” ficou mais estreita: ficou mais difícil cortar em ritmo rápido o bastante para levar a Selic a 12% no final do ano, como se esperava em fevereiro. No Brasil, jamais dá para ter atitude relaxada com choque de oferta, ainda mais com “expectativas desancoradas” de inflação, eleição com diferença pequena e dívida pública de tamanho enorme.

No atacadão do mercado de dinheiro, as taxas de juros para quase todos os prazos ainda estão desembestadas. É nesse mercado que se negociam as taxas que definem, por exemplo, o custo que o governo paga para financiar seus déficits e rolar sua dívida (e, assim, são como um piso para o custo do dinheiro na economia inteira).

Depois do pânico de sexta (13), o Tesouro comprou títulos no valor de R\$ 49 bilhões, de segunda (16) até esta quarta. Interveio a fim de estabilizar preços, de evitar acidentes e reorganizar o mercado, disfuncional por causa da reviravolta nas taxas de juros (se esperavam baixas, houve altas por causa da guerra, muita gente perdeu dinheiro etc.).

Mas quem disse que se tratou só de rebuliço da reviravolta? O custo do dinheiro vai ficar salgado por um tempo, tanto mais quanto mais durar a guerra e suas destruições no setor de energia, mas não só por isso.

“No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê [direção do BC] reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio...”, se lê no comunicado.

Em resumo, o BC depende de Trump e cia. Além de guerra e o risco de impacto econômico maior, vem um resto de ano político que será empestado pela nojeira do Master, pela roubança do INSS e pela corrupção com emendas, o que torna mais incerta uma eleição já apertada.

Um disparate de Trump, cada vez mais um perverso incongruente, um míssil de Israel ou um drone do Irã que acerte uma refinaria vão ter mais importância do que o fraseado monetário sobre Selic



APRESENTA

Modelo white label da CNP Seguradora transforma o acesso à proteção no Brasil

Solução permite que empresas ofereçam seguros sob sua própria marca, ampliem portfólio e cresçam sem arcar com custos operacionais

O avanço do modelo white label no setor de seguros tem criado novas oportunidades para empresas que desejam ampliar seu portfólio sem investir em estruturas próprias de desenvolvimento. Bancos, varejistas, plataformas de investimento e companhias de diferentes segmentos passaram a enxergar no formato uma forma eficiente de oferecer produtos de alta qualidade sob sua própria marca, preservando a experiência do cliente e eliminando custos operacionais.

Nesse cenário, a CNP Seguradora se consolidou como uma das principais referências do país. A empresa integra o grupo francês CNP Assurances, uma das maiores seguradoras da Europa, presente em 19 países, com 170 anos de história. No Brasil, acumula 25 anos de atuação e é pioneira no desenvolvimento de soluções white label e referência internacional no modelo. A CNP Seguradora atua com um portfólio completo de soluções financeiras e de proteção, estruturado em quatro frentes de negócios: seguros, consórcios, capitalização e planos odontológicos, permitindo que parceiros ampliem sua oferta de forma integrada e escalável.

A lógica do modelo white label é simples: a empresa parceira mantém sua identidade visual, sua linguagem e o relacionamento direto com o consumidor, enquanto a CNP Seguradora responde integralmente pela inteligência de produto, tecnologia, operação, regulação e governança.

As soluções são integradas de forma nativa às jornadas digitais, físicas ou híbridas dos parceiros, por meio de APIs e fluxos tecnológicos que garantem escalabilidade, eficiência operacional e experiência fluida ao cliente. O foco é entregar jornadas simples e espontâneas, nas quais a experiência do cliente é priorizada e continuamente aprimorada com base em indicadores de satisfação e performance.

A CNP Seguradora constrói parcerias estratégicas e de longo prazo com grandes grupos financeiros, varejistas e plataformas digitais, atuando como integradora de soluções e ecossistemas.

No segmento de consórcios, a CNP demonstra sua capacidade de integrar produtos complexos e ecossistemas digitais de alta tecnologia, viabilizando jornadas 100% online e de elevada conversão. O resultado: foram mais de R\$ 1,4 bilhão em consórcios comercializados em 2024, além de R\$ 1 bilhão apenas no primeiro semestre de 2025.

No varejo, outro exemplo de parceria é o que a CNP tem com a Americanas, que incorporou proteção financeira ao fluxo de compra. O produto Carteira Protegida, que cobre transações indevidas decorrentes de perda, furto ou roubo, foi integrado ao checkout, resultando em uma solução simples, direta e altamente aderente ao comportamento de consumo do usuário. O potencial de crescimento desse mercado é expressivo. O setor de seguros representa cerca de 4,5% do PIB brasileiro, enquanto a média global supera 10%. O modelo white label surge, portanto, como estratégia para democratizar o acesso à proteção financeira e acelerar o go-to-market de empresas de diferentes portes e setores.

As soluções desenvolvidas pela CNP são omnichannel, integrando pontos de venda, sites próprios, marketplaces, redes sociais e canais de chat. Isso permite que o consumidor transite entre diferentes meios sem precisar repetir informações, mantendo uma experiência contínua e coerente. Toda operação é sustentada por padrões rigorosos de governança e compliance, alinhados às exigências regulatórias da Susep, Banco Central e ANS, além das melhores práticas do mercado financeiro e seguradoras.



Aponte a câmera do seu celular ou tablet e saiba mais

EstúdioFOLHA

COMO O WHITE LABEL DA CNP SEGURADORA GERA CRESCIMENTO



1 Estratégia sob medida para o parceiro

A CNP desenvolve soluções alinhadas ao modelo de negócio, ao canal de distribuição e ao perfil do cliente do parceiro — do desenho do produto à experiência final



2 Marca do parceiro no centro da relação

O cliente se conecta com a marca do parceiro, que amplia sua oferta de valor e fortalece sua atuação comercial. Ao mesmo tempo, a experiência é desenhada e operada pela CNP Seguradora — com tecnologia, inteligência operacional e foco em qualidade — garantindo uma jornada consistente, eficiente e escalável em todos os pontos de contato.



3 Execução completa, sem complexidade

Tecnologia, regulação, precificação, operação e pós-venda ficam sob responsabilidade da CNP. O parceiro acelera o go-to-market sem CAPEX e sem ampliar estruturas internas.

VANTAGENS ESTRATÉGICAS PARA O NEGÓCIO

- Expansão rápida de portfólio**
Novos produtos e serviços integrados à jornada do cliente, com velocidade e segurança.
- Fortalecimento da marca própria**
O white label amplia a proposta de valor do parceiro e reforça sua posição como provedor de soluções completas.
- Eficiência operacional e redução de risco**
Menos complexidade regulatória, menor custo de operação e mitigação de riscos técnicos e legais.
- Novas receitas, com escala**
Monetização da base de clientes existente, com soluções relevantes e recorrentes.

PARA QUEM O MODELO FAZ SENTIDO

Bancos, fintechs, varejistas, plataformas digitais, cooperativas e empresas que querem crescer além do seu core business, oferecendo proteção e serviços financeiros de forma integrada.

economia

Controlar a inflação ficou mais desafiador

Risco não está no impacto inicial dos choques, mas na sua propagação pela economia

Solange Srouf

Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

Nos EUA, o Fed adotou discurso cauteloso ao manter os juros. No Brasil, o Copom cortou a taxa em 0,25 ponto percentual, um ritmo moderado, dado que a Selic estava em 15%. Os comunicados deixaram claro que o ambiente global segue marcado por incerteza e riscos associados a novos choques de custos. Tudo indica que a convergência da inflação às metas exigirá mais cautela do que imaginado no início do ano.

Essa postura reflete as lições da experiência inflacionária recente. A pandemia e a Guerra da Ucrânia recolocaram no centro do debate uma questão sempre em evolução: como os bancos centrais devem atuar em um ambiente marcado por choques de oferta?

Durante grande parte das últimas décadas, a política monetária foi conduzida em um ambiente relativamente benigno. A inflação era baixa, as expectativas eram bem ancoradas, e a integração global ajudava a conter custos. Nesse contexto, tornou-se comum que os bancos centrais reagissem gradualmente a choques de oferta, partindo do pressuposto de que muitos deles seriam transitórios.

Essa estratégia se apoiava em três premissas. A primeira era que choques de oferta afetam sobretudo o nível de preços, sem necessariamente alterar a dinâmica inflacionária. A segunda, que esses choques tendem a reduzir o produto, de modo que uma reação excessivamente agressiva poderia aprofundar a desaceleração da atividade. E a terceira, que, com expectativas bem ancoradas, aumentos pontuais de custos seriam interpretados como ajustes relativos.

O pós-pandemia mostrou, porém, que essas premissas se tornaram mais difíceis de sustentar: as economias passaram a enfrentar choques mais frequentes e de natureza distinta, envolvendo simultaneamente oferta e demanda.

O comportamento da inflação daqui para a frente dependerá, em parte, de quão persistente será o choque atual, que ultrapassa o setor de energia e afeta também os preços de alimentos. Mas, ao mesmo tempo, o legado da experiência inflacionária de 2021 e 2022 também será determinante.

Naquele momento, as cadeias produtivas estavam desorganizadas, e as políticas fiscais e monetárias expansionistas mantinham a demanda aquecida. A inflação surgiu inicialmente concentrada em bens duráveis e energia. Com o tempo, as pressões se difundiram, dado que a demanda estava sendo estimulada.

O diagnóstico inicial, compartilhado por várias autoridades monetárias, foi que a inflação seria temporária. A reação de política monetária foi atrasada e gradual, a inflação subiu fortemente, e o choque de juros teve de ser substancial.

O risco hoje não está no impacto inicial dos choques, mas na sua capacidade de ganhar tração e de se propagar pela economia, em um ambiente de políticas fiscais ainda estimulativas e bancos centrais com credibilidade mais abalada.

Nesse contexto, o comportamento das expectativas de inflação torna-se mais central para a condução da política monetária.

Em um mundo marcado por tantas transformações, o desafio central da política monetária permanece o mesmo de sempre: impedir que choques de oferta se transformem em inflação persistente. Bancos centrais não conseguem evitar aumentos pontuais de preços. É por isso que, mais do que nunca, sua credibilidade continua sendo a principal linha de defesa para impedir que esses choques contaminem as expectativas e se disseminem pela economia.

BCs não conseguem evitar altas pontuais de preços. Sua credibilidade continua sendo a principal linha de defesa para impedir que esses choques contaminem as expectativas e se disseminem



Reflexo do presidente do Fed, Jerome Powell, durante entrevista Brendan Smialowski/AFP

Fed aponta incertezas da guerra e mantém os juros entre 3,5% e 3,75% ao ano

Jerome Powell ressalta aumento nas expectativas de inflação; petróleo encosta em US\$ 110, dólar vai a R\$ 5,24 e Bolsas recuam

SÃO PAULO Em meio à guerra no Irã e à disparada no preço do petróleo, o Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos) decidiu nesta quarta-feira (18) manter a taxa de juros entre 3,5% e 3,75% pela segunda reunião consecutiva. A medida foi aprovada por 11 votos a 1, sendo que o único a divergir foi Stephen Miran, indicado por Donald Trump neste segundo mandato, que defendeu um corte de 0,25 ponto percentual.

Em comunicado, o Fomc (Comitê Federal de Mercado Aberto) afirmou que a “incerteza quanto às perspectivas econômicas permanece elevada” em virtude das consequências incertas do conflito no Oriente Médio, que começou em 28 de fevereiro.

“O que eu realmente quero enfatizar é que ninguém sabe: os efeitos econômicos podem ser maiores, podem ser menores; podem ser muito menores ou muito maiores; simplesmente não sabemos”, disse sobre os impactos do conflito o presidente do Fed, Jerome Powell, em entrevista após a reunião do banco.

Segundo Powell, as medidas de expectativa de inflação de curto prazo subiram nas últimas semanas, “provavelmente refletindo o aumento substancial nos preços do petróleo causado pelas interrupções no fornecimento no Oriente Médio”. “A curto prazo, os preços mais altos da energia vão elevar a inflação geral, mas ainda é cedo demais para saber o alcance e a duração dos potenciais efeitos sobre a economia.”

Sete das 19 autoridades do Fed preveem que as taxas fiquem inalteradas até o final deste ano. Outros sete consideraram que um corte de 0,25 ponto percentual seria necessário, enquanto cinco defendem duas reduções dessa magnitude. Os comentários de

Powell levaram os investidores a aumentar as apostas de que o Fed vá esperar até o próximo ano para cortar os juros.

No Brasil, o dólar fechou em alta de 0,72%, a R\$ 5,243, tendo a decisão do Fed como principal impulso para as negociações. A Bolsa brasileira recuou 0,42%, a 179.639 pontos. Wall Street também firmou em baixa, com quase os três principais índices (S&P500, Dow Jones e Nasdaq) marcando perdas de mais de 1%.

Powell afirmou que o Fed está na difícil posição de precisar equilibrar o risco de inflação mais alta em meio a um novo choque e os riscos de queda no mercado de trabalho. Os dados mais recentes mostraram que a inflação desacelerou em janeiro, mas o total acumulado em 12 meses subiu de 2,8% para 2,9%.

Pressionado por Donald Trump desde o início de seu novo mandato, Powell disse nesta quarta que não tem intenções de deixar a instituição até que a investigação sobre os gastos da reforma de sua sede seja concluída.

O indicado de Trump, Kevin

Warsh, ainda precisa ser sabatinado pelo Senado, e deve assumir em meados de maio, quando termina o mandato de Powell.

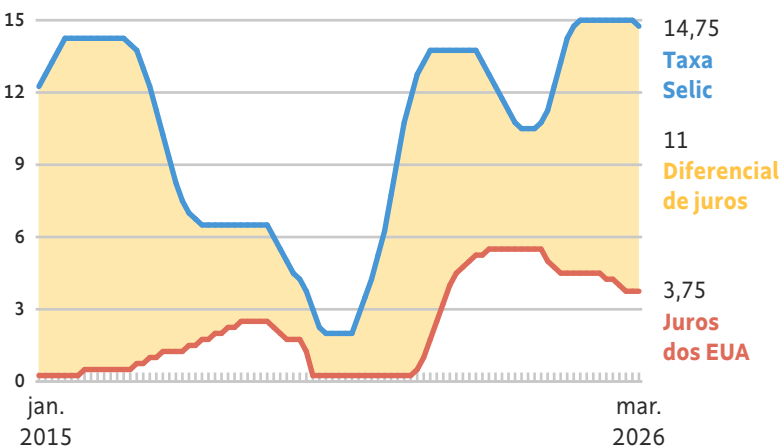
A decisão do Fed já era esperada por analistas que aguardavam o posicionamento do Fed frente ao conflito que levou o preço do petróleo em 9 de março ao seu maior patamar em quatro anos e catapultou o preço médio da gasolina e do diesel, que subiram mais de 25% na comparação com o valor antes da guerra.

Economistas dizem que os impactos domésticos e globais dependem de quanto tempo a guerra vai durar, da estrutura de um novo governo iraniano e se os preços do petróleo subirão ainda mais além de US\$ 100 por barril ou se recuarão logo para os níveis anteriores.

O preço do barril Brent saltou mais de 5% nesta quarta após o Irã ameaçar intensificar os ataques a instalações de petróleo em todo o Oriente Médio. A commodity desacelerou a disparada ao longo do dia, mas voltou a subir no fim da sessão e fechou cotado a US\$ 109,47, uma alta de 5,85%.

Diferença entre os juros de Brasil e EUA

Em pontos percentuais



Fonte: Banco Central do Brasil e Federal Reserve

Fazenda oferece R\$ 3 bi para estados zerarem ICMS sobre diesel importado

Isenção de tributo valeria até 31 de maio, e União bancaria o mesmo valor; tema será levado aos governadores, que devem tomar uma decisão até 27 de março

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda propôs aos estados a isenção de ICMS sobre a importação de diesel, mediante uma compensação federal que cobriria 50% do impacto da medida. O custo é estimado em R\$ 3 bilhões para a União e o mesmo valor para os estados, considerando dois meses de duração da medida.

A isenção iria até 31 de maio, com objetivo de reduzir barreiras e garantir o abastecimento do mercado interno, diante de relatos de alguns estados sobre falta de diesel nos postos. Por isso, a ação seria direcionada apenas a importadores do combustível.

A proposta foi levada pelo secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, aos secretários de Fazenda dos estados em reunião na manhã desta quarta-feira (18). O encontro foi virtual e ocorreu após convocação do governo federal, como antecipou a *Folha*.

Segundo Durigan, o custo da proposta seria de R\$ 1,5 bilhão por mês para a União, e um valor igual para os estados. Os números ainda podem mudar, pois os secretários pediram tempo para avaliar os dados e refinar essas estimativas antes de tomar qualquer decisão. Entre eles, a proposta foi recebida como uma oferta de R\$ 3 bilhões, considerando o prazo da isenção.

Segundo participantes, a Fazenda ainda não formalizou a proposta por escrito, mas se comprometeu a fazê-lo nos próximos dias para que o tema seja decidido até a próxima reunião presencial do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), programada para 27 de março.

O Confaz é o órgão colegiado responsável por temas relacio-



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan Pedro Ladeira - 29.out.25/Folhapress

nados ao ICMS, inclusive decidir a alíquota do imposto cobrada sobre os combustíveis, que é única. Ele reúne todos os secretários de Fazenda e é presidido pelo Ministério da Fazenda, na figura de Durigan.

Após o encontro, Durigan disse a jornalistas que qualquer redução de ICMS tem que ser feita “em comum acordo com os estados”.

“Está todo mundo muito ciente do momento delicado que a gente passa no país, um momento em que nós temos uma guerra externa, que não tem nada a ver conosco, mas que está implicando custos ao país, às famílias, aos caminhoneiros, e nós estamos fazendo o melhor possível, respeitando a governança da Petrobras, adotando medidas que têm neutralidade fiscal, com a menor intervenção possível”, afirmou.

Hoje, a alíquota de ICMS sobre o diesel é única, no valor de R\$ 1,17 por litro. A cobrança é feita tanto na venda do combustível doméstico quanto importado.

Pela proposta da Fazenda, os estados reduziram a alíquota a zero na importação, e o equivalente a R\$ 0,585 seria arcado pela União, por meio de uma subvenção paga aos estados. Segundo Durigan, 27% do diesel consumido no Brasil vem do exterior.

“Os estados apurariam qual é a renúncia de cada estado para fins de ICMS na importação do diesel durante esse período, e a gente poderia fazer uma espécie de subvenção direta para os estados”, disse o secretário. “Caso isso avance, nós vamos desenhando o processo e dar a público no momento devido. A proposta é essa, para cada R\$ 1,00 que



Os estados apurariam qual é a renúncia de cada estado para fins de ICMS na importação do diesel durante esse período, e a gente poderia fazer uma espécie de subvenção direta para os estados

Dario Durigan
secretário-executivo do Ministério da Fazenda

o estado contribua, que a União contribua com R\$ 1,00 também”.

Na terça (18), antes de a proposta ser apresentada, os secretários estaduais de Fazenda divulgaram nota conjunta criticando a ideia de desonerar o ICMS sobre o diesel. Após a reunião, Durigan se mostrou otimista quanto à possibilidade de avançar nas discussões.

Ele citou ainda o fato de que, com a alta do preço de petróleo, os estados também vão arrecadar mais em outras frentes, como royalties.

Do lado dos estados, porém, há dúvidas sobre a viabilidade da proposta. Um dos pontos citados por secretários nos bastidores é o risco de entrave jurídico, uma vez que o desenho pressupõe uma diferenciação da cobrança conforme o perfil de contribuinte, se importador ou produtor doméstico, enquanto o ICMS incide sobre o produto.

Além disso, alguns secretários veem brecha para distribuidoras recorrerem a subterfúgios, como declarar como importado o diesel doméstico apenas para recolher menos ICMS.

Mesmo com as ressalvas, alguns secretários relatam que a oferta da Fazenda jogou a bola para os estados, e será difícil rejeitar totalmente o pedido. No entanto, é possível que haja articulação para tentar aumentar o percentual a ser bancado pela União.

Governadores aliados de Lula atuam pela aceitação da medida. Na tarde desta quarta, o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), disse em suas redes sociais que o estado “aceita reduzir o ICMS do diesel importado por período determinado, com compensação parcial do governo federal” e anunciou reforço na fiscalização para tentar garantir que as ações sejam repassadas ao preço final.

Durigan ressaltou que não há discussão para zerar o ICMS sobre todos os combustíveis, apenas sobre a importação de diesel. “Não estamos discutindo, muito menos impondo, como fez o governo anterior, que se retire o ICMS de toda a cadeia de combustíveis”, afirmou.

Empresa que não pagar frete mínimo pode ser barrada, diz ministro

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), afirmou nesta quarta-feira (18) que empresas que descumprem reiteradamente a tabela do frete mínimo dos caminhoneiros poderão ser proibidas de contratar novos transportes.

A punição será prevista e detalhada em “instrumento jurídico adequado” que, segundo o ministro, deve ser editado em breve. A ideia é que haja uma suspensão cautelar inicial da empresa infratora e, a depender da conduta da companhia, o cancelamento da permissão de contratar frete.

O anúncio é uma resposta à ameaça de greve geral dos caminhoneiros, que vêm cobrando medidas para garantir o cumprimento efetivo da lei que instituiu o piso para o frete. Os motoristas afirmam que a legislação de 2018

não é respeitada.

Renan Filho buscou afastar a impressão de que a medida foi adotada às pressas, e disse que o governo já havia ampliado a fiscalização eletrônica e presencial dos fretes nos últimos meses, quando foram aplicadas autuações no valor de R\$ 419 milhões.

Segundo ele, as empresas com maior volume de autuação nos últimos quatro meses são as gigantes BRF (antigas Sadia e Perdigão), Vibra Energia (antiga BR Distribuidora), Raízen, Ambev, e Cargill. A BRF também lidera em valor de autuações.

Ele argumentou, ainda, que o problema do descumprimento do valor mínimo não é pontual, e por isso medidas de aplicação mais duras seriam necessárias.

Raízen, Vibra e BRF disseram, em diferentes notas, contratar

grandes transportadoras, com modelos de contratos que preveem partes fixas e variáveis. Segundos as empresas, as parcelas (fixa e variável) não podem ser analisadas de forma separada, sem considerar o valor total efetivamente praticado.

A Ambev disse que os “dados apresentados desconsideram a existência de relações contratuais de longo prazo com transportadores dedicados, além de não refletirem integralmente os parâmetros de mercado e especificidades da cadeia logística no país”.

A Cargill não se pronunciou. Como adiantado pela *Folha*, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) vai intensificar o monitoramento e ampliar o uso de sistemas para cruzar de dados, permitindo identificar contratos de frete abaixo do valor



Governo fará pente-fino no preço do diesel em 62 cidades

O governo listou 62 cidades como prioritárias para fazer um trabalho detalhado de fiscalização, por suspeita de aumento abusivo no preço do diesel. A relação foi consolidada em relatório do Ministério de Minas e Energia.

A lista reúne municípios de todas as regiões, e tem cidades como Ourinhos (SP), onde o diesel subiu 36%, e Itabuna (BA), com alta de 32%.

mínimo da tabela oficial.

Entre os principais instrumentos de fiscalização está o Ciot (Código Identificador da Operação de Transporte), sistema obrigatório que registra cada operação de transporte rodoviário remunerado de cargas. Sempre que um frete é contratado, é necessário emitir um Ciot, que reúne informações sobre valor, transportador, contratante e tipo de carga.

A partir do cruzamento desses dados com documentos eletrônicos de transporte e registros de pagamento, a ANTT consegue identificar inconsistências e detectar casos em que o valor pago está abaixo do piso mínimo.

O governo vai ampliar o uso dessas ferramentas para tornar a fiscalização mais automatizada. André Borges, Marcos Hermanson e Ana Paula Branco

economia

Governo contrata uma Itaipu em energia de reserva

Quantidade negociada, 19 GW, fica bem acima das previsões; associação prevê alta de 10% na conta de luz

Pedro Lovisi

SÃO PAULO O governo federal contratou, nesta quarta (18), 19 GW (gigawatts) de energia térmica e hidráulica para abastecer o sistema elétrico do país em momentos de falta de energia, como no início das noites, quando as placas solares param de funcionar e a demanda por energia cresce. A contratação aconteceu durante o leilão de reserva de capacidade, o maior deste ano no setor. Do total, cerca de 15,2 GW virão de termelétricas movidas a gás natural, 1,3 GW de usinas a carvão mineral e 2,5 GW de hidrelétricas. Segundo o governo, 40% da energia contratada virá de térmicas existentes e 46% de térmicas novas —os resto virá de hidrelétricas.

O investimento esperado com as obras do leilão é de R\$ 64,5 bilhões. Por outro lado, a contratação vai gerar despesa de R\$ 515,7 bilhões aos consumidores enquanto os contratos estiverem em vigência, cerca de R\$ 39 bilhões por ano.

A contratação foi muito acima da previsão de especialistas, que esperavam compras entre 5 GW e 10 GW . O montante contratado equivale a 1,4 vez a capacidade instalada da usina de Itaipu, que divide energia entre Brasil e Paraguai.

O deságio médio do leilão foi de 5,52%, abaixo dos 15,34% do último leilão de reserva de capacidade, em 2021. A queda, segundo analistas, pode ter sido ocasionada pelo formato do leilão, dividido entre muitas fontes e rodadas, o que tende a diminuir a concorrência.

O primeiro suprimento começará em agosto, por meio de termelétricas já existentes. A partir daí, a cada ano até 2031, mais energia térmica será incluída na rede, sendo que de 2028 a 2031 a eletricidade poderá vir também de novas termelétricas a gás natural.

Já no caso de hidrelétricas, a entrega será em 2030 e 2031, por meio de usinas já existentes e com capacidade de ampliação. O fornecimento das térmicas será de 10 anos; o das hidrelétricas, de 15.

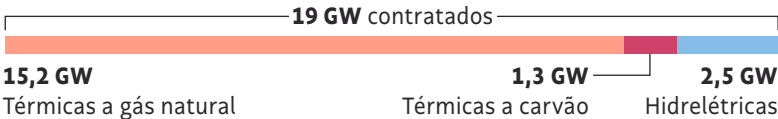
Entre as principais empresas vencedoras estão Eneva, ligada ao banco BTG Pactual; Âmbar, dos irmãos Batista; Copel e Petrobras. Houve destaque também para as empresas que conseguiram que suas usinas movidas a carvão mineral, principal combustível fóssil, fossem contratadas, como Diamante Energia, do sobrinho de Gilberto Kassab.

O leilão é considerado fundamental para a segurança do sistema elétrico do país, que hoje vive excesso de geração em alguns períodos do dia e falta em outros. Como térmicas não dependem de condições meteorológicas para gerar energia, são tratadas como



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (centro), fala sobre o leilão de reserva de capacidade
Paulo Pinto/Agência Brasil

Energia contratada no leilão de reserva de capacidade



Fonte: CCEE

fontes que dão segurança à rede.

O montante contratado pegou de surpresa analistas e consumidores de energia principalmente considerando que na sexta (20) haverá a segunda etapa do certame, quando serão contratadas usinas a diesel e biodiesel.

A Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, disse que o volume contratado no certame vai além do necessário para o momento.

Segundo a organização, a contratação “provocará impactos tarifários relevantes para consumidores de energia, trazendo mais inflação e menos competitividade para a indústria”. A estimativa inicial é que a despesa de R\$ 39 bilhões represente aumento médio de 10% na conta de luz.

Já o governo diz que a expansão da rede elétrica é importante. Além disso, afirma que moldou a competição para que só térmicas que ligam e desligam mais rapidamente pudessem ser contratadas, o que nas contas do MME (Ministério de Minas e Energia) fez com que o acréscimo na conta fosse 24% menor do que se esse atributo não existisse.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS
Extrato Unilateral - 5º Termo de Aditamento do Contrato - Contratante: Prefeitura Municipal de Dirce Reis - Contratado: Bruque Company Ltda - Objeto: Contratação de empresa especializada para realização da obra de reforma da Unidade Básica de Saúde - UBS II Vereador Ari Ferreira da Silva, conforme Termo de Convênio nº 1011104/2024 celebrado entre Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Dirce Reis/SP - Objeto do Aditivo: acréscimo de serviços extras - Contrato nº: 17/2024 - Processo: 46/2024 - Concorrência eletrônica nº 04/2024 - Assinatura: 18/03/2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PELO PRESENTE EDITAL FICA CONVOCADA A SRA. MARIA BETANIA DE ARAUJO MELO, COM ENDEREÇO DESCONHECIDO PARA QU E COMPAREÇA DE TERÇA A SEXTA FEIRA, DAS 13:00HS, AS 16:00, AO TRIBUNAL ECLESIASTICO INTERDIOCESANO DE SÃO PAULO, A AV. NAZARE, 993 - IPIRANGA - SÃO PAULO-SP PARA TRATAR DE ASSUNTO QUE LHE DIZ RESPEITO
SÃO PAULO, 18 DE MARÇO DE 2026
DOM ROGERIO AUGUSTO DAS NEVES - VIGARIO JUDICIAL

MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ
Edital de Concorrência Eletrônica nº. 001/2026
Processo n.º 157/2025, Objeto: Concessão de serviços públicos para implantação, Manutenção e Operação/Administração de Estacionamento Rotativo remunerado “Zona Azul” de veículos automotores em vias públicas e/ou logradouros do Município de Mongaguá/SP, através de sistema automatizado, emissores de comprovantes de tempo de estacionamento, para controle e fornecimento de mão de obra e equipamentos, conforme as especificações no Termo de Referência e no presente Edital. Término do recebimento das propostas: 19/05/2026 às 08h50min, através da Plataforma BBMNET - Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobmnet.com.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.mongagua.sp.gov.br, através do Link TRANSPARÊNCIA > LICITAÇÃO. Autoridade Competente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 036/2026 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **01 de abril de 2026, às 08h30min**, visando a **AQUISIÇÃO DE LEITE ZERO LACTOSE E DE SOJA, PARA SEREM UTILIZADO PELOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SETOR DE NUTRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP**. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.
Junqueirópolis/SP, 18 de março de 2026.
LETICIA GONÇALVES ORTOLANI AGUSTINI
Diretora de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 124/2026 - PE SMS nº 93/2026 - Processo: 36.385/2026 - Modalidade: Pregão Eletrônico - COMPRAS GOV Nº 93124/2026 (SRP) - Sistema de Registro de Preço - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item - OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO devidamente especificados no anexo I do edital, através do sistema de registro de preços. Período para entrega das propostas: 19/03/2026 08:00:00 até 01/04/2026 08:59:00. **Data prevista para abertura da sessão pública: 01/04/2026 às 09h. Pregoeiro: Rafael Sabino de Carvalho**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Gerência de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 – Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br> - Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000093/2026.
Bauru, 18/03/2026 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Mariana Mendes Vilela Avallone – Gerente de Compras e Licitações - S.M.S

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA
Aviso de Retificação. Pregão Eletrônico nº 0009/2026. Processo nº 8009/2026. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de Material Médico Hospitalar, conforme edital e seus anexos. O Prefeito do Município de Cristais Paulista, informa que houve alteração no descritivo do Termo de Referência itens 127 e 256 bem como na sequência numérica da cota reservada para ME/EPP. A Abertura e Julgamento foram alteradas para as 09:00 horas do dia 01 de abril de 2026, bem como o Edital alterado no site <http://www.cristaispaulista.sp.gov.br>. Local do julgamento : www.bllcompras.org.br Bolsa de Licitações e Leilões. Quaisquer outros elementos deste Edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações sito à Avenida Antônio Prado, 2720, no centro da cidade de Cristais Paulista -SP Fone: (16)3133-9300. Esta licitação poderá ser acompanhada através do site:www.cristaispaulista.sp.gov.br e : www.bllcompras.org.br Bolsa de Licitações e Leilões. Elson Gomes dos Santos Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP
REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
A Prefeitura do Município de Apiá/SP torna público a REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 05/2026 – Aquisição de dois caminhões tipo ¾, novos, zero quilometro, destinados ao atendimento das atividades operacionais da Secretaria de Agropecuária e Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Município de Apiá/SP. Aos interessados, fica concedido prazo de 3 dias para apresentar manifestação enviando no e-mail licitacoes@apiai.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 701/2025 - Processo nº 126.950/2025 - Modalidade: Leilão Eletrônico nº 03/2025 - do tipo MAIOR LANCE - LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO A VENDA A TERCEIROS INTERESSADOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS INSERÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BAURU, COM AS SUAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES, COM PREÇO MÍNIMO FIXADO PARA ALIENAÇÃO. Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Data do Leilão: 17/04/2026 às 15h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/ Gerência de Compras e Licitações, sito na Rua Rio Branco, nº 5-05, Centro – 1º Andar, CEP: 17010-190 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1281 ou através de download gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.grupolance.com.br>, onde se realizará a sessão de leilão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 18/03/2026
Rafael Francisco dos Santos - Gerente Substituto de Compras e Licitações - S.M.A.

Prefeitura de SOROCABA
PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2024
A Prefeitura de Sorocaba informa aos licitantes interessados no PREGÃO ELETRÔNICO nº. 120/2024 – CPL nº. 325/2024, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA SESSENTA E OITO E ESTRADA DO DINORAH NOS BAIROS PARQUE SÃO BENTO E LOTAMENTO DINORÁ ROSA, ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE 945143/2023/MC/DADES/CAIXA, que por razões de interesse público e se utilizando do seu poder discricionário, após análise da impugnação apresentada pelo Sr. Shiro Kitagawa Filho, resolve esta administração, **DAR PROVIMENTO** a mesma e **SUSPENDER** a abertura da licitação em epígrafe, que seria realizada dia 19/03/2026 às 09:00 horas, para readequar o edital e os anexos. O Termo de Suspensão assinado por autoridade competente se encontra disponível nos sites: <https://bnccompras.com>, <https://bit.ly/3N3cfdk> (Licitações II) e <https://l1nk.dev/WrirH> (PNCP). Sorocaba, 18 de março de 2026. Maria Elisa Fernandes Marques – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 141/2026 - PE SMS nº 109/2026 - Processo: 124.366/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico COMPRAS GOV Nº 93070/2026 (SRP) - Sistema de Registro de Preço - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARIMBOS AUTOMÁTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.** Período para entrega das propostas: 18/03/2026 08:00:00 até 01/04/2026 08:59:00. **Data prevista para abertura da sessão pública: 01/04/2026 às 09h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz**. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Gerência de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 – Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br> – Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000091/2026
Bauru, 18/03/2026 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Mariana Mendes Vilela Avallone – Gerente de Compras e Licitações – S.M.S

Novo plano de aviação inclui uso comercial de aeroportos privados e redução tributária

Pacote de medidas do governo para aumentar número de cidades atendidas prevê redução de 40% em impostos para voos regionais

André Borges

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai anunciar um pacote de medidas para o setor aéreo para aumentar o número de cidades atendidas por voos regulares e buscar o aumento de competição em um mercado fortemente concentrado em três empresas.

As ações incluem desde a possibilidade de uso de aeroportos privados para receber voos comerciais até mudanças no regime tributário de companhias aéreas que atuem na aviação regional.

A Folha teve acesso a detalhes da chamada “Agenda ConectAR”, um plano da Secretaria Nacional de Aviação Civil do MPor (Ministério de Portos e Aeroportos) que deve ser anunciado até o fim deste mês.

Trata-se de uma série de medidas de curto, médio e longo prazos que pretendem se posicionar como uma política de Estado para o setor aéreo, e não algo vinculado a um governo específico. O plano contém reformas regulatórias que podem ser feitas diretamente pelo governo federal, mas também passa por mudanças que dependem de aval do Congresso Nacional e das próprias companhias aéreas.

Uma das principais propostas prevê estabelecer regras para reduzir impostos sobre voos regionais, aqueles que interligam cidades menores e regiões menos atendidas que os principais centros urbanos, como as cidades da Amazônia Legal.

A ideia é reduzir em aproximadamente 40% as alíquotas que passarão a ser cobradas de companhias aéreas a partir da reforma tributária, que foi aprovada no Congresso em 2023 e começa a ser implementada de forma gradual a partir deste ano.

A reforma vai substituir uma série de tributos por dois novos impostos. O IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) vai aglutinar o ICMS e ISS, enquanto a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) entrará no lugar de PIS e Cofins.

Pelos cálculos do governo, se nada for feito, o transporte aéreo doméstico passará a pagar uma alíquota integral estimada em 27,5%, um aumento potencial superior a 150% sobre a carga atual, de cerca de 10%. Confirmada a redução de 40%, a carga efetiva ficaria próxima de 16%.

Uma segunda medida pre-



Aeronave taxia na pista do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, enquanto outra, ao fundo, decola Danilo Verpa - 8.mai.25/Folhapress



Ação para atrair mais aéreas foi descartada

O plano de aviação que será anunciado pelo governo chegou a listar 28 iniciativas voltadas ao aumento de concorrência no mercado aéreo, redução de custos e maior estabilidade regulatória para investidores. Parte dessas medidas, porém, tem sido revisada.

Uma das principais ações previstas para atrair novas aéreas ao país, por exemplo, foi deixada de lado, ao menos por ora. O governo pretendia a criar um mercado integrado de aviação civil na América do Sul, para permitir que companhias aéreas de países vizinhos pudessem operar trechos dentro do Brasil, como extensão de voos internacionais.

A medida, porém, foi excluída. Há forte resistência de empresas locais em encarar a concorrência.

vê que aeroportos privados, utilizados para aviação executiva ou operações específicas, também tenham autorização para receber voos comerciais regulares.

A avaliação é que a conectividade aérea brasileira ainda é limitada. Em 2025, o transporte aéreo conectou 163 aeroportos e transportou 101,2 milhões de passageiros, indicador considerado baixo em comparação com países de renda per capita semelhante à do Brasil.

Ao permitir que aeroportos privados possam operar voos regulares, o governo quer ampliar a quantidade de pontos de acesso ao transporte aéreo sem depender só da construção de novos aeroportos públicos ou grandes investimentos em infraestrutura.

Por meio de nota, a Secretaria de Aviação Civil do MPor declarou que, neste momento, “está coletando, junto a diversas entidades do setor, contribuições sobre os desafios, temas e ações que devem ser enfrentados para promover o crescimento sustentável do transporte aéreo brasileiro”.

“Cabe esclarecer que o projeto está sendo conduzido como um levantamento estruturado de iniciativas a serem analisadas e discutidas com os atores do setor”, informou a SAC. “O documento será consolidado em comum acordo com as demais entidades participantes.”

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESAP/RN
SESAP/SPI - PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL
Rio Grande do Norte Secretaria da Saúde Pública, 08.241.754/0001-45, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA as seguintes licenças: Licença de Operação para o Hemocentro de Mossoró, localizada na Rua projetada, s/n – Aeroporto, Mossoró – RN, 59600-971.

Leidiane Fernandes de Queiroz
Secretária de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2025 - PROCESSO Nº 225/2025 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Administração Municipal, com fornecimento de mão de obra, uniformes, crachás, EPIs, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução integral do objeto, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. **AMPLA PARTICIPAÇÃO / Tipo:** Menor preço global / Modo de Disputa: Aberto. Recebimento de propostas até: 06/04/2026 às 9h – Início da disputa: 06/04/2026 às 9h30. Local: <https://bnccompras.com> - Valor Estimado: R\$ 3.805.124,40. Credenciamento: Tel. e WhatsApp (42) 3026-4550, contato@bnc.org.br ou <https://bnc.org.br>. Edital: <https://amencobrasiliense.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>. TEREZINHA AP. VIVEIROS DE SOUZA – PREFEITA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO / SUPRIMENTOS
SUPRI.MATERIAIS@DGA.UNICAMP.BR | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) o Pregão Eletrônico **PE DGA 90138/2026, UASG 450161, Processo 01-P-50069/2025**, do tipo menor preço, destinado à **contratação de serviço de manutenção em equipamento Acelerador Linear Modelo VARIAN VITALBEAM, PI: 811969 Série: H195894**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **08/04/2026, às 09h30min**, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/>).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90139/2026, UASG 450161, Processo nº 01-P-43272/2025**, do tipo menor preço, destinada a **Registro de Preços de Eletrodos de uso Hospitalar**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **08/04/2026 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal) (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/>). Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Diário Oficial do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 07/2026
A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se reaberta a licitação na modalidade Pregão Presencial 07/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de estruturas náuticas no município de Paranapanema, de acordo com as especificações e quantidades constantes no ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA do edital. Informamos ainda a retificação do Anexo III - Termo de Referência. Os envelopes de nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 02 de abril de 2026. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecederem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> Maiores informações no setor de Licitações pelo telefone (014)3500-9265 - Ramais: 9218/9219 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br / silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br.
Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 18/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAIR
AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAIR, Estado de São Paulo, torna público que está aberto, no Setor de Licitações, o Leilão Eletrônico nº 02/2026, destinado à alienação de bens móveis inservíveis, tais como veículos e outros itens descritos no edital e anexos, nos termos do art. 31 e 76 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A sessão será realizada de modo exclusivamente eletrônico, com encerramento no dia 15 de abril de 2026, às 10 horas, no site www.arrematepublico.com.br, conforme condições, quantidades, características dos bens (com indicação de estado e fotos), valor de avaliação, preço mínimo, formas de pagamento e eventuais ônus ou pendências estabelecidos no edital e seus anexos. Não será exigido registro cadastral prévio nem fase de habilitação, com julgamento pelo maior lance. O edital e anexos estão disponíveis para consulta e download gratuito no Paço Municipal (Setor de Licitações), no site oficial www.altair.sp.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou pelos contatos: telefone (17) 3889-9502, e-mail licitacao@altair.sp.gov.br, site www.arrematepublico.com.br, e-mail contato@arrematepublico.com.br ou WhatsApp (14) 99633-2689. Altair/SP, 20 de março de 2026. MARCO ANTONIO FERREIRA Prefeito

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá
Aviso de abertura de edital. Processo: Chamamento Público nº 004/2026 -SME. Objeto: Seleção de propostas para organização e execução do evento 90º prova de pedestre 9 de Julho – troféu Rinaldo Panúnzio -2026. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br, link licitações - município. Data da sessão: 09/04/2026 às 09:00 horas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 - PROCESSO Nº 072/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telecomunicação com fornecimento de link dedicado, rede transporte de dados e internet banda larga, a serem disponibilizados em diversas localidades do município, para a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança. DATA DA SESSÃO: 06/04/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO – Secretário Municipal da Administração – 18/03/2026.

EMUS – EMPRESA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
Processo nº 004/2026. A EMUS torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, visando à **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS**, conforme condições e exigências do Edital e anexos. A sessão pública ocorrerá no dia **06/04/2026, às 9h**, no endereço eletrônico: <http://138.94.85.108:8079/compraseditala/>. O Edital completo está disponível em: www.emus.com.br, na seção **LICITAÇÕES**, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – **PNCP**. Informações e esclarecimentos: licitacao@emus.com.br.
Cintia da Silva Cerri – Presidente da EMUS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA
Na publicação referente ao pregão eletrônico Processo no Portal de Compras nº 1011014 8/2026, veiculada na edição de 17/3/2026, página A28, onde se lê: “que fará realizar em 6/4/2026”, leia-se: “que fará realizar em 18/5/2026”.

FUNDAÇÃO CASA
CONVOCAÇÃO
MAILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS, portador do RG 307674332, Carteira Profissional nº 60618 - SÉRIE 004-SP, registrado nesta Fundação sob o número RE - 430754. Comunicamos seu desligamento desta Fundação CASA - SP, a partir de 19/03/2026, por motivo de Demissão por Justa Causa, conforme Processo Administrativo SDE nº 0828/23, com fundamento no Art. 45, III, da Portaria Normativa nº 512/2025, por ter incorrido nas infrações previstas no Artigo 482, alíneas “d” e “h” da Consolidação das Leis do Trabalho, além do Artigo 32, Incisos IX e XX da Portaria referida. Solicitamos seu comparecimento na Rua Florêncio de Abreu, nº 848 - Luz - São Paulo - SP, no dia 27/03/2026 no horário das 10:00 às 16:00 no Térreo (Sala 150), para homologação, favor trazer Carteira Profissional e Crachá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico para Registro de Preços
Planejamento nº 25/2026
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/4/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção, transporte, manipulação e descarte de resíduos por meio de caçambas. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br. Belo Horizonte, 18 de março de 2026. Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

Abismo no saneamento expõe Brasil que avança e atrasa na universalização

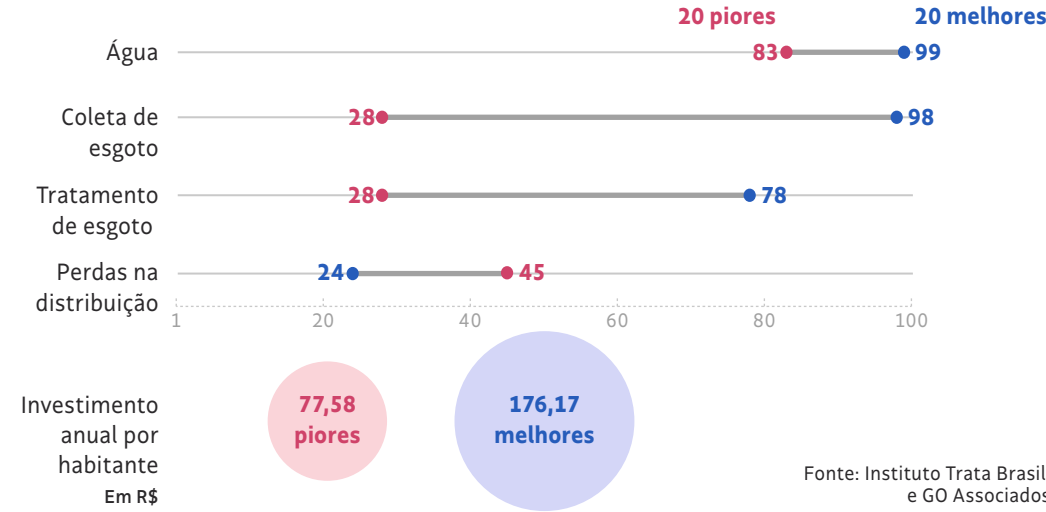
Ranking mostra diferença entre cidades com melhores e piores índices de água e esgoto

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A sete anos do prazo final para universalização do saneamento, o Brasil convive com realidades opostas. De um lado, cidades que já bateram a meta e têm toda a população atendida com água, coleta e tratamento de esgoto. De outro, municípios que não só estão longe do objetivo, mas retroagindo nos índices. Entre as localidades mais bem classificadas e as piores, o país li-da hoje com um abismo, marca-do por desigualdades regionais, falta de planejamento e investi-mentos insuficientes. Esse cenário é descrito na edi-ção mais recente do ranking do saneamento, divulgada nesta quarta (18). O trabalho, feito pe-lo Instituto Trata Brasil em par-ceria com a GO Associados, con-siderou indicadores de água e es-goto das cem maiores cidades do país com base nos dados de 2024, os mais recentes disponibiliza-dos pelo Ministério das Cidades.

Brasil convive com realidades opostas no saneamento

Diferença entre os 20 melhores e os 20 piores municípios do ranking, em %



Franca (SP) ocupa a primeira posição, seguida por outros três municípios paulistas: São José do Rio Preto, Campinas e Santos. Na lanterna, Várzea Grande (MT), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO) e Santarém (PA), a última. O estudo destaca as disparida-

des entre o topo e o fim da lista. Nos 20 melhores municípios, a média do índice de coleta de esgoto fica em 98%, enquanto entre os 20 piores a média é de 28%. Em relação ao atendimento de água, a média do topo fica em 99%. Entre os 20 últimos, o in-

Ranking do saneamento no país

AS 20 MELHORES CIDADES

- 1ª Franca (SP)
- 2ª São José do Rio Preto (SP)
- 3ª Campinas (SP)
- 4ª Santos (SP)
- 5ª Limeira (SP)
- 6ª Goiânia (GO)
- 7ª Niterói (RJ)
- 8ª Aparecida de Goiânia (GO)
- 9ª Foz do Iguaçu (PR)
- 10ª Taubaté (SP)
- 11ª Uberaba (MG)
- 12ª Maringá (PR)
- 13ª São José dos Pinhais (PR)
- 14ª Montes Claros (MG)
- 15ª Ponta Grossa (PR)
- 16ª São José dos Campos (SP)
- 17ª Londrina (PR)
- 18ª São Paulo (SP)
- 19ª Curitiba (PR)
- 20ª Jundiá (SP)

AS 20 PIORES

- 81ª Juazeiro do Norte (CE)
- 82ª Manaus (AM)
- 83ª Olinda (PE)
- 84ª São José (SC)
- 85ª Paulista (PE)
- 86ª Maceió (AL)
- 87ª São João de Meriti (RJ)
- 88ª São Gonçalo (RJ)
- 89ª Duque de Caxias (RJ)
- 90ª São Luís (MA)
- 91ª Ananindeua (PA)
- 92ª Jaboatão dos Guararapes (PE)
- 93ª Macapá (AP)
- 94ª Belém (PA)
- 95ª Belford Roxo (RJ)
- 96ª Parauebas (PA)
- 97ª Várzea Grande (MT)
- 98ª Rio Branco (AC)
- 99ª Porto Velho (RO)
- 100ª Santarém (PA)

dicador fica em 83%. Embora a diferença seja menor, os dados revelam situações ainda muito distantes da meta de universalização para 2033. Em Porto Velho, por exemplo, a cobertura de água que já era baixa piorou do último ranking para este. Em 2023, 35% da população tinha acesso a água potável, contra 30,7% em 2024. O abismo entre a cidade e Curitiba, onde o saneamento já está universalizado, ilustra a realidade brasileira. Segundo o estudo, a falta de acesso à água potável ainda atinge mais de 30 milhões de brasileiros, enquanto quase 90 milhões (43% da população) não têm coleta de esgoto. Para além das disparidades, o ranking também mostra como o saneamento no país caminha em ritmos opostos ao mesmo tempo. Enquanto algumas regiões aceleram a ampliação dos serviços de água e esgoto, outras retroagem. Exemplo desse fenômeno é que, pela primeira vez entre as 18 edições do ranking, os municípios mais bem colocados conseguiram atingir a pontuação máxima. Isso significa que, além de terem níveis de atendimento universalizados nos moldes do marco do saneamento, eles também registraram baixos índices de perdas. Em contrapartida, outros tiveram variação negativa em relação a anos anteriores. Foi o caso de Porto Velho, com a água, mas também de Porto Alegre, que caiu 14 posições no ranking após registrar redução no atendimento de esgoto e aumento nos indicadores de perdas de água. João Pessoa também despencou 14 posições, com piora nos indicadores de água, esgoto e perdas. O volume de investimento ajuda a explicar parte desse abismo, diz Luana Pretto, presidente do Instituto Trata Brasil. “Quando olhamos o investimento médio de cada um desses grupos, vemos que os 20 melhores têm investimento médio em saneamento básico anual de R\$ 176 por habitante, enquanto os 20 piores investem em média R\$ 77”, diz ela. Rio Branco, por exemplo, investe só R\$ 9 por ano. “Nesse nível de investimento é muito difícil a gente pensar em uma universalização dentro da meta estabelecida pelo marco”, afirma Luana. “Quando vemos que eles [os últimos 20] precisam sair de 28% de coleta de esgoto para 90% até 2033, vemos que o desafio é bastante grande e o nível de investimento não está condizente com uma mudança de perspectiva.” Mas o problema não fica restrito à lanterna do ranking. Segundo o estudo, mais da metade dos cem maiores municípios do país aplica menos de R\$ 100 por habitante em saneamento, muito abaixo do patamar de R\$ 225 por ano estimado pelo Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico) como necessário para universalizar os serviços. Ao todo, 51 municípios investem menos de R\$ 100 por habitante. Na outra ponta, apenas 17 aplicam mais de R\$ 200, e 10 deles superam o nível considerado de excelência pelo estudo.

FIBRASIL INFRAESTRUTURA E FIBRA ÓTICA S.A.					
CNPJ/ME nº 36.619.747/0001-70 - NIRE 35.3.0055043-9					
Demonstrações Financeiras					
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)			Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais)		
ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	132.395	104.460	Fornecedores	48.210	42.808
Contas a receber de clientes	2.892	6.662	Juros sobre debêntures	13.952	12.862
Contas a receber - Partes relacionadas	2.177	123.575	Fee sobre debêntures	(2.938)	(2.938)
Tributos a recuperar	29.719	29.797	Arrendamentos a pagar	65.610	60.201
Despesas antecipadas	1.541	2.009	Obrigações tributárias	9.039	10.134
Outros ativos	412	637	Obrigações trabalhistas	46.839	18.166
Total do ativo circulante	169.136	267.141	Contas a pagar - partes relacionadas	2.148	3.280
Não Circulante			Total do passivo circulante	182.860	144.514
Depósitos judiciais	14	-	Não Circulante		
Despesas antecipadas	4.813	5.292	Debêntures a pagar	927.055	888.350
Tributos a recuperar	5.203	9.656	Fee sobre debêntures	(21.544)	(24.481)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.806	81.867	Arrendamentos a pagar	120.828	139.163
Direito de uso	159.157	158.786	Outras contas a pagar	-	10.333
Imobilizado	1.433.287	1.346.999	Contingência	1.498	-
Intangível	144.025	155.907	Plano de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	1.162	-
Outros ativos	22	17	Total do passivo não circulante	1.028.999	1.013.364
Plano de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	11	-	Patrimônio Líquido		
Total do ativo não circulante	1.855.338	1.758.523	Capital social	189.497	189.497
			Reserva de capital	850.469	850.469
			Prejuízos Acumulados	(227.351)	(172.181)
			Total do patrimônio líquido	812.615	867.785
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.024.474	2.025.664
Total do Ativo	2.024.474	2.025.664			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais - R\$)					
	Capital Social	Reserva de Capital	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	189.497	850.469	-	(164.503)	875.463
Aumento de capital subscrito	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.678)	(7.678)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	189.497	850.469	-	(172.181)	867.785
Aumento de capital subscrito	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(54.423)	(54.423)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(747)	(747)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	189.497	850.469	-	(227.351)	812.615
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)					
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Obrigações tributárias	(1.095)	737
Prejuízo do exercício	(54.423)	(7.678)	Obrigações trabalhistas	18.340	(1.507)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Outros passivos	2.659	-
Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	381	490	Caixa gerado pelas operações	423.542	225.580
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	(1.132)	-	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Depreciação e amortização	154.594	120.218	Aquisição de imobilizado ou intangível	(233.554)	(237.891)
Amortização arrendamento	58.462	52.153	Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(233.554)	(237.891)
Baixas do ativo imobilizado	4.554	3.282	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Despesa financeira sobre arrendamento	24.285	24.827	Contratos de arrendamento	(96.044)	(67.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.554)	(2.304)	Captação de debêntures	-	865.000
Fee sobre debêntures	2.937	1.959	Pagamento de debêntures	-	(865.000)
Despesa financeira sobre debentures	105.803	110.021	Pagamento de juros e prêmio sobre debêntures	(66.007)	(102.608)
Aumento (redução) de ativos operacionais:			Pagamento de fee sobre debêntures	-	(29.378)
Contas a receber de clientes	3.389	(2.912)	Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(162.051)	(199.072)
Contas a receber de partes relacionadas	121.398	(83.015)	Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	27.937	(211.383)
Impostos a recuperar	4.531	(6.601)	Caixa e Equivalentes de Caixa		
Outros ativos	1.143	(190)	No início do exercício	104.460	315.842
Aumento (redução) de passivos operacionais:			No fim do exercício	132.395	104.460
Fornecedores e partes relacionadas a pagar	4.270	16.101	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	27.935	(211.382)
A DIRETORIA			Marina Pimentel do Rosário - Contadora - CRC 1SP298632		
Extrato das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024			Extrato do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.			As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/ . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas foi emitido em 6 de março de 2026		
2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:			PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5		
a) https://publicidadelegal.folha.uol.com.br / https://fibrasil.com.br			Ricardo Novaes de Queiroz - Contador - CRC 1DF012332/O-2		

economia

Tanure era um dos donos do Master, e Vorcaro, ‘pau-mandado’, diz gestor

Vladimir Timerman, da Esh Capital, depôs na CPI do Senado sobre o crime organizado e criticou demora em apurar denúncias; assessoria de empresário nega as afirmações

Constança Rezende

BRASÍLIA O gestor de fundos Vladimir Timerman, da Esh Capital, disse que o ex-banqueiro Daniel Vorcaro era “pau-mandado” e “um garoto de recados” dos verdadeiros donos do Banco Master e que um deles seria o empresário Nelson Tanure.

Timerman falou como testemunha em depoimento à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado sobre o crime organizado, nesta quarta (18).

“O senhor Nelson Tanure é uma das cabeças, o mais alto da hierarquia. O meu sentimento é que ele [Vorcaro] é uma pessoa que realmente não sabia nem o que estava acontecendo. Foi colocado para ser a cara do Master para fazer as conexões políticas”, afirmou.

O gestor ainda fez críticas à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), à Polícia Federal e ao Banco Central, quando foi questionado de quem seria a culpa pela suposta demora na apuração das fraudes. “Minhas denúncias acerca de Gafisa S.A [da qual Tanure é acionista] se iniciaram em 2019, até 2021. A Gafisa S.A. é o laboratório de tudo”, afirmou.

Ele ainda disse ter sofrido ameaças de morte e recebido mais de 30 ações criminais como retaliação por suas denúncias.

Em nota, a assessoria de Tanure afirmou que o empresário tem décadas de experiência profissional no mercado de valores mobili-



O senhor Nelson Tanure é uma das cabeças, o mais alto da hierarquia. O meu sentimento é que ele [Vorcaro] é uma pessoa que realmente não sabia nem o que estava acontecendo. Foi colocado para ser a cara do Master para fazer as conexões políticas

Vladimir Timerman
gestor de fundos, em depoimento no Senado

O gestor de fundos Vladimir Timerman, da Esh Capital, depõe como testemunha na CPI do Senado sobre o crime organizado
Lula Marques/ Agência Brasil.

ários e “jamais havia sido acusado de qualquer prática supostamente delitiva no contexto das empresas em que é ou foi acionista”.

Ele também declarou que nunca foi sócio, controlador ou beneficiário, direto ou indireto, do Banco Master, “tendo mantido com a instituição apenas relações comerciais legítimas, como cliente e investidor, nos mesmos moldes em que opera com diversas outras instituições financeiras”.

Timerman foi condenado em março do ano passado, pela Justiça de São Paulo, a um ano, 10 meses e 15 dias de prisão pelo crime de perseguição contra Tanure.

Na sentença, a juíza Eva Lobo Chaib Dias Jorge, da 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), substituiu a detenção por prestação de serviços gratuitos beneficentes durante o período da condenação, na frequência de oito horas semanais e o pagamento de 36 dias-multa.

A disputa entre os dois teve início em 2021, quando Timerman acusou Tanure de cooptar acionistas minoritários para assumir o controle da Alliar, uma empresa de exames médicos, na qual o empresário tem participação e que hoje é conhecida como Aliança Saúde e Participações.

Timerman chegou a ter suas redes sociais suspensas por descumprir uma decisão judicial em que ficou proibido de postar ataques e ofensas a Tanure.

No interrogatório judicial, ele negou que tenha feito as postagens agressivas ou ameaçadoras contra Tanure. “Eu fiz postagens que eram verdadeiras”, afirmou.

Para a magistrada, porém, ficou comprovado que o “acusado excedeu o direito de liberdade de expressão, causando danos na vida pessoal da vítima e também na de pessoas a ele relacionadas, bem como para a empresa, que enfrentou queda nas ações”.

Moraes negou recurso de desafeto de Vorcaro no período em que Viviane defendia ex-banqueiro

Luísa Martins

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou em 2025 um recurso ajuizado na corte por um notório desafeto do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, o investidor Vladimir Timerman, da Esh Capital.

A decisão foi proferida em maio do ano passado, período em que o dono do Banco Master também processava o rival e era defendido pelo escritório de advocacia de Viviane Barci, mulher do ministro, e seus filhos.

O escritório Barci de Moraes manteve contrato de R\$ 3,5 milhões mensais com o Master, entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025, para representar os interesses da instituição financeira.

Os processos de Vorcaro e Timerman, com o envolvimento de Viviane Barci e a participação de Moraes como juiz, não configuram conflito direto, segundo as regras da magistratura, mas mostram como as redes de influência do dono do Master podem

se misturar no Judiciário.

Na mesma época da decisão de Moraes contra o gestor da Esh, Vorcaro também processava Timerman, em uma queixa-crime assinada pelo escritório Barci de Moraes no Tribunal de Justiça de São Paulo. O dono do Master se dizia caluniado e difamado pelo investidor, que o acusava de operar fraudes, divulgar informações falsas e induzir a erro investidores e instituições públicas como o BC (Banco Central).

Na primeira instância, uma das estratégias de Viviane para tentar descredibilizar Timerman foi listar uma série de ações a que ele respondia na Justiça. O objetivo era demonstrar que o investidor seria um “perseguidor contumaz” e que estaria se utilizando do mesmo modus operandi contra Vorcaro.

Viviane usou como exemplo a ação movida pelo empresário Nelson Tanure, investigado como possível sócio oculto de Vorcaro, contra Timerman. Ao negar o trancamento deste processo no

STF, Moraes manteve válido um dos argumentos apontados pela mulher para reforçar a tese de perseguição a Vorcaro.

No recurso analisado por Moraes em maio, Timerman, um dos primeiros a denunciar as fraudes financeiras do Master, pedia o trancamento de uma ação penal em que ele era acusado de perseguir Tanure nas redes sociais.

Timerman alegava constrangimento ilegal e falta de justa causa, mas Moraes, sorteado relator pelo sistema de distribuição de processos do STF, negou o requerimento e determinou o prosseguimento regular da ação. O ministro disse que não via ilegalidades no processo e que o réu teria amplo direito de se defender ao longo da instrução.

Os argumentos de Moraes seguiram a linha que já havia sido adotada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), em recursos prévios. “Não há [que se] falar, no presente caso, que a decisão autorizadora da persecução penal



Decisão não tem elo com Barci de Moraes, diz STF

Em nota à Folha o STF disse que a decisão de manter o entendimento de Alexandre de Moraes sobre o recurso de Vladimir Timerman no caso contra Nelson Tanure foi unânime na Primeira Turma e alinhada a parecer da PGR (Procuradoria-Geral da República). “Tanto o caso, quanto as partes e os advogados no recurso não têm nenhuma relação com o escritório Barci de Moraes Sociedade de Advogados e, portanto, não há hipóteses legais de impedimento ou suspeição”.

implique constrangimento ilegal ao direito de locomoção do paciente”, escreveu o ministro.

Timerman recorreu da decisão de Moraes e o caso foi à Primeira Turma, que foi unânime para manter o entendimento do relator. Os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux, que à época ainda integrava o colegiado, seguiram Moraes. O julgamento ocorreu em plenário virtual entre os dias 30 de maio e 6 de junho do ano passado.

Na ocasião da decisão do ministro, o contrato do escritório de seus familiares com o Master estava ativo, mas ainda não tinham vindo à tona as fraudes na venda de carteiras de crédito do Master para o BRB (Banco de Brasília), nem as relações de Vorcaro com diversas personalidades dos mundos político e jurídico.

A Folha procurou na quinta-feira (12) a assessoria do escritório Barci de Moraes, que preferiu não se manifestar. A defesa de Timerman, procurada na sexta (13), informou que não iria comentar.

A queixa-crime de Vorcaro contra Timerman acabou rejeitada pela juíza Maria Tojeira, da 14ª Vara Criminal de São Paulo, em setembro do ano passado, por falta de justa causa.



Unidade Belvedere da Igreja Batista da Lagoinha, em BH Reprodução

Lagoinha fecha igreja comandada por Fabiano Zettel, cunhado de Vercaro

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO A unidade Belvedere da Igreja Batista da Lagoinha, localizada numa região nobre de Belo Horizonte, encerrou suas atividades no domingo (15). Era nela que o empresário Fabiano Zettel, cunhado do ex-banqueiro Daniel Vercaro, pastoreava.

O fim dos cultos no templo, confirmado à Folha pela assessoria de comunicação da igreja, acontece menos de duas semanas após Zettel voltar a ser preso em operação da Polícia Federal que investiga “possível prática dos crimes de ameaça, corrupção, lavagem de dinheiro e invasão de dispositivos informáticos, praticados por organização criminosa”. Segundo as investigações, ele era operador financeiro de Vercaro. É tratado como figura central num suposto esquema de fraudes bilionárias no Banco Master.

A Lagoinha não explica o motivo do fechamento do templo, que atendia muitos fiéis tidos como de elite. A filial foi inaugurada com pompa meses antes da primeira prisão de Zettel, em 2025. Natalia Vercaro, irmã de Daniel e esposa de Zettel, também era pastora lá.

A assessoria repassou o contato de Natalia para comentar as razões do fechamento, apontando-a como atual responsável pelo templo de Belvedere. Ela não respondeu até a publicação desta reportagem.

A própria igreja disse ao jornal, no início do mês, que o pastoreio de Zettel era voluntário e restrito a essa unidade. Também frisou que a Lagoinha Global, selo da denominação, é composta por igrejas locais com uma liderança própria, “responsável pelas decisões administrativas e jurídicas” de seu templo.

O CNPJ da Lagoinha Belvedere, aberto em setembro de 2024, ainda está ativo. Zettel consta como presidente da entidade jurídica.

Ele foi afastado do cargo em novembro, “assim que surgiram as primeiras informações públicas relacionadas ao caso investigado”.

No mesmo fim de semana em que a Belvedere fechava, emergiu nas redes um vídeo do pastor Luciano Barreto pedindo perdão. Dos principais líderes da Lagoinha, ele elencava motivos para tanto na unidade de Alphaville (SP). Um deles foi associado por fiéis às suspeitas de conexão entre a igreja e o escândalo do Master: “Nós queremos pedir perdão pelas vezes onde o dinheiro não foi administrado com sabedoria para investir no reino de Deus”.

Vercaro tinha relações próximas com a família Valadão, que comanda a Lagoinha —da valsa de 15 anos da filha do ex-banqueiro, dançada com o primogênito do pastor André Valadão, ao casamento entre Zettel e Natalia Vercaro, celebrado por André.

A demora em prender gente na fraude do INSS

Após quase um ano da Sem Desconto, só cerca de 20 pessoas estão na cadeia

Rômulo Saraiva

Advogado especialista em Previdência, é professor, autor do livro “Fraude nos Fundos de Pensão” e mestre em direito previdenciário

A julgar pela quantidade de pessoas envolvidas no esquema bilionário dos descontos associativos no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), após quase um ano de atuação da Polícia Federal, chega-se à conclusão de que há gente de menos encarcerada.

Embora o tempo trabalhe a favor da polícia, tendo em vista que o excesso de dias dentro do presídio é um estímulo para novos candidatos à colaboração premiada, esse mesmo tempo pode prejudicar a sociedade e os cofres do INSS. A lentidão do inquérito policial e sua conversão em ação penal podem favorecer a ocultação patrimonial, a destruição de provas e, por fim, a peculiar impunidade brasileira.

Como toda fraude de grande proporção, a do INSS foi estruturada nos moldes de uma organização criminosa. Havia subdivisão de tarefas, objetivos e hierarquia. Os núcleos temáticos foram pulverizados com a participação de políticos, servidores públicos, empresários, dirigentes de associações e sindicatos, lobistas e “laranjas”.

No âmbito administrativo, a CGU (Controladoria-Geral da União) instaurou 40 processos com base na Lei Anticorrupção contra 3 empresas e 38 associações e sindicatos. Esse é um número inicial de pessoas mapeadas nas fraudes previdenciárias.

Se tomarmos como referência o critério da CGU, percebe-se que há muita gente que deveria estar atrás das grades.

Na hipótese de cada associação, sindicato e empresa ter em sua estrutura só 10 pessoas trabalhando, teríamos 400 pessoas passíveis de serem investigadas criminalmente. Esse número cresce substancialmente se forem considerados servidores do INSS, correspondentes bancários, funcionários de instituições de empréstimo consignado etc.

Apenas a Conafer (Confederação Nacional dos Agricultores Familiares), uma das associações investigadas, diz em seu site ter 250 funcionários.

É verdade que nem todos os funcionários e todas as entidades estavam envolvidos. Mas o universo de pessoas que participaram de alguma forma na fraude ultrapassa 500 pessoas, se for levada em consideração a verdadeira estrutura de cada associação, sindicato e empresas envolvidas.

Por outro lado, o número de presos pode ser arredondado em 20 indivíduos que cumprem prisão preventiva ou domiciliar.

Do núcleo dos empresários, estão presos Maurício Camisotti, o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, e seu filho, Romeu Carvalho Antunes. Ligados ao INSS, os mais famosos são: Alessandro Stefanutto, ex-presidente do órgão, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral, Adroaldo Portal, secretário-executivo do Ministério da Previdência, e André Fidelis, ex-diretor.

As associações previdenciárias roubaram aposentados da mesma forma e por anos. São 38 associações investigadas, e só 2 dirigentes estão presos.

Por que a polícia não tomou providências de prender dezenas de envolvidos que minaram recursos de aposentados?

Não houve prisão de senadores nem de deputados, embora a articulação política tenha sido crucial para afrouxar normas e abrir portas para a fraude.

A esta altura, e com razão, quem está preso preventivamente certamente sente ciúmes do tratamento assimétrico conferido pela polícia ao não ter prendido colegas e parceiros do mesmo crime. E não são poucos os que deveriam estar presos!

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIACATU

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026, PROC. Nº 59/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para substituição de luminárias em LED para iluminação pública, no município de Piacatu, conforme Termo de Convênio 100389/2026, que entre si celebraram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais e o município de Piacatu. Encerramento: 10/04/2026 às 09h00min. O Edital na íntegra encontram-se a disposição dos interessados na Rua Alexandre Fleming, nº 633, Piacatu/SP, no site www.piacatu.sp.gov.br (transparência) ou solicitado pelo Email: licit@piacatu.sp.gov.br. Informações complementares poderão ser fornecidas pelo telefone: (18)3693-9300 ou 3693-9302.Piacatu/SP, 18 de março de 2.026.RICARDO FRANCISCO LEMES DA SILVA – PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIACU

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO.EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº **002/2026** - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2026. Com fundamento nos arts. 79, I e 74, IV da Lei nº 14.133/2021, para credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços profissionais de saúde, de forma eventual e complementar, para atuação no Departamento de Saúde do Município. Natureza: Prestação de serviços profissionais. Quantitativos: Não há quantitativo fixo de contratação. A convocação dos credenciados será realizada conforme a demanda do Departamento de Saúde, por horas efetivamente trabalhadas ou por procedimentos realizados. Os quantitativos estimados anuais para cada função serão indicados em quadro próprio, sem caráter vinculativo para contratação integral, sendo que a Administração não se obriga a contratar o total de quantitativos previstos, mas somente aqueles que forem efetivamente necessários para atuar de forma eventual e complementar aos serviços de saúde.O Edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do Município, no endereço: www.guapiacu.sp.gov.br, no botão Licitação / Credenciamento e no Portal de Compras em <http://187.9.146.42:8079/comprasedital/>. Informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@guapiacu.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3267-9700. Guapiacu/SP, 18 de março de 2026. Leandro Mariano da Silva – Agente de Contratação.

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83 - NIRE 3530051760-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A. (ANteriormente denominada como CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.), A SER REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2026.

A **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das debêntures (“*Agente Fiduciário*”) da 3ª (*Terceira*) *Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Aliança Saúde e Participações S.A. (anteriormente denominada como Centro de Imagem Diagnósticos S.A.)* (“*Emissão*”, “*Debêntures*” e “*Emissora*” respectivamente) emitidas nos termos do *Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Aliança Saúde e Participações S.A. (anteriormente denominada como Centro de Imagem Diagnósticos S.A.)*, celebrado em 4 de outubro de 2022, conforme aditado de tempos em tempos, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“*Escritura*”), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão (“*Debenturistas*”) e a Emissora, a comparecerem à assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 09 de abril de 2026, às 11h00 horas, em formato exclusivamente digital (“*AGD*” ou “*Assembleia*”), sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma digital “*Microsoft Teams*” (“*Plataforma Digital*”), com o link de acesso a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, observadas as instruções de acesso constantes neste edital, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“*Lei das Sociedades por Ações*”) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“*CVM*”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“*Resolução CVM 81*”), que será considerada como realizada na sede da Emissora nos termos deste edital, para deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(A)** a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.4, da Escritura, em razão da ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático previstos na **(i)** Cláusula 6.2., item (a) da Escritura, caracterizado pelo inadimplimento de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais, local ou internacional, da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **(ii)** Cláusula 6.2., item (g) da Escritura, caracterizado pelo protesto títulos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **(iii)** Cláusula 6.2., item (b) da Escritura, caracterizado pelo descumprimento da obrigação não pecuniária prevista na Cláusula 7.1., item (c), subitem (10) da Escritura, de fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores, em até 2 (dois) dias úteis após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, de informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, tendo em vista a ocorrência dos eventos de vencimento antecipado mencionados acima sem a efetiva comunicação ao Agente Fiduciário; e **(iv)** Cláusula 6.2, item (t) da Escritura, caracterizado pela não manutenção, pela Emissora, de classificação de risco (*rating*) corporativo por uma das seguintes empresas: *Standard & Poor’s* ou a *Moody’s* América Latina ou a *Fitch Ratings*, com classificação mínima de “A- (bra)”, tendo em vista o Fato Relevante publicado pela Emissora no dia 13 de março de 2026 no qual constou-se o rebaixamento, realizado pela Fitch Ratings, para “CCC+(bra)”.º Para evitar quaisquer dúvidas, o Agente Fiduciário informa que, nos termos das Cláusulas 6.4. e 6.5. da Escritura, se na referida assembleia, em primeira convocação, ou, em segunda convocação, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinarem ao Agente Fiduciário que não declare o vencimento antecipado das Debêntures, em primeira ou segunda convocação, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures. Contudo, uma vez instalada a referida assembleia, e o quórum acima referido não seja atingido, ou caso não haja instalação da referida assembleia, em segunda convocação, por falta de quórum, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura. Nos termos da Cláusula 9.5 da Escritura, a AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que detenhem, pelo menos, a metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital através de sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio dos seguintes documentos para o endereço eletrônico do Agente Fiduciário “agentefiduciario@vortex.com.br” e “afn@vortex.com.br”, com o seguinte assunto “**Documentos de Representação – ALLIAR 3E US**” em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário estipulado para abertura dos trabalhos da Assembleia, observado o disposto na Resolução CVM 81: **(i)** quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista; **(ii)** quando pessoa jurídica, **(a)** cópia digitalizada do último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; **(b)** documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e **(c)** documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iii)** quando fundo de investimento, **(a)** cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo; **(b)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e **(c)** documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iv)** quando for representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, a qual não poderá ter sido outorgada há mais de 1 (um) ano, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário, sendo certo que, no caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de Instrução de Voto, conforme previsto abaixo, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e **(v)** caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio **(a)** da tela CETIP; e **(b)** e-mail do Debenturista aos endereços acima contendo **(1)** a indicação do ativo; e **(2)** a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo. **Informações Adicionais – Instrução de Voto a Distância:** Os Debenturistas poderão enviar seu voto de forma eletrônica ao Agente Fiduciário nos seguintes endereços eletrônicos “agentefiduciario@vortex.com.br” e “afn@vortex.com.br”, respectivamente, com o seguinte assunto “**Instrução de Voto – ALLIAR 3E US**”, mediante preenchimento do documento intitulado “Instrução de Voto”, cujo modelo é disponibilizado na mesma data da publicação deste edital de convocação pelo Agente Fiduciário, no seu website (<https://www.vortex.com.br>). Somente serão consideradas válidas as instruções de voto à distância constantes do documento “Instrução de Voto” devidamente preenchido que forem recebidas pelo Agente Fiduciário, acompanhadas dos documentos necessários para participação na Assembleia, nos termos deste edital de convocação, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia e até o horário estipulado para abertura dos trabalhos da Assembleia. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da Assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 4º, inciso II, da Resolução CVM 81. A instrução de voto a distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. **A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.** O Agente Fiduciário permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à Assembleia.

São Paulo, 19 de março de 2026.

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

economia

Juiz reconhece indícios de desvios no Master e impede transferência de bens

Liquidante identifica transferências milionárias sem justificativa econômica aparente; bloqueio envolve casa de R\$ 36,1 mi no DF

Diego Felix

SÃO PAULO A 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo concedeu, ta terça (17), uma liminar de urgência para evitar a alienação (transferência) de bens relacionados ao Banco Master e seu controlador, Daniel Vorcaro.

O juiz Adler Batista Oliveira Nobre reconheceu a existência de indícios de desvios bilionários do patrimônio do banco para fundos e bens de luxo de Vorcaro e pessoas próximas.

A decisão é uma resposta aos pedidos da EFB Regimes Especiais, liquidante do Master, que identificou a existência de uma série de esquemas de desvio de recursos por meio de fundos de investimento e laranjas.

Na petição, o liquidante incluiu como réus do processo fundos já conhecidos das investigações por serem usados como estruturas por onde passaram os recursos do Master, Vorcaro e seus sócios. É o caso dos fundos Astralo 95, Ter mopilas e Galo Forte.

Foram citados também a Super Empreendimentos (investigada por supostamente servir de canal para os pagamentos de Vorcaro a uma milícia privada e agentes públicos), o cunhado do ex-banqueiro Fabiano Zettel, a Pipe Participações, a Moriah Asset Empreendimentos e ex-sócias como Karolina Trainotti, uma auto-declarada “sugar baby”.

A ordem judicial, revelada primeiro pelo portal Metrôpoles e confirmada pela Folha, determina a averbação do protesto em juntas comerciais, registros de imóveis e na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A medida visa alertar possíveis interessados nesses ativos sobre a existência de uma disputa legal em torno dos bens e afastar eventual alegação de ignorância ou aquisição de boa-fé.

Procurada, a defesa de Vorcaro não se manifestou.

Segundo as investigações, os fundos controlados pelo Master realizaram transferências milionárias, sem aparente justificativa econômica, para contas do Astralo 95. Os advogados do liquidante afirmam que Vorcaro auferiu “ganhos de capital exorbitantes em transações cruzadas”.

“Os recursos supostamente desviados teriam sido empregados na aquisição de bens de luxo para uso pessoal do ex-controlador e de terceiros relacionados, a exemplo de uma mansão no Distrito Fede-



Mendonça prorroga por 60 dias inquérito sobre Master e BRB

O ministro André Mendonça, do STF, atendeu a pedido da Polícia Federal e prorrogou por 60 dias o inquérito que investiga suspeitas de fraudes na tentativa de compra do Banco Master pelo BRB (Banco de Brasília).

Ele disse que a medida é necessária para “realização de diligências reputadas imprescindíveis para esclarecimento dos fatos”. Esse é o inquérito que provocou a primeira prisão de Daniel Vorcaro, em novembro de 2025.

O argumento da PF é de que ainda há extenso volume de material a ser analisado.

A reportagem apurou que Mendonça dise que deve estender o prazo até o fim das investigações.

ral, apartamentos de alto padrão em São Paulo e participações societárias diversas, formalmente registradas em nome de empresas e fundos”, diz o processo.

O despacho também cita indícios de rápida dilapidação e realocação do patrimônio desviado após a liquidação do Master, em novembro do ano passado. Será com base nessa decisão que o liquidante vai protocolar ações de recuperação dos valores obtidos com as vendas dos ativos.

Um dos exemplos indica repasses diretos de R\$ 285,8 milhões do Máxima 2 para o fundo Astralo 95 às vésperas da liquidação.

Foram identificadas também transações de valores e aquisição de bens de luxo, como um imóvel do DF avaliado em R\$ 36,1 milhões, e apartamentos de alto padrão em São Paulo, registrados em nome das empresas, mas supostamente usados por Vorcaro para usufruto próprio.

A decisão atinge também cartórios de registro de imóveis fora de São Paulo, como no Distrito Federal e em Minas Gerais, onde está a base das empresas de Vorcaro e seus familiares.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO

PROCESSO Nº 19/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026. Objeto: visando a aquisição de equipamento agrícola e de informática a serem utilizados na Casa da Agricultura do município de Álvaro de Carvalho/SP, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. O certame será do tipo “Menor Preço por Item”. A sessão pública eletrônica terá início a partir das 09h00m do dia 01/04/2026, através do site <http://170.238.90.24:8079/comprasedita>. O Edital no site: www.alvarodecarvalho.sp.gov.br. Informações pelo e-mail licitacao@alvarodecarvalho.sp.gov.br e/ou pelo telefone (14) 3484-1119 de segunda a sexta-feira das 08h00m às 17h00m. Álvaro de Carvalho/SP, 20 de Março de 2026. Adilson de Oliveira Lopes – Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO: Contratante: Município de Ouro Verde. - Contratada: NOROMIX CONCRETO S/A - **Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de “infraestrutura” recapeamento asfáltico e serviços complementares (rampas de acessibilidade e sinalização viária) no(s) bairros(s) vila industrial com habitação de interesse social – conjunto habitacional ouro verde “a” (a1 + a2) e conjunto habitacional ouro verde “c”.** - Origem: Concorrência nº 02/2.026, Processo nº 13/2.026, Contrato nº 20/2.026 - Valor: R\$ 423.979,81. - Data da assinatura: 17/03/2026. Ouro Verde, 18 de março de 2026. Julio Cesar De Mori Vecchiati – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBUCA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 03/2026 – Registro de Preços - Processo n.º 140/2026

A Prefeitura Municipal torna público, para conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item, para Registro de Preço, para aquisições de produtos de hortifrutigranjeiros. Os envelopes de propostas e habilitação deverão ser entregues até o dia **31 de março de 2026 às 09:00h** na sede da Prefeitura Municipal de Mombuca, sito à Rua Amadeu Amaral, nº 255, sendo que a sessão será realizada a seguir, nos termos da legislação vigente. O edital na íntegra encontra-se à disposição no endereço acima e poderá ser retirado no horário de expediente até 24 horas que antecedem a data de recebimento dos envelopes e ainda solicitá-lo através dos e-mails: administrativo@mombuca.sp.gov.br e juridico@mombuca.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal através do telefone (0xx19) 3488-1128. Mombuca, 18 de março de 2026, Prefeitura Municipal.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária

O Sindicato dos Motoristas de Veículos e Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviário de Osasco e Região - Sincovero, entidade sindical de primeiro grau, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, nº 56, CEP: 06016-020, inscrito no CNPJ sob o nº 56.334.758/0001-10, telefone (11) 3685-4333, com base territorial abrangendo os municípios de Osasco, Cajamar, Carapicuíba, Barueri, Itapevi, Jandira, Cotia, Embu das Artes, Taboão da Serra, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Vargem Grande Paulista, **no uso de suas atribuições estatutárias e legais**, vem, por meio do presente, **Convocar** todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional do setor de **Fretamento e Turismo**, sindicalizados ou não, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia **15 de abril de 2026**, no salão de assembleias da sede da entidade, no endereço acima indicado. A assembleia será instalada em **Primeira Convocação às 14h00**, com a presença da maioria dos integrantes da categoria, e, não havendo quórum, em **Segunda Convocação às 15h00**, instalando-se com qualquer número de presentes, nos termos do estatuto social. A assembleia terá por finalidade deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Leitura, discussão e deliberação acerca da pauta de reivindicações a ser apresentada na campanha salarial referente ao período **2026/2027**; 2. Deliberação sobre a extensão da representação sindical nas negociações coletivas, com definição da abrangência do instrumento coletivo a ser celebrado, de forma a alcançar toda a categoria profissional, inclusive trabalhadores não sindicalizados, bem como aprovação da cobrança da **contribuição negocial/assistencial**, fixando-se critérios, condições e forma de oposição; 3. Deliberação sobre a **manutenção da assembleia em caráter permanente**, até a conclusão das negociações coletivas, autorizando-se a convocação de novas sessões por meio de comunicados, boletins, assembleias descentralizadas, reuniões por locais de trabalho ou meios digitais, visando assegurar ampla participação da categoria; 4. Concessão de **poderes à diretoria do sindicato** para conduzir as negociações coletivas, celebrar Acordos Coletivos de Trabalho e Convenções Coletivas, bem como, se necessário, requerer mediação, arbitragem, instaurar dissídio coletivo, inclusive de natureza econômica ou de greve, podendo ainda deflagrar movimento paredista, tudo nos termos da legislação vigente, independentemente de nova convocação assemblear. E, para que produza seus efeitos legais, é expedido o presente edital.

Osasco, 19 de março de 2026

Itamar Donizetti Luiz – Presidente do Sincovero - CPF nº 006.378.258-88

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

TERMO DE REVOGAÇÃO

JORGE AUGUSTO SEBA, Prefeito do Município de Votuporanga, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Fica REVOGADO o inteiro teor da Dispensa de Licitação na Forma Eletrônica nº 001/2026 - Processo nº 029/2026 de objeto Contratação de empresa para fornecimento e instalação de vidros e esquadrias de vidro temperado, para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por CONVENIÊNCIA e OPORTUNIDADE ADMINISTRATIVA. Comunique-se. Publique-se.

JORGE AUGUSTO SEBA – Prefeito Municipal – 17/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **CHAMADA PÚBLICA N.º001/2026** PROC. ADM. N.º 3207/2025 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, COM ENTREGA PARCELADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. Abertura da Sessão com entrega dos envelopes HABILITAÇÃO, PROJETO DE VENDA será no dia 15/ABRIL/2026 – às 09h00. Cópias do Edital completo poderão ser retiradas pelo site oficial da Prefeitura – www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e nos dias úteis no horário das 12h00min às 16h30min, junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 18 de março de 2026. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 013/2026, objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE “INFRAESTRUTURA” RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES (RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA) NO(S) BAIRROS(S) VILA INDUSTRIAL COM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CONJUNTO HABITACIONAL OURO VERDE “A” (A1 + A2) E CONJUNTO HABITACIONAL OURO VERDE “C”.** Considerando a regularidade do procedimento, hei por bem, com base no inciso IV, do artigo 71, da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2.021, ADJUDICAR e HOMOLOGAR o item do objeto licitatório à empresa NOROMIX CONCRETO S/A, no valor global de R\$ 423.979,81 (Quatrocentos e vinte e três mil e novecentos e setenta e nove reais e um centavos). Ouro Verde/SP, 18 de março de 2025. Julio Cesar De Mori Vecchiati. Prefeito Municipal.

Deinter 2 – Campinas

Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista

EXTRATO DE EDITAL

Processo: SEI 058.00117277/2024-54

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

Compra nº 90003/2026

Encontra-se aberta, na Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, modalidade aberta, que tem por objeto a contratação de prestação de serviço de Impressão Corporativa por Meio de Outsourcing para Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista e unidades subordinadas, conforme características e especificações constantes do Termo de Referência anexo ao Edital. A realização da sessão será dia 27/04/2026, às 10:00, no endereço www.gov.br/compras. Mais informações poderão ser obtidas na UGE – Unidade Gestora Executora 180288 através do telefone (11) 4033-7420 ou e-mail: uge.bpta@policiacivil.sp.gov.br. Edital disponível no site www.gov.br/compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Equipamentos de Informática, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 01/04/2026 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Sim. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (<http://177.39.199.170:8079/COMPRASEDITAL>)

BÁLSAMO, 18 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ EDUARDO NALIATI JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMURB

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº da Licitação: 05/2026/SEMURB

Município/Orgão: Prefeitura Municipal de Santarém/Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos.

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTOBOMBAS E ACESSÓRIOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MOBILIZAÇÃO ENTRE OS PONTOS DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO POR 24 HORAS, COM O OBJETIVO DE AUXILIAR NO SISTEMA DE DRENAGEM DA ORLA DA CIDADE DE SANTARÉM, PARÁ, LOCALIZADA NA AVENIDA TAPAJÓS, EM DECORRÊNCIA DA ENCHENTE DE GRANDES PROPORÇÕES DOS RIOS TAPAJÓS E AMAZONAS.

Data da abertura das propostas: 06/04/2026 – 09:00, no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Jarlei Dominique Souza da Silva

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA DA ESTANCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

RESUMO DE EDITAL – Concorrência Eletrônica 001/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS E A EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO “MINHA CASA FELIZ I”, COM RECURSOS DO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (FAR), INTEGRANTE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (MCMV) – FAIXA I. Encerramento às 08h45 horas do dia 14/05/2026. O edital estará à disposição a partir do dia 20/03/2026, no site www.saoroque.sp.gov.br.

RESUMO DE EDITAL – Concorrência Presencial 007/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS NO DISTRITO DE MAYLASKY, EM SÃO ROQUE/SP – FASE 2, Encerramento às 09h00 horas do dia 13/04/2026. O edital estará à disposição a partir do dia 20/03/2026, no site www.saoroque.sp.gov.br.

REVOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA VAGAS EM CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA FEMININO E MASCULINO (ADULTOS). Em 17/03/2026, o Sr. Prefeito REVOGOU o presente processo pelos motivos expostos nos autos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PROCESSO LICITATORIO Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2026

DATA DE REALIZAÇÃO: 07 de abril de 2026. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: SCPI - Portal de Compras - <http://servicos2.fernandopolis.sp.gov.br:5656/comprasedita/>. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVAE CORRETIVADE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS-SP”. Classificada por item, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 003/2026. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES (SICAF): O credenciamento é o nível básico do registro cadastral que permite a participação em certames eletrônicos, devendo o interessado realizar ou atualizar seu cadastro no endereço eletrônico: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>. SISTEMA FIORILLI (SCPI - PORTAL DE COMPRAS): O cadastro deverá ser iniciado no endereço: <http://servicos2.fernandopolis.sp.gov.br:5656/comprasedita/>, na opção “Solicitar Chave de Acesso”. Após o recebimento da chave e senha por e-mail, o fornecedor deverá selecionar a “Opção 03 – Licitante”, escolher o processo desejado e proceder ao credenciamento e inserção da proposta. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br em serviços + licitação. Fernandópolis/SP, 18 de março de 2026.

JOÃO PAULO SALES CANTARELLA

Prefeito Municipal

economia

Planos de saúde têm lucro recorde de R\$ 24,4 bi em 2025

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Os planos de saúde no Brasil tiveram em 2025 o maior lucro da série histórica, em um ano marcado por reajustes de mensalidades acima das despesas assistenciais e forte resultado financeiro em meio a juros elevados.

Dados divulgados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) nesta quarta (18) mostram que o setor somou receitas de R\$ 391,6 bilhões e lucro líquido de R\$ 24,4 bilhões.

O resultado equivale a 6,2% da receita total do período, ou seja, para cada R\$ 100 de receitas, o setor obteve cerca de R\$ 6,20 de lucro, superando o registrado durante a pandemia.

Os dados mostram forte concentração: três das maiores operadoras responderam por 49% de todo o lucro do setor.

A rentabilidade também avançou, com o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) chegando a 16,4%, acima dos níveis pré-pandemia.

Mesmo com a concentração em grandes empresas, houve melhora geral no desempenho do setor, com crescimento do número de operadoras com resultados positivos. Ao todo, 73,5% (731) encerraram 2025 no azul —alta de 3,7 pontos percentuais ante 2024.

Um dos principais fatores foi a queda da sinistralidade, que mede quanto da receita é destinada a cobrir despesas médicas. A taxa caiu para 81,7%, o menor nível desde 2020.

Isso significa que as operadoras gastaram menos com atendimento em relação ao que arrecadam. Segundo a ANS, o movimento reflete a recomposição dos preços dos planos acima da variação dos custos médicos, tendência desde 2023.

O segmento médico-hospitalar, principal do setor, concentrou quase todo o lucro, com R\$ 23,4 bilhões. O desempenho foi sustentado por melhora da operação, ganho financeiro com aplicações e efeitos pontuais.

O resultado foi positivo em R\$ 9,8 bilhões, com avanço mais forte nas medicinas de grupo e seguradoras especializadas.

Já autogestões ampliaram o prejuízo operacional para R\$ 3,1 bilhões, alta de 45,5%, embora o número de entidades deficitárias tenha diminuído.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 - PROCESSO Nº 070/2026
OBJETO: Locação de imóvel destinada a abrigar a sede administrativa da Controladoria - Geral do Município (CGM), pelo período de 12 (doze) meses, no Município de Votuporanga/SP.
DATA DA SESSÃO: 06/04/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO - Secretário Municipal da Administração – 18/03/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 - PROCESSO Nº 071/2026
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimentos de impressos e serviços gráficos para utilização de diversas Secretarias do Município de Votuporanga/SP. DATA DA SESSÃO: 06/04/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO - Secretário Municipal da Administração – 18/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90054/2025**. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4808/2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CÂMARAS DE VACINAS Comunicamos a retificação do edital e a reabertura do Pregão Eletrônico n.º 90054/2025, que estava suspenso desde 30/10/2025 devido ao recebimento de pedidos de esclarecimentos e impugnações. Agendamento: - Data e hora da abertura da sessão pública: 07/04/2026 às 10h00. O Edital retificado poderá ser obtido no site do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br, no Portal Nacional de Contratações Públicas: pnpc.gov.br/app/editais e no sítio oficial da Prefeitura de Cubatão: <https://editais.cubatao.sp.gov.br/>. Código da UASG: 986371. Informações pelo telefone (13) 3512-0577 (ramal: 4065). Cubatão, 18 de março de 2026. RODRIGO GUIMARÃES DA SILVA Diretor do Departamento de Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014714252026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90211/2026**
No Processo: 147.00026311/2025-82
Objeto: Barra Alongadora para deformidade torácica
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014706572026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90234/2026**
No Processo: 147.00029714/2024-01
Objeto: BOTA OU PENEIRA DE COMPRESSAO PNEUMATICA 30 A 130MMHG
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014764132026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90216/2026**
No Processo: 147.00015008/2025-54
Objeto: CATETER PARA HEMODIALISE 13 A 14 FR X 24 A 30 CM
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº01014734592026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90293/2026**
No Processo: 147.00020288/2025-12
Objeto: SERINGA DESCARTAVEL DE 01 ML P/ INSULINA
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014750732026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90209/2026**
No Processo: 147.00028742/2025-83
Objeto: ENXERTOS PERICARDIO BOVINO
Total de Itens Licitados: 3 (Três).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014780742026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90294/2026**
No Processo: 147.00020583/2025-79
Objeto: PASSADOR E ELETRODOS DESCARTÁVEIS PARA ESTIMULAÇÃO DE NERVO VAGO
Total de Itens Licitados: 1 - Agrupamento - Vide Edital (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº01014758692026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90207/2026**
No Processo: 147.00000652/2026-17
Objeto: AGULHA PARA BIOPSIA RENAL 16 G X 20 CM
Total de Itens Licitados: 5 (Cinco).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº. 016/2026 **Pregão Eletrônico nº. 008/2026** Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra. O Edital estará à disposição através do site: www.fernao.sp.gov.br , no portal de compras: <http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/comprasedital/>, ou ainda no prédio do Paço Municipal, sito na Rua José Bonifácio, nº. 106, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min. A sessão pública de processamento terá início às 08h30min do dia 09/04/2026, no Portal de Compras <http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/>, podendo ser acessada por qualquer meio eletrônico com acesso à internet. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016 / 3273 1038 / (14) 99792-7312 /99849-7513 e por via do e-mail licitacao@fernao.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014770542026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90295/2026**
No Processo: 147.00021846/2025-67
Objeto: DISSECTOR ENDOSCÓPICO DESCARTAVEL
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014122442026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90248/2026**
No Processo: 147.00029161/2025-69
Objeto: METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 125MG F/A
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01014770542026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
No da Contratação: **90210/2026**
No Processo: 147.00018746/2025-53
Objeto: TESTE PARA MICROBACTERIAS
Total de Itens Licitados: 1 (UM).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 19/03/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 31/03/2026 às 09:00h no site: www.gov.br/compras.**Fonte:** DOESP e PNCP

**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

PREGÃO ELETRÔNICO
PC 1087/2025 – PE 57/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORIA E OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS NO PARQUE DA JUVENTUDE CITTÁ DI MARÓSTICA. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2026 – 9h00. O edital estará disponível para realização de download no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.211.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, “Prédio Gilberto Pasin” – telefone: (11) 2630-5487/5488, preferencialmente contatar pelo e-mail: editais.compras@saobernardo.sp.gov.br.

COMPLEXO PENAL II DE PACAEMBU
EXTRATO DE EDITAL
Pregão 90001/2026 Processo Administrativo: 006.00106454/2026-71 Código Único: 20260250254 Local: Rodovia Vicinal Prefeito Kouitiro Sato, Km 07+600 metros - Bairro Córrego Olimpia, na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo Órgão: Secretária da Administração Penitenciária Unidade Compradora UASG: 380274 – Complexo Penal II de Pacaembu Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico Amparo Legal: Lei 14.133/2021 Tipo: Edital Data de início de recebimento de propostas: 19/03/2026 às 09h (horário de Brasília) Data de fim de recebimento de propostas: 01/04/2026 às 08h59hr (horário de Brasília) Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 13kg para Complexo Penal II de Pacaembu (Centro de Detenção Provisória I e II de Pacaembu) Valor total estimado da contratação: R\$ 2.320,00 (dois mil e trezentos e vinte reais) Data da Sessão Pública: 01/04/2026 às 09h (Horário de Brasília)Critério de Julgamento: Menor Preço.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN
AVISO DE LICITAÇÃO
Assunto: Pregão Eletrônico nº 02/2026 - UASG 925543

Processo nº: 04410042.004322/2025-81. **Objeto:** Registro de preço para aquisição de sacos para lixos em atendimento as demandas da FUERN. **Abertura às 08:00 de 08 de abril de 2026** no <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Edital disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.uern.br/>. Dúvidas pelo (84) 3315-2113 ou contratacoes@uern.br.

Mossoró/RN, 17 de março de 2026.
José Victor Pinheiro Azevedo
Agente de Contratação - Diretoria de Licitações e Contratos
Portaria nº 1581/2023 - GP/FUERN

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –**

AVISO DE LICITAÇÃO PE 02/2026 - PROCESSO 02/2026 EDITAL 02/2026
O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB AMBIENTAL torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição de diversos materiais de limpeza para utilização no prédio central e Estações e Captações da autarquia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A realização da sessão pública ocorrerá em 01/04/2026 às 09h00min no sítio www.bll.org.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no site do SAAEB AMBIENTAL: <https://saaebambiental.sp.gov.br/> e no site www.bll.org.br. Maiores informações pelo telefone: 17 3344-5400 ou pelo e-mail licitacao@saaebambiental.sp.gov.br.
Bebedouro, 18 de março de 2026
Antônio Francisco Armelin Gomes - Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objetos :
PE 2026012000122 – Fornecimento e instalação de equipamentos de cozinha construtivos para Diversas Unidades. Abertura: 30/03/2026 às 10h30.
PE 2026012000128 – Serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de ônibus convencional, para o evento “36º Bial de São Paulo – Itinerância”, na Unidade Santos. Abertura: 01/04/2026 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portalc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Em sua 3ª semana, conflito escala e leva terror a todo o Oriente Médio

Retaliação do Irã pelo assassinato de homem-forte atinge países do golfo Pérsico; Tel Aviv bombardeia campo de produção de gás e projeta ocupação do sul do Líbano

Igor Gielow

SÃO PAULO A guerra no Oriente Médio teve na madrugada desta quarta-feira (18), 19º dia desde que Estados Unidos e Israel atacaram o Irã, uma das noites de violência mais espalhada pela região e um dia repleto de ataques contra a infraestrutura de gás e petróleo dos países do golfo Pérsico.

A retaliação promovida por Teerã pela morte na véspera do homem-forte do regime, Ali Larijani, levou a uma madrugada de terror nos países vizinhos, atacados por sediar bases americanas. Em Israel, o uso de mísseis pesados matou duas pessoas em Tel Aviv, e três mulheres palestinas morreram em Beit Awwa, na Cisjordânia, após ataque de míssil iraniano, segundo o Crescente Vermelho.

Já no meio da tarde (meio da manhã no Brasil), um ataque de Israel a instalações do maior campo de exploração de gás natural do mundo, no Irã, alimentou uma nova escalada na guerra. A teocracia retaliou contra infraestrutura energética de Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

A nova crise começou com o bombardeio das Forças de Defesa de Israel contra instalações ligadas ao megacampo de Pars Sul nesta quarta-feira (18), que haviam sido objeto apenas de ações esporádicas até aqui.

A região, que fica no meio do Golfo, é explorada em conjunto pelo Irã e pelo Qatar —que tem acesso a 60% das reservas, numa área denominada Domo Norte. Teerã é a maior produtora local da commodity, quase toda comprada pela China.

Na sequência, o Irã lançou uma ameaça até aqui inédita: listou uma refinaria e uma petroquímica da Arábia Saudita, um campo de gás dos Emirados Árabes Unidos e três complexos do Qatar.

Até o começo da madrugada de quinta (19), ainda na noite de quarta no Brasil, imagens geocalizadas mostraram grandes explosões em complexos energéticos de Riad —os sauditas disseram ter abatido quatro mísseis balísticos, mas aparentemente algum passou pelas defesas.

No Qatar, houve explosões e um grande incêndio no maior terminal de embarque de gás natural liquefeito do mundo, em Ras Laffan Industrial City. O governo local apenas disse que estava trabalhando contra ataques, e que tinha evacuado unidades de petróleo e gás. Nos Emirados, o governo relatou queda de destroços nas instalações do campo de gás de Habshan.

Ironicamente, pouco antes, o governo em Doha havia emitido protestos, ao lado dos Emirados e

de Omã, contra a ação israelense, dizendo que ela era “irresponsável e perigosa”. Mas, após os relatos de explosões, expulsou o adido militar de Teerã no país.

Segundo a mídia israelense, a ação ocorreu sem o consentimento dos EUA, relato oposto ao feito pelo site americano Axios. Já o Wall Street Journal afirma que o presidente Donald Trump não quer mais ataques do tipo, salvo escalada no estreito de Hormuz, por onde passam 20% do produto e do petróleo vendidos no mundo.

O governo do premiê Binyamin Netanyahu tem escalado operações militares, anunciando inclusive uma política aberta de assassinato de lideranças do Irã, talvez para manter o ritmo da guerra.

Trump tem se perdido em declarações contraditórias, e isso, segundo analistas do Estado judeu, faz Netanyahu dobrar a aposta no ataque frontal ao regime islâmico. Até aqui, a ideia inicial de ver uma revolta popular para tomar o poder no país persa não passou de uma vontade.

A crítica dos árabes chama mais atenção pelo fato de que são eles que estão sendo mais punidos pela retaliação iraniana. Não é possível falar ainda numa rusga no apoio aos EUA, mas certamente os cálculos estão diferentes agora.

Isso aumenta o isolamento do republicano, que viu seus aliados europeus na Otan e na Ásia se recusarem a apoiar uma força-tarefa de navios de guerra para garantir o escoamento de commodities energéticas pelo estreito de Hormuz.

Por ora, os preços do gás estão apenas com uma leve alta, enquanto os do petróleo seguem subindo de forma mais consistente —atingindo um patamar de US\$ 110. A commodity está fortemente impactada pelo virtual fechamento do estreito de Hormuz desde o início da guerra, no dia 28 de fevereiro.

Na mão contrária, após os EUA atacarem bases de mísseis ao longo da costa do golfo no Irã, Israel voltou a promover ataques pesados contra o país persa e posições do Hezbollah no Líbano.

O país árabe é o mais afetado pela guerra até aqui depois do Irã, que é o alvo primário, por abrigar o grupo extremista Hezbollah —que já lutou diversas vezes contra Israel, e desta vez o faz para apoiar os seus patronos em Teerã.

Com efeito, porque os alvos de Israel estão em áreas densamente habitadas, a mortalidade libanesa no conflito é a maior em proporção. Foram 968 mortos até esta quarta, além de 2.432 feridos. Já o Irã, que tem 16 vezes mais habitantes, conta 1.444 mortos e 18.551 feridos, segundo os dados mais recentes do regime.



Israel intensifica ofensiva em Beirute e destrói prédio de dez andares

Nesta quarta (18), o centro da capital libanesa foi atingido por quatro ataques aéreos em um período de oito horas; os bombardeios deixaram ao menos dez mortos e destruíram um prédio de dez andares (sequência de fotos) Fadel Litani/AFP

Regime iraniano confirma morte de ministro após ataque israelense

SÃO PAULO Um dia após matar o homem-forte do regime iraniano, Israel anunciou ter atingido mais uma autoridade da teocracia e deu pela primeira vez carta branca para suas Forças Armadas assassinares outras sem pedir permissão prévia ao comando militar.

Segundo o ministro da Defesa do Estado judeu, Israel Katz, um ataque israelense matou nesta madrugada de quarta (18) Esmail Khatib, que ocupava a pasta de Inteligência em Teerã e era visto como muito próximo do novo líder supremo do país, Mojtaba Khamenei. O presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, confirmou a morte.

Além do anúncio, Katz disse que ele e o premiê Binyamin Netanyahu “autorizaram as Forças de Defesa de Israel a alvejar qualquer autoridade graduada do Irã sem a necessidade de aprovação adicional”.

Com isso, ele confirma a retomada do plano de decapitação do regime iniciado no dia 28 de fevereiro, quando seu país seguiu os Estados Unidos de Donald Trump em um ataque devastador contra o Irã. Naquele primeiro dia, foram mortos o líder supremo, Ali Khamenei, pai de Mojtaba, e cerca de 40 autoridades políticas e militares.

Khatib era um nome importante do regime. Clérigo, ele era ligado tanto ao estamento da Guarda Revolucionária, o verdadeiro poder no país, quanto ao Judiciário.

Na terça (17), Israel havia matado Ali Larijani, o principal operador da teocracia, e o chefe da temida milícia Basij, Gholamreza Soleimani. O regime buscou minimizar o impacto sobre o funcionamento das instituições. “A República Islâmica está assentada sobre um sistema político poderoso e, por isso, não será afetada no caso de perder uma autoridade”, disse o chanceler Abbas Araghchi, à rede qatari Al Jazeera.

A aposta de Israel parece ser em aumentar a intensidade. A ideia de que isso vai estimular os manifestantes que foram massacrados pela Guarda em janeiro a voltar para as ruas, contudo, permanece no campo dos desejos. O próprio Trump já desistiu dessa desculpa para a guerra, admitindo a falta de uma oposição unificada.

Assim, há duas formas de ver a exposição pública da política de assassinatos de lideranças. Por um lado, pode ser uma decisão tomada por Trump e Netanyahu, uma vez que a tentativa do americano de obter apoio de aliados para reabrir o estreito de Hormuz fracassou.

Uma segunda visão da situação, esposada por alguns críticos de Israel, é de que o Estado judeu busca matar qualquer possibilidade de negociação que venha a ser ensejada pela administração Trump.

Apesar de enfraquecido, Irã está intacto, afirma diretora de Inteligência dos EUA

Ao Senado, Tulsi Gabbard não confirma que Teerã estava prestes a adquirir arma nuclear; democratas questionam falta de transparência

GUERRA NO IRÃ

Patricia Zengerle, Doina Chiacu e Jonathan Landay

WASHINGTON | REUTERS O regime do Irã foi enfraquecido, mas parece estar intacto, e Teerã e seus aliados continuam capazes de atacar interesses dos Estados Unidos e de seus aliados no Oriente Médio, disse a Diretora de Inteligência Nacional dos EUA, Tulsi Gabbard, na quarta-feira (18).

A fala contradiz as repetidas afirmações do presidente americano, Donald Trump, de que o Irã está derrotado, que suas capacidades militares foram destruídas e que os EUA já venceram a guerra.

“O regime no Irã parece estar intacto, mas amplamente degradado pela Operação Fúria Épica”, disse Gabbard, referindo-se à campanha militar que deu início à guerra contra o Irã. Ela deu depoimento perante o Comitê de Inteligência do Senado.

“Mesmo assim, o Irã e seus aliados continuam capazes de atacar e continuam atacando interesses dos EUA e de aliados no Oriente Médio. Se um regime hostil sobreviver, buscará iniciar um esforço de anos para reconstruir suas forças de mísseis e drones”, disse Gabbard.

A avaliação de ameaças que Gabbard apresentou ao comitê aumentou a confusão sobre o programa nuclear do Irã. Alguns funcionários do governo disseram na preparação para a guerra que Teerã estava a semanas de desenvolver uma arma nuclear, uma das razões dadas para iniciar os ataques aéreos.

Em observações escritas enviadas ao comitê antes da audiência, Gabbard disse que o programa de enriquecimento nuclear do Irã foi obliterado em ataques dos EUA e de Israel em junho e que Washington não viu nenhum esforço des-



Iranianos caminham em frente a cartaz com a imagem do novo líder supremo do país, Mojtaba Khamenei 13.mar.26/AFP

de então para reconstruir essa capacidade de enriquecimento.

Quando falou aos senadores, Gabbard mudou a versão, dizendo que a comunidade de inteligência avaliou que o Irã estava tentando se recuperar dos danos à sua infraestrutura. Ainda assim, não disse que o regime estava prestes a obter uma arma nuclear.

A audiência também identificou China, Rússia, Coreia do Norte e Irã como principais adversários dos EUA, mas focou principalmente na guerra do Irã, agora em sua terceira semana. Parlamentares —incluindo alguns republicanos, bem como democratas— disseram que querem mais informações sobre a guerra, que matou milhares de pessoas, perturbou a vida de milhões e abalou os mercados de energia e ações.

Os democratas, em particular, reclamaram que o Congresso não foi adequadamente informado sobre um conflito que custa bilhões aos contribuintes ame-

ricanos, e exigiram explicações públicas no lugar dos briefings confidenciais realizados nas últimas duas semanas.

“A completa falta de clareza deveria importar a todos”, disse o senador democrata Michael Bennet, do Colorado, após uma troca tensa com o diretor da CIA, John Ratcliffe, sobre o plano dos EUA para eliminar a ameaça do Irã.

O senador republicano Tom Cotton, do Arkansas, que preside o comitê, elogiou Trump em sua declaração de abertura, dizendo que suas ações no Irã e em outros lugares tornaram o mundo mais seguro.

Gabbard se recusou a comentar se havia informado Trump sobre a chance de o Irã atacar nações vizinhas e fechar o estreito de Hormuz se fosse atacado, dizendo apenas que a comunidade de inteligência estava fornecendo a Trump “toda a melhor inteligência objetiva disponível para informar suas decisões”.

Confusão marca a cobertura da guerra

Falas do presidente dos EUA atrapalham repórteres, que não checam fatos

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT

No final da Primeira Guerra Mundial, um senador americano cunhou o provérbio “a primeira vítima de uma guerra é a verdade”. A observação continua válida no conflito do Oriente Médio.

Israel arrochou as restrições à cobertura jornalística do bombardeio do Irã contra seu território. Em Dubai, entre dezenas de detidos por postar vídeos de ataques iranianos estão três residentes de um prédio atingido por um drone —eles compartilharam imagens com parentes para confirmar que estavam vivos.

Nos Estados Unidos, os distraídos podem concluir que o governo federal conduz a guerra com transparência. Donald Trump já concedeu mais de 30 entrevistas por telefone desde o bombardeio inicial ao Irã. Assessores revelaram que o número do celular dele tinha sido posto à venda para lobistas e empresários.

Quem pagou alto passou-se por otário, como provou um repórter que, apesar de não cobrir política e não morar em Washington, demorou cinco minutos para obter o número, com código de área da Flórida.

As entrevistas geralmente não chegam a dez minutos e, quando os repórteres telefonam, Trump responde imediatamente. Outras vezes, ele mesmo toma a iniciativa de contatar um jornalista. Ele pode dar respostas diferentes e versões contraditórias dos ataques e da situação no Irã.

O cenário de incerteza de qualquer campanha militar agora é ainda menos transparente. Isso porque repórteres veteranos foram banidos das coletivas do Pentágono

David Ellison assumir o controle desta rede, melhor.”

Foi uma referência à compra da Time Warner, dona da CNN, pelo bilionário David Ellison, cujo pai, amigo próximo de Trump, prometeu podar a independência jornalística da emissora. A fusão das empresas ainda está sob exame formal do Departamento de Justiça. Foi preciso a agência Reuters revelar, com base num vazamento do próprio Pentágono, que os primeiros dez dias da guerra haviam deixado 140 militares feridos para o governo confirmar a notícia.

Se a enxurrada de entrevistas do presidente não trouxe ao país uma compreensão melhor da guerra, o aumento de vazamentos anônimos pode sinalizar tensão entre membros do governo. A ofensiva militar americana continua impopular. Horas depois da renúncia de Joe Kent, diretor de contraterrorismo do governo, que denunciou a influência de Israel e afirmou não ter havido ameaça iminente de ataque do Irã, vazou a informação de que ele havia conversado com o vice-presidente J. D. Vance na véspera.

Vance, um isolacionista e inevitável candidato presidencial que, até 2024, afirmava ser contra um ataque ao Irã, tomou um chá de sumiço que, de acordo com vazamentos de aliados de Trump, está causando irritação. Enquanto Vance se desviava do público, uma fonte anônima deu ao site Politico a “notícia exclusiva” de que o vice-presidente expressou junto ao chefe seu ceticismo sobre as chances de sucesso militar.

POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO

ICE deve deixar de ser pauta diária, diz candidato a chefiar DHS

WASHINGTON | THE NEW YORK TIMES O senador Markwayne Mullin tentou adotar um tom conciliador em sua sabatina ao cargo de secretário de Segurança Interna dos Estados Unidos na quarta-feira (18). Ele sugeriu que vai recuar de algumas das políticas de imigração agressivas que geraram preocupação entre parlamentares de ambos os partidos —sua confirmação ao cargo é tida como praticamente certa.

Mullin, republicano de Oklahoma, deixou claro que permaneceria leal a Trump e cumpriria sua promessa de reprimir a imigra-

ção ilegal e intensificar as prisões.

Ele disse aos senadores do Comitê de Segurança Interna que, sob sua liderança, os agentes de imigração não entrariam mais em residências sem mandado judicial. Ele afirmou que o Departamento de Segurança Interna (DHS na sigla em inglês) promoveria relações mais próximas com as cadeias, sugerindo um afastamento das grandes operações urbanas como a recente em Minneapolis.

E disse que se arrependeria dos comentários que fez após o tiroteio fatal de Alex Pretti no início deste ano, no qual o chamou de

“indivíduo perturbado”. O The New York Times e outros veículos concluíram, com base em evidências de vídeo disponíveis, que Pretti não parecia representar uma ameaça aos agentes no momento de sua morte, e o incidente está sendo investigado por agências federais.

Mullin disse que não deveria ter feito tais comentários antes de uma investigação. “Eu não deveria ter dito isso e, como secretário, não diria.” A expectativa é que o comitê vote o avanço da indicação na quinta. Madeleine Ngo, Michael Gold e Hamed Aleaziz

mundo



Iranianos se reúnem para funeral de Ali Larijani e de Gholamreza Soleimani, mortos em ataque israelense Atta Kenare /AFP

Morte de Larijani é duro golpe, mas não muda estratégia, diz professor

Sistema em Teerã é melhor em sobreviver do que em governar, e desdobramentos da guerra são imprevisíveis, tanto no Irã quanto em toda a região, afirma Mohsen Milani

GUERRA NO IRÃ ENTREVISTA MOHSEN MILANI

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO A morte de Ali Larijani, presidente do Conselho Supremo de Segurança Nacional e homem mais poderoso do Irã, é um duro golpe para o regime islâmico, mas é improvável que mude a estratégia de guerra do país persa.

Essa é a visão do iraniano Mohsen Milani, professor de política comparada na Universidade do Sul da Flórida e autor do livro recém-lançado “Iran’s Rise and Rivalry with the US in the Middle East” (ascensão do Irã e rivalidade com os EUA no Oriente Médio, sem publicação no Brasil).

*

A morte de Ali Larijani pode fortalecer a ala linha-dura do regime no Irã? Foi um golpe para a República Islâmica, mas é improvável que mude a estratégia de guerra do Irã. Ele era um insider por excelência: membro de uma das famílias mais influentes do Irã, que cultivou laços estreitos com a Guarda Revolucionária enquanto construía uma ampla rede de aliados. Seus apoiadores o elogiam como um operador astuto e pragmático, conhecido por sua capacidade de manobra, construção de coalizões e adaptabilidade estratégica. Seus críticos, no entanto, o acusam de ter desempenhado um papel central na morte de milhares de manifestantes durante recentes protestos.

Veremos se ele será substituído por uma figura moderada ou mais linha-dura no Conselho Supremo, isso dará uma indicação inicial da direção que a República Islâmica provavelmente tomará.

Quais foram as suposições de Donald Trump que o levaram a pensar que esta poderia ser uma guerra breve? Os EUA fizeram várias suposições imprecisas sobre a República Islâmica. Uma delas era que o sistema dependia de um homem só e que, ao decapitar sua liderança máxima, o governo entraria em colapso. Do ponto de vista operacional, a campanha de decapitação foi muito bem-sucedida e eliminou o aiatolá [Ali Khamenei]. No entanto, o governo não entrou em colapso e um novo líder, o filho de Khamenei, rapidamente o substituiu.

Alguns analistas até imaginaram cenários semelhantes ao da Venezuela. Outros sugeriram uma replicação do modelo sírio. Nenhum desses modelos se materializou no Irã, pelo menos até agora.

A República Islâmica é muito mais institucionalizada e resiliente do que muitos supõem. Suas instituições políticas e de segurança foram deliberadamente projetadas após a revolução de 1979 para resistir tanto à oposição doméstica quanto à pressão externa. O sistema provou ser melhor em sobreviver do que em governar.

O Irã agora está confrontando a única superpotência do mundo e o poder militar mais formidável do Oriente Médio. Sob essas circunstâncias, devemos esperar desdobramentos imprevisíveis e não intencionais tanto dentro do Irã quanto em toda a região.

Em seu livro, o senhor discute a relação entre os curdos iranianos e iraquianos e o regime dos aiatolás. O senhor acha que o plano de armar os curdos para atuarem como tropas terrestres dos EUA no Irã se materializará? E como isso seria percebido pelos 90% da população

iraniana que não é curda? Proteger a integridade territorial é uma das poucas questões que une os iranianos para além das divisões políticas e ideológicas, incluindo opositores da República Islâmica. Se a população passar a acreditar que o apoio dos EUA a grupos curdos poderia levar à separação da região do Curdistão do Irã, isso poderia desencadear uma forte reação nacionalista.

Se o envolvimento curdo for visto como parte de um esforço mais amplo para democratizar o país enquanto preserva a integridade territorial do Irã, pode ganhar maior aceitação. Mas se for visto como um passo em direção à fragmentação, é provável que provoque resistência de grande parte da população não curda.

Existem grupos de oposição exilados que teriam a legitimidade e o poder para chegar ao poder no Irã? Há um descontentamento considerável com a República Islâmica entre um segmento significativo da população. Esse sentimento é compreensível. Má gestão, corrupção e sanções paralisantes dos EUA prejudicaram de forma severa a economia do Irã e baixaram o padrão de vida de muitos iranianos. Mas reconhecer a frustração generalizada é uma coisa; traduzi-la em ação política coletiva eficaz capaz de mudar o regime é outra bem diferente.

Derrubar um sistema entrenchado requer muito mais do que raiva pública. Exige organização eficaz, enormes recursos financeiros, uma visão clara e popular para o futuro e uma liderança que a população possa aceitar. No momento, a oposição, tanto dentro quanto fora do Irã, carece desse nível de coesão e unidade, embora isso possa mudar.

Mohsen Milani 76, nascido no Irã Milani deixou o país persa na adolescência e se radicou nos Estados Unidos, onde se tornou cientista político. Fez doutorado na Califórnia e foi contratado como professor da Universidade do Sul da Flórida, onde fundou o Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos da instituição. É casado e tem três filhas.

“

O Irã agora está confrontando a única superpotência do mundo e o poder militar mais formidável do Oriente Médio. Sob essas circunstâncias, devemos esperar desdobramentos imprevisíveis e não intencionais tanto dentro do Irã quanto em toda a região

Mohsen Milani professor na Universidade do Sul da Flórida

Atentado no Afeganistão gera disputa sobre número de mortos

CABUL | REUTERS O Paquistão e o Talibã afegão anunciaram nesta quarta-feira (18) que vão pausar o conflito durante feriado religioso que marca o fim do Ramadã, em um movimento surpreendente dois dias após um hospital em Cabul que tratava dependentes químicos ter sido bombardeado.

O episódio deixou centenas de mortos. O Afeganistão acusa Islamabad de ser o responsável pelo ataque, que nega. Familiares e amigos de pacientes em tratamento procuravam por seus entes nesta quarta.

O ministro da Informação do Paquistão, Attaullah Tarar, afirmou em um post no X que a suspensão dos ataques atende a pedidos de países islâmicos como Arábia Saudita, Qatar e Turquia e durará até a meia-noite de 23 de março.

“O Paquistão oferece esse gesto de boa-fé e em conformidade com as normas islâmicas”, afirmou, acrescentando que as operações serão retomadas caso ocorra qualquer violação. O Talibã afegão fez um anúncio semelhante em seguida.

Os dois países estão em conflito há meses, e o recente ataque incitou uma guerra de versões sobre número de mortos. O Talibã afegão afirmou que mais de 400 pessoas morreram e 265 ficaram feridas na ofensiva aérea ocorrida na noite de segunda-feira (16). Os números, no entanto, não foram verificados de forma independente.

A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão informou à agência Reuters que 143 pessoas morreram e 119 ficaram feridas.

O episódio ocorre em meio a uma instabilidade crescente na região devido à guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã.

Afeganistão e Paquistão divergem fortemente sobre o alvo do bombardeio. Autoridades afegãs disseram que o ataque atingiu um hospital que funciona como centro de reabilitação conhecido. O edifício era uma antiga base militar da Otan convertida em instalação civil há cerca de uma década.

O Paquistão afirmou ter atingido um “depósito militar de munições e equipamentos terroristas”. Segundo Islamabad, explosões secundárias após o ataque indicariam a presença de grandes estoques de armamentos no local.

A União Europeia, agências da ONU e grupos internacionais de ajuda afirmaram que instalações civis e médicas não devem ser alvo em conflitos e pediram desescalada imediata. “Há elementos suficientes para confirmar que se tratava de uma instalação civil”, disse Jacopo Caridi, diretor no país do Conselho Norueguês para Refugiados.

Delcy Rodríguez demite ministro da Defesa da Venezuela próximo a Maduro

Vladimir Padrino estava no cargo desde 2014 e assumirá 'novas responsabilidades', diz a líder; Gustavo González López chefiará a pasta

Gabriel Barnabé e
Douglas Gavras

SÃO PAULO E BUENOS AIRES A líder interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, destituiu nesta quarta (18) o ministro da Defesa, Vladimir Padrino, que esteve à frente das Forças Armadas chavistas durante mais de uma década.

Delcy assumiu funções temporárias após a captura do ditador Nicolás Maduro em uma operação militar dos Estados Unidos em 3 de janeiro. Os militares, pilar do chavismo, expressaram-lhe seu apoio irrestrito e absoluta lealdade na ausência de Maduro.

Vladimir Padrino, 62, estava no cargo desde 2014 e era considerado a peça de Maduro dentro da cúpula militar. "Agradecemos ao G/J [general em chefe] Vladimir Padrino López por sua entrega, sua lealdade à Pátria e por ter sido, durante todos estes anos, o primeiro soldado na defesa de nosso país", escreveu Delcy no Telegram.

"Estamos certos de que assumirá com o mesmo compromisso e honra as novas responsabilidades que lhe serão confiadas", acres-

centou, sem dar mais detalhes.

Padrino é acusado de tráfico de drogas nos Estados Unidos, onde o governo oferece uma recompensa de US\$ 15 milhões (R\$ 78,2 milhões) por sua captura. Caracas já rejeitou alegações dos EUA de que altos funcionários se envolvem em atividades ilegais. Em 2020, Padrino chamou de "farsa grosseira" a acusação contra ele.

A líder interina nomeou Gustavo González López para chefiar o Ministério da Defesa. Ele havia sido designado poucos dias após a queda de Maduro como chefe da Guarda Presidencial e da Direção de Contrainteligência Militar.

González López formou-se na Academia Militar em 1982 e entrou para o serviço público em 2006 como presidente do Metrô de Caracas. Depois, ele comandou a 5ª Divisão de Infantaria da Selva e a Milícia Bolivariana, uma força paramilitar criada para controlar dissidentes.

López, que foi alvo de sanções dos EUA e da União Europeia, juntamente com pelo menos outros seis funcionários, por violações de direitos humanos e cor-



Vladimir Padrino, ex-ministro da Defesa, e Delcy Rodríguez, líder interina Juan Barreto - 13.mai.25/AFP

+
No país, aparato de repressão persiste, diz ONU

Apesar da intervenção dos Estados Unidos no regime venezuelano, o aparato repressivo permanece intacto, afirmou a Organização das Nações Unidas na semana passada. O regime sempre negou violações dos direitos humanos contra a sociedade civil e a oposição política, bem como as acusações de corrupção dentro das Forças Armadas.

rupção, atuou como diretor de inteligência interna da Venezuela até meados de 2024.

Posteriormente, naquele mesmo ano, ele começou a trabalhar com Delcy como chefe de assuntos estratégicos da estatal petrolífera PDVSA, cargo que ela anteriormente supervisionava como ministra da Energia.

Vladimir Padrino, que também foi alvo de sanções dos Estados Unidos por suposto tráfico de drogas e seu apoio a Maduro, chegou a chefiar a seção cerimonial da Guarda Presidencial durante o governo do falecido Hugo Chávez. Mas sua ascensão foi meteórica sob o regime Maduro, que o nomeou ministro da Defesa no final de 2014.

Pessoas próximas às decisões disseram à agência Reuters que Padrino provavelmente seria substituído e que sua permanência no cargo após a captura de Maduro pelos Estados Uni-

dos visava garantir a estabilidade nas Forças Armadas, onde cerca de 2.000 generais controlam diversos grupos de soldados mal remunerados, além de enormes interesses comerciais.

Padrino apareceu na televisão estatal logo após a captura de Maduro para afirmar que a Venezuela resistiria às tropas estrangeiras e que as Forças Armadas estavam preparando ataques de guerrilha para enfrentar uma invasão. Ele trabalhou com Delcy para atender às exigências dos EUA em relação ao petróleo, à mineração e à libertação de alguns presos políticos.

Em meio a numerosas denúncias de abusos e corrupção, além da indústria bélica, os militares na Venezuela controlam empresas de mineração, petróleo e distribuição de alimentos, assim como as aduanas e importantes ministérios.

Com AFP e Reuters

EUA perdem status de 'democracia liberal', diz relatório

Ana Luiza Albuquerque

SÃO PAULO Pela primeira vez em 50 anos, os Estados Unidos perderam o status de "democracia liberal" —o modelo mais evoluído dessa forma de governo— e passaram a ser considerados uma "democracia eleitoral" pelo V-Dem, instituto ligado à Universidade de Gotemburgo, na Suécia, que anualmente mede a qualidade das democracias globais.

No relatório referente ao ano de 2025, divulgado nesta terça (17), o instituto, um dos mais renomados do mundo no acompanhamento do tema, alerta para o rápido declínio da democracia americana sob Donald Trump.

Pela primeira vez na história, o Brasil superou os Estados Unidos no índice da "democracia liberal", que mede a qualidade democrática no contexto de aspectos eleitorais, como a existência de eleições livres, justas e competitivas, e de aspectos liberais, como a independência entre os poderes e o respeito às liberdades civis.

O V-Dem, traduzido como Variedades da Democracia, conta

com mais de 4.000 especialistas em todo o mundo para produzir sua base de dados e monitorar a evolução da democracia em cada país, considerando uma série de índices. Esses especialistas são geralmente acadêmicos ou profissionais com conhecimento especializado sobre o tema.

A partir da análise, o instituto classifica os países em quatro categorias, do menos ao mais democrático: "autocracia fechada", "autocracia eleitoral", "democracia eleitoral" e "democracia liberal".

No mais recente relatório, Brasil e Estados Unidos dividem o status de "democracia eleitoral" —as eleições são livres e justas, o voto é universal, há liberdade de expressão e associação.

Por outro lado, alguns aspectos das democracias liberais —como o sistema de pesos e contrapesos e a submissão igualitária dos cidadãos às leis— não são plenamente respeitados.

O índice da "democracia liberal" nos Estados Unidos caiu de 0,75, em 2024, para 0,57 em 2025. Quanto mais perto de um, maior o nível da democracia. O índice da



O atual governo dos Estados Unidos vem enfraquecendo os freios e contrapesos institucionais, politizando o serviço público e os órgãos de fiscalização e intimidando o Poder Judiciário, além de atacar a imprensa, a academia, as liberdades civis e as vozes dissidentes

Staffan Lindberg
diretor do V-Dem

Dinamarca, primeiro país do ranking, é de 0,88. O do Brasil, 0,70.

Com a nova medida, os Estados Unidos voltam para o patamar do início dos anos 1960, época do movimento pelos direitos civis, que visava abolir a discriminação e a segregação racial institucionalizadas no país.

O relatório dedica um capítulo inteiro para destrinchar a deterioração da democracia americana sob Trump. O instituto afirma que seu novo mandato apresenta "concentração rápida e agressiva de poderes" na Presidência, e que "a velocidade com que a democracia americana está sendo desmantelada não tem precedentes na história moderna".

"O atual governo dos Estados Unidos vem enfraquecendo os freios e contrapesos institucionais, politizando o serviço público e os órgãos de fiscalização e intimidando o Poder Judiciário, além de atacar a imprensa, a academia, as liberdades civis e as vozes dissidentes", diz o professor Staffan Lindberg, diretor do V-Dem, em nota publicada no site do instituto.

DESABASTECIMENTO Brasil doa mais de 20 mil toneladas de alimentos para Cuba, que enfrenta crise

BRASÍLIA O governo brasileiro doou mais de 20 mil toneladas de alimentos a Cuba, que enfrenta uma crise econômica e humanitária agravada pelo bloqueio à importação de petróleo imposto pelos Estados Unidos. São 20 mil toneladas de arroz com casca, 150 toneladas de feijão preto, 150 de arroz polido e 500 de leite em pó enviados ao país caribenho, totalizando 20,8 mil toneladas de comida. Os números foram fornecidos a jornalistas pelo Ministério das Relações Exteriores.

As doações acontecem pelo programa de alimentos da ONU e ainda não chegaram ao destino. O Brasil também tem feito doações de remédios. Cuba enfrenta uma de suas mais graves crises desde a revolução de 1959, agravada pelo veto ao comércio de petróleo venezuelano com a ilha, imposto por Trump depois da captura de Nicolás Maduro. Caio Spechoto



Lula em cerimônia de lançamento do ECA Digital com a presença de crianças, no Palácio do Planalto Gabriela Biló/Folhapress

Sem prazos ou punições, governo Lula lança ECA Digital com novas regras

Cronograma de adaptação deve ser divulgado nesta sexta (20); documento definitivo é previsto para segundo semestre e formulação de penas ficará a cargo da ANPD

Mariana Brasil e Luísa Martins

BRASÍLIA O governo Lula (PT) lançou nesta quarta (18) o ECA Digital, estatuto que amplia regras de proteção a crianças e adolescentes, a serem seguidas por redes sociais e outras plataformas digitais.

Além da regulamentação do estatuto digital, o presidente assinou outros dois decretos, um que cria o Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, ligado à Polícia Federal, e outro que estrutura a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), que será responsável por fiscalizar o cumprimento da nova lei.

Na sexta (20), a ANPD deve disponibilizar um documento com orientações preliminares, dando concretude aos requisitos estabelecidos pelo decreto a serem cumpridos pelas empresas. Também nesta semana, o órgão prevê divulgar o cronograma de adaptação das empresas às novas regras.

Os decretos foram publicados nesta quarta-feira em edição extra do Diário Oficial da União. Segundo o diretor da ANPD, Iagê Miola, uma nova publicação com orientações definitivas será divulgada no segundo semestre. A expectativa é que a adaptação das plataformas seja feita de maneira gradual.

Em suas 19 páginas, o decreto que regulamenta o ECA Digital não cita nenhum tipo de punição aplicável a aplicativos e plataformas que descumprirem a lei. A formulação de penas deve ficar a cargo da ANPD. À Folha, a agência disse planejar o anúncio de novidades em breve.

Conforme antecipou a Folha, as principais mudanças implementadas pela legislação são a proibição a recursos estimulantes como autoplay e rolagem infinita, aumento do rigor nas verificações de idade, veto a publicidades personalizadas para esse público, entre outras restrições.

Em documento sobre as regras, o governo cita especificamente a vedação a notificações que estimulam sensações de imediatismo, como “seu amigo está esperando por você!” e recompensas imprevisíveis que endossam o comportamento compulsivo.

A exigência de autorização judicial prévia de responsáveis para monetizar ou impulsionar conteúdos produzidos por crianças e adolescentes, que já era prevista pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) desde 1990, agora foi reforçada em relação aos ambientes digitais.

Ainda entre as responsabilidades da agência, está a emissão de orientações sobre mecanismos confiáveis de verificação da idade dos usuários e as etapas para a regulamentação e fiscalização das empresas, em respeito à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

A nova legislação, formalmente chamada de Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025), se aplica a produtos e serviços digitais acessíveis a menores de 18 anos, como redes sociais, jogos online, aplicativos e plataformas de compartilhamento de conteúdo.

O Centro de Proteção, criado pelo decreto desta quarta, será um centralizador de denúncias



O que muda nas redes sociais e plataformas

VERIFICAÇÃO DE IDADE

Serviços com conteúdo impróprio para menores terão de adotar mecanismos mais confiáveis de verificação de idade. A auto-declaração deixa de ser suficiente nesses casos.

FEED E NOTIFICAÇÕES

Com a lei, tecnologias que possam prender a atenção de crianças e adolescentes ou insistam para que eles voltem aos aplicativos ficam vetadas.

PUBLICIDADE

A lei proíbe o uso de técnicas de perfilamento para direcionar publicidade comercial a crianças e adolescentes.

JOGOS ELETRÔNICOS

O ECA Digital proíbe oferecimento de loot boxes, caixas de recompensa com itens aleatórios obtidos mediante pagamento, em jogos voltados para essa faixa etária ou de acesso provável por esse público.

as de crimes digitais detectados pelas plataformas. Com isso, o governo pretende garantir agilidade na remoção de conteúdos ilegais e na articulação com autoridades policiais para o combate a crimes digitais.

Além de ministros de governo, o evento teve a presença do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), representantes da sociedade civil e crianças no Palácio do Planalto, que fizeram fotos com o presidente e transitaram pelo palco.

A cerimônia estava prevista para ocorrer na terça, mas foi adiada. Segundo pessoas ligadas ao tema, Lula teria pedido mais tempo para ler os decretos.

Com o evento de lançamento, o governo faz mais um gesto em prol da regulação das big techs, pauta cara a esse terceiro mandato de Lula e alvo de reiterados embates com as empresas e com a comunidade internacional.

Durante a sessão plenária do STF, o ministro Gilmar Mendes celebrou a assinatura do ECA Digital e disse que a medida é fruto de um “diálogo profícuo” entre Judiciário, Legislativo e Executivo em torno de temas como a regulamentação das redes sociais.

“A previsão de regras claras dispondo sobre a proteção dos usuários, sobretudo crianças e adolescentes, nos afasta da desordem normativa que vicejava no passado, antítese do Estado de Direito agora superada pela atuação coordenada dos Três Poderes”, afirmou o decano.

Decreto mira influenciadores mirins e práticas manipulativas

Bruno Lucca

SÃO PAULO O decreto que regulamenta o chamado ECA digital atinge não só conteúdos, mas também a forma como plataformas são desenhadas para influenciar o comportamento dos usuários.

O texto impõe restrições à atuação de influenciadores digitais com menos de 18 anos. Neste caso, a norma determina que a monetização de conteúdo depende de autorização judicial, aproximando a atividade das regras aplicadas ao trabalho artístico infantil. Responsáveis terão 90 dias, a partir desta quarta, para conseguir o documento nos tribunais.

O decreto introduz o conceito de “práticas manipulativas” e atribui à ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) a função de observar se plataformas tentam contornar as regras.

Foram definidas três tipos de práticas a serem analisadas. A primeira é a obstrução, quando o serviço dificulta ou impede ações do usuário, como encerrar o uso, cancelar serviços ou alterar preferências, por meio de caminhos considerados excessivamente complexos ou confusos.

A segunda é a exploração de vulnerabilidades cognitivas, que inclui o uso de pressões emocionais, sensação artificial de urgência, escolhas enviesadas ou estímulos inadequados à idade para induzir decisões contrárias ao interesse da criança ou do adolescente.

A terceira envolve o prejuízo ao exercício de direitos, como ocultar ou dificultar o acesso a controles de privacidade, ferramentas de supervisão parental, consentimento ou revogação de permissões.

O documento desloca parte da fiscalização etária para lojas de aplicativos e sistemas operacionais, que passam a ter papel central no controle de acesso de menores a conteúdos restritos. Pelo texto, essas empresas deverão fornecer gratuitamente às plataformas os chamados “sinais de idade”. Eles são um cruzamento de dados e preferências do usuário que indicariam sua faixa etária.

Na prática, a medida transfere parte da responsabilidade para empresas como Apple e Google, ao integrar sistemas operacionais e aplicativos ao processo de checagem etária.

O decreto estabelece que, em caso de conflito entre a verificação feita pela plataforma e o sinal enviado pelo sistema ou pela loja de aplicativos, deve prevalecer a solução mais protetiva ao jovem. Ou seja, o bloqueio do acesso. O critério busca reduzir a margem para flexibilização de filtros quando houver dúvida sobre a idade do usuário.

Tenente-coronel é preso sob suspeita de matar esposa PM em São Paulo

Decisão ocorreu após laudos apontarem lesões no pescoço e depoimentos indicarem relação conturbada; defesa de acusado disse que não havia fundamentos para prisão

Tulio Kruse
e André Fleury Moraes

SÃO PAULO O tenente-coronel da PM Geraldo Leite Rosa Neto, 53, foi preso na manhã desta quarta-feira (18) sob a suspeita de assassinar a soldado Gisele Alves Santana, 32, com quem era casado. A prisão ocorreu no apartamento dele em São José dos Campos, interior de São Paulo. Ele deve responder por feminicídio, fraude processual e violência doméstica.

A decisão foi proferida pela Justiça Militar na esteira de pedido da Corregedoria da PM de São Paulo, que apontou indícios de que o oficial da Polícia Militar tenha participado do episódio envolvendo a morte de sua esposa. O caso completou um mês nesta quarta.

O mandado que decretou a prisão do tenente-coronel foi expedido pela Justiça Militar na terça (17). Outro pedido de prisão contra ele, este da Polícia Civil e endereçado à Justiça de São Paulo, também foi aceito.

A defesa do tenente-coronel afirmou que a prisão determinada pela Justiça Militar foi ilegal, pois proferida por autoridade que não tem competência para o caso. Disse, ainda, que houve divulgação de informações da vida privada de Neto “muitas vezes por meio de conteúdos descontextualizados, ocasionando exposição indevida e repercussões que atingem sua honra e dignidade”.

O advogado Eugênio Malavasi, que defende o oficial da PM, afirmou que fez uma reclamação ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra a prisão e analisa a possibilidade de entrar com um habeas corpus contra o mandado de prisão expedido pela Justiça comum.

Gisele foi encontrada morta com um tiro na cabeça na sala da casa em que o casal morava no Brás, região central de São Paulo, na manhã de 18 de fevereiro. O caso foi registrado inicialmente



Tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto em viatura da PM após ser preso nesta quarta (18) Reprodução

te como suicídio, mas foi reclassificado como morte suspeita e depois como homicídio. Agora, é tratado como feminicídio.

A Justiça comum aceitou a denúncia apresentada contra ele por feminicídio e fraude processual. Com isso, ele virou réu.

O tenente-coronel foi quem chamou o resgate e a polícia no dia da ocorrência, dizendo que a mulher havia atirado na própria cabeça. O boletim de ocorrência elaborado no 8º DP (Brás) horas depois da morte, no entanto, já apontava que havia dúvidas sobre o que havia acontecido.

O documento trouxe um aviso de que havia “dúvida razoável quanto a tratar-se de suicídio”.

A mudança na classificação do caso ocorreu a partir de laudos periciais da cena do crime e informações do relacionamento conturbado do casal para o pedido de prisão, segundo a polícia.

Exame de corpo de delito do IML (Instituto Médico Legal) identificou lesões no pescoço e no rosto de Gisele, o que contraria a tese de suicídio. Além disso, policiais colheram relatos de

comportamentos abusivos e violentos por parte do oficial da PM.

A perícia confirmou que as marcas no pescoço foram feitas por uma segunda pessoa, mas que Gisele não foi asfixiada antes do tiro.

As principais evidências contra o tenente-coronel envolvem a posição da arma — encaixada na mão do cadáver, algo incomum em casos de suicídio, segundo depoimento de um socorrista — e marcas de sangue no apartamento distantes do ponto onde o corpo foi encontrado.

Além disso, o Ministério Público incluiu na denúncia apresentada à Justiça trocas de mensagens entre o casal. Nelas, o tenente-coronel diz que toda mulher casada deve ser “obediente e submissa” e reclamou dos gastos financeiros que tinha com ela. As conversas são de fevereiro.

Na troca de mensagens, Gisele relata uma agressão do marido e manifesta vontade de se separar.

Dois dias após a morte, a Corregedoria da PM abriu um procedimento para apurar uma denúncia de supostas ameaças feitas pelo tenente-coronel à



Os mesmos elementos probatórios também evidenciam, em tese, a ocorrência do delito de fraude processual, pois há indicativos concretos de alteração artificiosa do estado de coisas, do lugar e do próprio corpo de delito, com o propósito de induzir a erro a investigação

Fabício Alonso Martinez Della Paschoa juiz substituto do Tribunal de Justiça Militar, em decisão que determinou prisão do tenente-coronel

mulher. Entre outras divergências indicadas na investigação, um ponto que gera dúvidas é a hora exata do tiro que matou Gisele.

Neto relatou que teria entrado no banheiro para tomar banho por volta das 7h e ouvido o barulho do disparo um minuto depois. Em seguida, disse ter ligado para o resgate e chamado a Polícia Militar apenas às 7h57. No entanto, uma vizinha afirmou em depoimento ter ouvido o tiro às 7h28.

O primeiro policial a entrar no apartamento afirmou em depoimento que o local estava mais preservado que o de costume para um caso como esse, o que causou estranhamento. Disse ainda que já atendeu situações semelhantes em seus 12 anos de carreira. O agente negou ter visto marcas de sangue nas roupas ou no corpo do tenente-coronel.

Análises da Polícia Técnico-Científica, no corpo da vítima e no apartamento, apontaram indícios de alteração da cena do crime e a inviabilidade da hipótese de suicídio. Neto mantém essa versão.

Na decisão da prisão, a Justiça Militar destacou o risco de interferência nas investigações, inclusive pela possibilidade de influenciar testemunhas. Foram autorizadas a apreensão de celulares, a quebra de sigilo de dados eletrônicos e o compartilhamento de dados com a Polícia Civil.

A partir dos laudos dos exames feitos no corpo da vítima fizeram, os investigadores chegaram à conclusão de que Gisele foi abordada por trás pelo agressor, que segurou com força sua boca e mandíbula com a mão esquerda e disparou a pistola com a direita. A arma era do tenente-coronel.

Estes detalhes constam na decisão do juiz substituto Fabício Alonso Martinez Della Paschoa, do Tribunal de Justiça Militar. O magistrado destacou os laudos que apontaram a “impossibilidade de a vítima ter efetuado o disparo contra a própria cabeça”.

A perícia concluiu que o corpo de Gisele foi movido após o disparo. “Os mesmos elementos probatórios também evidenciam, em tese, a ocorrência do delito de fraude processual, pois há indicativos concretos de alteração artificiosa do estado de coisas, do lugar e do próprio corpo de delito, com o propósito de induzir a erro a investigação”, diz decisão.

Homem espanca ex-mulher em Guarulhos e é solto após audiência

SÃO PAULO Uma mulher de 20 anos foi espancada pelo ex-companheiro dentro de um elevador, na segunda-feira (16), em Guarulhos, na Grande São Paulo. O homem chegou a ser preso, mas foi solto após passar por audiência de custódia. De acordo com o registro policial, o homem agrediu a mulher após ela pedir pensão alimentícia na Justiça.

O Tribunal de Justiça de São Paulo informou que o homem foi identificado como Ronaldo Ferreira, 20. Na audiência realizada na terça (17), a Justiça concedeu liberdade provisória, mediante o cumprimento de medidas cautelares.

Segundo o tribunal, foram impostas restrições como afasta-

mento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, proibição de se aproximar dela a menos de 300 metros, de manter contato com a mulher, familiares e testemunhas por qualquer meio, além da obrigação de comparecer aos atos do processo e manter o endereço atualizado.

A polícia e a Justiça não informaram se o homem possui defensor constituído ou se é assistido pela Defensoria Pública. A reportagem não conseguiu localizar o responsável pela defesa.

O TJ informou ainda que os autos do caso tramitam em segredo de Justiça e, por isso, não há mais detalhes disponíveis.

Uma câmera de segurança re-

gistrou o momento das agressões. Nas imagens, a vítima aparece passando pela catraca de um prédio e entrando no elevador na tentativa de fugir do agressor, que corre e consegue alcançá-la antes do fechamento da porta.

Em seguida, o homem passa a desferir socos contra a mulher. Ela cai no chão, e as agressões continuam até a chegada de outra mulher, que intervém e impede a continuidade da violência.

Um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado no dia 4 de março indica que 13,1% das vítimas mortas tinham proteção judicial vigente no momento do crime.

A análise reúne 1.127 feminicídios

13,1%

das vítimas de feminicídio tinham proteção judicial vigente no momento do crime, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 4 de março

os registrados em 16 estados. Os dados se referem a períodos distintos, entre 2023 e 2025. Em 148 casos, a mulher já havia acionado o sistema de Justiça e obtido decisão protetiva que, ainda assim, não impediu o desfecho letal.

A cenário evidencia a distância entre o arcabouço jurídico criado pela Lei Maria da Penha, que completa 20 anos em 2026, e sua implementação efetiva.

Entre as causas da disparidade, segundo especialistas em violência contra a mulher ouvidos pela **Folha**, estão a falta de investimentos nas medidas previstas na lei e falhas de integração entre ferramentas, suas instituições e esferas de poder. **Bárbara Sá**

Operação da PM no centro do Rio tem 8 mortos; vias foram interditadas

Morador do morro dos Prazeres tomado como refém por suspeitos está entre as vítimas, assim como liderança do CV na região

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO Oito pessoas morreram durante uma operação da Polícia Militar no Rio de Janeiro em favelas da região central da cidade, nesta quarta-feira (18). Um dos mortos, identificado como Leandro Silva Souza, era morador do morro dos Prazeres e foi atingido dentro de casa enquanto a polícia negociava a rendição de suspeitos.

A corporação afirmou que Leandro foi baleado durante uma tentativa de negociação com criminosos que haviam invadido sua residência e feito ele e a esposa reféns. A versão, no entanto, é contestada pela mulher dele, Roberta Ferro Hipólito, que nega ter sido rendida.

“Começou uma negociação preliminar e no momento em que a gente buscava uma solução pacífica houve disparos de dentro da residência e o Leandro sofreu um tiro na cabeça. Nossa tropa respondeu imediatamente e houve essa neutralização [morte] de seis criminosos”, disse o comandante do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), Marcelo Corbage.

De acordo com o governador Cláudio Castro (PL), Roberta foi resgatada sem ferimentos e em estado de choque.

Os outros sete mortos eram considerados suspeitos pela PM. Seis deles foram atingidos enquanto estavam na residência de Leandro.

Claudio Augusto dos Santos, o Jiló dos Prazeres, apontado como líder do tráfico na comunidade e ligado ao Comando Vermelho, está entre os suspeitos mortos.

No fim da tarde, novos tiroteios foram registrados na região. Por volta das 18h, as plataformas Onde Tem Tiroteio e Fogo Cruzado apontaram disparos no Rio Comprido, na rua Barão de Petrópolis e nas comunidades do Fallet e Foguetiro.

Em nota, a Polícia Militar afirmou que equipes da FAT (Força de Ações Táticas) patrulhavam o entorno da comunidade dos Prazeres quando avistaram um homem que tentou fugir, mas foi alcançado e levado à 6ª DP (Cidade Nova). Ainda de acordo com a PM, durante a ação, criminosos posicionados na parte alta da comunidade atiraram contra os agentes, o que motivou o aciona-



Ônibus incendiado durante operação policial no Rio de Janeiro Pilar Olivares/Reuters

Viúva de vítima diz que não houve troca de tiros

Em entrevista à TV Globo, na porta do IML (Instituto Médico-Legal), Roberta Ferro Hipólito afirmou que nem ela nem o marido foram feitos reféns e que os criminosos pretendiam se entregar.

Segundo ela, a polícia entrou no imóvel atirando. “A polícia derrubou a porta da minha casa com uma granada e já entrou atirando, não teve troca de tiros. Os três elementos que tavam dentro do meu quarto foram mortos sem reagir também. O meu marido ainda gritou ‘tem trabalhador aqui, tem morador’. Mas a polícia já entrou atirando”, afirmou.

mento de reforço policial.

Também por volta das 18h, a corporação disse nas redes sociais que equipes do Batalhão de Choque prenderam três suspeitos em flagrante durante patrulhamento na rua Barão de Petrópolis, onde foram apreendidas duas pistolas, grande quantidade de drogas, trajes camuflados e outros materiais.

Durante o dia, em represália à operação, um ônibus foi incendiado na avenida Paulo de Frontin, principal acesso ao túnel Rebouças, que liga o centro e a zona norte à Lagoa, na zona sul. O veículo, da linha Central x Leblon, estava sem passageiros.

Outros seis ônibus foram roubados e usados como barricadas. O acesso ao túnel chegou a ter interdições, e quatro pessoas foram presas por obstrução de vias.

A PM informou que reforçou o policiamento nos acessos ao Rebouças e em ruas do Rio Comprido, onde parte do comércio fechou ao longo do dia.

As operações ocorreram nas comunidades do Fallet e Fogue-

teiro, Prazeres e Paula Ramos, entre os bairros de Santa Teresa e Rio Comprido. Houve registro de tiroteio desde o início da manhã, por volta das 6h.

A exceção de Claudio Augusto dos Santos, o Jiló, os nomes dos mortos não foram divulgados.

Na terça-feira (17), policiais já haviam realizado uma operação para prender suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas na Lapa, também na região central. A ação resultou em 17 presos.

O secretário da PM, coronel Marcelo Menezes, afirmou que a corporação identificou naquele dia o que seria o esconderijo de Jiló dos Prazeres. “Determinei que a gente estabelecesse uma operação cirúrgica na região”, disse Menezes. “Jiló exercia uma função importante na cadeia de comando do CV, responsável por ações criminosas no centro, zona sul e Tijuca [zona norte]”.

Durante a coletiva Menezes exibiu uma pilha de papéis colados, com mais de 2 metros, para exibir o que seria o número de anotações criminais de Jiló.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Poeta e compositor, foi o guardião da evolução do boi Garantido em Parintins

FRANCISCO TADEU SANTIAGO GARCIA (1957 - 2026)

Rosiene Carvalho

MANAUS O engenheiro agrônomo, poeta e compositor Tadeu Garcia dedicou quase metade dos seus 68 anos de vida a traduzir a cultura amazônica em versos de toadas, o ritmo do Festival Folclórico de Parintins.

Foi na busca do equilíbrio entre tradição e evolução que ele fincou pé e eternizou seu nome no festival, tendo como aliado o povo, conquistado por letras e melodias que espelhavam o amor de torcedor e versavam sobre os movimentos do boi de pano na arena.

O poeta parintinense teve o corpo cremado. As cinzas foram levadas para o velório na Cidade Garantido, na Baixa do São José, berço do bumbá de sua devoção

e às margens do rio Amazonas.

“Tadeu Garcia soube traduzir a alma do povo vermelho e branco através da sua alma de poeta”, disse o presidente do bumbá Garantido e artista do festival folclórico de Parintins, Fred Góes.

Os bumbás Caprichoso e Garantido têm suas origens na brincadeira de rua, chamado folguedo, onde as pessoas brincavam com seus bois de pano ao redor das fogueiras em Parintins. Em depoimento à imprensa sobre sua infância, Tadeu disse que ficava ao redor do boi para que ninguém se aproximasse do Garantido vestido de azul.

A rivalidade entre as torcidas vermelha (Garantido) e azul (Caprichoso) divide a cidade.

Das mudanças que transformaram a brincadeira de rua em espetáculo, as toadas para a evolução do boi Garantido foram a



Divulgação Ascom Boi Bumbá Garantido

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069. Seg. a sex.: 10h às 19h.

forma pela qual Tadeu defendeu a tradição e manteve o boi como protagonista. Segundo o grupo Garantido, ele tem mais de 200 composições, sendo 19 delas dedicadas a traduzir os movimentos da figura. A “19ª Evolução” é inédita e estará no álbum que o bumbá deve lançar no final deste mês para a 59ª edição do festival.

“É uma perda irreparável. É uma lacuna no processo que ele exercia na composição de evolução. Tadeu não foi só um gênio das toadas apaixonadas pelo movimento do boi de pano, ele incentivava muitos artistas”, afirmou Neil Armstrong, produtor musical do Caprichoso.

Um dos poetas na nova safra

confirma o incentivo e a inspiração. “Tadeu é um ídolo da minha infância. Uma vez, em um evento, ele nos apresentou numa roda de conversa: ‘esses são os curuatás, a centelha de poesia do meu boi’”, afirma o professor parintinense Bruno Bulcão, que compõe para o Garantido há sete anos.

Curuatá é o nome do invólucro de flores de palmeiras. Segundo a história registrada do Garantido, o fundador do boi, Lindolfo Monteverde, usava a palha de curuatá para brincar quando criança, imaginando ser o animal.

O poeta parintinense morreu no último dia 7 de março em São Paulo, onde tratava um câncer. Deixa três filhas.



Missa em memória do

OTAVIO CASTELLO BRANCO
Guardei a fé

A família convida a todos os parentes e amigos para a missa em memória do Otavio. Sexta-Feira, 20/03/2026 às 12:00 Igreja São José Rua Dinamarca, 32



Serraria do parque Ibirapuera, na zona sul de São Paulo Rafaela Araújo - 10.mar.26/Folhapress

Usuários e comerciantes relatam insegurança e casos de furtos no parque Ibirapuera

Concessionária diz que local é uma ‘bolha de segurança’ na cidade; Prefeitura de SP afirma que reforçou patrulhamento no entorno

SÃO PAULO A trilha parecia tranquila. Eram cerca de 19h30 quando o neurocirurgião do Hospital Albert Einstein Marcelo de Lima Oliveira, 55, decidiu seguir por um trecho de terra dentro do parque Ibirapuera, na zona sul de São Paulo, onde costuma caminhar algumas vezes por semana. Poucos minutos depois, dois jovens o cercaram. Ele tentou fugir, mas foi derrubado com uma ras-teira e espancado durante cinco minutos enquanto os assaltantes tentavam arrancar seu celular. “Um segurava minha mão enquanto o outro tentava tirar o celular do bolso. Eu comecei a gritar por socorro”, disse à **Folha**. Pessoas próximas a um estacionamento ouviram e começaram a gritar também, o que fez os suspeitos se dispersarem, já com o aparelho em mãos. O caso ocorreu no fim de fevereiro e é um dos relatos recentes de violência dentro do parque mais famoso da capital paulista. Delitos do gênero registrados no parque vêm caindo nos últimos anos, segundo dados da SSP (Secretaria da Segurança Pública), mas preocupam usuários. Em 2024, foram 115 furtos ou roubos de celulares no local. No ano passado, os casos caíram para 88, o que significa uma redução de 23,5%. Em toda a cidade, a diminuição foi menor no período, de 1,1% — 161.666 casos no ano passado, contra 163.437 em 2024. Em janeiro deste ano, único mês cujos números estão disponíveis, foram cinco registros. Não há informações sobre outros tipos de roubos e furtos no parque, apenas sobre os casos que envolvem celular. Os registros no entorno do parque são maiores e cresceram 69% no ano passado, em comparação com o ano anterior. Fo-

ram 800 furtos ou roubos de celulares em 2025 — 708 furtos e 92 roubos — frente a 472 ocorrências do gênero em 2024, quando foram registrados 410 furtos e 62 roubos. Os números consideram as avenidas Quarto Centenário, República do Líbano e Pedro Álvares Cabral, que circundam o Ibirapuera. A concessionária Urbia diz que as estatísticas não refletem necessariamente ocorrências dentro do Ibirapuera. Em nota, a empresa afirma que o espaço é “uma bolha de segurança na cidade de São Paulo” e que conta com sistema de monitoramento que apoia a atuação da GCM (Guarda Civil Metropolitana). Usuários do parque relataram à **Folha** episódios recorrentes de furtos e abordagens. A dinâmica dos crimes costuma ser rápida: suspeitos surgem em áreas com vegetação mais densa e abordam pessoas geralmente distraídas. O neurocirurgião, por exemplo, foi agredido ao entrar numa trilha próxima ao portão 4. O incidente mudou a relação que mantém com o parque. Seus treinos agora se restringem às áreas principais e durante a manhã. Um homem que trabalha em uma das barracas há cerca de um ano e meio diz que há registros de invasões em quiosques, com episódios repetidos em curtos intervalos de tempo. Ele pediu para não ter seu nome divulgado. Segundo ele, criminosos utilizam ferramentas para arrombar estruturas e levar produtos e equipamentos durante a madrugada, quando o parque está fechado. Uma mulher que trabalha em uma barraca próxima à rua da Bi- enal conta que manuseava o celular quando percebeu um adolescente observando o movimento. Uma viatura policial passou pelo

local e ela alertou os agentes. Ao ser abordado, o adolescente fugiu. A funcionária pediu para não ter seu nome divulgado. De acordo com ela, comerciantes evitam registrar ocorrência por medo. Relatos apontam que algumas barracas já foram furtadas diversas vezes, especialmente em áreas com menor circulação, como a região do bambuzal. A Urbia afirmou à **Folha** que o parque conta com 283 câmeras de monitoramento, centro de controle 24 horas e equipes de segurança patrimonial que atuam com veículos, motos e bicicletas. A empresa diz que as imagens são disponibilizadas às autoridades quando solicitadas. A concessionária diz que não houve registro de furtos em quiosques em março e que medidas como substituição de carrinhos por modelos mais resistentes, além de orientação aos vendedores, foram adotadas. Já a Prefeitura de São Paulo afirma à **Folha** que a GCM realiza patrulhamento no parque e pode ser acionada sempre que houver ocorrências. A gestão municipal informa ainda que a concessionária é responsável pela segurança patrimonial, com vigilantes, monitoramento por câmeras e rondas periódicas, conforme previsto em contrato. A SSP diz à reportagem que polícias Civil e Militar reforçaram as ações e atuam de forma integrada na região do parque Ibirapuera e no entorno dos Jardins com ações voltadas à prevenção e repressão de furtos e roubos. Já a gestão municipal afirma que houve reforço recente no policiamento e que o entorno do parque conta ainda com câmeras do programa Smart Sampa. Bárbara Sá e André Fleury Moraes

Agnotologia: não ignorar essa palavra

Estudo da produção interessada de ignorância ajuda a entender o mundo

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de “A Vida Futura”, “Viva a Língua Brasileira”, “Escrever É Humano” e “O Drible”

Por décadas, entre os anos 50 e os 90 do século passado, a indústria do cigarro soube que seu produto era uma catástrofe para a saúde pública, mas trabalhou para semear a dúvida. Comprou pesquisas científicas e artigos jornalísticos. Ganhou tempo. Com isso, provocou conscientemente a morte de um número de pessoas que se conta em dezenas de milhões, na mesma prateleira numérica da Segunda Guerra. Motivação? Bilhões de dinheiros — que, como se sabe, costumam falar mais alto que milhões de vidas. Foi a turma cigarrífera que levou um historiador da ciência da Universidade Stanford, Robert Proctor, a cunhar nos anos 90 a palavra “agnotology”, dicionarizada no Brasil como agnotologia. Parente do agnóstico — com quem compartilha o elemento grego “agn-”, relativo a ignorância —, agnotologia nomeia o estudo da ignorância pública fabricada, intencional, monetizada. A indústria da inteligência artificial segue hoje o manual que sua prima corporativa mais velha e fedorenta criou. Cultiva a incerteza e nela se escuda para tocar seu negócio pisando no acelerador, embora saiba que o produto que vende é nocivo para os viciados, digo, usuários.

A agnotologia pôs em foco que a ignorância fabricada é uma das fibras mais resistentes do tecido social contemporâneo, do negacionismo climático à usina de desinformação política das mídias sociais

Como a complexidade real da IA é bem maior que a de um canudo de fumo picado, basta um modo levemente enviesado de contar a história para que fugir da responsabilização seja mais fácil para as big techs do que era para o pessoal da terra de Marlboro. Se você acha que a comparação de IA com cigarro é muito forte, eu concordo. Mais forte é saber que saiu da boca de Alondra Nelson, ex-diretora de política científica da Casa Branca de Joe Biden. Também consultora da ONU para assuntos de IA, Nelson atualizou o neologismo de Proctor e lançou há três semanas numa conferência em Paris — reportada pela podcaster norte-americana Shae Omonijo — o conceito de “agnotologia algorítmica”. Que me lembre, eu nunca tinha esbarrado na palavra agnotologia, mas desde que fomos apresentados não a tiro da cabeça. Como é possível que, existindo há três décadas, uma ideia tão luminosa ainda seja obscura, distante demais do estrelato político, acadêmico e midiático que merece? A agnotologia pôs em foco o que, o tempo todo, dançava borrado diante do meu nariz: que a ignorância fabricada é uma das fibras mais resistentes do tecido social contemporâneo, do negacionismo climático à usina de desinformação política das mídias sociais. Com o advento da internet e sobretudo das redes, o trabalho dos fabricantes de ignorância pública ficou bastante facilitado, enquanto o dos agnotólogos se complicou ao infinito. Nunca foi tão fácil confundir, criar incerteza, fugir de regulações, pôr abaixo estruturas psicossociais construídas ao longo de séculos, transformando toda a população da Terra em cobaia de artefatos tecnológicos que são propriedade de meia dúzia de pessoas. Se o estudo da ignorância fabricada aponta para o futuro, vale lembrar que não é uma invenção recente. Ao dizer que “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”, Darcy Ribeiro foi um genial precursor da agnotologia.

Enel entra na Justiça contra julgamento de caducidade, e Aneel critica interferência

Agência vai decidir na próxima terça-feira (24) se recomenda fim antecipado de contrato da distribuidora com a União

Pedro Lovisi

SÃO PAULO O presidente da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, criticou nesta quarta-feira (18) o pedido da Enel para que a Justiça suspenda o julgamento da agência quanto à caducidade do contrato da empresa com a União. O processo da agência é importante porque é a partir dele que o governo federal vai decidir se encerra antecipadamente

o contrato com a distribuidora. Nesta quarta, a Enel protocolou na Justiça Federal um mandado de segurança, apontando o que considera ilegalidades do processo e pedindo a suspensão do julgamento, marcado para a próxima terça (24). A empresa também pediu que o voto de Feitosa proferido no final de fevereiro seja declarado nulo. Na ocasião, ele votou a favor da caducidade do contrato antes mesmo da defesa da Enel, que es-

“A companhia reitera a necessidade de que qualquer deliberação seja analisada de forma isenta e técnica” Enel em nota

tava marcada para 26 de fevereiro —a antecipação gerou críticas de outros diretores. Presente no leilão de reserva de capacidade organizado pelo governo nesta quarta, Feitosa disse que ficou surpreso com o pedido da Enel e acusou a empresa de tentar interferir no processo regulatório da agência. “Isso causa um ruído, porque o que a empresa tem que fazer é trazer os melhores argumentos, se manifestar nos autos do processo administrativo e não buscar, na Justiça, barrar o processo administrativo da Aneel, que é rígido, correto, transparente e busca trazer um interesse público na discussão”, disse a jornalista, em São Paulo. “Nós precisamos que as instituições sejam respeitadas no país. Se nós queremos um setor elétrico justo, correto, que traga os sinais corretos à população, serviço de qualidade, serviço módico, nós precisamos confiar nas instituições”, acrescentou. Ele disse que, se a Justiça acatar o pe-

dido da Enel, a agência recorrerá da decisão. Em nota, a Enel disse ter “plena confiança nos fundamentos legais apresentados e no sistema jurídico brasileiro”. “A companhia reitera a necessidade de que qualquer deliberação seja analisada de forma isenta e técnica, de acordo com a legalidade e com os fatos comprovados no processo”, afirmou. No próximo dia 24, os cinco diretores da Aneel decidirão se recomendarão à União a caducidade do contrato com a Enel para distribuição de energia na capital paulista. Após o julgamento, o Ministério de Minas e Energia tem autonomia para decidir se encerra ou não o contrato. Na maioria das vezes em que isso aconteceu, a pasta seguiu as recomendações da agência. O processo em questão foi aberto em 2024, em meio a apagões em São Paulo. O episódio gerou críticas de autoridades, que acusaram a empresa italiana de descumprir regras do contrato.

classificados

ligue 11 3224-4000 whatsapp 11 9 9646-9069

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse [folha.com/classificados](#) Formas de pagamento [cartão de crédito](#), [boleto bancário](#) ou [pagamento à vista](#) [classificados@grupofolha.com.br](#)

EMPREGOS

VAGAS DE EMPREGO PARA PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

NO HOSPITAL SÃO JOSÉ, EM COLATINA - ES

INTERESSADOS(AS) ENVIAR CURRÍCULO PARA VAGAS@HSAOJOSE.ORG.BR

WHATSAPP PARA CONTATO (27) 99940-4334

A OSS/SPDM - HOSPITAL DAS CLÍNICAS LUZIA DE PINHO MELO

Seleciona

Pessoas com Deficiência para vagas de

✓Telefonista,

✓Recepcionista,

✓Auxiliar de Governança,

✓Auxiliar de Farmácia, entre outros.

Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.

A OSS - Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, recruta currículos de médicos nas seguintes especializadas:

MÉDICO ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA INFANTIL; MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA VASCULAR; MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO para Atendimento Ambulatorial e Procedimentos Cirúrgicos inclusive Reconstrução Mamária; MÉDICO UROLOGISTA; MÉDICO ANESTESISTA; Médico Cardiologista para Atendimento Ambulatorial e Visita na Enfermaria (Cirurgia Cardíaca); Médicos Cardiologistas e Intensivistas para atuação em Unidade Coronariana; Médico Emergencista para acompanhamento de pacientes na Hemodinâmica e Ressonância Magnética; Médico especialista em Análise de Eletrocardiograma Dinâmica de 24 h (Holter) e Leitura de MAPA; Médico especialista em Análise e Emissão de Laudos Radiológicos com acompanhamento; Médico especialista em Assistência Médica nos Setores Críticos (Pronto Socorro); Médico especialista em Cirurgia Cardíaca; Médico especialista em Cirurgia Gástrica (PS e Centro Cirúrgico); Médico especialista em Ecocardiografia Transatorácica Adulto e Infantil e Transesofágica Adulto; Médico especialista em Eletroencefalografia; Médico especialista em execução de procedimentos de Punção Aspirativa por Agulha fina (PAAF) e CORE biópsia; Médico especialista em Hematologia com habilidade para execução de biópsia de medula; Médico especialista em Laudos de Anatomopatológicos e Imunohistoquímicos. Os interessados devem encaminhar currículo via e-mail para: contratos@hclpm.spdm.org.br e selecao@hclpm.spdm.org.br.

EMPREGADOS PROCURADOS

C

CAMAREIRA

M/F Com experiência em hotelaria, residir na zona norte. CV p/ whatsapp1198447-7937 ou maison@maisonflorence.com.br Av. General Ataliba Leonel, 1484 Vila Guilherme

COPEIRA

M/F Com experiência em hotelaria, residir na zona norte. CV p/ whatsapp1198447-7937 ou maison@maisonflorence.com.br Av. General Ataliba Leonel, 1484 Vila Guilherme

RECEPCIONISTA

M/F Com experiência em hotelaria, residir na zona norte. CV p/ whatsapp1198447-7937 ou maison@maisonflorence.com.br Av. General Ataliba Leonel, 1484 Vila Guilherme

P

PCD - ÁREAS DIVERSAS

M/F DEMOP PARTICIPAÇÕES contrata pessoas com deficiências para áreas diversas, enviar currículo para recrutamento@escritoriopotuporanga.com.br

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES

ANA FURACÃO

Av. Jabaquara, 2604 metrô S. Judas A/C e PIX seg.sáb. F: (11) 2362-8122.

CLÍNICAS E MASSAGENS

MASSAGEM TÂNTRICA

Massagem a 2 mãos. <http://samantamature.blogspot.com> (19)98103-5513/99284-7648

DIVERSOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

COMUNICADOS

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

COMUNICADO

Solicitamos que o senhor ALINE LOPES FERREIRA CTPS 4363398 série 9811 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

COMUNICADO

Solicitamos que o senhor JORGE FERREIRA DA SILVA CTPS 88544 série 0271 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

ASSINE A FOLHA

www.folha.com/assine

COMUNICADO DE COMPARECIMENTO

Solicitamos o comparecimento dos funcionários abaixo no prazo de 3 dias, o seu não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conf. art. 482 Letra I da CLT.

IMPACTO SIST DE SERV INTEGRADOS LTDA - CNPJ - 06.534.619/0001-62

VANUSA CAROLINE S PEREIRA

CTPS - 4929549 - SÉRIE - 05829

MATHEUS SANTOS DE FREITAS

CTPS - 5605521 - SÉRIE - 07805

ELIZANGELA ROSA DE JESUS

CTPS - 3925635 - SÉRIE - 04837

SARA NERIS DE SOUSA

CTPS - 1657123 - SÉRIE - 03835

LETICIA ALVES DE OLIVEIRA

CTPS - 5069190 - SÉRIE - 00833

GIOVANA DA SILVA CAVALCANTE

CTPS - 1185918 - SÉRIE - 02801

FLAVIO ERNANE MOREIRA DE SOUZA

CTPS - 3698390 - SÉRIE - 07876

APARECIDO ALVES DA SILVA

CTPS - 1040094 - SÉRIE - 04812

MARIA DE LOURDES SILVA DE LIMA

CTPS - 476443 - SÉRIE - 00401

SABRINA MARQUES JUSTO

CTPS - 3851112 - SÉRIE - 00831

DANIEL MARQUES JUSTO

CTPS - 5076441 - SÉRIE - 08866

ANDREIA GARCIA MOREIRA

CTPS - 3135702 - SÉRIE - 05882

JADNA VICTORIA ARAUJO SILVA

CTPS - 6262588 - SÉRIE - 03375

DANIELE DOS SANTOS

CTPS - 858737 - SÉRIE - 01592

KARINA MARQUES JUSTO DA SILVA

CTPS - 3477179 - SÉRIE - 3477179

DAYANE MARQUES DE SANTANA

CTPS - 3989899 - SÉRIE - 01801

FERNANDA DA SILVA LIMA

CTPS - 3492123 - SÉRIE - 03845

GISLENE DA SILVA LOPES CAMPOS

CTPS - 3532015 - SÉRIE - 04801

GILBERTO DA SILVA LUNA

CTPS - 3453971 - SÉRIE - 00869

MILLENA RAMOS ARAUJO

CTPS - 7034739 - SÉRIE - 02180

MARIA JOSE SILVA DOS SANTOS

CTPS - 4591936 - SÉRIE - 04572

MARIA ISABEL DA SILVA

CTPS - 1110408 - SÉRIE - 04805

VICTOR SILVA OLIVEIRA

CTPS - 782386 - SÉRIE - 02530

ALBERTO DE OLIVEIRA

CTPS - 1239769 - SÉRIE - 07840

DALILA PIRES DE SOUZA

CTPS - 4526196 - SÉRIE - 07899

COMUNICADO DE COMPARECIMENTO

Solicitamos o comparecimento dos funcionários abaixo no prazo de 3 dias, o seu não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conf. art. 482 Letra I da CLT.

EMPRESA - IMPACTO SERVIÇOS DE PORTARIA LTDA - CNPJ - 59.025.957/0001-35

ANA ROBERTA DE MESQUITA MORAES

CTPS - 6012130 - SÉRIE - 07328

ANA VALERIA DIAS LOPES

CTPS - 4447069 - SÉRIE - 04827

ANDERSON CASSEMIRO

CTPS - 3156847 - SÉRIE - 04881

AURELIANO GALDINO FIUZA

CTPS - 6291974 - SÉRIE - 01500

BARBARA MARIA PENIDO

CTPS - 3891227 - SÉRIE - 06808

CARLOS ALESSANDRO M DOS SANTOS

CTPS - 2256380 - SÉRIE - 01818

CLAYTON J PEREIRA SANTOS

CTPS - 2939983 - SÉRIE - 07807

DAVI CUSTODIO DA SILVA

CTPS - 3252915 - SÉRIE - 02861

EDSON RICARDO DE O SANTANA

CTPS - 79291 - SÉRIE - 05542

ELIENE ELOISA PAU FERRO

CTPS - 1069655 - SÉRIE - 09889

ENOQUE DOS SANTOS

CTPS - 3581507 - SÉRIE - 07810

FLAVIO NASCIMENTO DE ASSIS

CTPS - 6270495 - SÉRIE - 08572

FRANCISCO DE ASSIS A DA SILVA

CTPS - 2669787 - SÉRIE - 09831

GENESON JOSE DA SILVA

CTPS - 969018 - SÉRIE - 01424

IGOR CAMPOS BRIZOTTI

CTPS - 3196738 - SÉRIE - 05823

IVSON ALVES DORNELAS

CTPS - 3583874 - SÉRIE - 06840

JOSE NAZARENO MAGNO PAMPLONA

CTPS - 7224247 - SÉRIE - 07234

LINDEVAN JOSE FARIAS

CTPS - 77771 - SÉRIE - 00340

LUCAS DOS SANTOS SOUZA

CTPS - 5116956 - SÉRIE - 01802

MARCOS DE OLIVEIRA LORDELO

CTPS - 118710 - SÉRIE - 03543

ROMARIO ROCHA DOS SANTOS

CTPS - 4014791 - SÉRIE - 02890

RUAN DOS SANTOS B NASCIMENTO

CTPS - 5201876 - SÉRIE - 01889

THAMIRES RAMOS AGOSTINHO

CTPS - 4229520 - SÉRIE - 00857

UILLIANS SOUZA SANTOS

CTPS - 2565869 - SÉRIE - 00020

WELINGTON HENRIQUE GONCALVES

CTPS - 4608869 - SÉRIE - 09817

WESLEY CLEMENTE CALIXTO ROSA

CTPS - 3852269 - SÉRIE - 08813

WESLEY GONCALVES COSTA

CTPS - 660981 - SÉRIE - 09556

WILLIAM ROSA DA SILVA

CTPS - 2183755 - SÉRIE - 07845

MOACIR DOS REIS JUNIOR

CTPS - 1454968 - SÉRIE - 07703

Formas de pagamento [cartão de crédito](#), [boleto bancário](#) ou [pagamento à vista](#)

Os anúncios com este símbolo têm fotos, para vê-las digite o código que acompanha o sinal no site [folha.com/classificados](#)

[classificados@grupofolha.com.br](#)

Templo de frei Gilson será construído em terreno de R\$ 22 mi em São Paulo

Organização do frade comprou área de 86 mil metros quadrados na zona sul da capital

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Frei Gilson, hoje um dos nomes de maior voltagem do catolicismo brasileiro, com lives de madrugada que arrebatam multidões, está construindo na zona sul de São Paulo um centro dedicado a “contemplação e oração”.

O projeto, ainda cercado de discrição, prevê um complexo religioso de grandes proporções, com capela para 500 pessoas, hospedagem para retiros espirituais e espaços inspirados nas aparições de Nossa Senhora de Guadalupe.

Apuração da Folha descobriu documentos imobiliários e registros públicos indicando a localização do empreendimento, que até então era mantida em segredo. Será em um terreno entre os bairros Capela do Socorro e São Rafael.

Frei Gilson confirmou ao jornal o endereço, numa área próxima à estação Bruno Covas-Mendes Vila Natal da CPTM. A aquisição, segundo nota enviada por sua assessora, “foi possível graças à generosidade de fiéis de diversas partes do mundo, por meio de doações espontâneas”.

Registros do CNPJ mostram que a iniciativa está vinculada à Obra de Nossa Senhora de Guadalupe, organização presidida por Gilson da Silva Pupo Azevedo, nome do frade. A entidade aparece como responsável por compras recentes de terrenos na zona sul da capital.

Matrículas do 11º Cartório de Registro de Imóveis indicam que a instituição comprou áreas pertencentes à empresa Sítio Montesol Sociedade Civil Agrícola Ltda. Uma das transações envolve um terreno de mais de 86 mil metros quadrados na avenida Cavaleiros de São Lázaro, na região de Capela do Socorro, adquirido por R\$ 21,9 milhões no final de 2025.

É um tamanho próximo ao do terreno do Allianz Parque, estádio do Palmeiras.

Os documentos também registram uma alienação fiduciária associada ao negócio, estipulando o parcelamento do valor em 18 prestações mensais de cerca de R\$ 1 milhão cada uma. É um mecanismo comum em compras financiadas: o imóvel fica como garantia da dívida até que todas as parcelas sejam quitadas.

Em material de divulgação apresentado a fiéis, o futuro complexo é descrito como um “oásis de espiritualidade” voltado à “adoração perpétua 24 horas por dia”. A inspiração do projeto nasceu “no coração de dom José Negri”, bispo da Diocese de Santo Amaro, que confiou a missão a frei Gilson.

O frade responde a dom Ne-



Terreno na Capela do Socorro, zona sul de SP, onde possivelmente ficará templo Zanone Fraissat/Folhapress

86 mil m²

é o tamanho da área em que será construído o megatemplo; metragem é próxima à do terreno do estádio Allianz Parque

gri na hierarquia católica. O bispo lhe pediu que criasse um projeto “no qual ele pudesse exercer seu carisma de forma mais estruturada dentro da própria diocese, mas com alcance para o Brasil e para o mundo”, frei Gilson afirma à reportagem. Acolheu essa proposta “como um chamado de Deus, reconhecendo na voz do bispo

a vontade divina para sua vida”.

O plano inclui uma capela aberta 24 horas por dia, com capacidade para 500 pessoas. A estrutura também contará com estúdio para gravação do rosário, uma casa para convidados e prédios administrativos.

Outro eixo são os retiros espirituais. Deve haver 200 quartos indi-

viduais para hospedagem de fiéis.

O conjunto também deve ter cinco capelas temáticas dedicadas às aparições de Nossa Senhora de Guadalupe ao indígena Juan Diego, episódio fundador da devoção à Virgem Maria no México.

A escolha da devoção à Virgem de Guadalupe, segundo o frade, está ligada à sua espiritualidade. “Trata-se do título mariano ao qual ele possui maior devoção”, diz sua assessoria. Mariano é tudo que se relaciona a Maria, mãe de Jesus.

O antropólogo Rodrigo Toniol, estudioso do catolicismo, chama atenção para o simbolismo dessa escolha. “Nossa Senhora de Guadalupe, nas últimas três décadas, passou a ser muito mobilizada por grupos de um campo conservador”, sobretudo “em relação a direitos sexuais e reprodutivos”. Alcá-la a Virgem Protetora da América Latina é fortalecer sua imagem como “a santa que protege as vidas diante do perigo do aborto, do perigo do avanço do feminismo etc.”, afirma Toniol.

O terreno que abrigará o projeto já está “100% pago graças à generosidade de tantos fiéis”, diz texto despatchado para fiéis no WhatsApp. Para começar, as obras dependem de aprovações e licenças dos órgãos competentes da prefeitura. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de elaboração técnica e regularização. Não há data prevista para conclusão, mas a diocese trabalha com algo em torno de sete anos. Colaborou Iran Alves

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01012884182026
UASG – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Modalidade: Pregão Eletrônico 90002/2026/DPU
Nº Processo: 020.00001864/2026-11
Objeto: Serviços de manutenção e conservação de jardins, limpeza, asseio e conservação predial nos Parques Ecológico do Guarapiranga, Ecológico da Várzea do Embu-Guaçu Professor Aziz Ab'Saber, Estadual Chácara da Baronesa, Jequitibá, Estadual do Belém Manoel Pitta, Juventude Dom Paulo Evaristo Arns e Gabriel Chucré.
Total de Itens Licitados: 03 (três).
Valor total da licitação: SIGILOSO
Disponibilidade do edital: 19/03/2026
Horário: das 09h00 às 16h00
Endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros - São Paulo/SP; e
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais>
Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 06/04/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: (31 de março de 2026, às 14h30min *)
2º LEILÃO: (02 de abril de 2026, às 14h30min *) ***(horário de Brasília)**

Mauro Zukerman, Leloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 328, com escritório na Rua Minas Gerais, nº 316, Cj. 62, Higienópolis, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **SOMENTE ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42, com sede em São Paulo/SP, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2041, Conj. 281, Bloco A, Vila Nova Conceição, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010359111, firmado em 05/04/2023, com o Fiduciante **ANDERSON DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileiro, diretor, solteiro, maior, portador do RG nº 33642148-5-SSP/SP, inscrito no CPF/IMF sob o nº 293.767.588-38, residente e domiciliado em São Paulo/SP, no dia 31 de março de 2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 477.188,42 (quatrocentos e setenta e sete mil cento e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos)**, o qual encontra-se atualizado conforme disposições contratuais, o imóvel constituído pela **Casa (Sobrado)**, situada na Rua Nelson Washington Pereira, nº 209, Vila Santa Catarina, São Paulo/SP. Área construída: 100,00m² (conforme laudo) e Área de terreno: 121,70m², melhor descrito na matrícula nº 38.206 do 8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Imóvel ocupado. Venda em caráter “ad corpus” e no estado de conservação em que se encontra. **Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da Lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 357.424,63 (trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzukunft.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda. **VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL NO SITE:** www.portalzukunft.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzukunft.com.br (Dossiê 26347).

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo.
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Objeto: “REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GALÕES E CAIXAS DE COPOS DE ÁGUA MINERAL FILTRADA E GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS FILTRADA.”

Processo administrativo: 33.169/2025-D

Data e hora do pregão: 14/04/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Sessão pública: www.compras.gov.br

Critério de julgamento: Menor preço unitário

Modo de disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim

Tipo de Licitação: Ampla Concorrência, Cota Reservada de 25% para ME e EPP e Exclusiva para ME e EPP

UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Administração, Gabinete do Prefeito, Subsecretaria de Controle Interno, Subsecretaria de Ações de Cidadania, Subsecretaria de Assuntos da Juventude, Subsecretaria de Comunicação Social, Secretaria de Governo, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Habitação, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Projetos Especiais e Estratégicos e Secretaria da Diversidade e Inclusão Social, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pnccp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 13 de março de 2026

RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA - Secretário de Administração Interino.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” - ACADEPOL

AVISO DE LICITAÇÃO
ACADEMIA DE POLÍCIA “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”

Encontra-se aberta na Academia de Polícia licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, modo de disputa aberto, tendo como objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação de jardins para o Campus I da Academia de Polícia, conforme segue: Pregão Eletrônico nº 90001/2026, Processo SEI 058.00002774/2026-11. A data e horário do início de recebimento das propostas será no dia 19/03/2026 às 09h00min (horário de Brasília). A sessão pública será realizada no dia 06/04/2026 às 10h00min, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: <https://www.gov.br/pnccp/pt-br>. Maiores informações pelo telefone: (11) 3468-3334/3344 – email: licitacao.acadepol@policiacivil.sp.gov.br.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 06 de abril de 2026, a partir das 10h30min
2º LEILÃO: 08 de abril de 2026, a partir das 14h30min ***(horário de Brasília)**

Alexandre Travassos, Leloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010352595, firmado em 19/01/2023, com o(s) **Fiduciante(s) WILLIAM HERMANO DA SILVA/PRISCILLA HERMANO DA CRUZ**, maior/menor, inscrito no CPF nº 004.020.329-85/225.421.378-46, no dia 06 de abril de 2026, a partir das 10h30min em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 552.422,24 (Quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 123.892 do Oficial de Registro de Imóveis de Indaiatuba/SP, constituído pelo Apartamento nº 12, situado na Rua Pedro Virílio, nº 186, 1º pavimento, Torre 4, Condomínio Reserva Vista Verde, Bairro Jardim Santiago (conforme laudo) em Indaiatuba/SP, com área privativa de 65,00m², área comum de 18,2773m², perfazendo a área total de 83, 2773m², correspondendo à fração ideal de terreno de 60,53m² ou 0,00162 ou 0,162%, com 02 vagas de garagem nºs 353 e 353A. Cadastro Matrícula: 5263.0037.7-3. Venda em caráter “ad corpus” e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 08 de abril de 2026, a partir das 14h30min, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 475.219,47 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site na Loja **SOLD LEILÕES** (sold.superbid.net) e no **SUPERBID EXCHANGE** (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a): Loja **SOLD LEILÕES** (sold.superbid.net) e no **SUPERBID EXCHANGE** (www.superbid.net) ou e-mail imoveis.sao@superbid.net. Dossiê: 02.26387

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - “APARTAMENTO Nº 612 – PISCINE HOME RESORT” – OSASCO/SP

MARCELEARIANE PAULINO LEITE GARCIA, Leloeira Oficial - JUCESP nº 1402, autorizada por **GMROSASCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, CNPJ nº 16.560.978/0001-48, com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Edifício Park Tower, 16º Andar, Conj. 1611/162, Butantã/SP, faz saber que, após a consolidação da propriedade em favor da Credora Fiduciária, nos termos do artigo 26 da Lei 9.514/1997, e nos termos do artigo 27 da referida Lei, realizará o leilão na modalidade exclusivamente **ON-LINE** do imóvel a seguir descrito neste Edital. **Pragas:** Data da 1ª Praça: terá início em 30/03/2026 às 16:00 horas, encerrando-se em 02/04/2026 às 16:00 horas, caso os lances ofertados não atinjam o valor da 1ª praça, a praça, agora denominada 2ª praça, seguirá sem interrupção até às 16:00 horas do dia 20/04/2026 (2ª Praça), pelo valor mínimo designado para a 2ª praça conforme determina a Lei e a Escritura. **Devedores Fiduciários:** **SERGIO MARQUES (CPF/IMF nº 63.216.858-79) e INGRID CARVALHEIRO MARQUES (CPF/IMF nº 180.534.538-99)**, do Bem Em Leilão: **Apartamento nº 612 do Condomínio Piscine Home Resort em Osasco/SP - Matrícula nº 129.345 do Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP**. Descrição completa: Apartamento nº 612, localizado no 6º pavimento da Torre B – Beach, integrante do Condomínio “Piscine Home Resort”, situado na Avenida Franz Voegelé, nº 900, nesta cidade, contendo as seguintes áreas: privativa total de 61,760m², área comum total de 44,719m², sendo 36,969m² coberta edificada e 7,750m² descoberta, já incluída a área correspondente a 01 vaga de estacionamento localizada na garagem coletiva da área residencial, perfazendo a área total de 106,479m² e correspondendo à fração ideal de 0,001134 do terreno. **CADASTRO MUNICIPAL:** 25224.54.77.0001.00.000.01. **Lance Mínimo em 1ª Praça:** **R\$513.607,50**. **Lance Mínimo em 2ª Praça:** **R\$709.976,14**. **Ônus, Gravames e Outras Informações:** Não consta na matrícula o ônus de 23/02/2026. Na matrícula consta a Consolidação de Propriedade, conforme **AV-8 da matrícula nº 129.345 do Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP**. Em 2ª Praça o lance mínimo será equivalente ou maior à respectiva dívida atualizada, nela incluídas as despesas e encargos previstos na Lei e Escritura, apuradas e atualizadas até a data do leilão, incluindo-se, mas não limitando-se a prêmios de seguro, os encargos legais, tributos e contribuições condominiais, encargos contratuais, emolumentos, despesas de cobrança e intimação, IPTU apurado até fevereiro/2026, condomínio apurado até fevereiro/2026, ITBI e despesas à realização do público leilão como a publicidade do presente Edital, podendo ser atualizadas até a data da realização do leilão. Fica identificada a existência de ação de **Execução de Débitos Condominiais**, movida pelo exequente **CONDOMÍNIO PISCINE HOME RESORT**, autuada sob o nº **1000956-11.2024.8.26.0405**, em trâmite perante a **8ª Vara Cível do Foro de Osasco/SP**. Cumpre ao interessado buscar eventuais débitos e restrições sobre o imóvel não previstos neste edital, os quais são de responsabilidade do arrematante o pagamento. **Forma de pagamento:** A venda será realizada à vista, observado o direito de preferência do Devedor Fiduciante (Art.27, Parágrafo 2-B, Lei 9514/97), o qual, se manifestado e exercido, importará na aplicação do quanto previsto neste Edital, na Escritura e na Lei 9.514/97, acrescendo-se a comissão de 5% da leiloeira e com as devidas atualizações necessárias nos termos da Escritura e nos prazos legais dispostos em Lei. **Condições Gerais:** Os interessados deverão se cadastrar no site www.bcolleoes.com.br e se habilitar antes do início do leilão com antecedência para verificação da documentação do interessado participante. Os lances online e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos no site e Edital e concorrerão em igualdade de condições. A eventual desocupação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante todas as despesas de qualquer natureza relacionadas ao imóvel e a sua aquisição em leilão, como, mas não se limitando ao pagamento de comissão da Leloeira de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance e, no ato da arrematação, despesas com Escritura Pública ou Particular, Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI), eventual foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos, IPTU, débitos e contribuições condominiais, débitos propter rem, débitos com a Associação dos Moradores e demais que venham a recair no imóvel e sobre a aquisição. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram e sem qualquer garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações extrajudiciais eletrônicas e visitação o bem, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características ou estado de conservação. No caso de haver decisão liminar que suspenda a arrematação, a venda estará suspensa do ponto em que parou, não sendo possível desfazimento do negócio ou devolução de valores até que haja a decisão definitiva. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, inclusive após o pagamento de qualquer eventual valor do arremate e, da comissão da leiloeira, antes da finalização da escritura do imóvel/instrumento particular, perderá em proveito do Vendedor o equivalente a 20% (vinte por cento) do montante dos valores da respectiva praça até o momento da desistência, e 5% referente à comissão; devendo esse valor ser pago no prazo de 2 (dois) dias, após a comunicação de desistência. Essa penalidade se aplica independentemente do motivo alegado para o rompimento do negócio e tal verba destina-se a ressarcir o Vendedor pelos prejuízos decorrentes da disponibilidade do imóvel para o Arrematante/Comprador durante a vigência do contrato, sendo que o Arrematante/Comprador perderá todos os direitos relacionados à compra efetuada, e o imóvel ficará liberado ao Vendedor, de imediato, para nova alienação. As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do contrato bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, Parágrafo 2º - A, da Lei 9.514/97. Mais informações no escritório da leiloeira em Av. Nove de Julho, nº 5593, Cjo. 102-A, Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP: 01407-913 e também através dos e-mails: leiloes@bcolleoes.com.br e necessariamente com cópia para retomada@bcolleoes.com.br. **MARCELE ARIANE PAULINO LEITE GARCIA**, Leloeira Oficial - JUCESP nº 1402.

Bactéria resistente se espalha fora de hospitais e desafia protocolos médicos

Pesquisa se baseia em mais de 51 mil exames laboratoriais; focos das infecções estão no centro de SP, marcado por vulnerabilidade social, além de municípios do litoral

SAÚDE PÚBLICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Uma bactéria resistente a antibióticos tradicionalmente associada a hospitais está se espalhando de forma crescente fora deles, colocando novos desafios para médicos e sistemas de vigilância em saúde.

A mudança de comportamento é retratada em estudo baseado em mais de 51 mil exames laboratoriais coletados ao longo de dez anos, com foco na bactéria *Staphylococcus aureus*, que habita a pele e as vias respiratórias e que pode causar desde infecções na pele até pneumonias graves.

Quando essa bactéria desenvolve resistência aos antibióticos, passa a ser classificada como MRSA (*Staphylococcus aureus* resistente à meticilina). Isso significa que medicamentos da família da penicilina, como a oxacilina, tradicionalmente usados para tratar essas infecções, podem não ter efeito sobre elas.

A pesquisa, feita em parceria entre a Afip (Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa) e a Escola Paulista de Medicina da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), analisou 51.532 exames positivos para *Staphylococcus aureus* coletados na macrorregião do estado de São Paulo e constatou crescimento significativo da circulação da bactéria resistente fora do ambiente hospitalar.

O estudo analisou dados entre 2011 e 2021 e foi publicado na revista Research Connections, da Oxford University Press. Trata-se de uma das maiores análises populacionais já realizadas sobre essa forma resistente em países de renda média.

A Afip faz exames microbiológicos para mais de 600 unidades de saúde, incluindo hospitais, laboratórios, serviços de emergência e unidades de atenção primária, que majoritariamente atendem pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Os dados mostram que, enquanto os casos de MRSA classificados como hospitalares apresentam tendência progressiva de queda (2,48% ao ano), as infecções com padrão comunitário registraram crescimento médio anual de 3,61%. Segundo a análise, o *Staphylococcus aureus* resistente esteve associado a 43% das infecções avaliadas, com maior incidência em crianças pequenas e idosos.

“Estamos vendo na comunidade um perfil de resistência que, historicamente, era típico do ambiente hospitalar. E essas pessoas circulam, in-



Representação da bactéria *Staphylococcus aureus*, que pode causar de infecções cutâneas a pneumonia Wikimedia Commons

ternam, voltam para casa, o que favorece ainda mais essa troca”, diz a microbiologista Jussimara Monteiro, coautora do estudo e gerente do departamento de pesquisa e desenvolvimento da Afip.

Os mapas gerados pelo estudo mostram focos dessas infecções na região central da cidade de São Paulo, área marcada por alta vulnerabilidade social, além de municípios do litoral paulista. Fatores como adensamento populacional, maior incidência de infecções de pele, clima quente e circulação intensa de pessoas podem estar relacionados.

Segundo Carlos Veiga Kiffer, autor sênior do estudo, professor de infectologia da Unifesp e pesquisador líder do Grupo de Análise em Infecções e Antimicrobianos (Gaia), os resultados indicam a necessidade de investigações mais detalhadas em territórios e populações específicas. “O estudo não afirma, mas aponta a lente para onde o sistema de



Milei segue Trump e formaliza saída da Argentina da OMS

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Pablo Quirno, confirmou que a Argentina não faz parte da OMS (Organização Mundial da Saúde) desde terça-feira (17).

A decisão já havia sido anunciada em fevereiro de 2025, após a saída dos Estados Unidos, e agora foi oficializada.

A Casa Rosada justificou a saída com críticas à gestão da OMS na pandemia de Covid-19 e alegou falta de independência da organização. Quirno afirmou que o país continuará a cooperar internacionalmente em saúde por meio de acordos bilaterais.

saúde precisa olhar.”

De acordo com o estudo, entre as amostras associadas à comunidade, cerca de 22% já apresentavam resistência, percentual considerado alto para uma bactéria historicamente associada a infecções hospitalares. Para os pesquisadores, esse patamar já pode ser interpretado como um cenário de risco epidemiológico.

O estudo utilizou critérios indiretos para diferenciar infecções comunitárias das hospitalares. O principal foi o local de coleta das amostras. Exames feitos em unidades ambulatoriais e laboratoriais foram considerados mais prováveis de origem comunitária, enquanto coletas em hospitais e serviços especializados foram classificadas como hospitalares.

Um segundo critério, baseado no padrão de resistência identificado no antibiograma, foi usado como validador. “Quando cruzamos esses dois marcadores, eles se comportaram de forma muito semelhante, o que reforça que a tendência observada é real”, diz Kiffer.

Ele afirma que a indicação de que mais de um quinto das infecções por *Staphylococcus aureus* adquiridas fora do hospital já pode ser resistente a antibióticos comumente prescritos, como penicilinas e cefalosporinas, significa risco maior de falha terapêutica quando o tratamento é iniciado de forma empírica, sem considerar a possibilidade de resistência.

“Hoje, diante de uma infecção mais grave, especialmente em cri-

anças, idosos ou casos de repetição, talvez não dê mais para tratar como se fosse uma bactéria sensível e perguntar depois”, diz Kiffer. “Em algumas situações, é mais seguro iniciar o tratamento como se fosse MRSA e ajustar quando o resultado do exame estiver disponível.”

Segundo os pesquisadores, essa alteração no comportamento da bactéria já foi amplamente descrita em países como Estados Unidos, além da Europa, onde a vigilância sobre MRSA comunitária levou a mudanças nos protocolos de tratamento. No Brasil, porém, os dados são fragmentados e contraditórios, com estudos locais apontando prevalências que variavam de zero a 60%.

“O que parecia contradição era, na verdade, heterogeneidade geográfica”, diz Kiffer. “Existem bolsões de alta e de baixa prevalência. Quem estudava uma área fria encontrava zero; quem estudava uma área quente encontrava 60%.”

No SUS, as opções de antibióticos orais eficazes contra a bactéria são limitadas, o que frequentemente leva à internação para tratamento intravenoso, mesmo em casos que, em teoria, poderiam ser tratados em casa. Isso tem implicações enormes para o sistema de saúde. “Mais internações, mais custos e mais pressão sobre hospitais”, observa Kiffer.

Os autores defendem a criação de modelos de vigilância mais inteligentes, integrando dados laboratoriais, atenção primária e sistemas sentinela, além do fortalecimento de políticas públicas de uso racional de antibióticos.

“A separação clássica entre bactéria hospitalar e comunitária pode não representar mais a realidade. Entender essa nova dinâmica é essencial”, diz Jussimara Monteiro.

O projeto Saúde Pública tem apoio da Umane, associação civil que tem como objetivo auxiliar iniciativas voltadas à promoção da saúde.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

Pelo presente ficam convocados todos os engenheiros do Estado de São Paulo, associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia 25 de março de 2026, às 13h em primeira convocação e às 13h30 em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na Sede do Sindicato, situada na Rua Genebra, 25 nesta capital, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia, consoante determinado pelos Estatutos Sociais em vigor: a) aprovação das contas do Sindicato referentes ao período de janeiro/2025 a dezembro/2025. **São Paulo, 19 de março de 2026. Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro - Presidente.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberta o PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026 – EDITAL 004/2026 – cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO OPERACIONAL, SERVIÇOS GERAIS, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, JARDINAGEM, PODA, CAPINA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VEGETAIS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAL E EPIs, PARA SUPRIR DEMANDA DA SECTEURIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 20/03/2026 até 07/04/2026 às 08:00h no endereço eletrônico novobmmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 07/04/2026 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através de e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobmmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 19/03/2026. Ituverava-SP, 18 de março de 2026. **LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.**



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo.

Pregão Eletrônico n.º 083/2024

Processo Administrativo n.º 12.443/2024-D

Objeto: “REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS”
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
Comunicado de Alterações no Edital e Nova Data para a Sessão Pública
Considerando que esta Prefeitura efetuou alterações no Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, comunicamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico inicialmente designada para o dia 22/12/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), foi transferida para o dia 09 de abril de 2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF).
Informamos ainda que o Edital alterado poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e/ou download de todos os interessados de forma gratuita nos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br. Este comunicado estará disponível no site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 17 de março de 2026

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 01 de abril de 2026, a partir das 09h40min

2º LEILÃO: 06 de abril de 2026, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010490411, firmado em 28/01/2025 e da Cédula de Crédito Bancário nº 0010514795, firmada em 23/04/2025, com o(s) **Fiduciante(s) VICTOR HUGO DE SOUZA LOPES**, maior, inscrito no CPF nº 307.506.698-29, no dia **01 de abril de 2026, a partir das 09h40min em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 325.000,00 (Trezentos e vinte e cinco mil reais)**, o imóvel matriculado sob nº 79.077 do Oficial de Registro de Imóveis de Assis/SP, constituído pelo Apartamento nº 233, situado na Avenida Otto Ribeiro, nº 1.754, 3º andar ou 4º pavimento, Bloco 02, Conjunto Residencial Mont Verde Residência, Bairro Jardim Paulista (conforme laudo) em Assis/SP, com 65,365m² de área útil, 8,6637m² de área comum, perfazendo o total de 74,048750m² de área construída, correspondendo a uma fração ideal de terreno e nas demais partes comum de 134,375m² ou 2,083333% de todo o terreno, com 02 vagas de garagem. Cadastro Municipal: 005335001031. Venda em caráter “ad corpus” e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.08 e R.10 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **06 de abril de 2026, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 315.033,47 (Trezentos e quinze mil, trinta e três reais e quarenta e sete centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) hora do início do leilão. **Outras informações no site do leiloeiro(a):** Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. Dossiê: 02.26588.

Quartas de final da Champions terão Real x Bayern e PSG x Liverpool

Barcelona faz 7 a 2 no Newcastle e encara o Atlético de Madrid em clássico espanhol; próxima fase acontece de 7 a 15 de abril

SÃO PAULO Com uma média de 5,75 gols por partida, quatro confrontos definiram, na tarde desta quarta-feira (18), os últimos classificados às quartas de final da Champions League. A série de placares elásticos começou a ser escrita no duelo entre Barcelona e Newcastle, disputado mais cedo —o jogo na Espanha começou às 14h45 (de Brasília). Com três gols em um intervalo de apenas dez minutos no segundo tempo, o Barça transformou um confronto equilibrado em goleada. No estádio Camp Nou, o time espanhol fez 7 a 2 na equipe inglesa e avançou no mata-mata da Champions. Depois do empate por 1 a 1 no jogo de ida, na Inglaterra, o duelo voltou a ser equilibrado. Os catalães abriram o placar com Raphinha. Os visitantes empataram com Elanga. Bernal recolocou os donos da casa em vantagem, mas novamente Elanga deixou tudo igual. Quando o primeiro tempo caminhava para o fim, Lamine Yamal marcou o terceiro do clube catalão, de pênalti. Em vantagem, a equipe azul e grená voltou avassaladora do intervalo. Entre os seis e os 16 minutos, marcou três vezes: primeiro com Fermín e depois com Le-

wandowski, aos 11 e aos 16. Com o Newcastle atordoad, sem conseguir reagir, o Barcelona passou a controlar o ritmo da partida de forma mais cadenciada, chegando ao ataque com facilidade. Ainda assim, ampliou com o quarto gol no segundo tempo, o segundo de Raphinha no jogo, aos 27, e fechou a goleada. À espera de seu adversário nas quartas de final, o Barcelona viu o Atlético de Madrid avançar no mata-mata apesar da derrota por 3 a 2 para o Tottenham, em confronto na Inglaterra. No jogo de ida, a equipe madrilenha havia vencido por 5 a 2. Agora, os dois clubes espanhóis se enfrentam na próxima fase do principal torneio de clubes da Europa. Quem avançar desse duelo encara o vencedor de Sporting x Arsenal, duelo que havia sido definido na terça-feira (17). A formação portuguesa conseguiu virada improvável contra o Bodø/Glimt, time norueguês considerado a grande surpresa do torneio. No jogo na Noruega, 3 a 0 para o Glimt. Em Portugal, o Sporting igualou o placar, levou à prorrogação e marcou mais duas vezes, fechando o placar em 5 a 0. Já o Arsenal eliminou o Leverkusen. Após 1 a 1 na Alemanha, os



O ponta Lamine Yamal, do Barcelona, comemora seu gol no 7 a 2 sobre o Newcastle Albert Gea/Reuters

Veja os confrontos das quartas de final



ingleses fizeram 2 a 0 em Londres. Do outro lado da chave, o Liverpool goleou o Galatasaray por 4 a 0 nesta quarta-feira e reverteu a desvantagem do jogo de ida, quando havia perdido por 1 a 0. Com isso, os ingleses vão enfrentar o Paris Saint-Germain na sequência da competição. O confronto mais chamativo das quartas, porém, reúne Real Madrid e Bayern de Munique. Maior campeão da Champions, com 15 títulos, o clube espanhol encara os alemães, que voltaram a golear a Atalanta —desta vez por 4 a 1— e fecharam o confronto em 10 a 2 no agregado. O Bayern soma seis conquistas e é o terceiro maior vencedor do torneio, atrás também do Milan, que é campeão europeu sete vezes.

Senegal recorrerá de decisão que retirou título da Copa Africana

PARIS | AFP A Federação Senegalesa de Futebol anunciou nesta quarta-feira (18) que vai recorrer à CAS (Corte Arbitral do Esporte) contra a decisão que retirou o título conquistado pelo país na Copa Africana de Nações e declarou Marrocos vencedor. “A Federação Senegalesa de Futebol denuncia uma decisão injusta, sem precedentes e inaceitável, que desacredita o futebol africano”, afirmou em comunicado divulgado nas redes sociais. “Para a defesa dos seus direitos e dos interesses do futebol senegalês, a Federação apresentará, no prazo mais breve possível, um recurso de apelação ao CAS em Lausanne”, acrescentou a nota. O comitê de apelações da CAF (Confederação Africana de Futebol) retirou o título conquistado pelo Senegal na CAN em 18 de janeiro e declarou Marrocos o país vencedor, anunciou a entidade máxima do futebol africano

na noite de terça-feira (17). A CAF decidiu assim “declarar a seleção do Senegal excluída durante a final” vencida por 1 a 0 pelos senegaleses, “com o resultado oficialmente registrado como 3 a 0” a favor da seleção marroquina, explicou o comunicado. Vários jogadores senegaleses deixaram o campo temporariamente durante a final em protesto contra uma decisão tomada pela arbitragem. Após um pênalti marcado para a seleção marroquina nos acréscimos do segundo tempo, logo depois de um gol do Senegal ter sido anulado, alguns jogadores senegaleses deixaram brevemente o campo antes de retornarem, enquanto torcedores revoltados tentaram invadir o gramado e atiraram objetos. Depois que o ponta Brahim Díaz, perdeu a penalidade, a partida foi à prorrogação, que o Senegal venceu com gol de Pape Gueye. O comitê de apelações da CAF

Audiência de senegaleses presos é adiada

A audiência de apelação de 18 torcedores senegaleses, presos desde a final e condenados a penas de prisão de três meses a um ano por vandalismo, que estava marcada para segunda (16), foi adiada para o dia 30 de março.



A Federação Senegalesa de Futebol denuncia uma decisão injusta, sem precedentes e inaceitável, que desacredita o futebol africano

Federação senegalesa em comunicado

justificou sua decisão com base nos artigos 82 e 84 do regulamento da CAN, que estabelecem que, se uma equipe “se recusar a jogar ou abandonar o campo antes do apito final, será considerada perdedora e eliminada definitivamente da competição”. Em comunicado, a Federação Marroquina de Futebol afirmou que sua iniciativa “nunca teve a intenção de questionar o desempenho esportivo das equipes participantes desta competição, mas apenas de solicitar a aplicação do regulamento”. Uma fonte próxima à federação marroquina lembrou à AFP um precedente em outra competição africana. Em 2019, o Espérance Sportive de Tunis foi declarado campeão da Liga dos Campeões da CAF, três meses após os jogadores do Wydad Casablanca, do Marrocos, terem abandonado o campo durante a final em protesto contra uma decisão do VAR. No fim de janeiro, o órgão disciplinar da CAF, sem questionar o resultado final daquela partida, impôs sanções disciplinares às federações de ambos os países.

GUERRA NO IRÃ Seleção feminina de futebol iraniana retorna ao seu país em meio a conflito

IGDIR (TURQUIA) | AFP A seleção feminina de futebol iraniana, da qual várias jogadoras solicitaram asilo na Austrália, retornou ao Irã após cruzar o posto de Gürbulak, na fronteira com a Turquia, confirmou um correspondente da AFP. O grupo inclui quatro jogadoras e um integrante da comissão técnica, que desistiram de seus pedidos de asilo na Austrália e decidiram voltar ao Irã. Sete integrantes da delegação feminina iraniana haviam inicialmente buscado asilo na Austrália após serem considerados “traidores” em seu país por se recusarem a cantar o hino nacional antes de uma partida, em meio à guerra entre o Irã e os EUA e Israel. Porém, apenas duas jogadoras permaneceram em solo australiano. Leia mais em Mundo

Campeão mundial de rali, Lucas Moraes tem ‘obsessão’ por vitória no Dakar

Em 2023, ele foi o 3º colocado na tradicional disputa, melhor resultado do Brasil; antes, chegou a empreender no mercado financeiro

Lucas Bombana

SÃO PAULO Apaixonado por esportes a motor desde a infância por influência do pai, o piloto paulistano Lucas Moraes, 36, participou de sua primeira prova de motocross aos quatro anos de idade. Uma lesão no quadril, no entanto, o forçou a abandonar as disputas em cima de duas rodas ainda no início de sua trajetória profissional.

Frustrado por não poder mais competir e buscando novos ares, o herdeiro do grupo Votorantim partiu então, aos 20 e poucos anos, para um período de estudos voltados à tecnologia no Vale do Silício, na Califórnia.

A fase vivida nos Estados Unidos alimentou a veia empreendedora de Moraes, com a fundação, em meados de 2016, da fintech Olivia, junto com o sócio Cristiano Oliveira.

O aplicativo, que tinha como proposta ajudar os brasileiros a lidar melhor com as finanças pessoais se valendo do uso da inteligência artificial, foi vendido para o Nubank.

Com a venda do negócio e de volta ao Brasil, ele passou a participar, a princípio apenas de maneira recreativa, de provas de rali

li —seu pai, Marcos Moraes, foi o responsável por quase 30 anos pela organização do tradicional Rali dos Sertões.

Em 2019, quando ainda nem pensava em levar a carreira como piloto off-road como uma profissão, acabou sagrando-se o campeão do Sertões, ao lado do navegador Kaique Bentivoglio.

A vitória se repetiria em 2022, e novamente em 2024. Um ano antes do tricampeonato, Moraes já havia feito história para o automobilismo brasileiro ao conquistar a terceira colocação no Rali Dakar, principal prova da categoria —ele se tornou o primeiro piloto do país a chegar ao pódio.

Em uma ascensão meteórica, em outubro de 2025, Moraes conquistou o título mundial de rali na categoria W2RC pela Toyota, desbancando o grande favorito Nasser Al-Attiyah, do Qatar.

“O que passou na cabeça ali na hora foi um orgulho muito grande de poder estar representando o Brasil”, afirmou Moraes em entrevista à Folha em um dos escritórios do Votorantim, no Itaim Bibi, em São Paulo.

Considerada a F1 das disputas off-road, com os carros chegando a até 170 km/h em pistas irregulares e esburacadas de terra,



Lucas Moraes antes do início do Rali Dakar, disputado na Arábia Saudita. Maxim Shemetov - 2.jan.25/Reuters

“

Depois que fiz o pódio, o Dakar virou uma obsessão. O pódio é legal, o terceiro lugar foi espetacular, o melhor resultado do Brasil, fui o mais novo a subir ao pódio. Mas é terceiro ainda, então tenho que tentar chegar ao topo

O Dakar leva todos os envolvidos a um limite extremo. Você realmente precisa se superar durante a prova, que é o que eu acho que faz o Dakar ser um sonho para muita gente

Lucas Moraes
piloto brasileiro, o primeiro do país a subir ao pódio do Rali Dakar

Moraes defenderá seu título neste ano correndo pela fabricante Dacia, tendo como companheiro de equipe Al-Attiyah.

Ele ressalta, contudo, que o grande objetivo traçado para os próximos anos é alcançar o primeiro lugar no Dakar.

“Depois que fiz o pódio, o Dakar virou uma obsessão. O pódio é legal, o terceiro lugar foi espetacular, na minha primeira participação, o melhor resultado do Brasil, fui o mais novo a subir ao pódio. Mas é terceiro ainda, então tenho que tentar chegar ao topo”, afirmou Moraes.

Na edição de 2026, o piloto brasileiro terminou a disputa do Dakar em Yanbu, na Arábia Saudita, em sétimo lugar. A vitória foi de Al-Attiyah.

“O Dakar leva todos os envolvidos a um limite extremo”, afirmou Moraes sobre a prova de 14 dias de duração e quase 8.000 quilômetros de percurso.

“Você realmente precisa se superar de tempos em tempos durante a prova, que é o que eu acho que faz o Dakar ser esse grande evento e um sonho para muita gente. Essa questão de enxergar o seu limite e tentar empurrar um pouquinho mais para cima é muito interessante”, disse o piloto.

Embora mergulhado hoje no universo dos ralis, Moraes ainda mantém também uma atuação no mercado financeiro —ele fez recentemente aportes na Outfield, plataforma de investimentos que foca esportes, e na zMatch, de assinatura de carros elétricos.

“Meu ciclo como empreendedor se fechou na Olivia, quando fizemos a transação com o Nubank”, afirmou. “Diria que estou mais do outro lado da mesa, no sentido de ser mais investidor do que empreendedor. Para mim, empreender é o esporte mais difícil do mundo”, acrescentou o piloto brasileiro.

Ele disse ainda acreditar que seu histórico como empreendedor contribui para o sucesso que vem tendo nas provas de rali.

“Você ser um atleta de alto rendimento é um retrato muito fiel do que é empreender. É preciso ter pensamento crítico, pensar em estratégia, em execução, uma coisa complementa a outra. O esporte retrata muito do empreendedorismo e vice-versa.”

Valendo-se de ferramentas de IA para monitorar o desempenho nas provas, Moraes afirmou também que vê a nova tecnologia como uma aliada que pode levar o ser humano a um novo patamar.



Jean Carniel/Reuters

Com gol de Arias, Palmeiras faz 2 a 1 no Botafogo no Allianz

O Palmeiras venceu o Botafogo por 2 a 1 nesta quarta-feira (18) no início da sexta rodada do Campeonato Brasileiro. Em duelo eletrizante disputado no Allianz Parque, em São Paulo, a equipe alviverde contou com gols de Allan, aos 9 do primeiro tempo, e de Jhon Arias (no centro na foto), aos 6 da etapa final, para bater os cariocas —Danilo, ex-volante palmeirense e hoje jogador do Botafogo, diminuiu o placar aos 13. O gol de Arias foi o primeiro com a camisa alviverde —ele é um dos reforços do time para a temporada contratado junto ao Wolverhampton, da Inglaterra, por R\$ 155 milhões. Com o resultado, o Palmeiras vai embalado para a disputa do Choque-Rei, o clássico contra o São Paulo no sábado (21), no Morumbis. Rivais do alviverde na tabela, os tricolores jogariam contra o Atlético-MG fora de casa na rodada, em duelo que terminaria após a conclusão desta edição.

ESPORTE AO VIVO Copa Libertadores sub-20 (semifinais, jogos únicos)
16h Flamengo x Olimpia (PAR), SporTV 3 e FlamengoTV | **20h30** Palmeiras x Santiago Wanderers (CHI), SporTV 3, NSports, Pluto TV e TV Palmeiras

esporte

Neymar é ultrapassado por novatos na seleção

Mal física e tecnicamente, atacante ficou de fora de mais uma lista de Ancelotti

Marcelo Bechler

Jornalista e comentarista da TNT Sports. Viu Messi jogar mais de 100 vezes e há dez anos cobre o dia a dia da Liga dos Campeões

No domingo passado (15), Neymar enfrentou o Corinthians e jogou muito mal. Na segunda-feira, Carlo Ancelotti escolheu os 26 jogadores de sua penúltima lista, e o atacante continuou ausente dela. Mesmo sem Rodrygo ou Estêvão, e com Richarlison perdendo espaço, Neymar ficou fora. Desta vez foi ultrapassado por Endrick, Rayan e Igor Thiago. Os três em suas primeiras convocações com o técnico italiano. Os dois últimos, novatos na seleção.

O treinador justificou-se com o argumento do aspecto físico, embora tenha dito que “com a bola, Neymar está muito bem”. A sensação que eu tenho é que Ancelotti quis se poupar de dar mais explicações e gerar ainda mais ruído entrando no mérito técnico do camisa 10 santista.

Porque Neymar não está bem. Ou não esteve um dia antes. Como só jogou três partidas e meia em 2026, fica difícil avaliar o todo. É preciso fragmentar. Aquele do Velo Clube não conta, por ser um time rebaixado no Paulista. Contra o Novorizontino, Neymar não jogou bem, mas contra o Vasco sim. Contra o Mirassol não conseguiu estar em campo, e contra o Corinthians fez seu pior jogo em muito tempo.

No clássico, tocou na bola 45 vezes, menor número de intervenções desde sua volta ao Brasil, considerando jogos em que atuou mais de 45 minutos. Só ganhou 3 dos 11 duelos que disputou, não driblou e acertou apenas 70% dos passes. O desempenho de um jogador que quase não participa do jogo e que, quando o faz, faz mal, deve ser preocupante.

Ainda mais se for visto dentro do combo de não ter atuado em Mirassol, após 12 dias sem jogar. Na semana antes da convocação da seleção, Neymar deu motivos físicos e técnicos para que se desconfie de sua capacidade atual. Em dois jogos, não esteve em um e foi muito mal no outro.

Escrevi aqui neste espaço na Folha, semanas atrás, que eu era favorável à sua convocação. Porque pensava que Ancelotti precisava vê-lo nos treinos e nos jogos contra França e a Croácia para ter noção de qual Neymar ele teria à disposição para a Copa. Minha ideia era que o treinador usasse esta data Fifa para chegar a conclusões do tipo: como encaixar Vini Jr, Raphinha e Neymar? Com ele no time, o Brasil precisa de um 9 fixo ou móvel? Como o time vai se defender: marcando na frente, esperando atrás? Neymar é capaz de pressionar um zagueiro?

Acredito que a observação era necessária para que essas perguntas fossem respondidas. Quando o time se apresentar já para a disputa do Mundial, Ancelotti vai ter pouco mais de duas semanas para treinar o time e, caso convoque Neymar, partirá do zero em todas as análises.

A questão é que esta última semana foi tão ruim do ponto de vista físico ou técnico que os testes de março são desnecessários. Neymar não está apto para oferecer a Ancelotti as ferramentas de que o treinador precisa para avaliar o time com ele incluído.

Se o aspecto técnico não se discute, porque o camisa 10 já mostrou seu valor, a parte física não se resume a conseguir estar em campo por 90 minutos. A intensidade desses 90 minutos e a capacidade de competir em alto nível durante o jogo, sim, servem de ferramentas para avaliá-lo. Ainda acredito que Neymar possa estar na lista final. Mas toda margem de erro já foi perdida. Será uma aposta às cegas de Ancelotti. Seja do ponto de vista físico, seja do técnico.

COI é pressionado por órgãos a abandonar planos de testes de gênero para atletas femininas

Grupos de direitos humanos afirmam que medidas seriam retrocesso

REUTERS Mais de 80 grupos de direitos humanos e de defesa do esporte pediram ao COI (Comitê Olímpico Internacional) que abandone planos de introduzir testes genéticos universais de sexo para atletas femininas e impor uma proibição geral a competidores transgênero e intersexuais.

Uma declaração conjunta divulgada na terça-feira (17) pela Sport & Rights Alliance (SRA), ILGA World, Humans of Sport e dezenas de outros grupos alertou que as medidas que supostamente serão recomendadas pelo Grupo de Trabalho de Proteção da Categoria Feminina do COI representariam um retrocesso na igualdade de gênero no esporte.

“Diversas fontes afirmaram que o grupo aconselhou o COI a exigir que todas as atletas mulheres e meninas se submetam à verificação genética de sexo e a proibir atletas transgênero e intersexuais de competir em eventos femininos. O COI não confirmou publicamente as recomendações”, afirma a declaração.

O COI disse em nota à Reuters nesta quarta-feira (18) que nenhuma decisão foi tomada.

“O grupo de trabalho de proteção da categoria feminina continua suas discussões sobre o assunto e nenhuma decisão foi tomada ainda”, disse o porta-voz do COI. “Mais informações serão fornecidas oportunamente.”

O COI descontinuou os testes universais de sexo após os Jogos Olímpicos de Atlanta-1996.

Há muito tempo que o COI se recusa a aplicar qualquer regra universal sobre a participação de pessoas transgênero nos Jogos Olímpicos e, em 2021, instruiu as federações internacionais a criarem suas próprias diretrizes.

Diversas federações importantes, incluindo as de atletismo, natação e rugby, já proibiram atletas que passaram pela puberdade masculina de competir na categoria feminina.

A diretora executiva da SRA, Andrea Florence, disse que os testes de sexo e uma política de proibição generalizada seriam uma “erosão catastrófica dos direitos e da segurança das mulheres”.

“A fiscalização e a exclusão com base no gênero prejudicam todas as mulheres e meninas e minam a própria dignidade e justiça que o COI alega defender”, acrescentou.

Jon Pike, acadêmico inglês na área de filosofia do esporte, disse que a carta das entidades era “ridícula, desesperada e absurda”.

“O grupo de trabalho não propõe uma proibição, mas sim a exclusão de homens da categoria feminina”, escreveu Pike na plataforma de rede social X. “Esta carta era previsível e, de certa forma, encorajadora. Nada está

definido, mas estou otimista devido ao pessimismo deste grupo.”

Organismos internacionais, incluindo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a ONU Mulheres e a Associação Médica Mundial, classificaram os testes de sexo e intervenções relacionadas como discriminatórios e prejudiciais.

Isso “viola a privacidade de mulheres e meninas” e expõe atletas infantis a riscos de segurança, afirmou Payoshni Mitra, diretora executiva da Humans of Sport.

Defensores também argumentaram que proibir atletas transgênero e intersexuais ignora as barreiras que essas pessoas enfrentam, incluindo assédio, acesso restrito ao esporte e outras desvantagens estruturais.

“O esporte deve ser um lugar de pertencimento”, disse Julia Ehrst, diretora executiva da ILGA World.

Os grupos afirmaram que as propostas divulgadas contradi-

zem o próprio Quadro de Referência do COI sobre Justiça, Inclusão e Não Discriminação, o documento orientador que atribui às federações a responsabilidade de definir suas próprias regras.

“Espero que as propostas contradigam o documento do Quadro de Referência de 2021, porque essa é uma das declarações de política mais confusas — para dizer o mínimo — que já li”, acrescentou Pike.

“Ele afirmava, como vocês devem se lembrar, que não havia ‘nenhuma vantagem presumida’ dos homens sobre as mulheres (no esporte).”

A World Athletics está entre as organizações esportivas que já adotaram testes de gênero, introduzindo um teste genético único para o gene SRY, obtido por meio de um cotonete bucal, para todas as atletas antes do Campeonato Mundial do ano passado, disputado em Tóquio, no Japão.



Sport Club Corinthians Paulista
CNPJ nº 61.902.722/0001-26

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
DO SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA**

Considerando que esse Conselho Deliberativo foi convocado e reuniu-se no último dia 9 de março de 2026 para deliberar sobre a seguinte pauta:

- a) Leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores;
- b) Encerramento da discussão, votação e aprovação do texto do novo Estatuto Social do Sport Club Corinthians Paulista;
- c) Proclamação do resultado;
- d) Aprovação e nomeação de Comissão de Redação e Sistematização do novo Estatuto Social para consolidação do texto e destaques aprovados e, consequente aprovação da redação final;
- e) Várias.

Considerando que, após abertura da reunião com a leitura do edital, foi aprovada a ata da reunião anterior após ter sido dispensada a sua leitura (item “a” da convocação).

Considerando que se iniciou a análise do item “b” do edital a respeito da discussão e votação das propostas de alteração do Estatuto e que, antes que fosse aberta a palavra aos conselheiros, o Presidente do Conselho Deliberativo Romeu Tuma Junior passou a fazer a leitura de extensa comunicação previamente preparada relatando uma série de fatos relacionados à reforma, quando, antes de iniciar qualquer discussão ou deliberação, concedeu a palavra, a pedido, ao Presidente da Diretoria o Sr. Osmar Stabile.

Considerando que o Presidente da Diretoria formalizou ao plenário do Conselho denúncia de comportamento irregular e grave do Presidente do Conselho Deliberativo consistente em ameaças e assédios, bem como atitudes que interferem no bom andamento dos trabalhos da Diretoria Executiva, com a confirmação de provas testemunhais e documentais.

Considerando que, após a denúncia, a reunião foi suspensa por 10 minutos para que os ânimos dos envolvidos acalmassem.

Considerando que, sequer passados os 10 minutos, o Presidente do Conselho resolveu por encerrar a votação sob a justificativa, inverídica, que os conselheiros não quiseram votar, determinando que a votação da reforma estatutária ocorreria tão somente na Assembleia Geral.

Considerando a existência de representação disciplinar em face do conselheiro Romeu Tuma Junior protocolada na Comissão de Ética no dia 11 de março de 2026, com pedido urgente de suspensão liminar do cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, carreada com Boletim de Ocorrência e provas da ocorrência das infrações.

Considerando a gravidade dos fatos narrados na representação disciplinar e denunciados na última reunião do Conselho Deliberativo que precisam ser deliberados com urgência pelos conselheiros.

Considerando que a Comissão de Ética tem a função de conhecer, instruir e relatar os processos disciplinares e o Conselho Deliberativo é o órgão competente para julgar os membros do próprio conselho e aplicar-lhes sanções.

Considerando que o representado no processo disciplinar é o próprio Presidente do Conselho Deliberativo e, por conta disso, encontra-se **objetivamente impedido** de interferir, direta ou indiretamente, em qualquer ato de convocação, pauta, condução ou organização relacionado a este caso, dessa forma conforme determina o art. 86 a reunião deverá ser presidida pelo Vice Presidente.

Considerando a necessidade de preservar a lisura do procedimento disciplinar, de garantir a liberdade de manifestação das testemunhas, a serenidade da instrução, a confiança dos conselheiros e das testemunhas, a imagem institucional do clube e de regularizar o procedimento de reforma estatutária.

Considerando as possíveis infrações ao estatuto art. 27 letra D e art. 28 letra D e regimento interno no que tange aos artigos 3, 6 inciso XIII, art. 18 e art. 30. Serve o presente Edital, nos termos do artigo 112, item 6 do Estatuto Social, para CONVOCAR os Conselheiros(as) para a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, a realizar-se no próximo dia 23 de março de 2026, às 18:00 horas em primeira convocação e às 19:00 horas em segunda e última chamada, no Teatro da Sede Social, sito à Rua São Jorge, 777, obedecendo a seguinte

Ordem do Dia:

- I - Deliberar e votar sobre o afastamento provisório do cargo de Presidente do Conselho Deliberativo do conselheiro Sr. Romeu Tuma Junior;
- II - Várias.

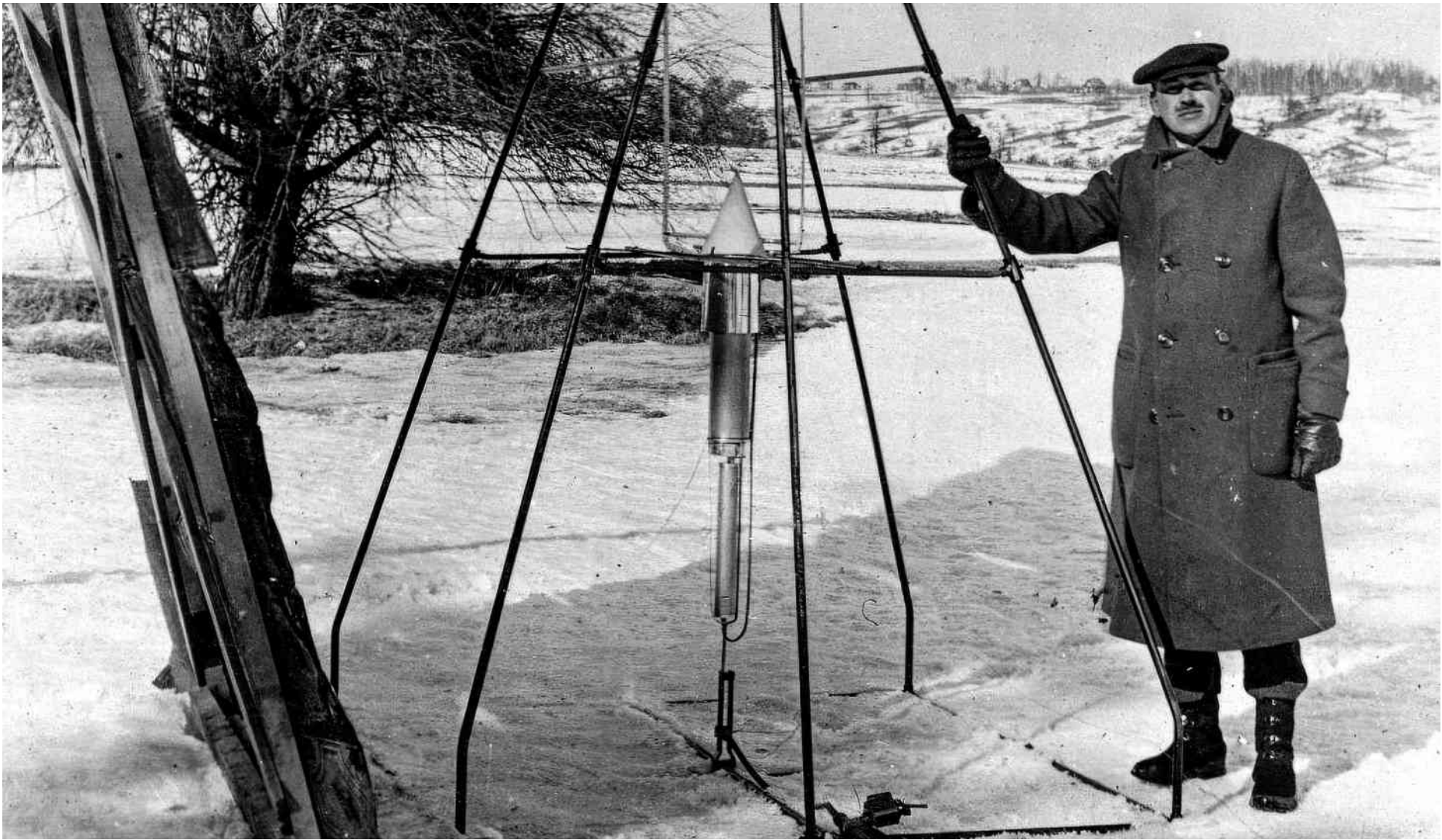
Publique-se o presente edital, na forma do Estatuto e intím-se os Conselheiros(as) com a devida urgência.

São Paulo, 18 de março de 2026

Sport Club Corinthians Paulista

Osmar Stabile

Presidente da Diretoria Executiva



Há cem anos, foguete pioneiro para a era espacial subiu 12,5 metros e caiu em horta de repolhos

Robert Goddard ao lado da plataforma de lançamento do seu pequeno foguete na cidade de Auburn, Massachusetts, em 16 de março de 1926; ele fez experimentos com versão de combustível líquido na fazenda de sua tia —ridicularizado, americano foi alvo de críticas e ganhou o apelido de homem da Lua Clark University Archives and Special Collections via New York Times

AMOR CRÔNICO

Carol Tilkian

Psicanalista, pesquisadora de relacionamentos e escritora

Fazer sexo só por amor também é liberdade sexual

Ideia não é impor transa casual e sim garantir que todas possam viver suas escolhas; mulheres, investiguem o próprio desejo com carinho, sem submetê-lo a estereótipos

Existe conversa possível sobre consentimento quando a concordância supostamente voluntária da mulher é conquistada a partir de um discurso que transforma a liberdade sexual em imperativo —o imperativo do sexo casual, frequente, descompromissado e sem necessidade de afeto?

O que acontece quando homens têm certeza de que estão encarnando a versão mais moderna e desconstruída da masculinidade, sem sequer perceber que utilizam esse discurso “livre” como ferramenta de coerção e aprisionamento do desejo alheio?

Nesta coluna respondo perguntas de leitores e a pergunta recente que recebi não só me deixou incomodada como revelou a urgência de discutirmos a cegueira moral em relação ao espaço e ao desejo do outro.

“Como convencer uma garota de 17 anos, que acha que sexo só deve ser feito com amor, de que mulheres e homens têm todo o direito de desfrutar da sexualidade sem uma relação séria? Depois de todos os avanços do feminismo, chegamos em 2026 para ver mulheres pensando assim?”, pergunta-me um homem de 19 anos que tem certeza de que está certo e de que a única questão é encontrar os melhores argumentos pa-

ra “salvar” a adolescente de uma postura moralista conservadora e limitadora da liberdade sexual.

Mas quem aqui está limitando a liberdade de quem? Ela, que não quer transar sem amor, ou ele, que tenta limitar o livre-arbítrio dela e seu direito de viver a própria sexualidade da forma que a faz sentir-se bem, utilizando um jogo baixo que coloca em dúvida seu grau de modernidade, desconstrução e feminismo para cooptá-la a uma lógica machista que captura o discurso da liberdade para continuar subordinando o desejo feminino?

Penso aqui no imperativo do gozo de Lacan. Se antes o superego dizia “não pode”, “não faça”, hoje ele ordena: goze! Essa imposição se apresenta atravessada pela lógica do desempenho, tão característica de nosso tempo: já não basta desejar, é preciso desejar muito, sempre, intensamente, mas com desapego, por gentileza —afinal a proposta é sermos corpos disponíveis e transantes. Disponíveis para quem? Para a régua moral do outro? Para sustentar um discurso de liberdade que silencia o que pulsa no corpo? Faz sentido?

Quando o gozo deixa de ser uma experiência íntima e passa a funcionar como prova de desconstrução, ele deixa de ser escolha. Esse mecanismo de manipu-

lação ideológica faz com que muitas de nós mulheres priorizemos símbolos sociais que atestem o quanto somos livres e modernas, sem perceber que seguimos enredadas numa lógica que nos ensina a querer sermos escolhidas antes mesmo de investigarmos o que, de fato, queremos.

Infelizmente, acumulo relatos de analisandas e amigas que se angustiam ao viver uma espécie de ressaca emocional ao perceberem que o custo psíquico de performar a mulher livre foi mais alto do que imaginavam. Confusas e culpadas, muitas se responsabilizam pela própria permissividade sem conseguir nomear a manipulação do afeto romantizada como “jogo da sedução”.

A questão do leitor me preocupa, pois não é isolada. Acabamos de presenciar, no Rio, a brutalidade de um estupro coletivo. Uma jovem que foi atraída para uma emboscada planejada que se utilizou deste suposto discurso da liberdade para propor “algo diferente”. Ela recusou. Ainda assim foi estuprada por cinco homens. Homens que usam o convite a algo novo como atualização de velhas formas de violência.

São estes também os homens que estão na estatística da pesquisa do King’s College que aponta que 1 a cada 3 homens de 14 a



Acesse o QR Code para se inscrever na newsletter

A questão do leitor me preocupa, pois não é isolada. Acabamos de presenciar, no Rio, a brutalidade de um estupro coletivo. Uma jovem que foi atraída para uma emboscada planejada que se utilizou deste suposto discurso da liberdade para propor ‘algo diferente’. Ela recusou. Ainda assim foi estuprada por cinco homens, que usam o convite a algo novo como atualização de velhas formas de violência

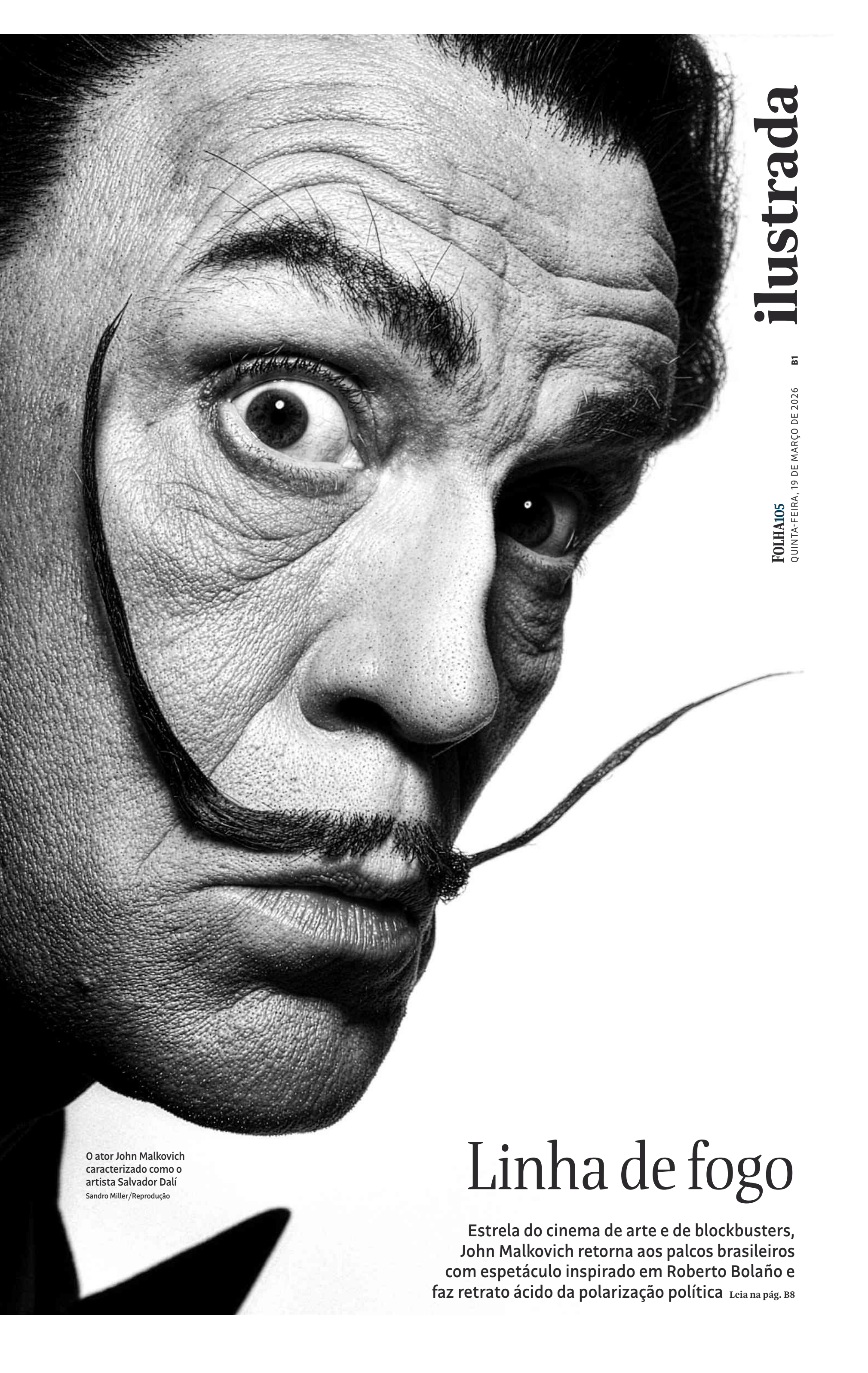
31 anos acredita que a mulher deve sempre obedecer ao marido. A pergunta do leitor revela como essa exigência não vem só de forma explícita, mas de um pensamento que não admite o outro como outro, com limites, desejos e formas próprias de viver a liberdade.

A repercussão do casamento da deputada Tabata Amaral revela o mesmo raciocínio: ao escolher uma cerimônia tradicional, foi questionada: “como uma mulher que defende o feminismo e a liberdade feminina escolhe símbolos tão normativos?”. Como se a liberdade só pudesse existir dentro de um único roteiro.

Defender a liberdade sexual não é impor o sexo casual e sim garantir que cada uma possa viver os enlaços que nos fazem sentir bem. Podemos escolher casar virgens, ser monogâmicas, transar só com amor — tanto quanto transar casualmente—, desde que isso parta do nosso desejo, e não da necessidade de corresponder a uma expectativa de modernidade.

Mulheres, investiguem o próprio desejo com carinho e intimidade, sem submetê-lo a estereótipos do que seria moderno ou livre. Homens, aprendam a lidar com a frustração de um “não” sem transformá-lo em argumento. A castração, tão evitada em nosso tempo, não é o oposto da liberdade, é justamente o que torna possível que o desejo exista, sem precisar se submeter ao desejo do outro.

E se você também tem um dilema ou uma dúvida sobre suas relações afetivas, me escreva no email colunaamorcronico@amorespossiveis.love



ilustrada

FOLHA105

QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2026

B1

O ator John Malkovich
caracterizado como o
artista Salvador Dalí
Sandro Miller/Reprodução

Linha de fogo

Estrela do cinema de arte e de blockbusters, John Malkovich retorna aos palcos brasileiros com espetáculo inspirado em Roberto Bolaño e faz retrato ácido da polarização política

Leia na pág. B8

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DE FORA

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro não pretende envolver ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) em um eventual acordo de delação premiada no processo que apura a gestão fraudulenta do Banco Master.

ACORDO Ele manifestou a intenção a diversas pessoas antes mesmo de decidir partir de vez para um acordo de colaboração com a Justiça.

PROVA Em primeiro lugar, Vorcaro dizia ter a consciência de que, para arrastar um magistrado da mais alta Corte do país para o centro do furacão, precisaria ter provas irrefutáveis do cometimento de crimes —sob o risco de sua delação ser sumariamente rejeitada pela PGR (Procuradoria-Geral da República), por setores da PF (Polícia Federal) e pelo próprio STF.

PROVA 2 Depois de ouvir conselhos de interlocutores que conhecem os meandros do poder e do Judiciário, ele manifestava também a certeza de que envolver um magistrado na colaboração poderia despertar o espírito de corpo da maioria da Corte, dificultando a solução de seus problemas criminais.

PROVA 3 Ele só deve falar da relação com magistrados em depoimentos, portanto, caso seja pressionado pelas autoridades a discorrer sobre essa convivência.

APREÇO A interlocutores que recebia com frequência antes de ser preso pela segunda vez, no começo do mês, Vorcaro sempre manifestava apreço, por exemplo, pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. Ele dizia que o magistrado era um amigo. E defendia a contratação, pelo Banco Master, do escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro, por R\$ 129 milhões no período de três anos.

APREÇO 2 Vorcaro afirmava que ela de fato trabalhou para o banco, mobilizando dezenas de advogados para cuidar dos mais diversos temas —da elaboração de cartilhas de compliance para a instituição a processos previdenciários.

RARO Dias Toffoli, que é sócio da Maridt, empresa que vendeu a um fundo ligado ao Master a participação que tinha em um resort no Paraná, era poucas vezes citado por Vorcaro nas conversas.

DECEPÇÃO O ex-banqueiro ficou especialmente contrariado quando soube que o ministro Kassio Nunes Marques votou pela manutenção de sua prisão, na semana passada. Ele acreditava que líderes do Centrão de quem é próximo, e que têm amizade com o magistrado, pudessem convencê-lo a votar por sua liberdade.



NO CAMPO

A terceira temporada da série “Os Outros”, do Globoplay, tem estreia marcada para 9 de abril. Agora, Cíbele (Adriana Esteves) e seu filho, Marcinho (Antonio Haddad), vão se esconder em uma comunidade na serra. Lá, eles conhecerão novos personagens: o casal recém-chegado Roberto e Marta, vividos por Lázaro Ramos e Mariana Lima, os irmãos Geraldo (Pedro Wagner) e Patrícia (Carol Duarte), a mãe e o filho Domingas (Docy Moreira) e Diego (Adanilo), e Manoel (Bruno Garcia)

Julia Mataruna/Globo



CONFETE

A chef Helena Rizzo **1** recebeu convidados em edição especial do Segundas no Maní, na segunda (16), em São Paulo, para comemorar os 20 anos do restaurante. O jantar contou com a presença da apresentadora e sócia do Maní, Fernanda Lima **2**, a chef Bel Coelho **3** e a apresentadora e culinária Bela Gil **4**

Fotos Maní/Divulgação

PALANQUE A deputada estadual Fabiana Bolsonaro (PL) pintou o corpo de marrom no plenário da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), na tarde de quarta (18), em um protesto contra a escolha da deputada federal Erika Hilton (PSOL) para a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados.

PALANQUE 2 “Eu tive os privilégios de uma pessoa branca durante toda a minha vida. Agora, aos 32 anos, decido me maquiar, me travestir como uma pessoa negra. E agora, virei negra?”, questionou. Procurada, Erika não se manifestou.

BISTURI A Justiça Federal manteve o entendimento de que a OMB (Ordem Médica Brasileira) não pode oferecer nem divulgar títulos de especialista fora das regras previstas em lei. Desta vez, a decisão atende a pedido da AMB (Associação Médica Brasileira), que, por força de decreto federal, integra o sistema responsável pela certificação de especialistas no país.

BISTURI 2 Despacho da 8ª Vara Federal de Florianópolis determinou que a OMB suspenda qualquer publicidade, anúncio ou conteúdo que indique capacidade de conceder esse tipo de certificação. O juiz também ordenou a retirada de publicações já feitas e fixou multa diária de R\$ 1.000 em caso de descumprimento.

BISTURI 3 Apesar disso, o presidente da OMB, Lúcio Monte Alto, afirma que pretende manter os exames de titulação previstos para o fim do ano. “Chegamos para ficar. Não existe volta. Mantemos o que a lei permite e respeitamos o que a liminar determina. Até aqui, nosso saldo de vitórias é superior, mesmo com mais um revés”, diz.

FINANÇA A distribuidora de energia EDP é a nova mantenedora da APAC (Associação Pinacoteca Arte e Cultura), que é responsável pela gestão da Pinacoteca de São Paulo com seus três edifícios —Pina Luz, Pina Estação e Pina Contemporânea—, além do Memorial da Resistência de São Paulo. A empresa se junta à B3, a bolsa de valores do Brasil, que mantém a associação desde 2025.

PROJETOR A Cinemateca Brasileira, em São Paulo, recebe a Mostra 20 Anos RT Features entre os dias 20 e 29 de março. A programação celebra as duas décadas da produtora comandada por Rodrigo Teixeira com filmes nacionais e internacionais, além de cursos e debates.

EIS A QUESTÃO A atriz e diretora Mika Lins e a escritora Sofia Nestrovski retomam a parceria e lançam a segunda edição do curso “Hamlet em Voz Alta”. Serão três dias de imersão no texto clássico de William Shakespeare com atividades teóricas e práticas. As aulas são indicadas para quem quer conhecer mais sobre “Hamlet”.

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



NOVELAS DA GLOBO
Lucy Ramos e Carmo Dalla Vecchia revivem *Cesária e Augusto*, de ‘*Cordel Encantado*’, em ‘*A Nobreza do Amor*’ e contracenam com Jendal (Lázaro Ramos) Estevam Avellar

Juliano Floss entra na mira da Globo para pós-BBB 26

Juliano Floss entrou na mira da Globo para seguir na empresa depois do Big Brother Brasil 26. O influenciador virou um dos nomes mais requisitados para ações de merchandising após o fim do confinamento, que termina em abril. Duas empresas já procuraram a emissora interessadas em contratá-lo. Monitoramentos de inteligência de mercado mostram que Floss é um nome que agrada aos jovens e às mulheres acima dos 45 anos nas redes sociais. Este é um público de relevância estratégica para as marcas que investem em conteúdo digital.

QUERIDINHOS Com isso, a Globo estuda oferecer a Floss uma continuidade de parceria comercial, como fez, por exemplo, com a atriz Vitória Strada depois do fim do Big Brother Brasil 25. Mesmo sem ser representada pela Globo no mercado publicitário, Vitória fez trabalhos intermediados pela ViU, empresa de agenciamento digital da empresa, logo após o programa. A emissora também estuda aproveitar o dançarino e influenciador em projetos artísticos.

DEM AÍ A Globo fechou o planejamento de lançamento para a segunda temporada da série “Pablo & Luisão”, protagonizada por Paulo Vieira. A nova leva de episódios estreia em outubro. Ao todo, serão 12 episódios produzidos, quatro a menos em relação à primeira temporada. As gravações começam em maio, após Dirra Paes concluir sua participação em “Três Graças”.

BOLA NA REDE A Record está prestes a fechar seu planejamento de cobertura da Copa do Mundo, que acontece entre junho e julho. O principal reforço, se nada mudar, será a presença de Felipe Andreoli no time de enviados aos Estados Unidos. A emissora negocia com marcas para viabilizar comercialmente a presença de Andreoli no país, uma das sedes do torneio.

FALANDO NISSO... A Record confirmou para agências do mercado publicitário que não vai substituir Ticiane Pinheiro no Hoje em Dia. Com isso, a formação do programa seguirá a mesma que está desde janeiro, com Celso Zucatelli, Ana Hickmann e Renata Alves.

NA AGENDA O SBT decidiu escalar “Domenica Montero”, produzida em 2025 pela Televisa, para substituir “Presente de Amor” em seu horário nobre em abril. A trama é protagonizada por Angelique Boyer, atriz do México bastante conhecida no Brasil.

AULA PRECIOSA A Globo promove nesta quinta-feira (19) o último encontro do projeto Cria Globo Autores, promovido pela Escola de Carreiras da Academia Estúdios Globo. A masterclass que encerrará os trabalhos será liderada por Walcyr Carrasco.

Brasil perde direito de indicar candidato a prêmio tido como o Nobel para literatura infantil

Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil é destituída de entidade que seleciona vencedores e país fica sem representação internacional

Walter Porto

SÃO PAULO O Brasil não tem hoje uma seção que o represente no International Board on Books for Young People, a maior instituição internacional da literatura infantojuvenil, já que a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil foi destituída desse posto em 31 de dezembro do ano passado. Isso quer dizer que o Brasil não tem mais direito de nomear candidatos ao prêmio Hans Christian Andersen, tido como o Nobel da literatura infantojuvenil, no qual sempre foi muito competitivo e que já venceu três vezes. Os brasileiros vitoriosos pelo conjunto da obra foram as escritoras Lygia Bojunga, em 1982, e Ana Maria Machado, em 2000, e o ilustrador Roger Mello, em 2014. Há apenas dois anos, o país teve dois finalistas, Marina Colasanti e Nelson Cruz, ganhadores de diversos Jabutis. A edição mais recente do Hans Christian Andersen foi a primeira em que o Brasil não teve nenhum indicado em mais de quatro décadas.

Agora, o país não pode nem competir, porque a FNLIJ não cumpriu com suas obrigações com a entidade que concede o prêmio. O esclarecimento foi feito por Carolina Ballester, diretora-executiva do International Board on Books for Young People, o IBBY, em mensagem à reportagem. O desligamento acontece em meio a uma crise na FNLIJ, que culminou há alguns dias na retirada em massa de todos os votantes do prêmio anual da entidade, apontando “sinais de abandono institucional” e insuficiência de recursos humanos e financeiros para realizar a premiação. A fundação é uma entidade independente sem fins lucrativos, com mantenedores privados. Seu presidente nos últimos cinco anos, Julio Cesar Silva, afirma já ter encontrado a fundação amarrada por dificuldades de financiamento e impedimentos jurídicos quando assumiu. Ballester, francesa que dirige o IBBY desde 2022, afirma ter notificado a FNLIJ do desligamento por email e carta no começo

do ano, sem ter obtido resposta. Os votantes que bateram em retirada do prêmio da FNLIJ afirmaram, em carta, que havia um risco de esse corte acontecer por falta de pagamento das taxas obrigatórias da filiação ao IBBY. A falta de representação também impede o Brasil de participar de programas promovidos pela instituição estrangeira. Na prática, é um apagão da representação internacional da literatura infantojuvenil brasileira. “Claro que estamos tristes que uma parceria tão longa tenha terminado nessas circunstâncias”, diz Ballester sobre o fim de uma filiação, que durou quase 60 anos. “Mas estamos convencidos de que novos parceiros podem aparecer para levar adiante, com convicção renovada, a missão da nossa organização no Brasil e para promover a bela literatura infantil do seu país ao mundo.” A diretora deixa claro que outras instituições podem tomar o lugar da FNLIJ como seu braço brasileiro e que o procedimento está descrito no site da entidade.

MINISTÉRIO DA CULTURA, BRADESCO SEGUROS E SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO APRESENTAM:

Larissa Noel no musical

PRAZER, ZEZÉ!

20 DE MARÇO
A 21 DE ABRIL

QUINTA, 15H E 20H / SEXTA E SÁBADO, 20H
DOMINGO E FERIADO, 18H

SESC 14 BIS - TEATRO RAUL CORTEZ

UM MUSICAL EM HOMENAGEM À ZEZÉ MOTTA

APRESENTADO POR:

Lei Rouanet

bradesco seguros

PRODUÇÃO:

REALIZAÇÃO:

Gaveafilmes

Sesc

80 ANOS

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

‘A Graça’, de Paolo Sorrentino, reflete sobre a política exercida como vocação de fundo religioso

Filme deixa de lado temas recorrentes no cinema do italiano e aposta em história de presidente que pensa em perdoar a prática da eutanásia

Bruno Ghatti

VENEZA (ITÁLIA) Paolo Sorrentino sempre foi conhecido por um cinema de características muito facilmente reconhecíveis. Filmes como “A Grande Beleza”, de 2013, o tornaram famoso por uma estética afeita a rebuscamentos visuais e personagens excêntricos. Mas seu novo longa, “A Graça”, mostra que o italiano talvez esteja disposto a seguir novos caminhos, mais tradicionais.

Mais comedido que de hábito, Sorrentino mostra no longa as hesitações de um presidente fictício da Itália já na reta final do mandato, mas que tem ainda algumas decisões importantes a tomar. Ele gasta a maior parte do seu tempo, no entanto, tentando avaliar seu governo e seu potencial legado, fazendo um balanço concomitante sobre sua trajetória de um modo geral, enquanto ser humano.

“Tenho feito filmes cada vez mais pessoais, nos quais me envolvo mais emocionalmente. Estou mais ligado à narrativa das histórias”, disse Sorrentino, quando exibiu o longa no Festival de Veneza, na Itália, no ano passado.

“Não sei o que explica isso. Talvez seja um pouco pela idade. Comecei a fazer filmes porque gostava de cinema, então os primeiros trabalhos que fiz refletiam um pouco da filmografia que eu tanto amava. Mas aí, conforme envelheço, assisto a menos filmes, creio que amo menos o cinema e fico mais ligado a algumas questões às quais, quando mais jovens, não damos tanta importância.”

Em sua sétima colaboração com seu ator-fetiche, Toni Servillo, possibilitou ao amigo o prêmio de melhor atuação masculina em Veneza. Ele interpreta Mariano De Santis, o presidente prestes a se aposentar, conhecido pela sua firmeza de opiniões. No fim

de seu mandato, surgem dois casos de praticantes de eutanásia que pedem perdão presidencial, a tal “graça” do título. Apesar de católico e de não ser a princípio a favor de uma pessoa poder antecipar a morte de outra, De Santis se sente impelido a analisar com cautela as duas situações.

O filme não chega a ser uma ode à eutanásia, mas mostra que nenhum ser humano precisa seguir os mesmos princípios morais do início ao fim da vida; é sempre legítimo se abrir a novas ideias e formas de pensar.

“De Santis faz um gesto muito bonito, na minha opinião. Ele leva em consideração o que as novas gerações dizem sobre a fragilidade humana, que também é a minha posição em relação especificamente à eutanásia”, diz o cineasta. “Para mim, a grande diferença entre a minha geração e a dos meus filhos é como lidamos com a fragilidade. Fomos educados para considerar a fragilidade como algo que deve ser vencido, com força. Mas é possível lidar com isso de forma menos rígida.”

As hesitações do presidente o tornam um personagem com mais maleabilidade do que grande parte dos políticos que estão no poder mundo afora. Nesse aspecto, De Santis se mostra um líder diferenciado, que Sorrentino fez questão de criar como contraponto ao que vemos nos gabinetes presidenciais de hoje em dia.

“A representação desse presidente precisava corresponder à ideia de política que, na minha opinião, deveria prevalecer nas esferas mais poderosas do mundo, mas que infelizmente não é o caso. Ou, pelo menos, é algo que está se tornando cada vez mais raro. Essa é uma figura que acredita que a política é quase uma vocação religiosa. Algo a ser sempre respeitado, as decisões

devem ser ponderadas, tomadas com base na dúvida, não na certeza”, afirma Sorrentino.

Ele diz ainda que o excesso de convicções dos políticos de hoje é, de certo modo, um espelho do comportamento parecido da população nas redes sociais. “É como diz o Alcorão, só quem não estudou nada é que tem certezas.”

De Santis é um personagem até certo ponto idealizado, mas que Sorrentino buscou conceber a partir de características de diversos líderes da Itália moderna, como se fosse um amálgama. “Fui inspirado por um raio de luz que atravessou todos os presidentes da república italiana nos últimos 30 anos. Todos foram muito responsáveis e atuantes. E em geral muito cautelosos, movidos pela dúvida”, afirma o cineasta.

Mas De Santis não é uma figura 100% exemplar ou perfeita. Demonstra, por exemplo, um ciúme doentio ainda hoje não superado da mulher, há décadas morta, que teria cometido adultério no passado. E tem problemas para se relacionar com a filha.

É um personagem cheio de nuances tragicômicas, que Sorrentino diz terem brotado naturalmente —o que viria de sua afinidade com a “commedia all’italiana”, o tipo de cinema vivaz e humorístico que fala das imperfeições humanas com mordacidade e ternura, eternizado na obra de cineastas como Vittorio De Sica, Mario Monicelli e Dino Risi.

“Por ser italiano, cresci com uma geração de cineastas que foram influenciados por esse cinema, que sempre foi prodigioso em dosar o drama, a ironia, a melancolia e a estupidez de uma forma muito sábia. Eles combinavam esses elementos nos personagens. Talvez tenha sido com eles que aprendi a dosar esses tons.”

Leia mais na pág. B5





O ator Toni Servillo em cena de 'A Graça', de Paolo Sorrentino
Divulgação

Cineasta italiano freia seus impulsos em ‘A Graça’ para fazer um filme até razoável

Paolo Sorrentino parece ter dosado seus exageros para não desagradar plateia disposta a negar seu trabalho de antemão

CINEMA
A Graça
★★★★★
Itália, 2025. Dir.: Paolo Sorrentino. Com: Toni Servillo, Anna Ferzetti, Orlando Cinque. 14 anos. Em cartaz nos cinemas

Sérgio Alpendre

A mera junção dos termos “política”, “Toni Servillo” e “Paolo Sorrentino”, como acontece em “A Graça”, pode causar uma corrente fria percorrendo nossa espinha, nos preparando para o pior dos cenários cinematográficos. É o diretor e o ator que cometeram “Loro”, 2018, em que Servillo interpreta Silvio Berlusconi. É um longa tão ruim que nos faz pensar em desistir de acompanhar o diretor. Sentimento que retorna porque seu filme anterior, “Parthenope”, de 2024, parece entender que cinema é comercial de bebida alcoólica. Sorrentino, aliás, parecia mesmo o diretor de um único filme que presta, “A Mão de Deus”, de 2021. Podemos até dar uma colher de chá e dizer um filme e meio, já que “Il Divo”, de 2008, obra que o revelou, tem lá seus acertos. Durante um tempo, “A Graça”, filme mais recente da dupla, parece caminhar em chão mais assentado. A câmera predominantemente fixa emoldura o palácio do governo e valoriza o espaço cênico e a arquitetura do local. Acompanhamos o presidente

fictício da Itália, Mariano De Santis, vivido por Servillo, um homem em fim de mandato, cheio de problemas inerentes ao posto e atormentado pela solidão e pela dor da perda de sua mulher, Aurora. Ele gosta de rap e música eletrônica, tem uma amiga crítica de arte que pretende botar fogo nos museus, se confessa com o papa, um preto. A sociedade que enfrenta é inclusiva, mas continua com vícios e armadilhas, como a polêmica em torno da eutanásia. Eis que, na visita do presidente de Portugal, personagem tratado como uma caricatura da terceira idade, uma caminhada se dá em câmera muito lenta, sob intensa chuva, com o encarregado da recepção tendo problemas com o guarda-chuva. Um desastre. Uma música eletrônica agressiva acompanha boa parte do constrangimento entre chefes de Estado, até que o silêncio se impõe e vamos para o telhado do palácio, onde o presidente Mariano De Santis, papel de Servillo, fuma um cigarro. Aquela cena não tem maior consequência na trama a não ser a exposição ao ridículo de um presidente. Eis a primeira “sorrentinice” do filme, insuficiente, ainda, para abalar suas estruturas. Sorrentino parece ter dosado essas viagens para não desagradar demais os espectadores predispostos a negar seu trabalho de antemão. Em alguns momentos, a ousa-

dia da direção é recompensada. Logo após um grupo de convidados entoar, junto do presidente, o “Valore Alpino”, hino em louvor à infantaria que defende as fronteiras nos Alpes, a câmera vai para cima, passando por trás de uma bandeira com as cores da Itália. Um dos grandes momentos do filme, talvez o maior, é o encontro entre o presidente e o professor de história Cristiano Arpa, personagem de Vasco Mirandola. Arpa é condenado pelo assassinato da mulher por eutanásia, ainda não permitida na Itália. Sua comunidade pede um indulto. O presidente ouve que ele tinha uma amante e começa a fantasiar que poderia ser ele o amante de sua mulher, cuja identidade ele nunca descobriu. A cena no presídio é um duelo de inteligências, único momento em que Sorrentino pode dizer que chegou perto de Marco Bellocchio, ainda que o diretor de “O Sequestro do Papa” certamente teria dominado a cena de um modo muito mais convincente, já que a diferença entre os dois cineastas é grande demais para ser medida. Mas é verdade também que Sorrentino, quando controla seus impulsos, consegue realizar um filme bem razoável. Há diretores que se jogam no maneirismo e normalmente se dão muito bem —Brian De Palma, Raoul Ruiz, Dario Argento. Com “A Graça”, talvez o diretor tenha conseguido realizar seu segundo bom filme.

Família e Deus aos domingos

Pesquisa sobre os valores do brasileiro parece ter orientado programa de Eliana

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

Encomendada pela Globo e realizada pela Quaest, uma megapesquisa de opinião produziu um impacto significativo na emissora, a ponto de estar influenciando diferentes programas, como o recém-lançado dominical Em Família com Eliana. Com quase 10 mil entrevistas presenciais domiciliares, Brasil no Espelho é a maior pesquisa sobre valores, atitudes e percepções da história do país, segundo Suzana Pamplona Miranda, diretora da Globo. O resultado do estudo espanta por seu caráter regressivo. Segundo o cientista político Felipe Nunes, “se compararmos os valores dos brasileiros em 1997 com os valores de 2023, o país parece ter voltado no tempo”. “Na terceira década do século 21, nosso povo pensa como na última do século 20”, escreve. Num esforço de síntese, Nunes observa: “Na média, somos um país majoritariamente conservador. Prevalecem os valores tradicionais da religião, a valorização da família acima de tudo, a preservação de um pensamento estereotipado sobre o papel dos homens na sociedade, com uma aceitação moderna e conflitiva do papel das mulheres dentro e fora de casa. Na média, somos um povo com pouca aceitação de minorias, onde o diferente é admitido, mas visto como incômodo”. O novo programa de Eliana, apresentadora que teve carreira bem-sucedida no SBT e na Record, parece ter sido gestado sob impacto dos resultados da pesquisa. A palavra família foi enunciada centenas de vezes na estreia, no último domingo. Também se ouviu sem parar a palavra fé. Pois, como escreve Nunes em “Brasil no Espelho” (editora Globo, 222 págs.), “os brasileiros acreditam que Deus está no comando de suas vidas, está por trás de tudo o que acontece e é onipresente”. Quando questionados, 96% dos brasileiros dizem acreditar nisso. E 86% das pessoas afirmam que a fé vale mais que a ciência.

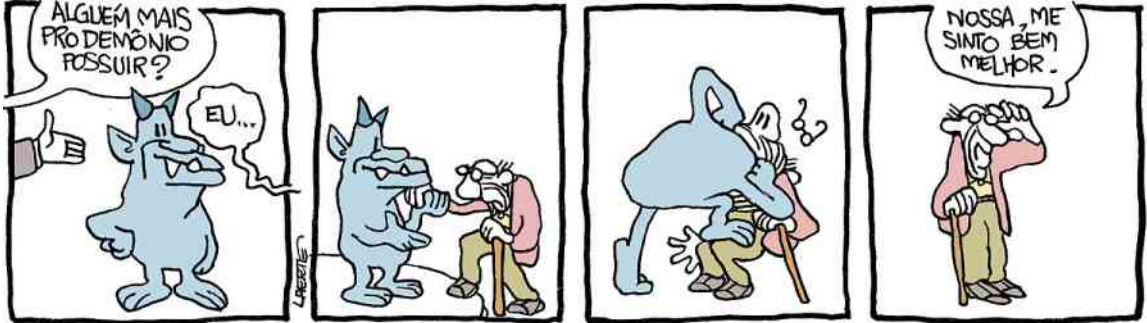
Nem tudo está perdido. Em ao menos dois aspectos do estudo, a Globo dá sinais de que não se rendeu de forma total ao conservadorismo atual dos brasileiros —em matéria de discriminação racial e de sexualidade

Em Família levou Eliana à fazenda onde vive a família do cantor Daniel para uma conversa chocha sobre, advinhe, a importância da família na carreira do cantor. E trouxe ao palco do programa as famílias do jornalista Pedro Bial e do cantor Belo. Além de três famílias que disputaram um concurso musical. A novela “Coração Acelerado”, uma comédia romântica com enredo inteiramente centrado no universo da música sertaneja e do estilo de vida country, às 19h, também parece ter pegado carona num aspecto da pesquisa. “O Brasil não é mais o país que consome muito samba, é o país do sertanejo”, constata Nunes. O sertanejo é o gênero preferido de 27% dos brasileiros, seguida da música religiosa, com 17%, do forró, com 10%, e do samba, com 8%. Nem tudo está perdido. Em dois aspectos do estudo, a Globo dá sinais de que não se rendeu totalmente ao conservadorismo dos brasileiros —em matéria de sexualidade e discriminação racial. Na pesquisa, 71% das pessoas disseram que a homossexualidade não é justificável. O casal formado por Lorena e Juquinha, na novela “Três Graças”, no ar às 21h, tem afrontado abertamente esse preconceito. Em relação ao racismo, os entrevistados reconhecem que a sociedade é racista, mas negam que eles mesmos sejam. Há anos a Globo vem implementando uma política de ampliação da representatividade racial, com a meta de ter 50% de funcionários negros em todo o quadro da empresa, incluindo elencos de novelas, até 2030. A novela das 18h, “A Nobreza do Amor”, lançada nesta semana, promete contar uma história fabulosa ambientada nos anos 1920, protagonizada por negros, na África e no Brasil. A julgar pelos primeiros dois capítulos, tem tudo para ser histórico.

ilustrada

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



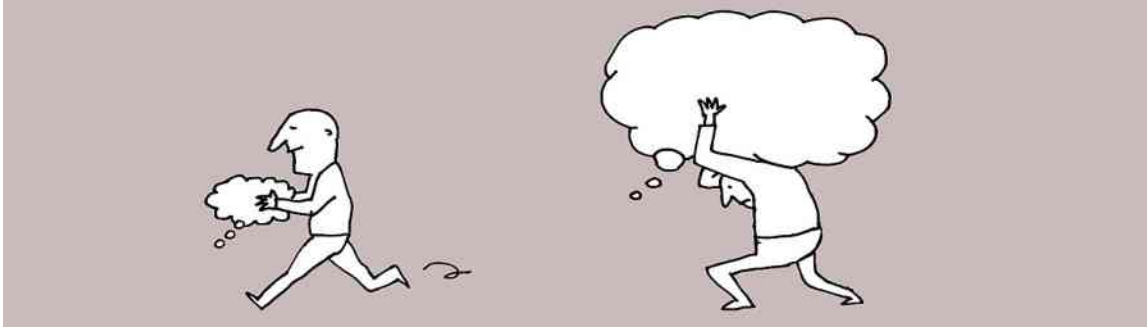
Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Espécies de Espaços Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



GODOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

S			E	O		U		
T					P			L
L			S				Ã	
O	S							
			U	Ã			N	O
							L	U
				E		O	N	S
		T			N			

As regras do Godoku são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome do astro cuja primeira foto foi registrada nesta data, 19 de março, em 1915.

SOLUÇÃO	d	e	y	n	s	t	l	o	u
	s	n	o	u	e	t	p	t	y
	u	t	t	y	p	o	s	n	e
	o	t	n	s	t	y	u	e	p
	e	s	e	p	o	t	u	t	n
	n	u	y	t	n	e	s	t	p
	n	y	e	t	u	s	o	p	t
	t	o	s	p	y	n	e	t	u
	t	p	u	t	o	e	n	y	s

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. A nação de Porto Príncipe, no Caribe / Associação Brasileira de Municípios 2. A voz do burro / Robert Pattinson, ator britânico de "Morra, Amor" 3. Time de beisebol de Nova York (EUA) / (Fr.) Queijo de massa mole e casca embolorada, homônimo da região francesa de onde surgiu 4. Diz-se de assento que, em caso de perigo, pode ser lançado fora do avião junto com o piloto 5. A ave maracanã 6. Administração / Cilindros usados como condutores de gás 7. Mulher que dá assistência não médica a parturientes 8. Cobrir com areia grossa de rio 9. Ave ameaçada de extinção, de grande porte / Pedra usada para amolar tesouras e facas 10. (Fig.) Procurado, perseguido 11. Computador de comando elétrico / Em uns 12. Local onde se fabricam pipas e tonéis 13. Falecimento / A entidade que representa os advogados.

VERTICAIS
1. (Run) Jogada do beisebol / O político de Barros (1901-1967) 2. Bem ventilado / Ligação de carinho em relação a alguém ou a algo 3. Diz-se de uma membrana como a aponeurose 4. (de ferro) Pessoa que se apresenta como responsável por atos de outrem, que não quer ou não pode aparecer / (Yves Saint) Estilista argelino (1936-2008) 5. As letras cercadas pelo H e pelo K / Obsoleto / (Fís.) Abrev.: oersted 6. Evidente, lógica / Tábua fina com que se fazem caixotes 7. O parceiro de Rick, músicos sertanejos / (Pão-) Mão de leitão, unhaca 8. Luz que um corpo irradia ou reflete / (Quím.) Solução aquosa utilizada para neutralizar ácidos 9. Ministério Público Estadual / (Fig.) Ator de muita fama / Antecede Dom, na folhinha.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

HORIZONTAIS: 1. Haiti, ABM, 2. Ornejo, RP, 3. Mets, Brie, 4. Ejetavel, 5. Ararinhã, 6. Adm, Canos, 7. Doula, 8. Macuco, 9. Saibrar, 10. Afuracado, 11. Relé, Nuns, 12. Tanoeira, 13. Morte, OAB. **VERTICAIS:** 1. Home, Ademair, 2. Arejado, Afeto, 3. Intermuscular, 4. Testa, Laurent, 5. Ij, Arcaico, Oe, 6. Obvia, Boana, 7. Renner, 8. Brilho, Amônia, 9. MPE, Astro, Sab. Duro.

Bruno Cavalcanti

SÃO PAULO Antes de se tornar a cantora que marcaria a história da música brasileira, Maria da Graça Costa Penna Burgos aparece ainda criança, na sua Salvador natal, observando a mãe cantar e descobrindo, aos poucos, como seu próprio timbre guiaria sua existência. Assim começa “Gal, O Musical”, em cartaz no teatro 033 Rooftop, em São Paulo.

A montagem percorre a trajetória da artista, nome central da tropicalia e uma das vozes mais emblemáticas da MPB. Com texto de Marília Toledo e Emilio Boechat, e direção dividida entre Toledo e Kleber Montanheiro, o espetáculo revisita episódios marcantes da vida da cantora, da infância à adoção do filho Gabriel, em 2008.

No caminho, surgem personagens fundamentais, como os amigos Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Tom Zé, o seu grande amor, Lúcia Veríssimo, o diretor Gerald Thomas e o empresário Guilherme Araújo.

O espetáculo chega três anos após o filme biográfico “Meu Nome É Gal”, que teve a bênção da cantora, morta em 2022, e projeto essencial para o espetáculo.

Isso porque o contrato assinado pela cantora com a produtora Paris Cultural para fazer o longa previa ainda a montagem do musical e protegeu a obra dos problemas com a administração do espólio da cantora, dividida entre o filho e a viúva Wilma Petrillo.

A dupla brigou na Justiça pela herança e pelo direito de cuidar do legado da cantora, o que atrasou ou impediu a edição de discos e singles inéditos. Duas fontes próximas de Petrillo afirmam que a empresária tentou reverter os direitos para que o musical passasse antes por sua avaliação. Procurada, a viúva não respondeu aos pedidos de entrevista.

Segundo Toledo, o contrato firmado com a cantora impediu que houvesse qualquer investida contra o musical. Petrillo nem sequer é retratada na montagem, já que o grosso da história vai até o célebre show “O Sorriso do Gato de Alice”, de 1993 — logo, antes de a cantora se relacionar com a empresária. O episódio da adoção de Gabriel é mostrado como uma espécie de epílogo da montagem.

Toledo já esteve à frente de outras biografias musicais recentes, como “Ney Matogrosso - Homem com H”, “Silvio Santos Vem Aí - O Musical” e “Adorável Trapalhão”, sobre Renato Aragão. Ela tinha planos de homenagear Gal Costa em vida, tendo em vista seu envolvimento com o filme de Dandara Ferreira. “Ela estava curtindo muito a ideia de ver a própria vida contada no cinema, era muito presente, senti que no musical seria a mesma coisa”, diz a diretora.

Em vez de organizar a história por datas ou sucessos, os autores optaram por uma estrutura inspirada na chamada “jornada da heroína”, conceito da psicóloga junguiana Maureen Murdock. A ideia propõe uma narrativa centrada em conflitos internos e processos de transformação, em contraponto à tradicional “jornada do herói”, de Joseph Campbell.

Três figuras mitológicas que representam aspectos da psique da

cantora acompanham a protagonista, dialogando com episódios de sua trajetória, como o início da carreira, os confrontos com a crítica e as crises emocionais.

Ainda que no palco fosse intensa e exuberante, Gal era descrita por amigos como reservada e introspectiva. A tensão entre essas duas dimensões aparece como um dos motores da narrativa. Para dar conta disso, o jornalista Thales Braga, que prepara uma biografia da cantora para a Companhia das Letras, ficou encarregado de uma pesquisa profunda.

A escolha de Gal Costa como protagonista também responde a um movimento de revisão histórica, de acordo com os criadores. Durante décadas, o papel da cantora foi frequentemente reduzido ao de intérprete das ideias de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

“Estudos recentes destacam a participação ativa dela na construção estética do tropicalismo. O papel de Gal foi maior do que a imprensa da época reconhecia”, diz o diretor Kleber Montanheiro.

O repertório costura canções de diferentes fases da artista, entre elas “Baby”, “Vapor Barato” e “Brasil”, interpretadas pela atriz Walerie Gondim, que dá vida à cantora. Gondim volta a viver Gal pouco tempo após sua participação no programa Altas Horas viralizar nas redes. A atriz já havia interpretado a cantora, no ano passado, no musical que homenageou Djavan, “Vidas pra Contar”.

Nem por isso Gondim pôde pular os testes. A atriz participou da primeira seleção em Salvador e depois enfrentou novas fases de audição em São Paulo. Interpretar a cantora, porém, nunca esteve em seus planos. “As pessoas até diziam que minha voz tinha alguma semelhança, mas daí a viver a Gal, é muita responsabilidade.”

Algumas canções aparecem em contexto cronológico, reproduzindo momentos da sua carreira. Outras servem à dramaturgia como comentários sentimentais.

Em busca de satisfazer o gosto diverso do público, a produção decidiu preparar ainda um pré-show. A cada sessão, parte do elenco vai apresentar alguns hits que ficaram de fora da seleção final de Toledo, Boechat, Montanheiro e do diretor musical Daniel Rocha.

Já a cenografia explora o espaço do teatro como uma instalação imersiva, inspirada em obras do artista Hélio Oiticica. Em vez de um palco tradicional, o espetáculo ocupa diferentes áreas do ambiente, aproximando plateia e atores. “O tropicalismo misturava referências, cores, linguagens. A gente quis trazer essa brasilidade para o cenário”, diz Montanheiro.

A montagem pretende ser um retrato de uma artista que atravessou gerações. Para Toledo, esse diálogo com o presente explica a perenidade da artista. “Os musicais têm um papel importante de manter viva a história. Muita gente jovem foi conhecer Ney Matogrosso ou Silvio Santos por causa dessas montagens.”

Gal, O Musical

ONDE 033 Rooftop - av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, São Paulo.

QUANDO Sex., às 20h30; sáb., 16h30 e 20h30; dom., 15h30 e 19h30. Até 10 de maio. **CLASSIFICAÇÃO** 14 anos.

PREÇO A partir de R\$ 25 até R\$ 300

Musical costura Gal Costa pelos retalhos de sua vida, carreira e crises emocionais

Espetáculo foge do drama convencional para retratar a artista da infância até a adoção do filho e revê o show ‘O Sorriso do Gato de Alice’



A atriz Walerie Gondim em cena de ‘Gal, O Musical’ Edgar Machado/Divulgação

ilustrada

John Malkovich une literatura e música em peça que satiriza extremismo político

Astro do teatro e do cinema encena no Brasil um espetáculo inspirado em Roberto Bolaño e diz pôr a arte acima dos debates ideológicos

Davi Galantier Krasilchik

SÃO PAULO Certa vez, John Malkovich quis ser todo mundo. A convite de um amigo, o fotógrafo Sandro Miller, ele recriou retratos célebres de gente como o pintor Salvador Dalí, a atriz Marilyn Monroe e o revolucionário Che Guevara. Ao emprestar seu rosto, o artista uniu gêneros, funções, países e filosofias distintas.

Anos antes, num inusitado filme de ficção científica, um sujeito descobria uma forma de possuir o corpo do ator. Virou moda, e todo mundo quis ser John Malkovich. Na época, o roteirista Charlie Kaufman classificou o ator como meio-termo entre celebridade e desconhecido, mas o sucesso de “Quero Ser John Malkovich” atraiu muitos fãs. Nada que tenha mexido com o ego do astro. Pelo contrário. Até hoje, ele diz não ter nada de especial.

“Sou só um ser humano”, afirma ele, que se prepara para apresentar a história de Ramírez Hoffman, um escritor fictício com mania de grandeza, que prega ideais de ultradireita aonde quer que vá. Criado pelo autor chileno Rober-

to Bolaño, ele é ironizado na peça que leva Malkovich ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro e à Sala São Paulo no fim do mês.

Criador e intérprete já descreveram o personagem como alegoria de mais de um espectro político. “Diferente de Hoffman, não sou extremo. Não me considero frio, nem calculista, nem sequer um intelectual”, diz ele, que às vezes é julgado pelos vilões que encarnou ou comparado a figuras como o seu papa, da segunda temporada de “The New Pope”.

Do veterano de guerra que rendeu a ele sua primeira indicação ao Oscar, em “Um Lugar no Coração”, de 1984, ao assassino em série de “The Infernal Comedy”, primeira peça que o trouxe ao Brasil, o artista já foi possuído por diversas personalidades.

Alvo da violência do pai na infância, Malkovich buscou no teatro um refúgio da vida tumultuada. Ele se juntou ao grupo Steppenwolf —que impulsionou figuras como Tracy Letts—, há cinco décadas, seis anos antes de estrelar uma montagem de “A Morte de um Caixeiro-Viajante” na Broadway.

Continua na pág. B9



ilustrada

Continuação da pág. B8

Naquela época, John Malkovich também participou de seus primeiros filmes, pouco antes de colaborar com cineastas como Steven Spielberg —que fez dele um marinheiro oportunista em “Império do Sol”— e Bernardo Bertolucci —em “O Céu que Nos Protege”, de 1990. Sob direção do italiano, reconhecido pela forma como abordou o fascismo, interpretou um poeta assombrado pela Segunda Guerra, que tenta reaver seu casamento ao perambular pelo Saara.

Com o tempo, Malkovich também se habituou a não recusar projetos. Sua carreira vai de diretores cultuados como o português Manoel de Oliveira, com quem explorou temas como a fé e a mortalidade, até sucessos comerciais como “Transformers” e “Bird Box”, hit da Netflix sobre um mundo apocalíptico. Seja como for, defende, são tipos artísticos igualmente válidos.

“Artistas têm uma visão de mundo baseada numa série de fatores. Tudo depende de onde nasceram, com quem cresceram e o que escolheram aprender. Penso que a arte pode fazer o que quiser”, diz ele, ao comentar as relações entre arte e política que pautaram o último Festival de Berlim. No evento, muitos foram criticados pela recusa em se posicionar sobre pautas como conflitos no Oriente Médio.

Apesar de avesso a políticos —o artista não vota desde as eleições de 1972, quando o democrata George McGovern foi derrotado pelo republicano Richard Nixon—, ele responde com toda a calma do mundo. Entre longas pausas, com um vitral colorido ao fundo, o ator tenta escolher cada palavra com sabedoria. Ao final, afirma preferir a arte como meio de expressão. “[William] Faulkner dizia muito bem que ‘a voz do poeta não precisa ser apenas um registro do homem, mas um dos pilares que o ajudarão a perseverar’”.

A postura lembra a que o cineasta Paul Thomas Anderson adotou

em sua campanha pelo Oscar. Vencedor do prêmio máximo por “Uma Batalha Após a Outra” —longa que questiona políticas de imigração dos Estados Unidos—, ele evitou o tema em entrevistas e depois em seus discursos de vitória no evento.

Embora não lembre crises específicas, Malkovich parece um pouco mais à vontade em debater assuntos de que, em tese, procura se afastar. “A natureza humana não mudou, e a morte sempre esteve às claras em nossa história. Nenhum jovem deveria ter de pensar sobre a morte”, diz o artista. “Eles não são obrigados a entender isso.”

Não por acaso, o autoritarismo, especialmente em países da América do Sul, é um tema que o atrai há algum tempo. Em 2002, por exemplo, ele dirigiu “Guerrilha sem Face”, suspense sobre um policial peruano que, em meio à instabilidade de um governo ditatorial, é forçado a caçar terroristas.

Mais de uma década depois, subiu ao palco com “Just Call Me God”. Em cena, o artista encarna um ditador prestes a ser deposto, que pede à plateia que se lembre dele como um tipo de divindade.

Também no teatro, interpretou um magnata inspirado por Harvey Weinstein, que usa seu poder para assediar uma atriz. Ainda subverteu a romantização da guerra em “Arms and the Man” —que gerou revoltas em 2024— e retratou o Holocausto com sua versão de “Leopoldstadt”, clássico de Tom Stoppard. Agora, e com base num capítulo de “A Literatura Nazista na América”, livro de Roberto Bolaño que satiriza a manipulação ideológica, “The Infamous Ramírez Hoffman” une narração e orquestra para retratar um homem que tenta se aproveitar do golpe que depôs o então presidente chileno Salvador Allende.

“Sou atraído pela América do Sul por não ter crescido lá”, diz. “Muitos insistem em separar a região da América do Norte, e parte da história se esqueceu que ela também pertence ao ‘novo mundo’. É um lu-

gar muito rico e com autores que parecem ter criado outro planeta.”

Ele lembra “Wild Horse Nine”, filme previsto para novembro, em que seu personagem vai a Santiago em meio às tensões de 1973. É a mesma época em que Hoffman tenta usar a arte para perseguir os seus opositores. Apesar de imortalizado como crítico da direita, Bolaño defendia que os seus livros não se restringiam a um lado.

Malkovich reforça essa opinião e traça relações entre seu espetáculo e a atualidade. “O extremismo está mais popular do que nunca e todos querem expressar sensações e ideologias. Estamos sendo tomados por decisões extremas.”

Numa era em que usuários são bombardeados pela internet, o ator ainda diz que a substituição do homem pela inteligência artificial seria uma espécie de derrame. É um receio que explica o hibridismo em que tem investido.

Ao dar continuidade a “The Music Critic” e “Their Master’s Voice”, peças em que suas interpretações são acompanhadas por músicas clássicas, ele descreve “The Infamous Ramírez Hoffman” como uma nova coletânea de talentos humanos. “As pessoas podem estar viciadas em celulares, mas não posso culpar a tecnologia se não conseguir chamar a atenção delas.”

Pronto para se apresentar, ele diz querer representar toda a humanidade. “Espero que as pessoas percebam que, além de sociopata, Ramírez Hoffman é um desperdício de talento”, diz. “O talento não pertence ao seu dono. Ele deve ser compartilhado com todos os que desejam apreciar. Todos os talentos têm essa responsabilidade.”

The Infamous Ramírez Hoffman

DIREÇÃO John Malkovich. **COM** John Malkovich e Anastasya Terenkova. **ONDE** Theatro Municipal - pça. Floriano, s/nº, Rio de Janeiro. Sala São Paulo - pça. Júlio Prestes, 16, São Paulo. **QUANDO** No Rio de Janeiro, dom. (29), às 17h. Em São Paulo, ter. (31) e qua. (1º), às 20h30. **CLASSIFICAÇÃO** 10 anos. **PREÇO** A partir de R\$ 200 até R\$ 800

ilustrada

O macho alfa que desmascara a República

Uma trilha sonora para a crise atual e o caso de amor entre Daniel Vorcaro e Martha Graeff

Marcelo Rubens Paiva

Escritor, é autor de 'Feliz Ano Velho', 'Ainda Estou Aqui' e 'O Novo Agora'

Personagens pitorescos podem derrubar regimes. O fim do Primeiro Reinado teve a mão-zinha da amante do rei. Getúlio caiu em 1954 por conta de crimes e trapalhadas do chefe da guarda pessoal. A crise se estendeu até 1964. Veio a ditadura.

A Nova República caminhou no fio do bisturi por conta de um erro médico em 1985. Se receitassem antibióticos a Tancredo Neves, ele não morria. Lula não foi eleito em 1989, provavelmente, por conta de uma ex-namorada, mãe de Lurian. Collor caiu em 1992 por conta do irmão e um Fiat Elba.

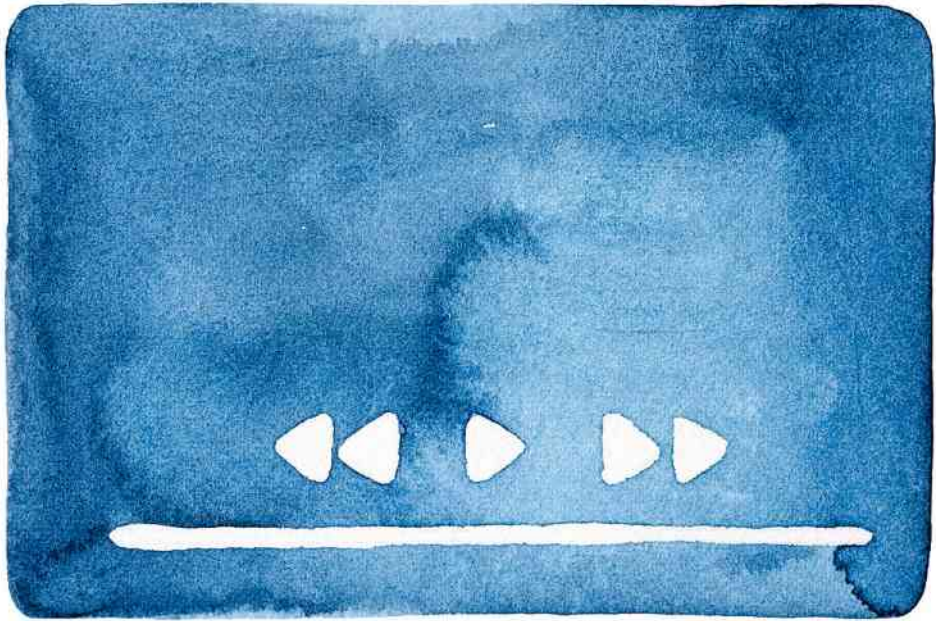
Agora, a democracia pode se liquefazer se rolar a delação premiada do ex-apresentador de um programa de música gospel, que conseguiu uma licença para operar um banco, ficou bilionário com consignados do INSS e uma rede de degustadores de uísque, charuto e garotas de programa.

Daniel Vorcaro é um cordeiro com vínculo à igreja Lagoinha, que não é um bucólico templo cercado por um gramado e um lagui-nho, mas um império com megatemplos, filiais no exterior e uma rede de rádio e TV, a Rede Super.

Tudo é superlativo nela, cujas filiais lembram academias de ginástica. Mas nem tudo na vida é festa, diria Antonio Palocci, o todo poderoso ex-ministro da Fazenda, que caiu por conta de um caseiro.

A profecia da música “Viva la Vida”, do Coldplay, que seria tocada ao vivo no seu casamento, se concretizou: “Eu costumava governar o mundo, mares se erguiam quando eu mandava, mas agora eu durmo sozinho”. Vorcaro dorme hoje numa cela de dois metros por três.

A notícia de que ele reclamou



Julija/Adobe Stock

Um internauta criou a playlist ‘Vorcaro – Amor Master’, que se inicia com o extraordinário ‘I Fall in Love Too Easily’, de Chet Baker, um arrasa-coração. A lista segue com ‘Quero Ir pra Bahia com Você’, de Julio Secchin, uma que deveria ser ‘quero ir pra Trancoso com você’, o novo point ‘fariálimer’, e ‘Apenas Mais uma de Amor’, de Lulu Santos

que sentia falta da amada Martha Graeff, a quem chamava de “momolada”, não passou despercebida e quase humanizou o criminoso.

Por um lado, o vazamento de fotos e conversas íntimas causou repúdio. Mas desenhou a contagotas o modus operandi de como corromper uma República, de “B”, “C”, “S”, “T”, “F”.

Chegaram a dizer que a influencergaúcha não tem compaixão. Ganhou mimos, milhões e rompeu o noivado mesmo depois da festa em Roma com Ben Harper, acrobatas, flores e velas, ao estilo da franquia “Succession”, filmada por drones com “Lose Control”, de Teddy Swims, que traduzi como: “Alguma coisa me pegou recentemente, não me conheço mais, sinto que o cerco está se fechando, e o Diabo bate à minha porta”.

Um internauta criou a playlist “Vorcaro – Amor Master”, que

começa com o extraordinário “I Fall in Love Too Easily”, de Chet Baker, um arrasa-coração cujo refrão entrega tudo: “Meu coração devia estar calejado, porque já fui enganado outra vez, mesmo assim, me apaixono muito fácil, me apaixono rápido demais”.

A lista segue com “Quero Ir pra Bahia com Você”, de Julio Secchin —que, na verdade, deveria ser “quero ir pra Trancoso com você”, o novo point “fariálimer”—, “Apenas Mais uma de Amor”, do último romântico, Lulu Santos, passando por “Let’s Stay Together”, do Seal.

Onde está o “prometo estar contigo na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, na riqueza e na pobreza, amando-te, respeitando-te e sendo-te fiel”? Depende.

Quando Vorcaro apareceu com o cabelo raspado, Havaianas pretas, camiseta branca e calça laranja, sem brilho nos olhos, nos den-

tes e principalmente nos cabelos, antes penteados para trás, era um presidiário como outro qualquer.

Seguíamos seus passos, algemado, até o avião da PF, enquanto Martha seguia decidida para o lado oposto; apagou as referências e fotos do noivo, para distanciá-la o mais rapidamente possível do canalha que as mensagens revelavam, da mansão que iriam compartilhar e do escândalo Master.

A verdade sobre o macho alfa foi um baque. O mineirinho tinha no celular o contato de loiras que recebiam a mesma mensagem de “bom dia”, seguida de emojis de Sol e coração, que Martha recebia. Era como uma lista de transmissão do prazer.

Quando ela descobriu que ele tinha contatos de profissionais do sexo, ele se saiu com esta: “Tenho nojo do tipo de trabalho que essas mulheres fazem”. Contou que conhecia mais de cem profissionais, que já deu festas com 300, mas que nunca ficou com essas mulheres, de quem sente nojo.

Para quem? Martha pensou rápido: o cara gastou milhões na contratação de assessores, advogados, sicários, gente do quilate de ex-ministro do STF, ex-ministro da Dilma, enrolou a PGR, trocou mensagens com Xandão, fez negócios com Toffoli e funcionários do Banco Central.

Tinha na agenda contatos da direita, do centrão, do presidente e de dois ex-presidentes da Câmara, engabelou fundos de pensão até do estado do presidente do Senado, mas não foi capaz de contratar um assessor para assuntos nada ecumênicos? Tratava pessoalmente com “hosts” das surubas republicanas?

Basta cantar o clássico de Domenico Modugno, “Ciao Ciao Bambina” para a relação e, talvez, para a democracia.

A tese antissistêmica vai contaminar a eleição, o debate político e nossos pesadelos. Desta vez, é um playboy esbanjador que pode derrubar o regime atual? “Mamma mia!”

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Marcelo Rubens Paiva, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Terceiro capítulo de saga pós-apocalíptica destaca Ralph Fiennes no elenco

Extermínio: O Templo dos Ossos

Lojas digitais, 16 anos

Dirigido por Nia da Costa, o novo filme da franquia pós-apocalíptica escrita por Alex Garland tem Ralph Fiennes de volta ao Reino Unido ainda devastado pelo vírus da fúria. Seu personagem, doutor Kelson, se vê envolvido com um dos infectados para descobrir o que os torna raivosos, mas é uma seita de humanos que instiga medo e violência. Jack O’Connell também está no elenco, como Jimmy Crystal.

Máxima

HBO Max, 12 anos

Segunda temporada do drama biográfico que acompanha a trajetória da argentina Máxima Zorreguieta, que entrou para a monarquia holandesa ao se casar com Willem-

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com



Andar na Pedra - A História dos Raimundos

Globoplay, 14 anos

A minissérie documental narra a trajetória de uma das bandas mais originais do rock brasileiro dos anos 1990 — desde a formação do grupo em Brasília até o domínio das paradas de sucesso e os conflitos que levaram à separação do conjunto

Alexander. Os novos episódios veem o período pós-casamento e o nascimento das filhas até sua coroação, as pressões políticas e da imprensa e conflitos familiares.

Beauty in Black

Netflix, 16 anos

De Tyler Perry, a segunda temporada deste novelão se passa em Chicago e é toda sobre poder, vingança e sobrevivência no império da beleza da família Bellarie. A stripper Kimmie se casou com um Bellarie e é nomeada executiva, mas não tem apoio de todos.

Dirty Talk - A Era Dourada dos Talk Shows

Disney+, 14 anos

Os programas de entrevistas diurnos da TV americana, até pouco tempo atrás, atraíam milhões de espectadores diariamente com seu sensacionalismo. Ao explorar as forças psicológicas que moldaram o gênero,

o documentário mostra como foi sua evolução nos Estados Unidos.

A Filosofia de Hannah Arendt

Curtal!, 21h30, livre

Publicado em 1951, “Origens do Totalitarismo”, de Hannah Arendt, é inspirado em suas próprias experiências nos eventos que mudaram o século 20, da Segunda Guerra à Guerra do Vietnã e a Guerra Fria. Presa política, ativista e refugiada, sua vida e obra são retratados neste documentário.

A Força em Alerta

Megapix. 21h, 14 anos

O primeiro filme vê um fuzileiro aposentado, vivido por Steven Seagal, enfrentando terroristas para proteger um navio de guerra. A continuação, “Força em Alerta 2”, vai ao ar às 23h, e aqui ele é um dos passageiros sequestrados durante uma viagem de trem. De novo, precisa combater os criminosos e evitar um grande acidente.

CINEMA

Audiência do Oscar tem queda de 9% e registra a primeira baixa em cinco anos

SÃO PAULO O Oscar deste ano perdeu 9% de audiência se comparado à edição do ano passado. Foram cerca de 17,9 milhões de espectadores na 98ª edição da premiação do cinema, segundo a Nielsen, empresa de medição de audiência. Foi a primeira vez que o Oscar perdeu público em quatro anos — desde 2021, os números subiam a cada edição, diz a plataforma.

O grande vencedor da noite foi “Uma Batalha Após a Outra”, que levou as estatuetas de melhor filme e direção, para Paul Thomas Anderson. “Pecadores”, outro forte concorrente, ganhou em roteiro original e melhor ator, para Michael B. Jordan. O americano derrotou Wagner Moura, que disputava o prêmio por “O Agente Secreto”.

turismo

É logo ali

No litoral, no campo ou na montanha, conheça destinos próximos a São Paulo para visitar em um fim de semana ou feriadão Leia nas págs. B12 a B16



Estrada de terra que leva aos olivais de Maria da Fé, na parte mineira da Serra da Mantiqueira Karime Xavier/Folhapress

Marrocos como você sempre sonhou

Cultura milenar, cenários impressionantes e toda a assistência da CVC.

8 DIAS

PACOTE CVC ME LEVA - CORES DO MARROCOS - CIDADES IMPERIAIS

A PARTIR DE

12x

R\$ 658

Total: R\$ 7.896 sem taxas

Data saída: 10/07/26 | Data retorno: 17/07/26

10 DIAS

PACOTE CVC ME LEVA - CORES DO MARROCOS - GRAND TOUR CLÁSSICO

A PARTIR DE

12x

R\$ 1.018

Total: R\$ 12.216 sem taxas

Data saída: 12/06/26 | Data retorno: 21/06/26

9 DIAS

CIRCUITOS SPECIAL TOURS ÁSIA E ORIENTE MÉDIO

A PARTIR DE

12x

R\$ 1.188

Total: R\$ 14.256 sem taxas

Data saída: 29/05/26 | Data retorno: 06/06/26

8 DIAS

RIAD WOW

A PARTIR DE

12x

R\$ 1.498

Total: R\$ 17.976 sem taxas

Data saída: 10/11/26 | Data retorno: 17/11/26

FALE COM NOSSA LOJA, ACESSE O SITE OU O APP.

QUER MAIS? 6% DE DESCONTO NO

Prezado cliente: pacote Brasileiros nas Maravilhas do Marrocos 2026, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 29/05/2026. Inclui passagem aérea voando Royal Air Maroc em classe econômica, hospedagem em 5 cidades e diárias com café da manhã em apartamento duplo. Pacote para Marrakech em Marrocos, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 10/11/2026. Inclui passagem aérea voando Royal Air Maroc em classe econômica e hospedagem no Riad Wow Hotel, diária em apartamento duplo. Pacote CVC Me Leva Cores do Marrocos Cidade Imperiais 8 dias, com início no dia 10/07/26. O pacote inclui hospedagem com café da manhã, transfer in/out e passeios. Pacote CVC Me Leva Gran Tour Clássico 10 dias, com início no dia 12/06/26. O pacote inclui hospedagem com café da manhã, transfer in/out e passeios. As taxas de embarque cobradas pelos aeroportos não estão incluídas e deverão ser pagas por todos os passageiros. Preço calculado com câmbio CVC do dia 25/02/2026 (US\$ 1,00 = R\$5,58). Condição de pagamento com parcelamento 0 + 12X sem juros nos cartões de crédito. Desconto de 3% (três por cento) a 6% (seis por cento) para pagamentos à vista via PIX (QR Code), nas vendas de produtos selecionados e compras realizadas exclusivamente nas lojas físicas CVC. Produtos participantes, sua disponibilidade e regras para aplicação do desconto sujeitos à consulta. As condições ofertadas ficam sujeitas à disponibilidade de datas e horários de voos optados e vagas de hotéis.

MARROCOS

SUA
COMPANHEIRA
DE VIAGEM.

turismo



Olivais de Quelemém, que produzem azeite biodinâmico em Maria da Fé (MG) Karime Xavier / Folhapress

Mantiqueira de Minas atrai visitantes com azeite, bem-estar e turismo rural

Fazendas de Delfim Moreira e Maria da Fé oferecem banho de floresta, iguarias gastronômicas e visitas guiadas a olivais e a produção de queijo de cabra artesanal

Marcelo Toledo

MARIA DA FÉ (MG) E DELFIM MOREIRA (MG) Um pequeno córrego de águas cristalinas margeia a pacata cidade mineira de Delfim Moreira. O local, cercado pela densa vegetação da Serra da Mantiqueira, ainda abriga onças, principalmente pardas, mas relatos de moradores apontam para a esporádica presença das onças pintadas. A cidade e sua vizinha, Maria da Fé, apostam na combinação entre a natureza exuberante, clima frio e belezas rurais para atrair um fluxo cada vez maior de turistas em busca de paz no campo, mas que também passaram a enxergar na

região mineira da Mantiqueira um polo na produção de iguarias como azeite biodinâmico. Os destinos surpreendem pelas paisagens da Mantiqueira em praticamente todo lugar, o que tem atraído visitantes de São Paulo —principalmente do Vale do Paraíba e da capital—, Rio de Janeiro e do interior de Minas Gerais. Delfim Moreira tem 8.000 habitantes, dos quais só 3.000 no núcleo urbano e o restante espalhados pelos cerca de 50 bairros rurais. Por isso, mantém suas características de décadas atrás, como usar um alto-falante da igreja, no centro, para comunicar a morte de moradores.

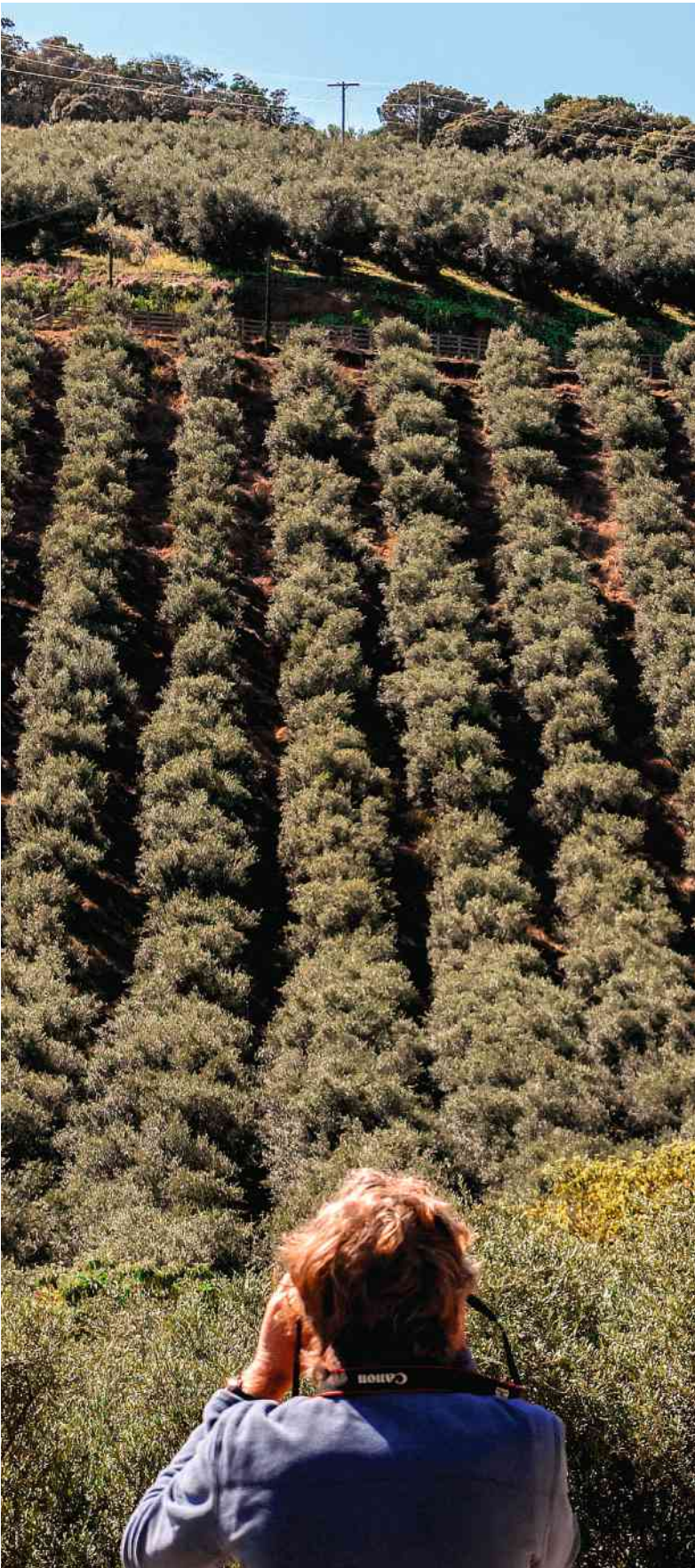
Localizado a médios 1.200 m de altitude, possui picos com mais de 1.800 m, num povoado iniciado em 1703, quando o bandeirante Miguel Garcia Velho chegou à região e encontrou ouro, primeiro motor da economia local. Depois surgiram a agricultura de subsistência, o fumo e o feijão e, no final do império, o Barão de Bocaina trouxe da Suíça mudas de marmelo, que mudaram a economia local até a década de 1970. Hoje, também produz cerveja artesanal, após a descoberta no início dos anos 2000 da qualidade da água, mas é principalmente na vasta zona rural que estão os principais atrativos.



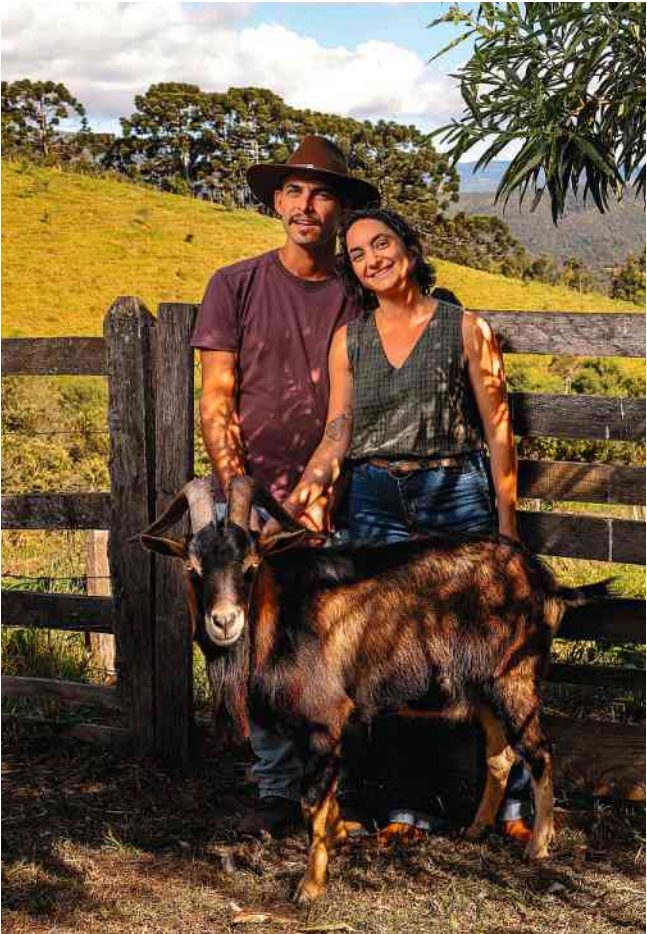
No espaço Sathiri, uma propriedade rural de 27 hectares na divisa com municípios paulistas, os visitantes praticam o turismo de bem-estar. A 70 km de estrada de terra de Campos do Jordão, o local oferece um banho de floresta. Na imersão, os visitantes passam por três nascentes que alimentam o rio Sapucaí. O local foi comprado pelo casal Michele Mendes e Angelo Amarante em meio à pandemia e, antes mesmo de ter destinação turística, foi usado por eles em busca de cura natural, como diz a psicóloga e terapeuta holística. Michele conta que o Sathiri virou projeto de vida depois de ela ter burnout em seu antigo emprego. “A proposta é tirar as pessoas da rotina, com um espaço com comida vegana saudável e vivências que buscam silenciar as pessoas, para que elas se desconectem do mundo lá fora”, diz. A estrutura das oito trilhas foi desenvolvida por Amarante, que é engenheiro mecânico e ex-executivo do setor industrial.

Continua na pág. B13

turismo



Ulisses Ferreira, gerente da fazenda Santa Helena, brinca de reger a orquestra dos olivais



À esq. olival da fazenda Fio de Ouro e, à dir., o casal Clara e Fernando, que comandam o capril Serra do Rosário Fotos Karime Xavier/Folhapress

Continuação da pág. B12
Depois de o visitante ser recebido com chá de gerânio e capim-limão, ele vai para o banho de floresta, que inclui as trilhas de contemplação, meditação no bosque das orquídeas e uma caminhada às cegas num jardim sensorial, que termina num ateliê ao ar livre. Nele, o turista pinta numa tela o que sentiu na experiência e leva sua produção para casa. O roteiro dura quatro horas e custa R\$ 190 por pessoa.
Contemplação também foi a aposta do restaurante Serra Clara, no bairro Barreirinhas, para atrair seus clientes. Inicialmente um açougue e uma pequena mercearia com apenas três mesas, o local virou restaurante que oferece um bolinho de costela imperdível, saborado com uma vista privilegiada da Mantiqueira.
Escrito nas estrelas
Já na fazenda Verde Oliva, que produz o azeite homônimo, as decisões sobre a produção, como as datas de pulverização, são definidas pelo calendário lunar. Se-



Fogão a lenha do restaurante Serra Clara, em Delfim Moreira (MG)

gundo o proprietário, Luiz Yamaguti, o objetivo é trazer a energia do cosmos para a terra, para que a planta tenha vitalidade.
Por lá, os visitantes são levados para conhecer os processos de produção. Os 3.600 pés de oliveira da Verde Oliva produzem até 2.000 litros de azeite extra-virgem por safra para o mercado nacional, disse o gestor da propriedade, Guilherme Milani.
Outra opção, sempre tendo a Mantiqueira como paisagem, é se aventurar no capril Serra do Rosário, criado há sete anos pela atriz Clara Oliva Antoniazzi e o luthier Fernando Mendonça Meyer.
Mediante agendamento, os visitantes podem fazer um tour pela oficina de queijo de cabra e participar de um almoço regado a ervas frescas colhidas no entorno por R\$ 150 (não inclui alcoólicos).
O passeio começa pelo preparo inicial do queijo, seguido por uma visita às cabras, onde são apresentadas as formas de manejo dos 30 animais, dos quais 10 produzem leite quando a Folha esteve no local. Depois, os visitantes retornam ao queijo para seguirem o processo de coagulação com enzimas.
Para quem quer aventuras não necessariamente gastronômicas, a fazenda Boa Esperança oferece oito cachoeiras de fácil acesso a partir da sede. Uma caminhada de 20 minutos de caminhada leva ainda ao encontro de dois córregos, o Boa Vista e o da Onça.
O local, a 1.500 m de altitude, com picos a 1.800 m, tem 211 hectares e fica a 35 km de estrada de terra de Campos do Jordão. É uma rota bastante frequentada por motoristas de 4x4.
O local cobra R\$ 30 de taxa de visitação, que acontece das 10h às 18h, e abriga nove chalés. “Delfim Moreira ainda está sendo descoberta pelas pessoas, mas quem vem se encanta”, diz Samara Pineschi, proprietária do local.
A produtora rural Mirta Bonifácio descobriu a vizinha Maria da Fé em 2013 e se encantou com o projeto de plantio de oliveiras que estava sendo desenvolvido ali.
Dois anos depois, comprou a fazenda com 1.500 plantas produzindo azeite e montou um restaurante para receber os visitantes. Cada árvore produz em média dez quilos de azeitonas por ano. O lugar é um dos cerca de 15 empreendimentos turísticos em operação na cidade, segundo dados da prefeitura.
“As fazendas começaram a se preparar para receber turistas em 2018, mas após a pandemia percebemos que eles começaram também a se hospedar na cidade”, diz o secretário de Cultura e Turismo, José Mauricio Ribeiro.
Na fazenda Santa Helena, as 3.200 oliveiras são mantidas diariamente ao som de música clássica, propagada por 70 caixas de som das 6h às 18h. Aos finais de semana, os turistas podem conhecer a propriedade, que tem 44 hectares de área de preservação, e almoçar no restaurante do local.
Depois de um dia intenso, o visitante ainda pode apreciar o pôr do sol na fazenda Olivais de Quelemém, a 1.650 m de altitude, de onde é possível contemplar boa parte da Mantiqueira mineira.
O jornalista viajou a convite do Sebrae-MG

turismo

Angra dos Reis tem roteiro de praias que pode ser desbravado sem barco ou lancha

Com águas transparentes e fácil acesso pela rodovia Rio-Santos, parte continental da cidade tem tantas belezas quanto suas ilhas



Praia do Tanguazinho, a mais isolada e selvagem no circuito da estrada do Contorno, em Angra dos Reis Victor Sena/Folhapress

Victor Sena

ANGRA DOS REIS (RJ) Na alta temporada de verão, lanchas lotam o mar de Angra dos Reis. São turistas que vão atrás das famosas ilhas e praias que encantaram os abastados personagens das novelas da década de 2000. Para realmente conhecer o lugar, costumam dizer, é fundamental ir para o alto mar. Será mesmo?

Quem nasceu ou mora na cidade costuma ter um roteiro um pouco diferente nos dias quentes. Eles dão preferência às praias do continente, que têm tanto a oferecer quanto as insulares.

Com tempo curto, a escolha precisa ser certa. Angra é uma cidade extensa, com muitas opções ao longo da rodovia Rio-Santos (BR-101), o que lembra bastante Ubatuba. Assim, ter um carro à mão faz toda a diferença.

A partir de Paraty, no sentido Rio de Janeiro, a primeira região é a de Mambucaba, distrito com hospedagens de todos os estilos, restaurantes e muitas praias. É um pouco depois dali —cerca de cinco quilômetros— onde estão as duas usinas nucleares brasileiras, que levam o nome do município: Angra 1 e Angra 2, assim como o canteiro de obras de Angra 3.

Os angrenses já estão acostumados, mas muita gente leva um susto ao ver as instalações encravadas em meio à mata atlântica preservada, bem na beira do mar. É mesmo um baita contraste. Mas essa impressão, seja boa ou má, logo passa com o visual que surge na curva seguinte: uma série de pequenas praias compõem a enseada de Piraquara, cujo acesso principal é na altura do km 513.

Próxima a uma área de preservação, Piraquara tem rica vida marinha é perfeita para mergulho e atividades como stand-up paddle. Afinal, Angra não tem ondas.

A primeira das praias da enseada é a do Laboratório, nome que foi de certa forma trocado pelo apelido praia de Águas Quentes quando ela viralizou nas redes sociais devido à transparência e temperatura da água, acima da média.

O motivo disso é o processo de resfriamento das usinas nucleares ali perto, processo que usa água do mar —mas sem riscos, já que a troca de calor acontece indiretamente. A cor da água e a vida marinha impressionantes afastam qualquer suspeita.

Bem ao lado fica a praia Secreta, onde pedras gigantes impedem a vista da faixa de areia de quem chega por ali de barco. No fim da praia, está a trilha para a mais reservada —e mais bonita— opção da enseada de Piraquara: a praia da Guariba. Também é possível acessá-la diretamente pela rodovia, logo depois do acesso principal.

As três praias não têm restaurantes nem bares, apenas ambulantes nos fins de semana.

Prefira a enseada em dias mais frescos, já que a água sai da usina nuclear com até 35 °C, temperatura perfeita para quem, mesmo no outono ou no inverno, não dispensa pular no mar. Depois das 15h, é certo que o tempo vira na região. Ou seja, para curtir o sol, acorde cedo —o que também ajuda a conseguir lugar para estacionar.

Continua na pág. B15

Continuação da pág. B14

Já na região central de Angra dos Reis, cerca de 35 km depois, as praias preferidas dos angrenses ficam no circuito da estrada do Contorno. São uma série de pequenas enseadas e faixas de areia uma após a outra.

Vale a pena seguir até as últimas: a praia do Leste, virada justamente para onde nasce o sol, e a praia do Tanguazinho, a mais isolada e selvagem. Na maré baixa, é possível curtir também a minúscula praia da Gruta. Nessa, virada para o oeste, a atração principal é o pôr do sol.

Encontrar vagas por ali é difícil nos finais de semana, por isso mais uma vez vale aproveitar as manhãs de sol para chegar cedo. Ou pedir um carro por aplicativo a partir do centro da cidade. Nesse caso, sente do lado esquerdo e olhe pela janela. Você vai ver as ilhas de Angra e entender por que as ondas não tem vez na região.

A calmaria do mar lembra até uma lagoa, resultado da proteção fornecida pela Ilha Grande, outra das joias da Costa Verde. A estrada do Contorno é uma das partes mais bem servidas de infraestrutura em Angra, com hotéis, pousadas, agências de turismo. Também fica próxima a pontos de mergulho e das ilhas da Gipóia e Botinas.

Ao seguir no sentido Rio, uma das últimas praias da cidade é a da Sororoca, já próxima à divisa com o município vizinho de Mangaratiba. Ali, assim como em Piraquara, a rodovia Rio-Santos corta as montanhas em desfiladeiros bem acima do mar.

No quilômetro 453, saia da Rio-Santos numa rua de paralelepípedos à direita. Cerca de 500 metros depois, há espaço para estacionar. Do lado esquerdo, você verá as praias do Garatuaia, Conceição de Jacareí e Caetés ao longo. Já no lado direito, ao entrar na trilha que dá acesso à praia, se prepare: a Ilha Grande está imponente bem ao fundo. É de tirar o fôlego. Depois de 20 minutos de descida, se chega à faixa de areia e ao mar, transparente.

Para quem chega a partir do Rio, o roteiro é o inverso. A Sororoca é uma das primeiras praias, o que facilita até um bate e volta.

Em qualquer sentido, da primeira à última faixa de areia, Angra dos Reis é atravessada por cerca de 60 km de curvas que provam que a cidade é uma boa opção também para ser desbravada em uma road trip.



No alto, trilha da praia da Sororoca; no meio, a praia do Laboratório, de águas quentes; e acima, a praia do Leste

Fotos Victor Sena/Folhapress

É LOGO ALI



Ana Cláudia no Parque Municipal Bororé

Arquivo pessoal

Trilhas gratuitas pelos parques de São Paulo

Projeto da Secretaria de Esportes e Lazer inclui cinco unidades de conservação

Luiza Pastor

Jornalista que gosta de caminhar, escalaminhar e bater perna por aí

Que trilhas atraem cada vez mais pessoas não é novidade. Falamos isso aqui toda semana, e os grupos de mensagens fervem com a proximidade da temporada de montanhas, que começa em abril próximo. Mas para quem nunca se aventurou com o pé no mato e gostaria de saber como é, ou para quem está com pouco tempo mas não quer perder o hábito de respirar o ar gostoso e fresco da mata atlântica, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de São Paulo vem promovendo passeios totalmente gratuitos por cinco parques municipais: Fazenda do Carmo, Cabeceiras do Aricanduva, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé.

A trilha mais extensa delas é a do Parque Itaim, com 3 quilômetros, que foca a observação de aves. A mais curta é a do Parque Jaceguava, com 500 metros. Todos os passeios começam às 9h e terminam 11h.

Desde seu início, em 2024, o projeto Vamos Trilhar, parceria da secretaria com a Organização de Sociedade Civil Mundo Melhor, já reuniu 62.670 participantes, com média mensal de 2.208 pessoas. Só nos três primeiros meses deste ano, foram 9.858 caminhantes. Cada grupo, é acompanhado de 6 guias e 6 monitores que vão mostrando os principais atrativos dos percursos.

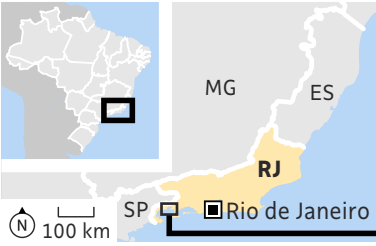
Com investimento previsto para este ano de R\$ 14,5 milhões, segundo a pasta, o programa está aberto a todos os públicos, de crianças a idosos, por serem trilhas de fácil percurso. Cada participante inscrito pelo site (minhasinscricoes.com.br) recebe uma camiseta e lanche durante o passeio. O transporte, do ponto de encontro marcado para cada atividade, é gratuito na ida e na volta. O horário para todos é 9h nos pontos de encontro, e terminam em torno de 11h.

A maioria dos participantes do programa tem pouca ou nenhuma experiência de trilhas. Gente como a administradora Ana Cláudia Martins Melo, 50, que costuma frequentar as atividades oferecidas no CEU Cidade Dutra, na zona sul de São Paulo, onde mora, e que conta já ter ido “a todas as trilhas, menos a do Parque do Carmo, por causa da distância”.

Ela conta que ficou sabendo do programa no próprio CEU, mas já é uma de suas grandes divulgadoras. “Levo pessoas sempre que posso, cheguei a juntar 15 amigos para ir junto”, ressalta.

E a iniciativa, pelo visto, despertou o interesse em aventuras mais ousadas. “Nunca fiz uma trilha fora de São Paulo, deve ser bem legal”, avalia. E qual seria a trilha de seus sonhos? “Ah, São Tomé das Letras seria bem legal. Só ouvi falar, mas nunca tive oportunidade de fazer”, suspira.

QUI. Luiza Pastor, Zeca Camargo



- 1 Vila Histórica de Mambucaba
- 2 Praia do Laboratório
- 3 Praia Secreta
- 4 Praia da Guariba
- 5 Praia Do Tanguazinho
- 6 Praia da Gruta
- 7 Praia Do Leste
- 8 Praia da Sororoca
- 9 Praia de Garatuaia
- 10 Praia De Conceição de Jacareí
- 11 Praia de Caetés



Dados cartográficos ©2026 Google

turismo



São Francisco Xavier, em São José dos Campos Fotos Divulgação

São Francisco Xavier combina jeitão de roça com comércios descolados

A 150 km de São Paulo, distrito de São José dos Campos se transformou com chegada de novos públicos e seus izakayas, brew pubs, bar de vinhos e quadra de beach tennis

Flávia G. Pinho

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS Em vários aspectos, São Francisco Xavier se parece com outras cidadeszinhas charmosas da serra da Mantiqueira, cercadas de montanhas, onde as paisagens inspiram descanso.

Uma vez que se cruza o portal da cidade, pintado de verde-maçã, o visitante percorre uma rua principal ladeada por lojinhas e restaurantes até chegar à praça da igreja e seu coreto.

O pequeno núcleo urbano, se é que o conceito se aplica àquele vilarejo de 1.400 habitantes, resume-se a uma meia dúzia de ruas, cujas casas vão rareando até desaparecer no tom sobre tom dos verdes da mata atlântica.

Faz um friozinho convidativo, com noites frescas até durante o verão, mas nada comparável às temperaturas baixas dos destinos de inverno mais bombados da Mantiqueira. O centro está a 720 metros de altitude, em média, e esquenta um bocado nos dias ensolarados.

Estabelecidas as semelhanças, vamos às particularidades. Bastam dois ou três dias de permanência na cidade, em contato estreito com os moradores, para entender que São Chico guarda jeitão de roça, mas foi transfor-



Pousada A Rosa e o Rei, em São Francisco Xavier

mada pela turma que desembarcou por lá recentemente — gente que já frequentava o lugar, nos fins de semana, e chegou de mala e cuia durante a pandemia.

Miriam Schuartz, escritora e terapeuta somática, passou oito anos indo e vindo até fincar o pé de vez, em 2020. O restaurante que ela abriu, a Casa Imã, é lugar para comer, mas também para dançar e respirar, sentar no jardim diante do lago, participar de oficinas de ioga, cerâmica e sessões de constelação familiar.

“A pandemia trouxe muitos artistas, músicos e terapeutas para cá. São pessoas que já tinham

carreiras consolidadas fora daqui e alto poder aquisitivo”, ela resume.

A poucos passos da Casa Imã, o diretor de fotografia José Mário Fontoura, o Zema, comanda a quadra do Areias da Serra Beach Tennis, assim como o trailer anexo, que vende cervejas locais. Frequentador da cidade há 15 anos, Zema trocou de endereço definitivamente há 4 anos.

“Sou tenista, gosto do esporte e de cerveja e não me via mais trabalhando dentro de um lugar fechado”, ele explica. A dupla chinelo e bermuda virou uniforme de domingo a domingo.

O arquiteto Ricardo Caminda não se desligou totalmente da capital, mas está quase lá. Desde 2024, ele e o marido, Marcelo Tambasco, mantêm um bar de vinhos na rua principal, o Ori Oca Vinho & Design, onde grupos de amigos se reúnem ao fim da tarde, sem precisar combinar.

Uma viela na lateral do bar leva ao escondido Kakure Izakaya. O dono, Pablo Matsutoshi Abe, é nascido e criado em São Chico, mas passou pela cozinha do Aizomê, em São Paulo, antes de empreender na terra natal.

A frequência do bar japonês, com mesas ao ar livre em um quintal, comprova que São Francisco Xavier não é uma cidade turística como as outras. “Meu público é 80% local, gente que se mudou nos últimos anos.”

Também cria da terra, Alexis Bot é cervejeiro artesanal e, em 2025, adquiriu o brew pub SP-50, outra parada obrigatória na rua principal. Sozinho no comando dos tanques e das torneiras, ele produz de 12 a 15 estilos, dependendo da época, e recebe interessados em conhecer a produção.

Reinaldo Fredianelli, egresso do mercado financeiro, preferiu se instalar nos arredores. Subiu a 1.250 metros de altitude e, em um terreno inclinado a 10 km da praça da igreja, instalou a pousada A Rosa e o Rei. As duas cachoeiras que nomeiam a pousada são a principal atração, mas os hóspedes dos 13 chalés desfrutam de piscina, sauna, restaurante e espaço para praticar tai chi chuan.

“A nossa alta temporada era o inverno, mas já noto uma procura cada vez maior no verão. Recebo pessoas de 30 a 65 anos que querem fugir de calor e trânsito”, diz.

Não foram só os empresários e executivos endinheirados que chegaram em bando —nos últimos anos, São Chico virou point gay 50+. A programação cultural é diversa. Vai de shows intimistas de jazz ao espetáculo das drag queens Thelores e Alexia Twister, que costumam se apresentar no Pangea Bar.

Sem vida administrativa independente, São Francisco Xavier é distrito de São José dos Campos, a cidade mais rica e desenvolvida do Vale do Paraíba, o que garante um padrão de vida elevado.

“O posto de saúde da cidade tem equipamentos modernos e UTI móvel 24 horas. Parece o [Hospital Albert] Einstein”, diz Caminda. Mas as comparações com a cidade grande param por aí. Quem é de São Chico, ou escolheu viver ali, preza por outro tipo de luxo.

A Casa Nynho, que se apresenta como livraria e papelaria afetiva, é cenário de lançamentos e outros convescotes. A educadora Fabiane Vitiello reservou um canto da loja para os livros amaciados, ou seja, que já foram lidos por alguém e podem ser comprados por uma pechincha.

Sobre o horário de funcionamento da Casa Nynho, o marido de Vitiello, Eduardo Ferreira, vai logo avisando: não tem. E se alguém precisa comprar um livro de repente? “A gente explica onde está a chave, a pessoa entra, pega e paga depois.” Simples assim, como a alma de São Chico.

A repórter viajou a convite da Pousada A Rosa e o Rei



PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA ★ ★ ★

GRANDES RESULTADOS MERECEM GRANDE REPERCUSSÃO.

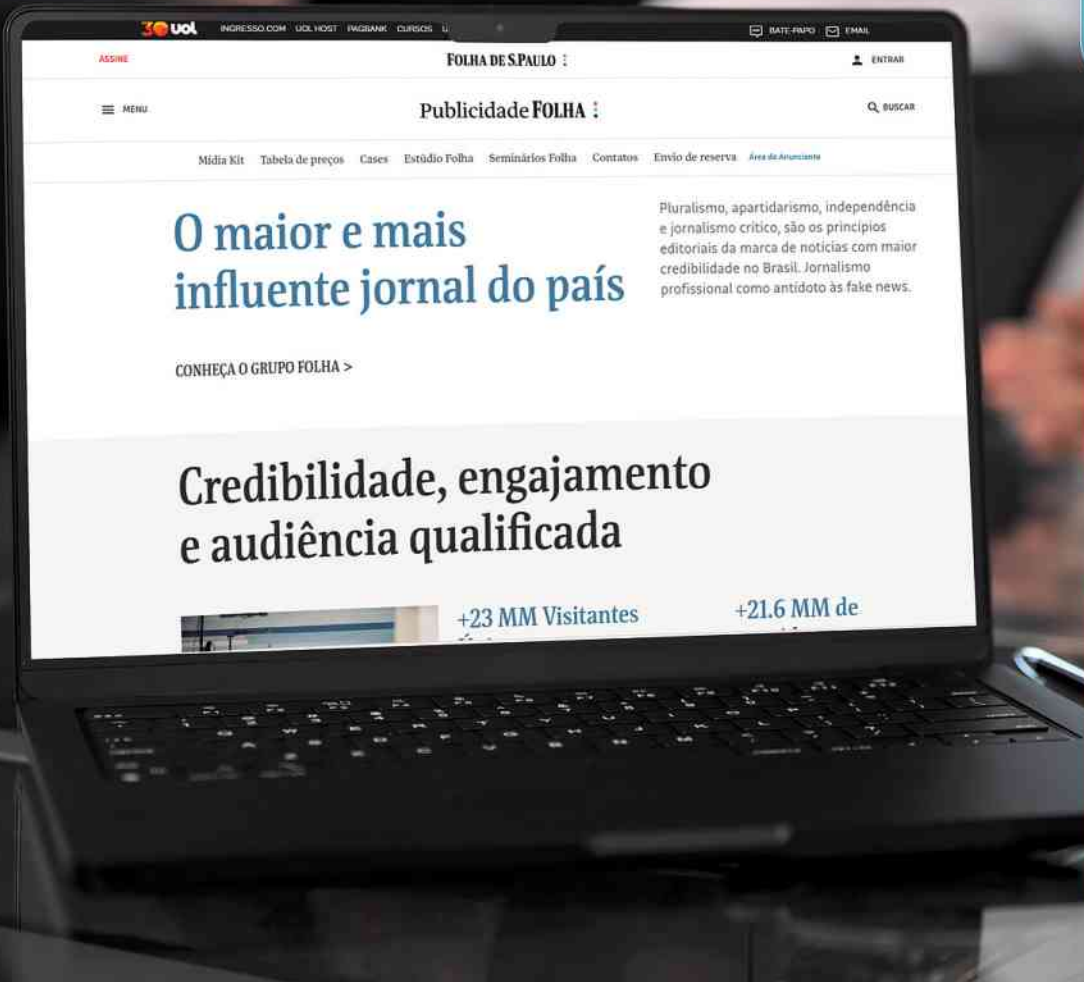
ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL
NO MAIOR JORNAL DO PAÍS.



Circulação paga
multiplataforma¹:
876.028
exemplares por dia

Audiência qualificada²:
28 MM
usuários únicos

Site de jornal com maior
tempo de leitura do país³:
5,6
minutos/visitante



UMA GRANDE EMPRESA
ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL

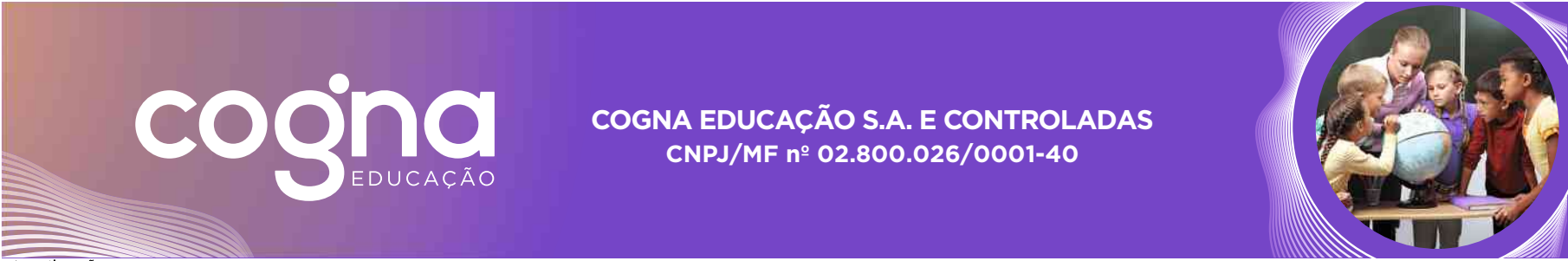
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428



FOLHA DE S. PAULO
★ ★ ★

Portal de Publicidade
Legal Folha ★ ★ ★

(1) FONTE: BDO, CIRCULAÇÃO TOTAL FOLHA - ASSINANTES FOLHA - DEZEMBRO/2025. (2) FONTE: COMSCORE KEY MEASURES - AVERAGE MINUTES PER VISITOR - NOVENBRO/2025. (3) FONTE: GA, GOOGLE ANALYTICS - SET/2025.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com previsão de pagamento para maio de 2026. Durante o exercício foi pago o montante de R\$ 120.297, sendo R\$ 119.778 em 29 de maio de 2025 e R\$ 519 em 13 de agosto de 2025 referente ao exercício anterior. Os movimentos do exercício foram demonstrados abaixo:

Saldo inicial dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024	Controladora	120.822
Pagamento efetuado em maio/2025, referente ao exercício de 2024	(120.297)	
Dividendos destinados da reserva de lucros a realizar do exercício de 2024, a serem pagos em 2028	88.147	
(-) Ajuste a valor presente, atrelado aos dividendos a serem pagos em 2028	(27.626)	
Dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício 2025	148.561	
Dividendos intermediários, pagos em fevereiro/2026	120.000	
Dividendos, a serem pagos em 2026	28.561	
Saldo final dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025	209.607	
Passivo circulante	149.086	
Passivo não circulante	60.521	
	209.607	

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 626.908, mediante capitalização do saldo da Reserva Estatutária para Investimentos. O aumento foi efetivado mediante a emissão de 187.660.621 ações bonificadas, atribuídas na proporção de 1 Ação Bonificada para cada 10 ações ordinárias que os acionistas possuíam no fechamento do pregão da B3 do dia 23 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$ 8.294.523, correspondente a 2.064.266.831 ações ordinárias nominativas (R\$ 7.667.615, correspondente a 1.876.606.210 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2024). Apresentamos a seguir sua respectiva distribuição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Total de ações ex-tesouraria	8.212.097	1.995.588.175	7.631.168	1.844.341.341
Total de ações em tesouraria	82.426	68.678.656	36.447	32.264.869
Total de ações	8.294.523	2.064.266.831	7.667.615	1.876.606.210

Adicionalmente a seguir apresentamos as movimentações ocorridas nas ações em tesouraria:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Saldo inicial	36.447	32.264.869	12.154	4.650.087
Recompra de ações em tesouraria (i)	53.816	36.114.891	37.108	32.996.400
Alienação de ações	(7.837)	(5.944.618)	(12.815)	(5.381.618)
Bonificação de ações (ii)	—	6.243.514	—	—
Saldo final	82.426	68.678.656	36.447	32.264.869

(i) Foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de janeiro de 2025, o Programa de Recompra de Ações, no qual a Companhia poderá adquirir até 144.221.637 ações ordinárias. O prazo máximo para a realização da negociação de ações da própria emissão da Companhia será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 20 de janeiro de 2025 e encerrando-se em 20 de janeiro de 2026. (ii) Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2025 a emissão de novas ações a título de bonificação aos titulares de ações da Companhia na proporção de 1 ação bonificada para cada 10 ações ordinárias.

11.2. Reserva de capital e opções outorgadas: A Companhia concede planos de remuneração baseado em ações aos executivos e empregados do Grupo e considerou a apropriação dos valores calculados a partir da data que eles passaram a dedicar-se às operações do Grupo. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 29 das demonstrações contábeis completas. Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios: Saldo constituído em função das aquisições de Unopar e Anhanguera, decorrentes das operações descritas abaixo: Unopar: em 15 de dezembro de 2011, 20% do pagamento da aquisição, equivalente a R\$ 260.000, foi realizado por meio de ações de emissão da Companhia e correspondeu a 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais, as quais foram emitidas em 28 de setembro de 2012, líquidas a crédito de R\$ 16.127 referente ao valor patrimonial contábil das "holdings" detentoras dos 20% do capital social da Unopar; e Anhanguera: Em 03 de julho de 2014, em decorrência da incorporação de ações da Anhanguera, houve emissão de 135.362.103 ações ordinárias de emissões da Companhia. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social e plano de opções constituído nesta incorporação totalizou R\$ 5.908.314 e foi contabilizado como reserva de capital "Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios". A Companhia consumiu parcialmente os saldos desta rubrica com a absorção de prejuízos dos exercícios no montante total a crédito de R\$ 492.879 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 528.930 em 31 de dezembro de 2022, além de R\$ 1.852.970 considerando os anos de 2020 e 2021. Ganho patrimonial em emissão de ações de controlada: Em 30 de julho de 2020, a Companhia Vasta Platform Ltda. ("Vasta") realizou a oferta pública inicial do negócio. As ações classe "A" da Vasta começaram a ser negociadas na NASDAQ em 31 de julho de 2020 e foram liquidadas em 04 de agosto de 2020. Os reflexos dos custos dessa emissão foram registrados pela Companhia contra Reserva de Capital e totalizaram crédito de R\$ 109.677. Durante o exercício de 2022 houve emissão de 256.036 novas ações classe "A" para exercício de ILP, que demandou o registro de ajuste patrimonial líquido de R\$ 711.794 refletindo a valorização patrimonial ocorrida na Vasta. Nos exercícios de 2021, 2023 e 2024 houve registro a crédito dos reflexos de R\$ 66.632 proveniente do programa de recompra de ações classe "A" realizado pela Controlada Vasta Platform Ltda. Transações com acionistas não controladores: Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a oferta de aquisição ("Tender Offer") da participação societária detida por acionistas não controladores em sua controlada Vasta Platform Limited através da aquisição de 97,29% das ações ordinárias classe A a um preço de US\$ 5 por ação. Houve desembolso de R\$ 421.670, pelas ações que aderiram à Oferta em 15 de dezembro de 2025 e foi constituído um passivo de R\$ 12.750, a pagar aos demais acionistas que não formalizaram adesão até a data limite. Após esta transação a Cogna passou a deter 100% de participação em Vasta Platform (77% em 31 de dezembro de 2024). Foi reconhecido no patrimônio líquido em reserva de capital o montante de R\$ 675.688 referente à variação entre o valor justo total da contraprestação paga (e a pagar) e o valor contábil de R\$ 1.110.108 referente à participação dos não controladores. As participações de não controladores foram baixadas no balanço patrimonial nesta data. As demais movimentações totalizam o montante de R\$ 204.413, constituído pelas reservas de outorgas, ganho ou perda de ações em tesouraria, dentre outros. As reservas de capital são consumidas pelos prejuízos acumulados. Sendo essas as principais movimentações, o saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 4.692.994 (R\$ 4.000.628 em 31 de dezembro de 2024). 11.3. Reservas de lucros: 11.3.1. Reserva legal: Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme determina a legislação societária, a reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. O saldo da reserva no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 75.270 (R\$ 43.994 em 31 de dezembro de 2024). 11.3.2. Reserva de lucros a realizar: Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício corrente, reduzindo o valor da distribuição do dividendo obrigatório, tendo como objetivo não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia atrelado a equivalência patrimonial da controlada direta Vasta. A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva era de R\$ 88.147, sendo aprovada a destinação de sua totalidade para distribuição de dividendos intermediários pela Companhia em 18 de dezembro de 2025, no qual serão pagos em 20 de dezembro de 2028, conforme nota explicativa 27 das demonstrações contábeis completas. Foi apurado o ajuste a valor presente de R\$ 27.626 por se tratar de uma operação de longo prazo, sendo R\$ 60.521 o valor líquido em 31 de dezembro de 2025. 11.3.3. Dividendos mínimos obrigatórios: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia aprovou ad referendum a destinação de R\$ 148.561 (R\$ 120.822 em 31 de dezembro de 2024). Vide nota explicativa 10. 11.3.4. Reserva para investimento e expansão: Essa reserva estatutária faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas e destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício as operações de investimento e expansão da Companhia e de suas controladas, conforme plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração, respeitando o limite estatutário de até 75% do lucro líquido ajustado do exercício. O saldo da reserva no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 445.682 (R\$ 626.908 em

31 de dezembro de 2024). 11.4. Participação de acionistas não controladores: Conforme informado na nota 28.2, com a conclusão da Tender Offer, o saldo de participação de não controladores de Vasta Platform Limited foi baixado em dezembro de 2025. O saldo pertencente aos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 1.081, representando 49% do patrimônio líquido da controlada indireta Escola Start Ltda. (R\$1.149.459 em 31 de dezembro de 2024, o qual incluía principalmente os acionistas não controladores de Vasta Platform).

12. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

12.1. Plano de Performance Shares - PSU: 12.1.1. Plano PSU 2021: Em 28 de abril de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a criação do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Performance Shares 2021"), e a consequente concessão de autorização ao Conselho de Administração e ao Comitê de Pessoas e Governança da Companhia para que adotem todas as medidas necessárias à implementação e efetivação do mesmo. Poderão ser outorgadas Opções, inclusive as decorrentes da migração, até o limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação deste Plano. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções. O Plano tem por objetivo permitir que os Outorgados recebam Opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições de performance, adquirir e subscrever Ações com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e dos resultados da Companhia alinhando o benefício financeiro a ser obtido pelo Outorgado às Metas Anuais, conforme aplicáveis; (b) alinhar os interesses dos Outorgados aos acionistas da Companhia; (c) possibilitar à Companhia manter, no longo prazo, a ela vinculada ou às Subsidiárias, os Outorgados; e (d) incentivar a criação de valor de longo prazo à Companhia. Poderão ser eleitos como outorgados os administradores e empregados da Companhia ou de suas Subsidiárias que sejam considerados executivos-chave, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Comitê. O valor justo das opções outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e o Preço de Exercício das Opções outorgadas será de R\$ 0,01 (um centavo de real) por Ação. A totalidade das Opções Outorgadas em cada contrato está segregada em um período de 4 (quatro) anos, sendo outorgados 25% (vinte e cinco por cento) ao ano do total de Opções, com cumprimento de carência de 12 (doze) meses relativamente a cada outorga. A Companhia poderá emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações em tesouraria para satisfazer o exercício das opções outorgadas. 12.1.2. Plano PSU 2023: Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 um novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Plano de Performance Shares 2023"), que tem como objetivo permitir que os administradores e/ou empregados da Companhia ou de suas subsidiárias eleitos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas e ESG recebam opções de compra de ações de emissão da Companhia que lhes darão o direito de adquirir ou subscrever ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As opções outorgadas serão de duas espécies distintas: "Opções Bônus Extraordinário" e "Opções Performance", as quais diferem-se pelos (i) respectivos períodos de carência, (ii) pelos Outorgados que serão beneficiários e (iii) pela possibilidade de ajuste do número de opções que poderão ser de fato exercidas pelo Outorgado, em razão do desempenho financeiro da Companhia, verificado o grau de atingimento de determinadas metas financeiras anuais, a serem definidas pelo Conselho de Administração, com base no EBITDA Recorrente e Geração de Caixa Operacional (GCO) da Companhia para cada um dos exercícios sociais de 2025, 2026 e 2027. As Opções outorgadas nos termos do Plano, conferirão direitos de aquisição ou subscrição, e recebimento, de Ações em quantidade total correspondente a até 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação deste Plano (limite máximo de diluição do capital social em decorrência do Plano), já considerando o incremento máximo do número das Opções decorrente do atingimento dos fatores de multiplicação previstos na Cláusula das Metas Financeiras Anuais. O total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano deverá respeitar sempre o limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções. Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Opções outorgadas	Opções canceladas	Opções liquidadas	31/12/2025	Bonificação (i)	Total
Contratos migrados de RSU para PSU 2021	325.620	-	-	(325.620)	-	-
Outorgas PSU 2021	8.010.627	1.182.855	(94.792)	(6.347.026)	2.751.664	275.166
Outorgas PSU 2023	24.228.310	1.932.197	(2.147.602)	-	24.012.905	2.401.291
Total	32.564.557	3.115.052	(2.242.394)	(6.672.646)	26.764.569	2.676.457

(i) Bonificação de ações de 10%, conforme nota explicativa 11.1. A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas dos Planos de Performance Shares (PSU2021 e PSU2023) no montante de R\$ 20.284 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido (R\$ 23.298 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, foram reconhecidas despesas de pessoal com encargos no montante de R\$ 21.227 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (reversão de R\$ 2.512 em 31 de dezembro de 2024), líquido de atualização pelo preço da ação na data de fechamento do exercício. Adicionalmente foi constituído o passivo de R\$ 2.286 a título de "Prêmio Dividendo" conforme previsto nos contratos do Plano PSU23 (R\$ - em 31 de dezembro de 2024). 12.2. Plano de outorga de ações restritas VASTA: Em 31 de julho de 2020 a Cogna Educação S.A., então única acionista da Vasta Platform Limited, aprovou a criação do Plano de Ações Restritas de sua subsidiária Vasta com o objetivo de aumentar o envolvimento dos beneficiários elegíveis na criação de valor e lucratividade da controlada, bem como incentivar que façam contribuições significativas para o desempenho e crescimento da Vasta Platform Limited a longo prazo. Foram outorgados direitos a funcionários e executivos do recebimento de ações Classe A da Vasta Platform limitado a 3% do total de ações da Vasta, o qual correspondem a 2.490.348 ações. A Vasta concedeu contratos de outorga de ações restritas ao beneficiário alocadas em até cinco tranches anuais diferentes, cuja aquisição estará sujeita à continuidade do emprego do beneficiário a serviço da Empresa ou a um membro aplicável do Grupo da Empresa. Cada tranche será liquidada de acordo com o cronograma de aquisição de direitos definido pelo Conselho de Administração nos contratos outorgados. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da subsidiária Vasta na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria ou por meio de emissão de novas ações.

Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Quantidade de ações restritas			
	Ações restritas outorgadas	Ações restritas canceladas	Ações restritas liquidadas	
Planos	31/12/2024			31/12/2025
Plano Vasta	343.671	(21.450)	(213.641)	108.580
Total	343.671	(21.450)	(213.641)	108.580

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 5.579 relativo as despesas de outorgas do Plano de Ações Restritas da Vasta em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido (R\$ 4.181 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, foram reconhecidas como despesas de pessoal com encargos e atualização do saldo acumulados de encargos pelo preço de fechamento da ação Vasta o montante de R\$ 2.638, em contrapartida a provisão de encargos no Passivo (reversão de R\$ 102 em 31 de dezembro de 2024). Em função da deslistagem de Vasta, houve a migração do plano em 20 de janeiro de 2026, conforme nota explicativa 37.2 das demonstrações contábeis completas de eventos subsequentes. 12.3. Plano PSU Vasta 2023: Em reunião do Conselho de Administração da Vasta Platform Limited, realizada em 09 de agosto de 2023 foi aprovado um novo plano de incentivo de longo prazo (ILP) baseado no modelo do "Plano de Performance Shares 2023" adotado por Cogna, com outorga em 2023 e vestings em 2026, 2027 e 2028 e diluição de 1,75% em ações da Vasta.

	Opções outorgadas	Opções canceladas	Opções liquidadas	31/12/2025
Planos	31/12/2024	144.520	(136.195)	(115.247)
Plano PSU Vasta 2023	732.192	-	-	625.270
Total	732.192	144.520	(136.195)	(115.247)

A Companhia reconheceu, em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido, o montante de R\$ 3.277, relativo as despesas de outorgas do Plano PSU Vasta 2023 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.404 em 31 de dezembro de 2024). Ainda, foram reconhecidas como despesas de pessoal com encargos e atualização do saldo acumulados de encargos pelo preço de fechamento da ação Vasta o montante de R\$ 3.039, em contrapartida a provisão de encargos no Passivo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 787 em 31 de dezembro de 2024). Em função da deslistagem de Vasta, houve a migração do plano em 20 de janeiro de 2026, conforme nota explicativa 37.2 das demonstrações contábeis completas de eventos subsequentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Rodrigo Calvo Galindo (Presidente do Conselho)	Nicolau Ferreira Chacur (Vice-Presidente)	Juliana Rozenbaum Munemori (Conselheira Independente)	
Walfrido Silvino dos Mares Guita Neto (Conselheiro)	Ângela Regina Rodrigues de Paula Freitas (Conselheira)	Eduardo Christovam Galdi Mestieri (Conselheiro)	
DIRETORIA			
Roberto Valério Neto (Diretor Presidente)	Frederico da Cunha Villa (Vice-Presidente Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores)	Rodrigo Menezes Cavalcanti (Vice Presidente de experiência de Kroton)	Jeferson Altenhofen Ortiz (Vice-Presidente de Negócios Jovens e Adultos)
CONTADOR			
Sérgio Helano Araújo Betta Júnior - CRC RJ - 102511/O-5			

"As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços ri.cogna.com.br e https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 11 de março de 2026, sem modificações".



Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

Acesse o site
folha.com/seminariosfolha





COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40

[B]³

BRASIL
BOLSA
BALCÃO



Relatório da Administração 2025

Aos Acionistas, Atendendo às disposições legais, a Administração da Cogna Educação S.A. - "Cogna" ou "Companhia" - tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o ano de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
											Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						
											(Em milhares de reais)						
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado		Receita líquida de vendas e serviços	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Circulante						Circulante						Resultado financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa	6	35	17	78.452	94.965	Empréstimos	17	20.287	15.270	61.840	15.270	32	-	-	7.016.663	6.390.593	
Títulos e valores mobiliários	7	263.980	219.469	1.204.440	1.237.230	Debêntures	18	332.223	644.939	332.223	644.939	33	-	-	(1.773.053)	(1.628.621)	
Contas a receber	8	-	-	2.462.136	2.420.665	Arrendamento por direito de uso	19	-	-	200.442	184.267	33	-	-	(416.566)	(484.479)	
Estoque	9	-	-	574.974	429.461	Fornecedores		16.113	4.519	747.676	610.013	33	-	-	(2.189.619)	(2.113.100)	
Adiantamentos		45	814	119.665	105.007	Fornecedores risco sacado	20	-	-	540.237	471.906		-	-	4.827.044	4.277.493	
Tributos a recuperar	10	-	-	61.503	75.116	Obrigações trabalhistas	21	16.717	13.670	403.668	390.640		-	-			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	22.322	23.467	98.295	142.726	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	23.218	55.590		-	-			
Contas a receber na venda de controladas	12	-	-	2.146	9.481	Tributos a pagar	22	4.113	1.548	63.781	55.040		-	-	(726.438)	(575.612)	
Outros créditos	13	4.889	249	100.348	112.715	Adiantamentos de clientes		-	-	225.150	181.707		-	-	7.596	17.122	
Debêntures a receber de partes relacionadas	30	19.695	499.258	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	5.2	5.426	-	6.116	-		-	-	(5.609)	(23.661)	
Partes relacionadas - outros	30	414.430	279.203	-	-	Contas a pagar - aquisições	23	-	-	31.016	68.371		1.024.800	1.282.752	(15.620)	(12.300)	
Total do ativo circulante		725.396	1.022.477	4.701.959	4.627.366	Dividendos a pagar	27	149.086	120.822	149.139	120.822		1.019.996	1.281.552	1.307.019	1.351.968	
Não circulante						Demais contas a pagar		17.702	6.008	45.984	82.492						
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas - outros	30	14.311	5.925	-	-						
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	43.701	38.929							Resultado financeiro					
Contas a receber	8	-	-	158.062	92.690							Receitas financeiras					
Tributos a recuperar	10	-	-	18.937	5.449							Despesas financeiras					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	80.418	51.370	124.349	104.636							Lucro operacional antes dos impostos					
Contas a receber na venda de controladas	12	-	-	-	1.877							Imposto de renda e contribuição social					
Outros créditos	13	-	-	96.231	99.568							Correntes					
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	25	-	-	66.836	55.745							Diferidos					
Depósitos judiciais	25	805	987	52.384	46.890							Lucro das operações continuadas					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	605.664	650.701							Resultado das operações descontinuadas					
Debêntures a receber de partes relacionadas	30	817.627	497.521	-	-							Lucro do exercício					
Partes relacionadas - outros	30	146.106	123.994	-	-							Atribuído a:					
Investimentos	14	15.951.369	15.032.805	36.563	52.183							Acionistas controladores					
Demais investimentos	14(d)	-	-	2.979	1.608							Acionistas não controladores					
Imobilizado	15	-	-	3.530.577	3.676.028							Lucro básico por ação ON - R\$ - operações continuadas					
Intangível	16	513.906	514.127	14.684.745	14.746.730							Lucro diluído por ação ON - R\$ - operações continuadas					
Total do ativo não circulante		17.510.231	16.220.804	19.421.028	19.573.034							Lucro básico por ação ON - R\$ - consolidado					
												Lucro diluído por ação ON - R\$ - consolidado					
												As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
												DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
												Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024					
												(Em milhares de reais)					
												Controladora					
												Consolidado					
												31/12/2025					
												31/12/2024					
												31/12/2025					
												31/12/2024					
												625.519					
												879.871					
												586.035					
												991.631					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					
												-					



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ. nº 60.633.674/0001-55



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública dependente do Estado de São Paulo que tem como missão superar os desafios da sociedade por meio da ciência, tecnologia e inovação aplicadas nas políticas públicas e setores produtivos. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária como parte de seus recursos para operação, e possui personalidade jurídica de direito privado. O IPT, com seus 126 anos de existência, desde sua fundação como Gabinete de Resistência dos Materiais na Universidade de São Paulo, atua prestando apoio tecnológico a parceiros dos setores público e privado. Sua operação está organizada em oito Unidades de Negócio, abrangendo Materiais Avançados, Energia, Bionanomanufatura, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metrológicas e Ensino Tecnológico. Conta também com os núcleos NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde), Núcleo IPT Amazônia, NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) e NUCERT (Núcleo de Certificação de Produtos). A atuação do Instituto integra escala operacional, diversidade técnica e apoio estratégico à inovação, com o desenvolvimento de tecnologias entre os níveis TRL 3 e TRL 9, contribuindo para a superação dos desafios de escalonamento. Seu portfólio reúne mais de 2 mil serviços nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, ensaios e análises, inspeção e monitoramento, medição e calibração, ensino tecnológico, contando com equipe especializada na captação de recursos de fomento, apoiada pelas unidades Embrapii-Processos Biotecnológicos e Embrapii-Materiais de Alto Desempenho. O IPT dispõe de infraestrutura superior a 120 mil metros quadrados, com mais de R\$ 320 milhões em capital investido e R\$ 178 milhões em ativo imobilizado, além de equipes técnicas altamente capacitadas. A agilidade de gestão proporcionada pela Fundação de Apoio ao IPT, parceira do IPT, viabiliza a captação ágil de recursos, fortalecendo projetos estratégicos e ampliando o atendimento às demandas da indústria, do governo e da sociedade. Ao longo de sua trajetória, o IPT consolidou-se como agente fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico, transformando conhecimento em soluções aplicadas de impacto para a sociedade e fortalecendo políticas públicas e cadeias produtivas. Cumprindo seu papel de braço tecnológico do Governo do Estado de São Paulo, atua alinhado ao interesse público, com excelência técnica, compromisso institucional e foco em resultados. Sua missão, visão e valores orientam a cultura organizacional e o modelo de gestão, assegurando coerência entre propósito, atuação e governança, e reforçando o compromisso com a geração de valor para a sociedade.

A Operação
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), como empresa pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, atua de forma integrada junto à sociedade, ao governo e à indústria, aplicando conhecimento científico e tecnológico para enfrentar desafios de diferentes naturezas e níveis de complexidade. Em 2025, essa atuação foi ampliada e diversificada, combinando o atendimento técnico tradicional com novas frentes voltadas à inovação, à colaboração e ao desenvolvimento conjunto de soluções, por meio de projetos estruturantes e programas de inovação aberta que fortaleceram parcerias, promoveram a transferência de conhecimento e ampliaram o impacto institucional. No apoio às políticas públicas, o IPT contribuiu para a formulação, implementação e aprimoramento de ações governamentais em áreas estratégicas, com iniciativas alinhadas às prioridades da agenda pública e ao desenvolvimento sustentável. Destaca-se o projeto de Transformação Digital em Manufatura Avançada e Cidades Inteligentes e Sustentáveis, financiado pela FAPESP, que reuniu ampla rede de instituições e pesquisadores, resultando no desenvolvimento de protótipos e na produção expressiva de trabalhos científicos, com aplicações relevantes para a indústria e a gestão urbana. Na área ambiental e patrimonial, o IPT atuou na recuperação da Trilha da Pedra Lisa, em Paranapiacaba, por meio de um projeto financiado pelo Fundo de Interesses Difusos, que integrou diagnósticos arqueológicos e ambientais, execução de obras e monitoramento, viabilizando a reabertura da trilha e promovendo a valorização do território, o turismo sustentável e a preservação ambiental. Também merece destaque a participação do Instituto no Centro para Cidades Resilientes a Inundações, financiado pela FAPESP, voltado ao desenvolvimento de soluções científicas, tecnológicas e urbanísticas para mitigar os impactos das inundações urbanas, com foco inicial na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo o uso de gêmeos digitais urbanos, modelagem hidrodinâmica, sistemas preditivos e soluções baseadas na natureza. No campo da saúde pública, o IPT obteve a aprovação de um projeto estratégico no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, no valor de R\$ 13 milhões, para o desenvolvimento de um dispositivo microfluídico voltado ao diagnóstico molecular simultâneo de múltiplas arboviroses, fortalecendo a vigilância epidemiológica, a capacidade de resposta do sistema de saúde e a autonomia tecnológica nacional, em parceria com a Fiocruz e a UFTM.

Ainda no apoio a políticas públicas, o Instituto atuou no desenvolvimento e validação de um novo método de certificação de cronotacógrafos, em parceria com o IPEM-SP, contribuindo para tornar o processo regulatório mais ágil, seguro e confiável, com impactos diretos na segurança viária e na fiscalização do transporte rodoviário. No atendimento ao setor privado, o IPT aplicou conhecimento científico e tecnológico para fortalecer a competitividade industrial, desenvolver soluções de alto valor agregado e incorporar inovação em produtos e processos. Em 2025, projetos como o da nova geração de veículos da Stock Car Brasil evidenciaram a capacidade do Instituto em engenharia avançada e ciência dos materiais, resultando em significativa redução de peso dos veículos e melhoria expressiva de desempenho, além de impactos positivos na cadeia produtiva, na geração de empregos e na formação de pessoal especializado. Na área de sustentabilidade e economia circular, o Projeto Tramppo, desenvolvido em parceria com empresa especializada em reciclagem, resultou na criação de uma nova rota tecnológica para a reciclagem de lâmpadas LED, no desenvolvimento de equipamentos específicos e no depósito de patentes, demonstrando a capacidade do IPT de gerar inovação com proteção intelectual e aplicação industrial. De forma integrada, essas iniciativas evidenciam o papel do IPT como agente estratégico de desenvolvimento tecnológico e inovação, com atuação consistente no fortalecimento de políticas públicas, no apoio à indústria e na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais para a sociedade.

Desempenho Institucional
Em 2025, o IPT atendeu 3.058 clientes, abrangendo 697 municípios em todo o Brasil, sendo 270 municípios no Estado de São Paulo, o que corresponde a 42% de cobertura estadual. No âmbito nacional, suas atividades alcançaram 26 estados brasileiros, representando 96% de cobertura do território nacional, além de atuação internacional em 16 países, equivalente a 8% de cobertura global. Esse alcance territorial reflete a capilaridade das atividades do Instituto e sua capacidade de atender demandas técnicas e tecnológicas de diferentes escalas e complexidades. O volume de entregas técnicas foi igualmente expressivo. Ao longo do exercício, o IPT emitiu 17.340 documentos técnicos, superando a meta pactuada no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que previa a emissão de 16.000 documentos em 2025. Esses documentos incluem laudos, pareceres técnicos, relatórios de ensaios laboratoriais, relatórios técnicos e entregas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, constituindo a base técnica que sustenta tanto a atuação junto a políticas públicas quanto o atendimento ao setor produtivo. O faturamento total do IPT em 2025 atingiu R\$ 84,8 milhões, com 56% desse montante proveniente de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Essa composição evidencia o alinhamento do modelo econômico do Instituto com sua missão institucional, ao priorizar projetos de maior valor agregado tecnológico e maior impacto estrutural para o Estado de São Paulo. O desempenho financeiro foi impulsionado, em grande medida, pela ampliação da captação de recursos externos para inovação. Em 2025, o IPT submeteu 17 propostas a editais de fomento junto a agências como Finep, Fapesp, CNPq, Fundep e ao Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) do Ministério da Saúde, totalizando R\$ 266 milhões em recursos pleiteados. Desse montante, mais de R\$ 219 milhões foram aprovados (em fase de contratação), resultado que demonstra elevada competitividade técnica e capacidade institucional de estruturar projetos de grande porte. No âmbito específico da Embrapii, o IPT operou duas unidades em 2025. A unidade IPT Materiais de Alto Desempenho firmou sete projetos, totalizando R\$ 19,34 milhões, enquanto a unidade IPT Processos Biotecnológicos assinou um projeto no valor de R\$ 1,04 milhão. Adicionalmente, a atuação em projetos cooperativos resultou em receita superior a R\$ 1,2 milhão por taxa de sucesso, reforçando a capacidade do Instituto de capturar valor econômico a partir da inovação desenvolvida em parceria com empresas. Do ponto de vista da eficiência administrativa, o IPT implementou medidas com impacto financeiro direto. Em 2025, foi realizado o primeiro leilão de bens inservíveis, envolvendo sucatas, veículos e equipamentos, resultando em arrecadação de R\$ 459 mil. Também foram adotadas Atas de Registro de Preços para obras e manutenção, reduzindo prazos e custos operacionais. Na área de tecnologia da informação, a implantação de telefonia VoIP gerou redução aproximada de 90% nos custos desse serviço. Ao longo do ano, foram registrados mais de 11 mil atendimentos técnicos, com 94% de satisfação dos usuários, evidenciando eficiência operacional aliada à qualidade do serviço interno.

Considerações
O conjunto de resultados alcançados em 2025 evidencia que o desempenho econômico-financeiro do IPT está diretamente associado a uma estratégia institucional baseada em investimentos estruturantes, inovação aplicada, eficiência administrativa e rigor na gestão de recursos públicos. As demonstrações financeiras do exercício refletem não apenas o volume de receitas e investimentos realizados, mas também a consolidação de um modelo institucional capaz de sustentar crescimento, complexidade operacional e geração de valor público de forma consistente e transparente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)									
ATIVO	N.E.	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR		PASSIVO	N.E.	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR	
		ATUAL	REAPRE- SENTADO	REAPRE- SENTADO			ATUAL	REAPRE- SENTADO	REAPRE- SENTADO
CIRCULANTE		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	CIRCULANTE		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.554	30.032	35.273	Fornecedores		4.708	8.526	4.699
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	11.874	7.727	4.805	Arrendamento mercantil - Direito de Uso	10	2.016	1.529	1.492
Contas a receber	5	4.468	4.611	4.577	Receitas a realizar	2.20	–	285	285
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.087	1.082	182	Salários a pagar e encargos a recolher		3.598	3.519	6.471
Impostos antecipados e a recuperar	7	3.179	2.908	2.894	Impostos e contribuições a recolher	11	3.258	3.934	3.712
Estoques	2.8	763	592	525	Adiantamento de clientes		468	848	745
Despesas pagas antecipadamente		145	138	145	Obrigações a pagar - férias e encargos		14.843	14.257	14.536
Depósitos compulsórios		164	236	276	Parcelamentos fiscais	11	4.279	3.733	3.701
Outros valores a receber		2	319	318	Subvenções governamentais - agências de fomento	12	12.197	7.919	9.277
Total do Ativo Circulante		36.236	47.645	48.995	Outras obrigações		38	38	222
NÃO CIRCULANTE					Total do Passivo Circulante		45.405	44.588	45.140
Realizável a longo prazo	2.1	961	1.022	877	NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	2.1 e 8	176.689	170.009	156.899	Parcelamentos fiscais	13	4.334	7.511	11.017
Intangível	9	3.376	1.777	1.382	Outras exigibilidades - Receita de doação - Agência de fomento	14	32.521	31.903	32.316
Total do Ativo Não Circulante		181.026	172.808	159.158	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	15.904	22.801	23.437
					Provisão para dissídio coletivo	15	4.751	2.674	8.323
					Provisão para IPTU-imunidade	11.b	–	9.560	–
					IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.414	1.510	1.606
					Provisão para ppr	15	3.153	3.139	–
					Receitas a realizar		–	–	285
					Arrendamento mercantil - Direito de uso	10	1.812	592	684
					Total do Passivo Não Circulante		63.889	79.690	77.668
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17			
					Capital social		320.039	303.074	289.534
					Reservas de capital		9.382	9.382	9.382
					Reservas de lucros		264	264	264
					Recurso para aumento de capital		7.296	16.965	13.539
					Prejuízos acumulados		(229.013)	(233.510)	(227.374)
					Total do Patrimônio Líquido		107.968	96.175	85.345
TOTAL DO ATIVO		217.262	220.453	208.153	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		217.262	220.453	208.153

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)							
	N.E.	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
		289.534	9.382	264	13.539	(225.064)	87.655
SALDOS DE ABERTURA EM 01 DE JANEIRO DE 2024	2.1	–	–	–	–	(2.310)	(2.310)
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	–	–	–	–
SALDOS DE ABERTURA AJUSTADO		289.534	9.382	264	13.539	(227.374)	85.345
Aumento de capital		13.539	–	–	(13.539)	–	–
Recurso para aumento de capital		1	–	–	16.965	–	16.966
IRPJ/CSLL diferido - C.M. 8200/91		–	–	–	–	97	97
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(6.233)	(6.233)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		303.074	9.382	264	16.965	(233.510)	96.175
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 REAPRESENTADO		303.074	9.382	264	16.965	(233.510)	96.175
Aumento de capital		16.965	–	–	(16.965)	–	–
Recurso para aumento de capital		–	–	–	7.296	–	7.296
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91		–	–	–	–	96	96
Lucro do exercício		–	–	–	–	4.401	4.401
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		320.039	9.382	264	7.296	(229.013)	107.968

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)			
	EXERCÍCIO ATUAL 01/01/2025 A	EXERCÍCIO ANTERIOR 01/01/2024 A	
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços e produtos		45.807	51.254
Subvenção econômica - GESP		123.347	117.607
Subvenção econômica - Fomento		38.860	25.875
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		208.014	194.736
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.104)	(6.776)
Devoluções e cancelamentos		(184)	(776)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		201.726	187.184
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a	(136.374)	(129.163)
LUCRO BRUTO (DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS		65.352	58.021
Gerais e administrativas	20b	(49.760)	(45.649)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(3.272)	(3.120)
Serviços de terceiros		(16.688)	(14.145)
Depreciações e amortizações		(3.788)	(3.192)
Provisões diversas		5.144	(7.766)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		5.982	7.445
		(62.382)	(66.427)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.970	(8.406)
Receitas financeiras		3.047	4.069
Despesas financeiras		(1.616)	(1.896)
RESULTADO FINANCEIRO		1.431	2.173
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.401	(6.233)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.401	(6.233)
* Por lote de mil ações do capital social final		0,01	-0,02
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)			
	EXERCÍCIO ATUAL 01/01/2025 A	EXERCÍCIO ANTERIOR 01/01/2024 A	
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		4.401	(6.233)
Outros resultados abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		4.401	(6.233)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)			
	EXERCÍCIO ATUAL 01/01/2025 A	EXERCÍCIO ANTERIOR 01/01/2024 A	
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL		4.401	(6.233)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Depreciação/Amortização		12.087	12.797
Demais Provisões		(5.221)	7.246
Provisão/Reversão para perdas de créditos		77	520
Subtotal		11.344	14.330
Variações no Ativo Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas		(4.147)	(2.922)
Contas a receber		143	(34)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		(5)	(900)
Impostos antecipados e a recuperar		(271)	(14)
Estoques		(171)	(67)
Despesas pagas antecipadamente		(7)	7
Depósitos compulsórios		72	40
Outros valores a receber		317	(1)
Subtotal		(4.069)	(3.891)
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		(3.818)	3.827
Arrendamento mercantil		1.707	(55)
Receitas a realizar		(285)	(285)
Salários a pagar e encargos a recolher		79	(2.952)
Impostos e contribuições a recolher		(676)	222
Adiantamento de clientes		(380)	103
Obrigações a pagar - férias e encargos		586	(279)
Subvenções governamentais - agências de fomento		4.278	(1.358)
Realização de provisões		(9.222)	(1.352)
Outras obrigações		-	(184)
Subtotal		(7.731)	(2.313)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(456)	8.126
Atividades de Investimento			
Aumento do realizável a longo prazo		61	(145)
Aquisição de bens do imobilizado		(13.074)	(24.457)
Baixas de bens do imobilizado e intangível		597	603
Aumento de capital		16.965	13.540
Doações recebidas em bens		(5.598)	(1.697)
Adição de intangível		(2.291)	(750)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.340)	(12.906)
Atividades de Financiamento			
Parcelamentos		(2.631)	(3.474)
Outras exigibilidades		618	(413)
Recursos para aumento de capital		(9.669)	3.426
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento		(11.682)	(461)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15.478)	(5.241)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		30.032	35.273
No final do exercício		14.554	30.032
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15.478)	(5.241)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)			
	EXERCÍCIO ATUAL 01/01/2025 A	EXERCÍCIO ANTERIOR 01/01/2024 A	
	31/12/2025	31/12/2024	
Receitas	213.778	201.252	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	45.624	50.478	
Subvenção econômica - GESP	123.347	117.607	
Subvenção econômica - Fomento	38.860	25.875	
Outras receitas	6.024	7.812	
Provisão/Reversão de créditos liquidação duvidosa	(77)	(520)	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(152.143)	(141.612)	
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(131.239)	(124.196)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.613)	(15.980)	
Outros	(2.291)	(1.436)	
Valor Adicionado Bruto	61.635	59.640	
Retenções	(3.787)	(3.192)	
Depreciação, amortização e exaustão	(3.787)	(3.192)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	57.848	56.448	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.047	4.069	
Receitas financeiras	3.047	4.069	
Valor Adicionado Total a Distribuir	60.895	60.517	
Distribuição do Valor Adicionado	60.895	60.517	
Pessoal	53.834	49.685	
Remuneração direta	27.656	24.437	
Encargos sociais	12.044	11.172	
FGTS	7.350	7.017	
Benefícios	6.784	7.059	
Impostos, Taxas e Contribuições	6.265	7.556	
Federais	4.347	5.365	
Estaduais	21	10	
Municipais	1.897	2.181	
Remuneração de Capitais de Terceiros	(3.605)	9.509	
Juros	1.616	1.896	
Outros	(5.221)	7.613	
Remuneração de Capitais Próprios	4.401	(6.233)	
Lucro/Prejuízo do exercício	4.401	(6.233)	
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			

1.3 Inovação Aberta
Em 2025, o programa IPT Open avançou de forma significativa em seu processo de amadurecimento, consolidando seu papel como orquestrador do ecossistema de inovação do IPT. Ao longo do ano, houve a revisão do posicionamento estratégico, do portfólio de atividades e de aspectos de governança, com foco em fortalecer a criação e a operação de novos modelos de negócios e a construção de parcerias para inovação. Esse reposicionamento buscou conectar de maneira mais estruturada as competências técnicas do IPT aos diversos atores do ecossistema, como outras ICTs, associações setoriais, agências de fomento, startups e governos, resultando também na definição de novas verticais de atuação do programa.
Os Centros de Inovação permaneceram como elemento central do portfólio do IPT Open. Ao final de 2025, seis empresas estavam instaladas no campus do IPT (Google, Inteli, Vale, WEG, Cecil e Tupy) e havia negociações em andamento para o ingresso de outras empresas. Para sustentar e qualificar essas parcerias, foram implementadas ações relevantes de aprimoramento do programa, incluindo a revisão de documentos estruturantes, como os modelos de plano de trabalho e de prestação de contas, a recomposição da comissão de P&D e a revisão de processos internos voltados ao fortalecimento da governança. Nesse contexto, também foi proposto um novo modelo de parceria entre o IPT e associações empresariais que mantêm escritórios no campus principal do Instituto.

No campo da inovação aberta, destacaram-se em 2025 as modalidades de aceleração e incubação de startups. Na vertical de aceleração, a parceria com o programa Sebrae for Startups, vigente desde 2022, seguiu como um dos principais instrumentos de atuação, desdobrando-se nos programas Start Bio e Start IA, voltados ao desenvolvimento tecnológico de startups de biotecnologia e inteligência artificial, além dos Bootcamps Start Deeptech, direcionados à capacitação de empreendedores em estágios iniciais ou interessados em criar startups de base científica. Ao todo, 93 startups foram atendidas por esses programas ao longo do ano. Paralelamente, no modelo de incubação, a OpenTech, incubadora e aceleradora do IPT, iniciou a execução de um projeto financiado pelo Sistema Paulista de Ambientes de Inovação (SPAI), com foco na articulação conjunta com outros ambientes de inovação do Estado de São Paulo, além da aprovação de um projeto para a criação de um programa de softlanding voltado à atração de startups estrangeiras interessadas em se instalar no país.
O portfólio do IPT Open também foi ampliado com programas de inovação aberta voltados à conexão entre startups e empresas, especialmente em áreas de deeptech, com o objetivo de enfrentar desafios tecnológicos de alta complexidade e explorar a aplicação de tecnologias disruptivas. Nesses programas, o IPT atuou não apenas na articulação entre os atores, mas também no apoio ao desenvolvimento das soluções tecnológicas das startups, ampliando as chances de sucesso das parcerias com grandes empresas. Ainda em 2025, houve a revisão do modelo dos Hubs de Inovação, que passaram a operar como redes cooperativas organizadas em torno de temas tecnológicos específicos, com o IPT exercendo o papel de orquestrador, responsável pela governança e pela construção conjunta da proposta de valor, contribuindo para acelerar o desenvolvimento, a difusão de tecnologias e a discussão de aspectos regulatórios associados às inovações.
Por fim, o programa viabilizou parcerias estratégicas com associações setoriais, como a Associação Brasileira de Embalagens (ABRE) e a Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED), criando bases para o desdobramento de novas ações ao longo de 2026.

1.4 Desempenho Institucional
Em 2025, o IPT atendeu 3.058 clientes, abrangendo 697 municípios em todo o Brasil, sendo 270 municípios no Estado de São Paulo, o que corresponde a 42% de cobertura estadual. No âmbito nacional, suas atividades alcançaram 26 estados brasileiros, representando 96% de cobertura do território nacional, além de atuação internacional em 16 países, equivalente a 8% de cobertura global. Esse alcance territorial reflete a capilaridade das atividades do Instituto e sua capacidade de atender demandas técnicas e tecnológicas de diferentes escalas e complexidades.
O volume de entregas técnicas foi igualmente expressivo. Ao longo do exercício, o IPT emitiu 17.340 documentos técnicos, superando a meta pactuada no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que previa a emissão de 16.000 documentos em 2025. Esses documentos incluem laudos, pareceres técnicos, relatórios de ensaios laboratoriais, relatórios técnicos e entregas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, constituindo a base técnica que sustenta tanto a atuação junto a políticas públicas quanto o atendimento ao setor produtivo.
O faturamento total do IPT em 2025 atingiu R\$ 84,8 milhões, com 56% desse montante proveniente de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Essa composição evidencia o alinhamento do modelo econômico do Instituto com sua missão institucional, ao priorizar projetos de maior valor agregado tecnológico e maior impacto estrutural para o Estado de São Paulo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
1.1 A companhia
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública dependente do Estado de São Paulo que tem como missão superar os desafios da sociedade por meio da ciência, tecnologia e inovação aplicadas nas políticas públicas e setores produtivos. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária como parte de seus recursos para operação, e possui personalidade jurídica de direito privado. O IPT, com seus 126 anos de existência, desde sua fundação como Gabinete de Resistência dos Materiais na Universidade de São Paulo, atua prestando apoio tecnológico a parceiros dos setores público e privado.
Sua operação está organizada em oito Unidades de Negócio, abrangendo Materiais Avançados, Energia, Bionanomanufatura, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metrológicas e Ensino Tecnológico. Conta também com os núcleos NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde), Núcleo IPT Amazônia, NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) e NUCERT (Núcleo de Certificação de Produtos).
A atuação do Instituto integra escala operacional, diversidade técnica e apoio estratégico à inovação, com o desenvolvimento de tecnologias entre os níveis TRL 3 e TRL 9, contribuindo para a superação dos desafios de escalonamento. Seu portfólio reúne mais de 2 mil serviços nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, ensaios e análises, inspeção e monitoramento, medição e calibração, ensino tecnológico, contando com equipe especializada na captação de recursos de fomento, apoiada pelas unidades Embrapii-Processos Biotecnológicos e Embrapii-Materiais de Alto Desempenho.
O IPT dispõe de infraestrutura superior a 120 mil metros quadrados, com mais de R\$ 320 milhões em capital investido e R\$ 178 milhões em ativo imobilizado, além de equipes técnicas altamente capacitadas. A agilidade de gestão proporcionada pela Fundação de Apoio ao IPT, parceira do IPT, viabiliza a captação ágil de recursos, fortalecendo projetos estratégicos e ampliando o atendimento às demandas da indústria, do governo e da sociedade.
Ao longo de sua trajetória, o IPT consolidou-se como agente fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico, transformando conhecimento em soluções aplicadas de impacto para a sociedade e fortalecendo políticas públicas e cadeias produtivas. Cumprindo seu papel de braço tecnológico do Governo do Estado de São Paulo, atua alinhado ao interesse público, com excelência técnica, compromisso institucional e foco em resultados. Sua missão, visão e valores orientam a cultura organizacional e o modelo de gestão, assegurando coerência entre propósito, atuação e governança, e reforçando o compromisso com a geração de valor para a sociedade.
1.2 A Operação
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), como empresa pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, atua de forma integrada junto à sociedade, ao governo e à indústria, aplicando conhecimento científico e tecnológico para enfrentar desafios de diferentes naturezas e níveis de complexidade. Em 2025, essa atuação foi ampliada e diversificada, combinando o atendimento técnico tradicional com novas frentes voltadas à inovação, à colaboração e ao desenvolvimento conjunto de soluções, por meio de projetos estruturantes e programas de

inovação aberta que fortaleceram parcerias, promoveram a transferência de conhecimento e ampliaram o impacto institucional.
No apoio às políticas públicas, o IPT contribuiu para a formulação, implementação e aprimoramento de ações governamentais em áreas estratégicas, com iniciativas alinhadas às prioridades da agenda pública e ao desenvolvimento sustentável. Destaca-se o projeto de Transformação Digital em Manufatura Avançada e Cidades Inteligentes e Sustentáveis, financiado pela FAPESP, que reuniu ampla rede de instituições e pesquisadores, resultando no desenvolvimento de protótipos e na produção expressiva de trabalhos científicos, com aplicações relevantes para a indústria e a gestão urbana.
Na área ambiental e patrimonial, o IPT atuou na recuperação da Trilha da Pedra Lisa, em Paranapiacaba, por meio de um projeto financiado pelo Fundo de Interesses Difusos, que integrou diagnósticos arqueológicos e ambientais, execução de obras e monitoramento, viabilizando a reabertura da trilha e promovendo a valorização do território, o turismo sustentável e a preservação ambiental.
Também merece destaque a participação do Instituto no Centro para Cidades Resilientes a Inundações, financiado pela FAPESP, voltado ao desenvolvimento de soluções científicas, tecnológicas e urbanísticas para mitigar os impactos das inundações urbanas, com foco inicial na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo o uso de gêmeos digitais urbanos, modelagem hidrodinâmica, sistemas preditivos e soluções baseadas na natureza.
No campo da saúde pública, o IPT obteve a aprovação de um projeto estratégico no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, no valor de R\$ 13 milhões, para o desenvolvimento de um dispositivo microfluídico voltado ao diagnóstico molecular simultâneo de múltiplas arboviroses, fortalecendo a vigilância epidemiológica, a capacidade de resposta do sistema de saúde e a autonomia tecnológica nacional, em parceria com a Fiocruz e a UFTM.
Ainda no apoio a políticas públicas, o Instituto atuou no desenvolvimento e validação de um novo método de certificação de cronotacógrafos, em parceria com o IPEM-SP, contribuindo para tornar o processo regulatório mais ágil, seguro e confiável, com impactos diretos na segurança viária e na fiscalização do transporte rodoviário.
No atendimento ao setor privado, o IPT aplicou conhecimento científico e tecnológico para fortalecer a competitividade industrial, desenvolver soluções de alto valor agregado e incorporar inovação em produtos e processos. Em 2025, projetos como o da nova geração de veículos da Stock Car Brasil evidenciaram a capacidade do Instituto em engenharia avançada e ciência dos materiais, resultando em significativa redução de peso dos veículos e melhoria expressiva de desempenho, além de impactos positivos na cadeia produtiva, na geração de empregos e na formação de pessoal especializado.
Na área de sustentabilidade e economia circular, o Projeto Tramppo, desenvolvido em parceria com empresa especializada em reciclagem, resultou na criação de uma nova rota tecnológica para a reciclagem de lâmpadas LED, no desenvolvimento de equipamentos específicos e no depósito de patentes, demonstrando a capacidade do IPT de gerar inovação com proteção intelectual e aplicação industrial.
De forma integrada, essas iniciativas evidenciam o papel do IPT como agente estratégico de desenvolvimento tecnológico e inovação, com atuação consistente no fortalecimento de políticas públicas, no apoio à indústria e na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais para a sociedade.



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desempenho financeiro foi impulsionado, em grande medida, pela ampliação da captação de recursos externos para inovação. Em 2025, o IPT submeteu 17 propostas a editais de fomento junto a agências como Finep, Fapesp, CNPq, Fundep e ao Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) do Ministério da Saúde, totalizando R\$ 266 milhões em recursos pleiteados. Desse montante, mais de R\$ 219 milhões foram aprovados (em fase de contratação), resultado que demonstra elevada competitividade técnica e capacidade institucional de estruturar projetos de grande porte.

No âmbito específico da Embrapii, o IPT operou duas unidades em 2025. A unidade IPT Materiais de Alto Desempenho firmou sete projetos, totalizando R\$ 19,34 milhões, enquanto a unidade IPT Processos Biotecnológicos assinou um projeto no valor de R\$ 1,04 milhão. Adicionalmente, a atuação em projetos cooperativos resultou em receita superior a R\$ 1,2 milhão por taxa de sucesso, reforçando a capacidade do Instituto de capturar valor econômico a partir da inovação desenvolvida em parceria com empresas.

Do ponto de vista da eficiência administrativa, o IPT implementou medidas com impacto financeiro direto. Em 2025, foi realizado o primeiro leilão de bens inservíveis, envolvendo sucatas, veículos e equipamentos, resultando em arrecadação de R\$ 459 mil. Também foram adotadas Atas de Registro de Preços para obras e manutenção, reduzindo prazos e custos operacionais.

Na área de tecnologia da informação, a implantação de telefonia VoIP gerou redução aproximada de 90% nos custos desse serviço. Ao longo do ano, foram registrados mais de 11 mil atendimentos técnicos, com 94% de satisfação dos usuários, evidenciando eficiência operacional aliada à qualidade do serviço interno.

1.5 Considerações

O conjunto de resultados alcançados em 2025 evidencia que o desempenho econômico-financeiro do IPT está diretamente associado a uma estratégia institucional baseada em investimentos estruturantes, inovação aplicada, eficiência administrativa e rigor na gestão de recursos públicos. As demonstrações financeiras do exercício refletem não apenas o volume de receitas e investimentos realizados, mas também a consolidação de um modelo institucional capaz de sustentar crescimento, complexidade operacional e geração de valor público de forma consistente e transparente.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram divulgadas em 06 de fevereiro de 2026, devendo ser lidas em conjunto com estas.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2025 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Em conformidade com a NBC TSP 34 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. IPT, na qualidade de entidade controlada, fornece periodicamente ao Governo do Estado de São Paulo, seu ente controlador, as informações contábeis requeridas para fins de consolidação das demonstrações contábeis do setor público estadual.

O envio dessas informações é realizado em atendimento às diretrizes e prazos estabelecidos pela contabilidade central do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de assegurar a fidedignidade, a consistência e a comparabilidade dos dados contábeis, conforme os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público brasileiro.

2.1 Reapresentação de saldos das demonstrações contábeis do exercício de 2024

a) Contextualização, impactos e reapresentação

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23/NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em especial com o disposto em seus itens 41 a 49, notadamente o item 44, bem como com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o IPT procedeu à reapresentação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da identificação de erros na mensuração e na manutenção de saldos contábeis, e não de mudanças de estimativas contábeis.

No exercício de 2024, encontrava-se registrado no ativo não circulante o montante de R\$ 1.833.748,05, referente a depósito judicial vinculado a processo cível. Contudo, em exercícios anteriores a 2024, houve o levantamento integral do referido depósito pela parte autora do processo, fato confirmado posteriormente por meio de consulta ao andamento processual. A manutenção desse saldo no ativo em 2024 caracterizou erro contábil, uma vez que o direito ao ativo já não existia naquela data. Diante dessa constatação, procedeu-se à baixa contábil do valor, com efeitos retrospectivos ao exercício de 2024.

Adicionalmente, foi identificado o registro indevido de receita no montante de R\$ 476.311,73, relacionada a contrato de cessão de uso e benfeitorias realizadas por terceiros no imóvel do IPT que foi encerrado antes do término originalmente pactuado. A permanência desse valor registrado após a cessação do contrato configurou erro no reconhecimento de receita após o encerramento do contrato, uma vez que não subsistia base contratual ou direito à realização do referido montante. Diante disso, o saldo foi integralmente baixado, mediante ajuste retrospectivo com efeitos no exercício de 2024, em conformidade com o item 44 da NBC TG 23, o qual estabelece que erros de períodos anteriores devem ser corrigidos de forma retrospectiva.

A reapresentação das demonstrações contábeis teve como objetivo refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT naquela data-base. Os ajustes resultaram na redução do ativo não circulante, em razão da baixa de depósitos judiciais, bem como na reversão de receitas indevidamente reconhecidas relacionadas a contrato de cessão de uso e às benfeitorias realizadas por terceiros em imóvel do IPT, com reflexos na redução dos saldos de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025. Tais ajustes não impactaram o resultado do exercício de 2025, uma vez que as retificações foram registradas de forma retrospectiva, conforme requerido pelos normativos contábeis aplicáveis.

Na nota explicativa nº 8, item “a”, que apresenta o quadro de composição do ativo imobilizado, encontram-se evidenciados, nos saldos de 31 de dezembro de 2024, os ajustes efetuados na conta específica de *Imobilizado em andamento*, decorrentes da reapresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os normativos contábeis aplicáveis.

Segue abaixo o impacto das demonstrações contábeis de 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 da reclassificação citada:

Reapresentação das demonstrações contábeis					
Composição de Saldo		31/12/2024		01/01/2024	
	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste	Originalmente Apresentado
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	30.032	–	30.032	–	35.273
Aplicações financeiras créditos vinculados	7.727	–	7.727	–	4.805
Contas a receber	4.611	–	4.611	–	4.577
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	1.082	–	1.082	–	182
Impostos antecipados e a recuperar	2.908	–	2.908	–	2.894
Estoque	592	–	592	–	525
Despesas pagas antecipadamente	138	–	138	–	145
Depósitos compulsórios	236	–	236	–	276
Outros valores a receber	319	–	319	–	318
Total do Ativo Circulante	47.645	–	47.645	–	48.995
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo	2.856 (1.834)	1.022	2.711 (1.834)	877	
Imobilizado	170.485 (476)	170.009	157.375 (476)	156.899	
Intangível	1.777	– 1.777	1.382	– 1.382	
Total do Ativo Não Circulante	175.118 (2.310)	172.808	161.468 (2.310)	159.158	
TOTAL DO ATIVO	222.763 (2.310)	220.453	210.463 (2.310)	208.153	

Reapresentação das demonstrações contábeis					
Composição de Saldo		31/12/2024		01/01/2024	
	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste	Originalmente Apresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	8.526	–	8.526	–	4.699
Arrendamento mercantil - Direito de Uso	1.529	–	1.529	–	1.492
Receitas à realizar	285	–	285	–	285
Salários a pagar e encargos a recolher	3.519	–	3.519	–	6.471
Impostos e contribuições a recolher	3.934	–	3.934	–	3.712
Adiantamento de clientes	848	–	848	–	745
Obrigações a pagar - férias e encargos	14.257	–	14.257	–	14.536
Parcelamentos fiscais	3.733	–	3.733	–	3.701
Subvenções governamentais - agências de fomento	7.919	–	7.919	–	9.277
Outras obrigações	38	–	38	–	222
Total do Passivo Circulante	44.588	–	44.588	–	45.140
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamentos fiscais	7.511	–	7.511	–	11.017
Outras exigibilidades - Receita de doação - Agência de Fomento	31.903	–	31.903	–	32.316
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	22.801	–	22.801	–	23.437
Provisão para dissídio coletivo	2.674	–	2.674	–	8.323
Provisão para iptu-imunidade	9.560	–	9.560	–	–

Reapresentação das demonstrações contábeis					
Composição de Saldo		31/12/2024		01/01/2024	
	Originalmente Apresentado	Ajuste	Reapre- sentado	Originalmente Apresentado	Reapre- sentado
IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	1.510	–	1.510	1.606	–
Provisão para ppr	3.139	–	3.139	–	–
Receitas à realizar	–	–	–	285	–
Arrendamento mercantil - Direito de Uso	592	–	592	684	–
Total do Passivo Não Circulante	79.690	–	79.690	77.668	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	303.074	–	303.074	289.534	–
Reservas de capital	9.382	–	9.382	9.382	–
Reservas de lucros	264	–	264	264	–
Recurso para aumento de capital	16.965	–	16.965	13.539	–
Prejuízos acumulados	(231.200)	(2.310)	(233.510)	(225.064)	(2.310)
Total do Patrimônio Líquido	98.485	(2.310)	96.175	87.655	(2.310)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.763	(2.310)	220.453	210.463	(2.310)

2.2 Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das Informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT), sendo uma empresa pública dependente do Governo do Estado de São Paulo, avalia que sua continuidade operacional está solidamente respaldada. Embora o IPT apresente resultados econômicos que, sob uma ótica estritamente privada, poderiam ser considerados críticos e inviabilizariam sua permanência no mercado, essa condição é mitigada por seu caráter público e pela garantia de suporte financeiro do Estado. Como uma instituição que cumpre uma função estratégica de interesse público, o IPT recebe dotação orçamentária diretamente do Governo, que entende a relevância de suas atividades para o desenvolvimento tecnológico, científico e industrial do Estado. Essa dependência do orçamento público assegura que, mesmo diante de resultados econômicos desfavoráveis, a instituição não enfrenta o risco de insolvência ou descontinuidade operacional. O suporte contínuo do Governo do Estado representa, em última análise, uma salvaguarda que protege o IPT das ameaças financeiras típicas enfrentadas por empresas privadas em situações similares.

Portanto, a administração está plenamente convencida de que o IPT possui os recursos necessários para dar continuidade às suas operações no longo prazo. Além disso, não há conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa em manter sua atividade futura. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, sustentado, entre outros fatores, pelos aportes governamentais recebidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.5 Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.6 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas Financeiras” no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de “Subvenções Governamentais-Agências de Fomento”. Recebíveis - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

2.8 Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual.

Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com “ativos semelhantes”.

Os bens adquiridos por meio de projetos com agências de fomento têm a finalidade de viabilizar o desenvolvimento do projeto e contribuir para a modernização da estrutura do IPT. Após a conclusão do projeto e a aprovação das contas, esses bens são doados definitivamente ao Instituto, que passa a ter plena autonomia sobre seu uso e gestão.

A política do IPT estabelece que, sempre que possível, bens que não apresentem mais serventia ao Instituto sejam vendidos, de forma a gerar um valor residual para o caixa. Caso não haja interesse do mercado na aquisição desses bens, a alternativa é a venda como sucata ou ainda a doação preferencialmente para entes públicos que possam fazer uso dos materiais.

O IPT aplica a depreciação e amortização societárias em seus ativos conforme estabelecido na NBC TG 27 (R4), correlação com o IAS 16 (IASB) que determina a base de cálculo sobre o valor residual e o tempo de vida útil remanescente dos bens. Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38.

2.10 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. Nota explicativa nº 9.

2.11 Provisão para perdas por Impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (*Impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como “*Impairment Test*”, apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ. nº 60.633.674/0001-55



→continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. CUSTOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PROVISÕES	b) Composição das despesas administrativas:		Exercício atual	Exercício anterior
	a) Composição do custo:		31/12/2025	31/12/2024
	Exercício atual	Exercício anterior		
	31/12/2025	31/12/2024		
Remuneração, encargos e benefícios	103,798	97.614	Remuneração, encargos e benefícios	45.426
Serviços de terceiros	13.019	11.966	Utilidades	792
Utilidades	5.284	5.268	Impostos e taxas	888
Impostos e taxas	1.030	1.013	Outras	2.654
Depreciação e amortização	9.233	9.387	Total	49.760
Outros custos	4.010	3.915	21. EVENTOS SUBSEQUENTES	45.649
Total	136.374	129.163	Os administradores declaram não existir fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2025 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.	

DIRETORIA

ANDERSON RIBEIRO CORREIA

Diretor

Presidente

NATALIA NETO PEREIRA CERIZE

Diretora de Finanças

e Planejamento

ADRIANO MARIM DE OLIVEIRA

Diretor

de Operações

FABIANO ALBUQUERQUE DE MORAES

Diretor de Desenvolvimento

de Pessoas e Administração

LEVI POMPERMAYER MACHADO

Diretor de Ambientes inovadores

e Inteligência de Mercado

CONTADOR

FRANCISCO SOUTO OUTEDA - Contador - CRC 1SP154222/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

STEPHANIE YUKIE HAYAKAWA DA COSTA

Presidente do Conselho

ANDERSON RIBEIRO CORREIA

Conselheiro Diretor-Presidente

ANDRÉ DA SILVA CURCIO

Conselheiro

JORGE TATINO JÚNIOR

Conselheiro

MARCOS NOGUEIRA MARTINS

Conselheiro

VALMIR GOMES DIAS

Conselheiro

ANDRÉ CARLOS

BUSANELLI DE AQUINO

Conselheiro

ANTONIO EDSON

MACIEL DOS SANTOS

Conselheiro Independente

Coordenador do Comitê de Auditoria

LÉA DE JESUS SILVA E

SILVA DE MORAES REGO

Conselheira Independente

NEREIDE DE OLIVEIRA

Conselheira

Representante dos Empregados

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

RODRIGO FONTENELLE

DE ARAÚJO MIRANDA

Conselheiro

IZADORA RODRIGUES

NORMANDO SIMÕES

Conselheira

JULIANA AUGUSTO

CARDOSO

Conselheira

FRANCISCO RONALD

ROCHA FERNANDES

Conselheiro

PAULO MAURICIO

MACULEVICIUS FERREIRA

Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança instituído em 2018 pelo Conselho de Administração. Composto por cinco membros independentes, tem como Coordenador um membro independente do Conselho de Administração. Trata-se de um órgão de assessoramento, de caráter permanente e vinculado ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Sua atuação é pautada pela independência em relação à Diretoria do IPT, o que significa que suas análises e recomendações são formuladas de maneira autônoma, sem subordinação à gestão executiva. Essa independência é fundamental para garantir a imparcialidade na supervisão dos processos financeiros e operacionais da organização.

O CAE está sujeito às normas estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, que rege a governança das empresas estatais, bem como ao Estatuto Social do IPT e ao seu próprio Regimento Interno, que detalham suas atribuições, responsabilidades e o funcionamento do Comitê.

As funções do CAE são desempenhadas a partir de informações fornecidas pela Diretoria, pelos Auditores Independentes, pela Auditoria Interna, pelos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, pela Ouvidoria e pelos responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. O Comitê também obtém informações em reuniões com representantes das diversas áreas operacionais do IPT.

A Diretoria é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, observando-se a diretriz de garantir a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e gestão de riscos. Já os Auditores Independentes devem assegurar que as Demonstrações Financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

A composição do CAE em 31/12/2025:

Tabela 1 - Composição do Comitê de Auditoria Estatutário.

Nome	Função	Período exercido
Antônio Edson Maciel dos Santos	Coordenador e Conselheiro de Administração Independente	01/01/2025 - 31/12/2025
Marcos Alberto Castelhana Bruno	Membro	01/10/2025 - 31/12/2025
Ivan Stagliano Ismael	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025
Otávio Ramos dos Santos	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025
Paulo Henrique Fernandes Boverio	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025

2. O ANO DE 2025

No exercício de 2025, o CAE realizou 17 (dezessete) reuniões, sendo 12 (doze) ordinárias e 5 (cinco) extraordinárias. A agenda foi estruturada para compatibilizar (a) temas recorrentes de supervisão (demonstrativos, auditorias, controles e integridade) e (b) matérias específicas e extraordinárias que demandaram aprofundamento técnico, em especial temas contábeis e jurídicos de maior materialidade e risco. Ressalta-se que a publicidade das deliberações do CAE ocorre, em regra, por meio de extratos das atas, preservando-se a confidencialidade necessária à proteção de informações sensíveis (incluindo dados pessoais, hipóteses de apuração de irregularidades, estratégias processuais e elementos de auditoria), sem prejuízo do atendimento aos deveres de transparência e prestação de contas.

O CAE atuou com base em pauta previamente estruturada e em acompanhamento de demandas e encaminhamentos. Além de apreciar matérias recorrentes (demonstrações financeiras, auditorias e controles), o Comitê dedicou reuniões extraordinárias a temas que exigiram maior aprofundamento técnico, com participação de áreas internas (Diretoria de Finanças e Planejamento, Auditoria Interna, Assessoria Jurídica, Ouvidoria, Integridade/Compliance) e, quando aplicável, de Auditoria Independente e consultorias externas.

Tabela 2 - Frequência temática na agenda

Tema	N
Auditoria Interna	13
Auditoria Independente	5
Demonstrações financeiras	6
Riscos	12
Integridade/Ouvidoria/Denúncias	8
Jurídico/Contencioso	5
ERP (TOTVS)	3
IFRS S1/S2	2
Seguro D&O	1
Partes Relacionadas	2

2.1. Auditoria Interna

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") acompanhou, de forma sistemática, a elaboração, aprovação e execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), bem como a condução e os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, incluindo a apreciação de relatórios, a verificação do

encaminhamento de recomendações, o monitoramento de pendências e a análise da evolução dos respectivos planos de ação.

No âmbito desse acompanhamento, o CAE promoveu debates sobre aspectos estruturantes da função de auditoria interna e de seu posicionamento no sistema de governança do IPT, com ênfase na necessidade de (i) consolidação e atualização do Regimento Interno; (ii) aderência às diretrizes e normativos dos órgãos de controle e às boas práticas aplicáveis; e (iii) acompanhamento de eventuais atualizações regulatórias com impacto sobre o desenho, a atuação e os procedimentos da Auditoria Interna.

O Comitê registrou atenção especial ao monitoramento de recomendações ainda pendentes e à necessidade de aprimoramento da gestão de planos de ação, de modo a assegurar maior previsibilidade, rastreabilidade e tempestividade na implementação das medidas corretivas e preventivas, com priorização orientada por risco, materialidade e criticidade. Também foram discutidas limitações operacionais, dificuldades e pontos de atenção evidenciados em relatórios de auditoria, bem como oportunidades de reforço do processo de follow-up institucional e de melhoria contínua dos controles internos.

Com base nas informações disponibilizadas pelo IPT, nas evidências e discussões registradas no âmbito das reuniões do CAE, e em conformidade com as atribuições e responsabilidades definidas na legislação e nos normativos internos aplicáveis, o Comitê ressalta que sua atuação possui escopo consultivo e de supervisão, não se confundindo com a execução direta de trabalhos de auditoria. Ainda assim, observado o limite de suas competências, o CAE ratifica que, no exercício de 2025, a Auditoria Interna desempenhou suas atividades com independência, objetividade e padrão técnico compatível com as demandas acompanhadas, respondendo de forma adequada às solicitações formuladas pelo Comitê.

No mesmo período, o CAE não tomou conhecimento de ocorrência especialmente relevante, de natureza grave, que pudesse comprometer o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao IPT ou a fidedignidade e integridade de seus resultados, no âmbito das informações e reportes submetidos à sua apreciação.

2.2. Auditoria Independente

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), no âmbito de suas atribuições de supervisão, acompanhou e avaliou as atividades da empresa de Auditoria Independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, examinando, de forma contínua, (i) a independência e a objetividade na condução dos trabalhos; (ii) a qualidade técnica e a suficiência dos serviços prestados; e (iii) a adequação do escopo e da abordagem adotados às necessidades e características do IPT, inclusive quanto à interação com a governança e aos fluxos de reporte ao Comitê.

Em linha com esse acompanhamento, o CAE apreciou os trabalhos de auditoria independente relativos às Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2025, bem como às Demonstrações Contábeis Anuais, com suas respectivas notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ao longo do período, o CAE realizou múltiplas reuniões com a Auditoria Independente para discussão, entre outros, dos seguintes tópicos: (i) planejamento e cronograma de execução dos trabalhos de auditoria aplicáveis às demonstrações trimestrais e anuais; (ii) extensão, natureza e oportunidade dos principais procedimentos de auditoria selecionados, incluindo áreas de maior risco e julgamentos contábeis relevantes; (iii) deficiências e pontos de atenção identificados nas avaliações de controles internos, com indicação de impactos, recomendações e direcionamento para planos de ação; e (iv) conclusões decorrentes dos exames realizados, incluindo achados relevantes e encaminhamentos propostos.

Adicionalmente, o CAE buscou avaliar, de forma estruturada, a interação da Auditoria Independente com a Administração e com os gestores responsáveis, com vistas a reforçar salvaguardas de independência, resguardar a integridade do processo de auditoria e identificar, tempestivamente, eventuais restrições ao escopo, limitações de acesso a informações ou interferências indevidas. Para tanto, foram realizadas reuniões reservadas com os auditores, sem a presença da Administração, permitindo ao Comitê acompanhamento mais aprofundado e isento sobre desafios, riscos de comprometimento da independência e eventuais pressões no curso dos trabalhos.

No período sob reporte, e com base nas interações e informações submetidas ao CAE, não foram identificados pontos relevantes de divergência entre a Auditoria Independente e a Administração do IPT quanto às demonstrações contábeis e aos procedimentos de auditoria aplicáveis, sem prejuízo do registro de recomendações e pontos de aprimoramento tratados no âmbito próprio do acompanhamento do Comitê. Cabe destacar que a Auditoria Independente atuou de forma independente, sem quaisquer interferências da Administração.

O CAE recomendou a realização de nova licitação, em virtude do vencimento do contrato com o atual auditor, Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S.

2.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) acompanhou e monitorou o processo de estruturação e amadurecimento da gestão de riscos corporativos do IPT, com vistas ao atendimento da Política de Riscos Corporativos, em alinhamento ao modelo de governança da Companhia. Para tanto, promoveu reuniões recorrentes com a Administração, com a Gerência de Conformidade e Gestão de Riscos com consultoria especializada responsável pela elaboração da Matriz de Riscos Estratégicos, bem como pela consolidação metodológica, no avanço do mapeamento e na preparação dos materiais para deliberação pelos colegiados competentes.



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ. nº 60.633.674/0001-55



★ continuação

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Nesse contexto, o CAE acompanhou o desenvolvimento da Matriz de Riscos Estratégicos e a definição do Apetite a Riscos, incluindo os respectivos critérios de validação. O Comitê também analisou, em reuniões técnicas, os fundamentos metodológicos e as etapas do *roadmap* de implementação, registrando como requisito central a integração entre riscos, controles e planos de ação, com (i) definição clara de papéis e responsabilidades; (ii) mecanismos de monitoramento; e (iii) rotinas formais de reporte, de modo a assegurar rastreabilidade, coerência interna e capacidade de acompanhamento.

Ao longo do ano, registrou-se a evolução do mapeamento, com identificação de riscos estratégicos e de riscos positivos (oportunidades), organizados em categorias amplas, incluindo, entre outras, riscos políticos, econômicos, regulatórios, orçamentários, operacionais, cibernéticos, de integridade, de fornecedores/parceiros e reputacionais. O CAE enfatizou a relevância da participação ativa da Administração e dos colegiados, com vistas a mitigar vieses, elevar a consistência analítica e assegurar aderência ao contexto institucional. Adicionalmente, reforçou-se a necessidade de que os materiais destinados ao Conselho de Administração sejam apresentados em linguagem executiva e acessível, destacando criticidade, impactos, interdependências, prioridades de tratamento e próximos passos, com indicação objetiva de responsáveis, prazos e métricas de acompanhamento. Além disso, o CAE analisou a nova versão da Política de Transações com Partes Relacionadas e supervisionou a aplicação verificando a aderência aos procedimentos estabelecidos e reforçando a transparência nas operações envolvendo partes relacionadas. Esse acompanhamento teve como objetivo garantir que as transações fossem conduzidas de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e em conformidade com a legislação vigente.

2.4. Programa de Integridade e Ouvidoria

O CAE monitorou os procedimentos de apuração de infrações ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias de infrações ao Código, assegurando a conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes. Para tanto, o Comitê realizou reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, Comitê de Conduta de Integridade (CCI), bem como com a Ouvidoria, responsável pela operação do Canal de Denúncias do IPT, com o intuito de discutir potenciais melhorias e agilizar o processo.

Durante as reuniões foram debatidos aspectos de classificação de manifestações, fluxo de apuração, reporte de resultados e gestão de backlog. O CAE reiterou a necessidade de evitar reincidência de pendências e de manter rastreabilidade do ciclo completo (recebimento, triagem, apuração, conclusões, encaminhamentos administrativos e monitoramento de implementação), inclusive com planilhas de acompanhamento e evidências.

No encerramento do exercício, o CAE acompanhou a revisão de normativos internos alinhados a diretrizes recentes da Controladoria Geral do Estado (CGE), com separação entre instrumento de Política (direcional) e Procedimento (operacional), e com registro de eliminação significativa de backlog acumulado desde 2021.

2.5. Demonstrações Financeiras

O CAE avaliou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e Notas Explicativas, além das práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.6. Temas Jurídico-Regulatórios e Passivos Contingentes

O CAE dedicou reuniões específicas para examinar temas jurídico-contábeis com potencial impacto reputacional, financeiro e de conformidade. Destaca-se o debate sobre manutenção e aprimoramento de nota explicativa de passivo contingente.

Outro tema relevante acompanhado foi a imunidade tributária do IPT em relação ao IPTU. Em reunião com participação de Assessoria Jurídica e escritório externo, foram apresentados fundamentos constitucionais e critérios jurisprudenciais, além de evidências de reconhecimento formal da imunidade pelo Município para exercícios recentes.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou discussões sobre depósitos judiciais e impactos de decisões processuais em caixa e demonstrações financeiras, com registro de caso em que houve levantamento de valor depositado e posterior determinação de pagamento), ensejando debate sobre medidas para prevenção de recorrência e maior segurança do fluxo informacional e decisório.

2.7. Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Sistemas

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) acompanhou, de forma sistemática, temas associados à governança de Tecnologia da Informação (TI) e à Segurança da Informação, com ênfase nos mecanismos de prevenção, detecção e resposta a incidentes, na maturidade dos controles gerais de TI e na adequação dos processos críticos ao ambiente de controles internos da Companhia.

O Comitê registrou atenção especial à necessidade de o IPT consolidar uma abordagem estruturada e contínua de segurança da informação, baseada em boas práticas internacionalmente reconhecidas e passível de auditoria, com componentes mínimos de: gestão de riscos cibernéticos, inventário e classificação de ativos, controles de acesso (IAM/MFA), gestão de vulnerabilidades, monitoramento e correlação de eventos de segurança, resposta a incidentes, continuidade de negócios e recuperação de desastres (BCP/DRP), além de capacitação recorrente e cultura de segurança.

Sistemas corporativos e ERP (TOTVS) - partes relacionadas (FIPT)

No campo de sistemas corporativos, o CAE analisou os riscos e responsabilidades relacionados ao contrato de ERP (TOTVS) firmado por parte relacionada (FIPT) para uso exclusivo do IPT. Considerando a criticidade do ERP para processos administrativos, financeiros e de controles internos, o Comitê solicitou parecer jurídico específico para avaliar: (i) a legalidade e o enquadramento como transação com parte relacionada; (ii) a alocação de responsabilidades entre IPT e FIPT, inclusive quanto a riscos de inadimplemento e responsabilidades solidárias/subsidiárias, se aplicável; e (iii) a adequação de cláusulas contratuais sensíveis (níveis de serviço, segurança da informação, LGPD, confidencialidade, governança de mudanças e auditoria). Todas as recomendações do CAE foram devidamente registradas em atas e no Relatório Completo, encaminhadas ao Conselho de Administração e disponível nos arquivos do IPT.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e considerando as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, fundamentado nas análises e e nas discussões durante o exercício, nas explicações e nos esclarecimentos prestados pela contabilidade, diretoria, auditoria interna e suportado pelo relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, emitido em 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas apresentada na 106a reunião do CAE, entende que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais representam adequadamente a situação patrimonial e financeira do IPT. Nesse sentido, o CAE recomenda sua deliberação pelo Conselho de Administração do IPT.

Antônio Edson Maciel dos Santos

Coordenador

Marcos Alberto Castelhana Bruno

Membro

Otávio Ramos dos Santos

Membro

Ivan Stagliano Ismael

Membro

Paulo Henrique Fernandes Bovério

Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.1, que trata da reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2024 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, originalmente objeto de relatório de auditoria emitido em 7 de fevereiro de 2025. Conforme descrito naquela nota, as demonstrações contábeis foram reapresentadas para refletir: (i) a baixa de depósitos judiciais cujos recursos foram levantados pela parte contrária em exercícios anteriores a 2024, no montante de R\$ 1.834 mil, com efeitos no Ativo Não Circulante e no Patrimônio Líquido; e (ii) a correção de registro indevido de receita no valor de R\$ 476.311,73, relacionado a contrato de cessão de uso e benfeitorias encerrado antes do prazo originalmente pactuado, cuja permanência registrada após a cessação do contrato configurou erro no reconhecimento da receita. Os saldos comparativos do exercício de 2024 foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está modificada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de fevereiro de 2026



RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio-Responsável Técnico



OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA FOLHA. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.





INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
CNPJ. nº 60.633.674/0001-55



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

o Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

o Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do IPT. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.14 Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos, ativos e passivos, são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial. O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado, conforme nota explicativa nº 16.

2.17 Arrendamento Mercantil - CPC 06

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nota explicativa nº 10.

2.18 Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.19 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o CPC 47, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para pessoal e custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.20 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos exercícios apresentados.

2.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme o CPC 09.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	81	126
Aplicações financeiras	14.473	29.906
	14.554	30.032

Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	3.173	11.695
Fundos de investimento em renda fixa	11.300	18.211
	14.473	29.906

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas	11.874	7.727

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no período por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	5.609	5.688
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.141)	(1.077)
	4.468	4.611

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024.

No período de 12 meses a taxa de inadimplência ficou em 1,51%, demonstrando a correta aplicação dos processos de recuperação de créditos juntos aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	4.174	4.433
De 1 a 30 dias	279	174
De 31 a 60 dias	15	4
De 61 a 90 dias	-	430
Há mais de 90 dias	1.141	647
	1.435	1.255
	5.609	5.688

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT possui junto à Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, um termo de Cooperação Técnico-Científica, que objetiva "O planejamento e a execução, por parte da FIPT e do IPT, de programas de cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, cursos de pós graduação, cursos de extensão e capacidade técnica, programas de estágio, treinamento e outras atividades relacionadas com suas respectivas áreas de competência e especialização." O documento prevê, dentre outros itens, que o IPT será o executor técnico do projeto enquanto a FIPT fará a gestão administrativa e financeira dos recursos.

A FIPT atende aos requisitos da Lei de Inovação Paulista complementar nº 1.049/2008 e do Decreto Estadual nº 62.817/2017, e está credenciada junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, como Fundação de Apoio ao IPT.

A FIPT e o IPT se uniram em parceria, pelo regime universal de benefícios para o IPT. Tal união deu-se por vontade dos instituidores da FIPT, declarada na ata da reunião de sua instituição, na qual, os instituidores, livre e soberanamente, aprovaram, pela unanimidade de votos, o ato constitutivo da entidade, com a alunha de Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT. Isso se deu, exatamente para a FIPT, a partir de sua vinda, ao mundo jurídico, colaborar, auxiliar e fomentar o IPT. Assim o faz nos exatos termos dispostos em seu Estatuto.

A administração superior da FIPT cabe ao Conselho Curador, que é o seu órgão normativo e deliberativo superior. Este Conselho é composto por 09 (nove) membros, sendo o Diretor Presidente do IPT, membro nato e presidente do conselho Curador da FIPT, 03 (três), indicados pelo Conselho de Administração do IPT, destes, 01 (um) pertencente de quadro efetivo de instituições de Ensino superior ou de pesquisas do Estado de São Paulo e os outros dois, oriundos da sociedade civil, especificamente, do segmento empresarial. Os outros 05 (cinco) indicados dentre os pesquisadores da carreira de nível Universitário em exercício no quadro efetivo do IPT, há no mínimo, 05 (cinco) anos.

Cabe ao Conselho Curador escolher, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da FIPT. O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira e contábil da FIPT, compõe-se de 03 (três) membros escolhidos pelo Presidente do Conselho Curador, submetendo-se tais escolhas à aprovação de seus pares.

A Diretoria Executiva da FIPT é constituída de 03 (três) membros oriundos do quadro efetivo do IPT, com as seguintes funções: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Adjunto. Todos eles escolhidos pelo Conselho Curador.

Na execução do plano de trabalho dos projetos firmados no âmbito do termo de cooperação, a FIPT na qualidade de gestora de todos os recursos que remunerem o objeto das propostas de trabalho acordadas, cuida para que os recursos sejam destinados para o ressarcimento, na forma que o IPT determinar, dos custos do IPT.

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a Compensar	132	179
PASEP a Compensar	68	78
Contribuição Social a Compensar	742	785
Imposto de Renda a Compensar	662	411
IRRF sobre Aplicações Financeiras	430	278
IRRF a Compensar	1.143	1.175
ISS a Compensar	2	2
	3.179	2.908

Os saldos de impostos e contribuições a compensar, são os valores de impostos e contribuições pagos antecipadamente (ou retidos por clientes) que ainda não foram efetivamente utilizados para pagamento de débitos fiscais. Esses saldos podem ser usados para compensar futuros pagamentos de impostos e contribuições, em conformidade com as normas e regulamentos fiscais estabelecidos pela legislação em vigor.

• Retidos de clientes: Refere-se a valores de impostos ou contribuições que foram descontados de clientes, como, por exemplo, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Esses valores retidos podem ser compensados quando a empresa prestar contas com a Receita Federal ou outro órgão fiscal.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2025	31/12/2024				
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283	-	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92.468	(54.511)	37.957	92.469	(52.923)	39.546
Máquinas e Equipamentos	2% a 50%	183.044	(156.966)	26.078	180.729	(152.893)	27.836
Instalações	2% a 50%	26.739	(17.475)	9.264	25.925	(16.207)	9.718
Equipamentos de T.I.	5% a 50%	22.662	(16.414)	6.248	21.424	(13.992)	7.432
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	289	(287)	2	289	(284)	5
Veículos	5% a 50%	3.514	(3.357)	157	3.997	(3.687)	310
Móveis e Utensílios	4% a 50%	9.160	(7.289)	1.871	8.634	(6.981)	1.653
Outras imobilizações		47.612	(12.958)	34.654	33.974	(11.911)	22.063
Imobilizado em Andamento		19.346	-	19.346	22.042	-	22.042
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos		6.681	(2.852)	3.829	6.081	(3.960)	2.121
Total do Imobilizado		448.798	(272.109)	176.689	432.847	(262.838)	170.009

• Este quadro deve ser analisado em conjunto com a nota explicativa nº 2.1, em razão da reapresentação dos saldos referentes a 31 de dezembro de 2024.

b) Movimento do imobilizado

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Terrenos	37.283	-	-	-	37.283
Edifícios	92.469	-	(1)	-	92.468
Máquinas e equipamentos	180.729	2.249	(259)	325	183.044
Instalações	25.925	719	-	95	26.739
Equipamentos de T.I.	21.424	1.366	(164)	36	22.662
Instrumentos diversos	289	-	-	-	289
Veículos	3.997	-	(483)	-	3.514
Móveis e utensílios	8.634	431	(19)	114	9.160
Outras imobilizações	33.974	1.492	-	12.146	47.612
Imobilizado em andamento	22.518	14.165	-	(17.337)	19.346
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos	6.081	3.066	(2.466)	-	6.681
Total	433.323	23.488	(3.392)	(4.621)	448.798

c) Movimento da depreciação acumulada

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Edifícios	(52.923)	(1.588)	-	-	(54.511)
Máquinas equipamentos	(152.893)	(4.373)	257	43	(156.966)
Instalações	(16.207)	(1.268)	-	-	(17.475)
Equipamentos de T.I.	(13.992)	(2.384)	154	(192)	(16.414)
Instrumentos diversos	(284)	(3)	-	-	(287)
Veículos	(3.687)	(153)	483	-	(3.357)
Móveis e utensílios	(6.981)	(251)	7	(64)	(7.289)
Outras imobilizações	(11.911)	(1.047)	-	-	(12.958)
	-	-	-	-	-
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos	(3.960)	(801)	-	1.909	(2.852)
Total	(262.838)	(11.868)	901	1.696	(272.109)

9. INTANGÍVEL

a) Movimento intangível

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Conta					
1.2.5.01.001 - Marcas e patentes	810	71	-	-	881
1.2.5.01.002 - Softwares	4.273	2.158	62	-	6.493
1.2.5.01.003 - Softwares - doação	1.793	20	-	-	1.813
1.2.5.01.004 - Marcas e patentes em andamento	23	-	-	-	23
Total intangível	6.899	2.249	62	-	9.210
Amortização					
1.2.5.30.001 - (-) Amortização acumulada	(2.871)	(587)	(2)	-	(3.460)
1.2.5.30.002 - (-) Amortização acumulada - doação software	(1.553)	(94)	(13)	-	(1.660)
1.2.5.30.003 - (-) Amortização acumulada - marcas e patentes	(698)	(16)	-	-	(714)
Total amortização	(5.122)	(697)	(15)	-	(5.834)
Saldo	1.777	1.552	47	-	3.376

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL - NBC TG 06 (R3) - (CPC 06)

O IPT analisou os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme conceitua a NBC TG 06 (R3), correlação com o CPC 06.

Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avaliou se os contratos mantidos identificam um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.

De acordo com a nova sistemática da norma, todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente.